

Gizlene Neder e Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth (Organizadoras)



“QUESTÃO RELIGIOSA”,
PODER E SECULARIZAÇÃO

on line

Gizlene Neder
&
Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth
(Organizadoras)

**“QUESTÃO RELIGIOSA”,
PODER E SECULARIZAÇÃO**

Homenagem a Gisálio Cerqueira Filho
(53 anos de magistério)

EdPPG-Editora do PPGH



Niterói



LABORATÓRIO CIDADE E PODER - INSTITUTO DE HISTÓRIA/UFF

Tela "Acima da Cidade" (1918), de Marc Chagall, Tretyakov Gallery, Moscou, Rússia.

EdPPGH

Nossos livros estão disponíveis em

http://www.historia.uff.br/stricto/public_ppgh.php

Av. Professor Marcos Waldemar de Freitas

Reis, *Campus* do Gragoatá, Bloco O, sala

507. Niterói, RJ, 24.210-201, Brasil.

Tel.: +55 21 2629-2919

Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Vice-Reitor: Antônio Cláudio Lucas de Nóbrega

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Roberto Kant de Lima

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História: Ana Mauad

Vice-Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História: Samantha Viz Quadrat

Revisão: Laboratório Cidade e Poder

Diagramação: Gabriel Brasil Nepomuceno

Projeto Gráfico de Capa: André Castro

Conselho Científico do volume:

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Anna Marina Barbará Pinheiro

Henrique Barahona

Humberto Fernandes Machado

Jefferson de Almeida Pinto

Jessie Jane Vieira de Sousa

Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Ricardo Gaulia Borrmann

Sérgio Luiz de Souza Costa

Silvana Cristina Bandoli Vargas

FICHA CATALOGRÁFICA

Q 5 “Questão religiosa”, poder e secularização: homenagem a Gisálio Cerqueira Filho (53 anos de magistério) / Gizlene Neder, Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth (organizadoras). Niterói, RJ: EdPPGH, 2016.

301 p. : il. color.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-63735-22-5

1. História política. 2. Cultura religiosa. 3. Poder. 4. Cerqueira Filho, Gisálio. I. Neder, Gizlene. II. Nazareth, Flávia Beatriz Ferreira de. III. Título.

CDD 23. ed. 320.9

Elaborada por bibliotecária CRB 5041

Sumário

Apresentação do Livro	8
Depoimentos	11
Capítulo 1 -	17
Teoria Política e Psicanálise: Onde incide a cultura religiosa? <i>Márcia Barros Ferreira Rodrigues</i>	
Capítulo 2 –	28
Breves Reflexões <i>Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva</i>	
Capítulo 3 –	34
História e cultura religiosa no Brasil na passagem para o Século XX: A atuação de Guilherme Studart no Ceará. <i>Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva</i>	
Capítulo 4 -	60
Gisálio Cerqueira Filho e Teoria Política Analítica <i>Anna Marina Barbará Pinheiro</i>	
Capítulo 5 -	79
O Ateísmo da Psicanálise como resposta ao aprofundamento da blasfêmia contemporânea <i>Cláudia Henschel de Lima</i>	
Capítulo 6 –	116
Entrevista com Gisálio Cerqueira Filho <i>Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth e Jefferson de Almeida Pinto</i>	
Capítulo 7 -	164
Sinais cor de laranja: a metodologia de pesquisa na obra de Gisálio Cerqueira Filho <i>Henrique Barahona</i>	
Capítulo 8 –	177
The purple land em Jorge Luis Borges <i>Marcelo Neder Cerqueira</i>	
Capítulo 9 –	198
A Imprensa da Corte no Pós-abolição <i>Humberto Fernandes Machado</i>	
Capítulo 10 –	225
Sobre D. Waldyr Calheiros de Novaes e o enfrentamento com a ditadura <i>Jessie Jane Vieira de Sousa</i>	
Posfácio -	268
<i>Gisálio Cerqueira Filho</i>	
Anexo (Novos testemunhos) -	280
Sobre os autores -	294

Dedicamos este livro ao

Professor GISÁLIO CERQUEIRA FLHO

53 anos de magistério

aprendendo & ensinando



Apresentação do Livro

Este livro foi concebido nos marcos do conjunto de homenagens aos cinquenta e três anos de magistério de Gisálio Cerqueira Filho.

Ao mesmo tempo, planejamos prestar esta homenagem dentro de uma programação acadêmica. Mas não uma programação aparatosa, cheia de discursos estudados e calculados. Homenagem inserida na dinâmica rotineira de trabalhadores intelectuais reunidos no Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF) da área de Humanidades da Universidade Federal Fluminense. Criado em 1992, o Laboratório abraça as reflexões que têm como referência epistemológica a multidisciplinaridade, tal como concebida pela Teoria Crítica. A busca pela inovação historiográfica e epistemológica marcam o grupo de pesquisa.

Assim que inserimos a homenagem à longa vida profissional de Gisálio dentro da programação de um colóquio destinado à discussão coletiva de um projeto de investigação científica em curso, intitulado “Pensar a Tolerância e a Cidadania: Secularização das Instituições Políticas do Rio de Janeiro”, Edital Pensa Rio/FAPERJ. A ideia que presidiu esta decisão é de que a relação do Professor com seu trabalho no ensino e na pesquisa na Universidade Federal Fluminense ou em outras instituições onde ensinou e pesquisou no passado, sempre foi muito forte e deve ser festejada exatamente com *trabalho*. Não falamos do trabalho opressor, resultante de relações de dominação,

onde predomina a alienação. Estamos falando do trabalho engajado, realizado com a potência de quem chega para produzir efeitos de transformação sobre o acontecer social.

O colóquio teve como título "A Questão Religiosa em Dois Tempos: História política, secularização, laicização e cultura jurídica" e ocorreu no dia 01 de julho de 2015, no auditório do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF. As apresentações dos trabalhos e os depoimentos dos pesquisadores foram organizadas em mesas-redondas:

1. Semblante para a questão da secularização? Sobre "questão religiosa" no Brasil. Catolicismo ilustrado *versus* ultramontanismo.
2. Teoria Política e Psicanálise. Onde incide a cultura religiosa?
3. Sobre o "escolanovismo": O pensamento social e político e suas formas no Brasil.
4. Inovação historiográfica (epistemológica, teórica, metodológica) e prática acadêmica no LCP/UFF.
5. Depoimentos, lembranças e *causos*. (Participação dos presentes que queiram prestar breves depoimentos).

E se Gisálio Cerqueira Filho não tivesse completado 70 anos de vida já em janeiro de 2016, certamente não encerraria sua carreira no final de 2015. Embora tivesse anos suficientes para aposentar-se por tempo de serviço, Gisálio não abriu mão do ensino para os alunos da graduação. Seu último semestre como professor ativo (é a designação para professores não aposentados) foi ministrando a disciplina de Política I para os calouros. Trabalhou uma turma cerca de 70 alunos recém-ingressos, no turno da noite do Curso de Graduação em Ciências Sociais; as aulas ocorriam entre 20 e 22h. Haja dedicação, haja potência vital; haja empolgação!

O livro contém, portanto, trabalhos de reflexão acadêmica vinculados à temática da pesquisa. E está entremeado de comentários e depoimentos sobre Gisálio Cerqueira Filho.

Todos os textos foram entregues para publicação em dezembro de 2015.

Gizlene Neder

Coordenadora do Laboratório Cidade e Poder

Niterói, setembro de 2016.

DEPOIMENTOS

Ontem (01/07/2015) a festa foi bonita, oh! pá! Cinquenta e três (53) anos de carreira!

O Prof. Napoleão Miranda, Diretor do ICHF-UFF em exercício, na ausência do Prof. Theo Lobarinhas, fez a abertura do evento. Em seguida, a coordenadora do Laboratório Cidade e Poder, Gizlene Neder, fez a chamada das mesas. Como ela estava sem os óculos, confundiu-se e acabou provocando risos na plateia. Assim, o que marcou o início da comemoração dos 53 ANOS DE CARREIRA DO PROFESSOR GISÁLIO CERQUEIRA FILHO¹ foi a espontaneidade e uma certa incompletude de uma homenagem que se desejava fosse ao mesmo tempo acadêmica e afetuosa. Uma comemoração fraterna cheia de “furos” onde o que a distinguiu estava longe de ser a completude do “seminário perfeito”.

O diretor Theo Lobarinhas enviara breve de mensagem:

“Parabéns ao Gisálio. Com certeza, ele merece todas as homenagens. Posso afirmar, pois tive a honra e o prazer de ser seu aluno em diversas ocasiões, no Externato São José e na Faculdade de Direito da UERJ. Infelizmente, não poderei comparecer, devido ao tratamento aqui em São Paulo, mas deixo clara toda minha admiração e meu agradecimento ao Gisálio.
Abs.Théo.”

¹ Gisálio Cerqueira Filho é Doutor em Ciência Política (USP) com Pós-doc. na Biblioteca Nacional de Lisboa. Professor Titular de Teoria Política na UFF. Professor Titular de Sociologia (aposentado) da UCAM. Ex-Diretor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RIO. Membro do *Research Committee on Sociology of Law (RCSL-ISA)* e da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF). Pesquisador Sênior do Laboratório Cidade e Poder (LCP-UFF) e Editor de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Vasta obra publicada no Brasil e no exterior.

O tom do encontro estava dado também pela mensagem enviada pelo ex-governador do Rio de Janeiro, o criminalista Nilo Batista (e Verinha Batista):

“Querido Gisálio,
Estamos viajando para Minas, e portanto estaremos ausentes da justa homenagem que você receberá de seus Colegas, amigos e companheiros. Temos a honra de pertencer aos três grupos. Como colegas, aprendemos muito – e continuamos a aprender – com essa ciência política refinada, que leva ao divã o inconsciente do poder e proclama que a Prússia pode ser, para além dos estereótipos disciplinares, um sentimento catalizador de catástrofes.
Como amigos, podemos desfrutar de uma enciclopédia de virtudes, que vai da solidariedade infranqueável ao mais penetrante e requintado humor.
Como companheiros, experimentamos o privilégio de vê-lo, à frente de todas as escolas destinadas aos operadores do sistema penal no Rio de Janeiro, conceber e desenvolver o mais avançado e ambicioso projeto educacional nessa área que o país já conheceu.
Então, o que nos cabe agora, é apenas dizer para você: muito obrigado! Muito obrigado, Gisálio, pelo imenso Professor, pelo incondicional amigo e pelo admirável companheiro que V. sempre foi e continua sendo!
Vera Malaguti e Nilo Batista”

Portanto o tom foi esse. Presentes colegas professores e pesquisadores, amigos, companheiros, antigos e atuais alunos, mestrandos, doutorandos, bolsistas. atuais Três indícios a assinalarem o descompletamento do acontecimento. O seminário não seria nem “perfeito nem completo”, mas furado, tal qual, se assim preferirem, um queijo suíço, já que o homenageado é um apreciador de todos os queijos (*fromage*), com destaque para o da Serra da

Canastra mineira, seja fresco, meia-cura ou curado... comprado no empório São Tomé, localizado em Três Corações, no sul de Minas.

Carioca, nascido em Vila Izabel, terra de Noel (compositor da música popular brasileira), Gisálio sentiu-se muito honrado, com o acolhimento fluminense expresso com bom-humor pela Profa.Dra. Vânia Fróes:

“Caro amigo Gisálio,
Que bonito!
Mais de meio século de UFF. Parabéns por esta linda carreira e por tudo que deu à nossa Universidade. É certo que esperamos contar ainda muito tempo com você por aqui. Afinal, se não é cidadão niteroiense, é cidadão uffiano, do qual temos muito orgulho.
Um abraço. Vânia Fróes”

Tendo estudado na antiga Universidade do Brasil (UB), Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), hoje UFRJ, fora acolhido e reconhecido nas terras fluminenses e por ninguém mais que Vânia Fróes...

Irmãos de Gisálio também enviaram a sua manifestação:

“Caro Gisálio,
Parabéns, maravilha
Justa e merecida homenagem a um profissional com ampla dedicação ao povo brasileiro. Seja como professor que passou por todos os níveis de ensino do primário até a formação de doutores ou intelectual / pensador, formador de opinião. Tudo isto permeado e regado por um comportamento ético e moral irrepreensível. Não é mole não.....
Você tem muito, mas muito que se orgulhar.
Valeu.....Um forte abraço.
Sds. Cláudio da Costa Cerqueira”

“Recebi pelo *Face* a programação do seminário comemorativo dos seus 53 anos de carreira!!!
Merecida homenagem!!!
Anos e anos de muito estudo, trabalho, dedicação e integridade ...
Sinto muito orgulho por ser meu irmão.
A vida ainda lhe reserva muitas surpresas boas; você merece!!!!
Beijos!!!! Ana Lúcia da Costa Cerqueira

Os filhos Marcelo Neder Cerqueira (músico e cientista social) e Vinicius Neder Cerqueira (jornalista e professor universitário) estiveram presentes. Ausente, a serviço em Amsterdã, (Holanda), Henrique Soares Cerqueira (engenheiro químico) pairou sobre nós um fantasma camarada...e assim se manifestou:

“Oi, Pai
Temas intrincados. Mando um forte abraço e parabênzo pela constante EMPOLGAÇÃO não só com a carreira acadêmica, a pesquisa, a psicanálise, a formação dos alunos e o debate acalorado de ideias, mas também no empenho em ser sempre multidisciplinar, algo cada vez mais fundamental numa época onde as transformações acontecem cada vez mais rápido”.²

De fato, foram nove horas corridas de muita emoção, homenagens, discussões, gratidão. Várias gerações de alunos se sucederam e acreditamos que tenha sido uma "festa de passagem do bastão". Presentes vários calouros de Política I.

² Graduação em Engenharia Química pela UFRJ, Mestre em Engenharia Química pela COPPE (UFRJ) e Doutor em *Chimie Appliquée - Université de Poitiers*, França. Experiência nas áreas de catálise aplicada, desenvolvimento e negociação de tecnologias e gerenciamento de projetos nas áreas de Petróleo, Petroquímica e biocombustíveis. atuando principalmente nos seguintes temas: craqueamento catalítico, desativação de catalisadores, síntese de Fischer-Tropsch, conversão de biomassa e sondas de perfuração.

Antes de darmos breve notícia dos temas abordados no seminário cujo título geral foi "A QUESTÃO RELIGIOSA EM DOIS TEMPOS – História política, secularização, laicização e cultura jurídica" registramos que, em plena greve nas universidades federais, alcançamos, no pico, quase cem pessoas presentes e o lançamento do livro "*(In)tolerância e Cidadania: Secularização, Poder e Cultura Política*", organizado por Gizlene Neder, Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva, Jesse Jane Vieira de Souza,³ foi um grande sucesso.

Os colegas do Fórum Universitário do Mercosul (FoMerco) também se manifestaram, bem como aqueles da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF). A ex-aluna de Doutorado de Gisálio, Dra. Mônica Bruckmann, hoje exercendo funções de assessoria na UNASUL, assim se manifestou:

"Querido Gisálio,
Muito obrigada pelo convite. Me sinto muito feliz e muito honrada de ter compartilhado com você alguns anos dessa sua longa e fecunda carreira, de ter aproveitado a riqueza e profundidade das suas aulas e do seu enfoque pedagógico. Infelizmente estarei fora do Rio durante o evento, mas desejo muito sucesso!
Com um abraço afetuoso, Monica"

Ficamos todos muito emocionados com o testemunho dos jovens e dos não tão jovens assim a falarem das suas conquistas no Brasil e no exterior a partir do nosso trabalho (meu e de Gizlene). Ao final, a decana do ICHF - Dra. Ismênia de Lima Martins - entrou de repente e de surpresa; foi um fechamento com chave de ouro.

³ Neder, Gizlene; Barcelos Ribeiro da Silva, Ana Paula; Vieira de Sousa, Jessie Jane. (2015). (Org.) *(In)tolerância e Cidadania: Secularização, Poder e Cultura Política*, RJ: Autografia.

A presidente da comissão organizadora do evento Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo pronunciou-se sobre o acontecimento, alguns dias depois:

“Querido Gisálio,
Como já falamos por telefone, foi tudo muito bonito, emocionante e acima de tudo gratificante, do ponto de vista intelectual e humano. Os depoimentos dos integrantes da Escola de Niterói impactaram muito o meu filho Léo e sobretudo o doutorando Claudio Marcio. Léo me relatou que me viu como aluna diante dos mestres e sentiu a importância de uma formação crítica e humanista. Claudio Márcio saiu do evento sentindo o peso da Escola de Niterói e tomou pra si a atitude de pertencer a ela. Sonia Valente, o nome faz jus à pessoa, estava muito emocionada, pois a despeito de não ter seguido a carreira acadêmica sempre teve você como referência, aliás todos nós. Você é um professor magistral e um ser humano que me orgulho muito de ter no meu círculo de amigos. Gizlene (que mulher admirável!), determinou que meu artigo abrirá o livro sobre o evento. Já está pronto, necessitando apenas alguns ajustes para melhor sistematização teórica. Em breve enviarei para dialogarmos. E, neste caso, nunca é demais repetir PARABÉNS, mestre querido!
Marcia.

Alguns amigos e colegas fizeram-se representar. Uma ausência presente, a do ex-aluno Ricardo Gaulia Borrmann (fazendo doutorado na L.M.U. Munique, Alemanha); cujos pais trouxeram felicitações e recordaram vivamente Ricardo.

Capítulo 1

TEORIA POLÍTICA E PSICANÁLISE ONDE INDICIDE A CULTURA RELIGIOSA?

Marcia Barros Ferreira Rodrigues⁴

⁴ Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Não há problema científico
Que não seja precedido
De uma revisão pretérita,
alguns falam em *estado da arte*
hoje ouço Strauss
Vozes da Primavera
estou em estado de valsa.**

[Cerqueira Filho, Gisálio (2014). *Poemas desde O SUL*,
Rio de Janeiro: Ed. Oito e Meio]

I

Minha relação como o professor Gisálio Cerqueira Filho é atravessada pela emoção. Iniciou-se no segundo semestre de 1982, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, carinhosa e politicamente denominada Escola de Niterói. Naquela ocasião, iniciava minha carreira acadêmica e desde lá as aulas do professor Gisálio me afetam de forma indelével. Misto de fascínio, admiração e respeito por sua conduta profissional e solidez teórica, aliada à ousadia e imaginação criativa, me têm inspirado tanto na formação acadêmica quanto na vida.

Arte e política, política e arte, subjetivação e psicanálise, análise de conjuntura e a luta de classes nos seus diversos desdobramentos e fantasmagorias no aparecer social desde a modernidade ocidental até a contemporaneidade, nas suas múltiplas dimensões e amplitudes globais, são constantes nos ensinamentos do mestre.

Gisálio me fez compreender e considerar os prazeres subjetivos inerentes ao “fazer” ciência. Para ilustrar trago o auxílio do meu querido Gabriel Garcia Marquez:

“Com o talento e beleza da diretora Rosa Elena Fergusson, estudar era uma coisa tão maravilhosa

como brincar de estar vivo. Aprendi a apreciar o olfato, cujo poder de evocações nostálgicas é arrasador. O paladar, que afinei a ponto de ter provado bebidas com sabor de janela, pães velhos com sabor de baú e infusões com gosto de missa. Na teoria é difícil entender esses prazeres subjetivos, mas quem os tenha vivido os compreenderá de imediato”.⁵

Dessa forma, aprendemos com ambos, que o afeto é político, contém a emoção, mas não se reduz a ela.⁶ Assim a lição primeira é de que as Ciências Sociais não devem se furtar a discutir as emoções presentes na política porque de resto estão presentes na vida.

Quando soube que o mestre é também poeta, pude compreender melhor a argúcia de seus ensinamentos e o desafio que instiga a pensar as contradições em sínteses que preservam os conflitos. Disciplina, seriedade, criação, imaginação, audácia, rebeldia e por que não dizer, certa dose de arrogância, demasiadamente humana, são os ingredientes que permitiram a autorização de cada um de nós diante do Mestre-escola e Mestre de escola Gisálio Cerqueira Filho.

II

Nesses 33 anos de aprendizado e vivência afetiva com Gisálio, destaco na *teoria gisaliana*⁷ a relação entre teoria política e psicanálise a partir de seus estudos sobre ideologia. Claro está que os destaques

⁵ MARQUEZ, Gabriel G. (2003). *Viver para contar*. Rio de Janeiro: Record, p. 94.

⁶ BERLINCK, M. T.; KOLTAI, C.; CANONGIA, A. I. (2001). “Esquizofrenia e miscigenação”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.4, n.4, p.11-29, dez.

⁷ Menção à arguição do prof. Fernando Henrique Cardoso por ocasião da defesa da Tese de Doutorado do prof. Gisálio Cerqueira Filho na USP. Em 1980. Cf. CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2011). *Memória de uma vida*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ. p.104.

que faço correspondem a minha relação com a teoria *gisaliana* em diversos momentos de minha formação acadêmica.

Ressalto o encontro com a obra de Louis Althusser, quando fomos introduzidos na teoria das ideologias. Com Antônio Gramsci nas tensões entre o sentir, pensar e agir e na possibilidade de uma ciência política que considera os sentimentos. Com Freud, a descoberta revolucionária do inconsciente e a psicanálise que descortinou, decididamente, caminhos profícuos e interdisciplinares sobre a importância da dimensão subjetiva e suas implicações no processo do conhecimento e na prática política. Desdobramentos com Jaques Lacan na dialética dos registros do real, simbólico e imaginário (RSI) e o reconhecimento do papel da fantasia na política e os deslizamentos, na linguagem, dos significantes do discurso político, que as análises contemporâneas de Slavoj Žižek inspiram. Desdobramentos com a psicopatologia fundamental a partir de Manoel Tosta Berlinck e o ensinamento de que o *pathos* (sofrimento, paixão, passividade) constitui a cada um e todos nós. O método clínico em extensão, porque se inclina sobre o objeto a partir do *pathos*. Com Edward Said, o intelectual virtuoso e o estilo tardio a nos ensinar o quanto a política se relaciona com a arte e vice-versa. Em síntese: Teoria política, literatura, música, teatro, cinema, linguística, imaginário, psicanálise, método clínico, política e subjetividade são os elementos da teoria e metodologia *gisaliana* que constituem os estudos de vanguarda na teoria política contemporânea.

III

O tema central deste seminário especial em homenagem ao prof. Gisálio Cerqueira Filho, organizado pelo Laboratório Cidade e Poder (LCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) é: *Teoria política e*

psicanálise. Onde incide a cultura religiosa? Respondo que incide na dimensão subjetiva que estrutura o sujeito, que está imerso na estrutura social. Este tema lança possibilidades alternativas de pensar o humano, de ouvir os ruídos do inconsciente na investigação da cultura e os conflitos sociopolíticos que o permeiam. Esta perspectiva, fora dos cânones das ciências sociais, tem se constituído na marca do LCP, sob a coordenação da Prof. Dra. Gizlene Neder do qual o Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho também faz parte.

A relação entre religião e política inclui pensar a sedução e magia, que de resto, faz parte do fazer política no dizer de Maquiavel. Política é arte, é mágica, inclui a fantasia, o registro do imaginário. Política é aventura, portanto, implica a relação entre realidade e ficção. Portanto, observar os fragmentos de constituição da subjetividade atravessada pela cultura religiosa é estar atento para a escuta dos afetos que contém emoções, sobretudo, inconscientes, que funcionam como catalisador de sentimentos, que produzem efeitos políticos na formação social. Neste sentido, a religião é sem dúvida, um dos mais importantes catalizadores.

O Laboratório Cidade e Poder da UFF vem estudando a dimensão histórica e as marcas psíquicas no registro individual e coletivo, nas formações discursivas (Foucault). Dessa forma, destaco os estudos do Gisálio na interpretação das formações sociais, políticas e culturais, não circunscrevendo o alcance do discurso psicanalítico ao mero registro da experiência clínica, mas em interpretar os fantasmas da cena primitiva que comparecem disfarçados e em outra cena, no presente, ou seja, o retorno do reprimido, do recalado. Gisálio faz uso do método clínico aplicado à clínica em extensão, ou seja, o método psicanalítico é convocado para uma reflexão acerca dos afetos provocados por emoções presentes nas relações sociais e políticas.

Para ilustrar, utilizarei como exemplo seu ensaio *Conservadorismo religioso e "Moisés e o monoteísmo"*, de Sigmund Freud - uma abordagem que ainda surpreende.⁸ Texto exigente, interdisciplinar e erudito nos conduz a reflexões inusitadas. Atento às variadas formas de subjetivação presentes desde a modernidade não perde de vista as contradições da dimensão política expressa na luta de classes tão irreconhecível nos dias atuais.

Gisálio faz emergir na atualidade do texto freudiano a crítica à concepção de identidade e sua superação por um discurso diferencial sobre identificação. A partir de S. Freud em *O homem Moisés e a religião monoteísta*⁹, onde este ilumina a problemática da identidade judaica na atualidade, colocando o dedo na ferida narcísica do povo judeu e trazendo para discussão uma visão de identidade que perde qualquer sentido absoluto e substantivo. Freud relativiza a tradição judaica, num conjunto de marcas identitárias e diferenciais: Ocidente/Oriente, Judeu/Egípcio. Registra a tensão permanente entre o arcaico e o civilizado que estaria no fundamento de sua teoria sobre o inconsciente e o recalque. Ou seja, os traços excluídos e expulsos que tentam se impor novamente, infiltrando-se pelas brechas e fendas da arquitetura da civilidade atual, sob a forma do retorno do recalçado.

Seguindo as trilhas de Freud, Gisálio vai discutir a tensão entre as forças do presente que definem o processo em pauta na atualidade, onde o que foi excluído quer sempre retornar e se atualiza na subjetividade como mal-estar, tanto nas diferentes formas de sofrimento psíquico quanto nas diversas formas de violência. Nesse

⁸ CERQUEIRA FILHO, Gisálio, (2008). "Conservadorismo religioso e "Moisés e o monoteísmo", de Sigmund Freud - uma abordagem que ainda surpreende". *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.11, n.4. dez.

⁹ FREUD, S. (2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta*. Porto Alegre: L&PM.

sentido, Gisálio persegue o tema a partir da discussão sobre a identidade do conceito de identidade num diálogo com Silviano Santiago¹⁰ e Edward Said¹¹, ressaltando nesta temática pouco estudada: a condição da identidade diaspórica, errante, cosmopolita, desalojada, refugiada, vacilante, dentro e fora da sua comunidade. Aliado a perspectiva psicanalítica na qual a identidade é antes de tudo divisão, falha (original) e falta. Gisálio enfatiza o sempre fora da identidade dentro da qual somos construídos e nesse sentido abre caminho junto com Freud, Santiago e Said para pensarmos as identidades sitiadas na contemporaneidade.

Diante das diásporas modernas e dos acontecimentos recentes, marcados pelos atentados na França pergunto: Como pensar as relações entre política e religião sem o aporte teórico do caminho aberto por estes autores? Feridas seculares, perturbadoras, desestabilizadoras e desabilitadoras, nenhum estado de tranquilidade, resolvida ou estóica, nenhuma reconciliação utópica nem consigo mesmo. Cerqueira Filho¹² salienta que a *“interpretação do pensamento de Maquiavel sugere que o Estado se reveste das aparências da transcendência na busca de um compromisso, de resto inviável, entre os interesses dos grandes e a sobrevivência do povo”*. Afirma, buscando Guilhon Albuquerque que a transcendência do Estado que está em mecanismos ideológicos cuja efetividade Maquiavel aponta, na religião, o sucedâneo para o temor do Príncipe. Podemos completar com a teologia política de Hobbes, onde o sagrado

¹⁰ SANTIAGO, Silviano (2006). *As raízes e o labirinto da América latina*. Rio de Janeiro: Rocco.

¹¹ SAID, E. (2004). “Conferência realizada no Museu Freud, em Londres, em dezembro de 2001”. In: SAID, E. *Freud e os não-europeus*. São Paulo: Boitempo.

¹² CERQUEIRA FILHO, Gisálio, (2008). “Conservadorismo religioso e “Moisés e o monoteísmo”, de Sigmund Freud - uma abordagem que ainda surpreende”. Op. Cit., p.2

invade o secular, como aponta Carlo Ginzburg¹³. Ademais, como vemos em Ricardo Sobral de Andrade¹⁴, citando Schelling, o filósofo precisa do “*monoteísmo da razão e do coração, o politeísmo da imaginação e da arte, eis o que precisamos*”. O projeto bíblico-enciclopédico do pietismo cria uma passagem da epistemologia para uma religião que, por sua vez, se consumará numa estética.

Está tudo aí: política, religião, estética e psicanálise. Os procedimentos abduativos, indiciários são instrumentos metodológicos presentes em Freud, que se autorizou imaginar à solta em termos de audácia intelectual, persistência e coragem, qualidades que ele via reunidas na figura do grande líder semita, Moisés. Não existe identidade pura, nem política, nem religiosa. Nesse sentido o Brasil é objeto de desejo e, ao mesmo tempo, negativo do sonho irrealizável de pureza e civilização. Nesta perspectiva, Gisálio vai pontuar em sua análise que, tal concepção de pureza não tolerará o Outro, necessitando obsessivamente eliminá-lo. A quimera do europeu sempre preconceito se assenta, pois, na capacidade de eliminar o outro em nome da pureza. Ao americano, por seu turno, resta o preconceito ou a miscigenação; muitas vezes como algo exótico. Quando o eu encontra-se estruturado tendo por base um ideal de pureza, tende para uma integridade protetora das eventuais invasões do outro. Nesta circunstância, como já foi observado, o outro tende a ser eliminado do espaço do eu. Quando, em contrapartida, o “eu é concebido e idealizado como impuro ou sujeito à miscigenação, as invasões do outro como parte tornam-se frequentes e poderosas, e a multiplicidade pode acabar por constituir um corpo

¹³ GINZBURG, Carlo. (2014). *Medo reverência e terror*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

¹⁴ ANDRADE, Ricardo Sobral (2001). *A face noturna do pensamento freudiano: Freud e o romantismo alemão*, Niterói: EdUFF.

“esquizofrenizado”.¹⁵ Que exemplo melhor poderíamos ter da manifestação da luta de classes na atualidade?

A guisa de conclusão se faz mister enfatizar a relevância do tema deste seminário e as profícuas e instigantes contribuições de Gisálio, neste e em outros debates. É claro que o texto em questão aborda muito superficialmente o tema e teve a intenção de abrir o debate. Entretanto, deixo aqui registrado o meu carinho e admiração por este grande intelectual que tenho o privilégio de ter como amigo querido e que me instiga sempre com sua inteligência, criatividade combativa e crítica, contra qualquer tipo de fundamentalismo.

A dimensão da subjetividade é imortal, transcende a vida, a mera existência. Pulsão de morte é igual a excesso de vida. Compulsão para a satisfação consumada de tamponar a ferida aberta na ordem do ser.¹⁶ O ato de criação, imaginação, audácia, rebeldia e autorização, esse excesso de vida, que Said (2009) chamou de estilo tardio. O não saber dizer, que não significa silêncio, mas tensão entre o que se representa e o que não se representa. Entre o articulado e o silenciado, ou seja, o que fica de fora. A condição de exílio do intelectual. A dialética entre o dentro-fora. O que nos propicia prazeres profundos e aceno de esperança. Assim, colocamo-nos nessa condição de “exílio” que nos permite “compreender a dificuldade do que não se deixa compreender e nos aventurarmos a tentar assim mesmo”.¹⁷ Esse aprendizado Gisálio nos ensina e nos incita e provoca como Mestre-Escola e Mestre da Escola de Niterói, que hoje celebramos.

¹⁵ BERLINCK, M. T.; KOLTAI, C.; CANONGIA, A. I. (2001). “Esquizofrenia e miscigenação”. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Op. Cit., p.6.

¹⁶ ZIZEK, S. (2001). *On Belief*. London: Routledge. _____. (2006). *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. São Paulo: Martins Fontes.

¹⁷ SAID, Edward (2007). *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 144.

Referências:

BERLINCK, M. T.; KOLTAI, C.; CANONGIA, A. I. (2001). "Esquizofrenia e miscigenação". *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.4, n.4, p.11-29, dez.

FREUD, S. (2014). *O homem Moises e a religião monoteísta*. Porto Alegre: L&PM.

GINZBURG, Carlo. (2008). *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2014). *Medo reverência e terror*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio, (2008). "Conservadorismo religioso e "Moisés e o monoteísmo", de Sigmund Freud - uma abordagem que ainda surpreende". *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v.11, n.4. dez.

_____. (2011). *Memória de uma vida*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ.

_____. (2014). *Poemas desde O SUL*. Rio de Janeiro: Oito e Meio.

MAQUIAVEL, N. (1973). *O príncipe*. Rio de Janeiro: Abril. (Coleção Os Pensadores).

MARQUEZ, Gabriel G. (2003). *Viver para contar*. Rio de Janeiro: Record.

SANTIAGO, Silviano (2006). *As raízes e o labirinto da América latina*. Rio de Janeiro: Rocco.

SAID, E. (2004). "Conferência realizada no Museu Freud, em Londres, em dezembro de 2001". In: SAID, E. *Freud e os não-europeus*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2007). *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2009). *Estilo tardio*. São Paulo: Companhia das Letras.

ZIZEK, S. (2001). *On Belief*. London: Routledge.

_____. (2006). *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. São Paulo: Martins Fontes.

Capítulo 2

BREVES REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE E A RECONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva¹⁸

¹⁸ Professora Adjunta de História do Brasil do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores. Coordenadora da Graduação em História.

"É por identificação com a imagem do Outro sobre nós que podemos ter uma imagem de nós mesmos. Daí que a procura da identidade se encontre necessariamente no reconhecimento do Outro".

[CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2002). *Édipo e Excesso. Reflexões sobre lei e política*, Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, p. 109]

O trecho acima, retirado do livro *Édipo e Excesso*, de autoria de Gisálio Cerqueira Filho, me possibilita iniciar este breve texto no qual pretendo refletir sobre a influência do Laboratório Cidade e Poder, e mais especificamente do Professor Gisálio, seja através dos seus trabalhos, das suas aulas ou de um simples bate-papo cotidiano, na minha formação. Mais ainda: sua influência hoje não apenas na minha forma de ver o mundo e o trabalho intelectual/acadêmico, mas de ver a mim mesma. A partir deste trecho, evidentemente inserido em tudo aquilo que discutimos nos últimos 14 anos (desde que eu me tornei bolsista de Iniciação Científica pela FAPERJ da Professora Gizlene Neder no curso de graduação em História da UFF, passando ainda pelos cursos de mestrado e doutorado), pude reconstruir meu olhar sobre mim mesma.

Não falo de um processo de qualificação do olhar do Outro sobre mim, apenas, mas de algo que vai além: da forma como percebo quem sou, minha trajetória, minhas relações familiares e meu potencial de transformação. Isto porque encontrei no LCP, assim como meus colegas de formação que passaram pelo laboratório, algo até então não necessariamente comum na esfera acadêmica para aqueles de origens populares: acolhimento. Acolhimento em um meio historicamente direcionado à formação da classe dominante, aqueles que são "destinados" desde o nascimento a dirigirem o país. E

acolhimento conjugado à autonomia. Não me refiro aqui apenas às reflexões intelectuais desenvolvidas no âmbito da Escola de Niterói¹⁹, mas a algo que vai além do conteúdo histórico-sociológico, da pesquisa e da produção acadêmica. Refiro-me a um acolhimento de caráter pessoal que contribui para um processo de reconstrução identitária, ampliando horizontes e subvertendo a própria realidade social na medida em que leva indivíduos com lugares sociais previamente definidos a escrevem novas histórias. Assim, encontrar um campo aberto de possibilidades e conhecimento com Gizlene e Gisálio sem dúvida me trouxe experiências que ampliaram (e muito) meus horizontes de expectativas, parafraseando Reinhart Koselleck²⁰. Para indivíduos de oriundos das classes populares, a realidade muitas vezes limita e obstaculiza as ações.

Há pouco tempo comentava com alguns alunos da UERJ/FFP, instituição onde atualmente leciono, que quando somos pobres e temos uma mínima oportunidade que seja é nela que devemos nos agarrar como sendo a única, fazendo dela o melhor caminho possível para uma vida mais digna, autônoma, confortável e feliz. Acho que foi isto que fiz a partir das oportunidades que tive no âmbito do LCP e é o que tento transmitir para meus alunos e orientandos, em sua maioria oriundos das classes populares, como eu. Enfrentam, portanto, os obstáculos concretos e subjetivos da origem social, da cor, do local de moradia e da própria noção de periferia inerente à cidade onde se situa a própria universidade, São Gonçalo. Nestes

¹⁹ Expressão cunhada por Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho para se referirem ao que é produzido em Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense. Para maior aprofundamento, ver: CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene (2004). "A Teoria Política no Brasil e o Brasil na Teoria Política". In: *Anais do 4º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Rio de Janeiro: www.iuperj.br.

²⁰ KOSELLECK, Reinhart (2006). "'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas". In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, p. 305-327.

casos, a reconstrução da subjetividade e da identidade dos indivíduos é também parte do trabalho acadêmico – tarefa não propriamente acadêmica, mas que produz frutos sociais positivos e necessários na sociedade brasileira, marcada pela desigualdade, pela exclusão e pela desqualificação social de uma grande massa da população. Aliás, fica claro no trabalho do LCP que o acadêmico não é apenas a produção escrita, calculada no currículo, mas a percepção clara da relevância social do que produzimos e da forma como atuamos.

Por esta razão, acredito que o trabalho do LCP, personalizado nos professores Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, é um espelho. O diálogo com e entre alunos de diferentes níveis de formação, a criação de grupos de pesquisa, a parceria com os colegas, ou seja, o pensamento dialógico, o respeito pelo potencial do Outro, bem como por sua trajetória e liberdade de pensamento, os sorrisos nas horas certas e os puxões de orelhas nas horas devidas... Enfim, creio que todas estas sejam lições transmitidas aos alunos de graduação e pós-graduação que por ali passaram e pelas quais temos muito a agradecer. É importante dizer isto, pois acredito que de muitas formas estas influências permanecem em nossa prática cotidiana como pesquisadores, professores e orientadores, condicionando boa parte da maneira, em geral otimista, como vemos a profissão. Assim, para além de ensinar conteúdos, tenho clareza de que me empenho em reconstruir identidades, fortalecer subjetividades, ampliar horizontes de pessoas socialmente desqualificadas, mas com grande potencial de transformação. Isto não encontrei em um meio acadêmico frequentemente rígido, fechado e produtivista, mas em um grupo no qual sentimentos e afetos são bem-vindos e onde a dedicação e o esforço pessoal e coletivo são reconhecidos.

Fora do lugar, como diz Edward Said²¹ em livro no qual reflete sobre sua condição de exilado, o fato é que fui reconstruindo meu próprio lugar socialmente determinado no Laboratório Cidade e Poder através do contato constante com seus coordenadores e os colegas que lá conheci. Sem dúvida, as muitas disciplinas do Gisálio que acompanhei como aluna de pós-graduação deixaram claro o potencial que o debate intelectual denso, democrático e comprometido possui neste processo de reconstrução do olhar dos Outros sobre Nós e do nosso olhar sobre Nós mesmos.

Enfim, digo ao Gisálio, neste momento não de conclusão, mas de transição na sua trajetória, da importância de sua permanência entre nós, na universidade, contribuindo direta ou indiretamente para nossa formação com seu profundo conhecimento, sua erudição, sua criatividade e suas histórias. A atuação de intelectuais como ele torna-se ainda mais necessária na busca por caminhos reflexivos diante de uma sociedade que, infelizmente, enfrenta os desafios potencializados do conservadorismo e do autoritarismo; uma sociedade que, no atual contexto histórico, reage ao avanço das classes populares e à democratização do ensino. A defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade, que tem sido historicamente emperrado no Brasil, é pauta pelo qual todos nós lutamos. Gisálio e, claro, a Gizlene e o LCP como um todo, são páginas desta história a serem sempre lembradas e destacadas.

²¹ SAID, Edward (2004). *Fora do Lugar. Memórias*, São Paulo: Companhia das Letras.

Referências:

CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2002). *Édipo e Excesso. Reflexões sobre lei e política*, Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene (2004). "A Teoria Política no Brasil e o Brasil na Teoria Política". In: *Anais do 4º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Rio de Janeiro: www.iuperj.br.

KOSELLECK, Reinhart (2006). "'Espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa': duas categorias históricas". In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto: EdPUC-Rio.

SAID, Edward (2004). *Fora do Lugar. Memórias*, São Paulo: Companhia das Letras.

Capítulo 3

HISTÓRIA E CULTURA RELIGIOSA NO BRASIL NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O XX; A ATUAÇÃO DE GUILHERME STUDART NO CEARÁ

*Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva*²²

²² Professora Adjunta de História do Brasil do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores. Coordenadora da Graduação em História.

Neste artigo refletimos sobre as influências da cultura religiosa na escrita da história do Brasil no contexto posterior à proclamação da República (1889). Pensamos as tensões entre Igreja e Estado por um viés que focaliza os impasses de intelectuais católicos diante do contexto de secularização nas primeiras décadas republicanas. Com esta finalidade, utilizamos como janela de reflexão a trajetória e o pensamento do médico e historiador Guilherme Studart (1856-1938), um dos fundadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, presidente da Sociedade São Vicente de Paulo e Barão de Santa Fé – título a ele conferido pelo Papa Leão XIII em 1900. Parte de um projeto de pesquisa²³ no qual é analisada a relação entre histórias regional e nacional e sua relevância para a unidade e a integração nacionais no período, Studart se mostrou um intelectual emblemático não apenas para estes temas, mas também para o estudo das aproximações entre religião e escrita da história. Pouco trabalhada, esta relação nos permite pensar as escolhas daqueles que pesquisavam e escreviam a história do Brasil e, sendo católicos (ou possuindo vínculos indiretos com o catolicismo), se viram diante das tensões inerentes ao contexto de reestruturação do Estado republicano e positivista. Lembramos que estas relações são latentes em uma sociedade de formação ibérica na qual a religião se mantém influente, mesmo diante de um contexto de secularização, de ruptura entre Igreja e Estado e da ascensão das ideias positivistas que marca a passagem do século XIX para o XX, interferindo no olhar sobre o passado. Aqui o encontro entre tradição e modernidade gera tensões

²³ O projeto intitula-se “Escrita da história, unidade e integração nacional nas primeiras décadas republicanas: diálogos entre Guilherme Studart e Max Fleiuss (1889-1931)”. Foi finalizado em dezembro de 2015 e desenvolvido com financiamento da FAPERJ, através de bolsa de Iniciação Científica e Auxílio Básico de Apoio à Pesquisa (APQ1). Participaram da pesquisa como bolsistas de IC os alunos Rafael Accacio da Silva e Camila de Sousa Freire, ambos vinculados ao curso de Licenciatura em História da UERJ/FFP.

e ambiguidades em um período considerado de revisão historiográfica e profissionalização do campo no país.

Importante ainda nos diálogos com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁴, no Rio de Janeiro, Studart exemplifica uma via de mão-dupla que envolve o fortalecimento da unidade e da identidade nacionais e a relativização entre centro e periferia, a partir da interação entre estes pólos defendida por Carlo Ginzburg. Segundo o autor, ao estudar a história da arte italiana, muitas regiões sofreram as consequências da ótica centralizadora dos historiadores da arte, mas, ao contrário, o que havia era um policentrismo, marcado pela multiplicidade de contatos. Assim, para ele, houve *"um processo de periferização que relega muitas regiões italianas para uma condição de subalternidade cultural"*²⁵. Porém, o que havia na periferia não seria atraso, mas sim dominação simbólica. Além disto, nem todo atraso seria periférico, bem como nem toda periferia seria atrasada. Ocorre que o que é proposto de diferente do centro é, muitas vezes, rotulado como atraso. No caso brasileiro, a experiência de um processo de centralização política no Rio de Janeiro e as dificuldades de aceitação da independência em diferentes regiões, sobretudo o norte do país que aqui mais nos interessa, acentuaram as desconfianças herdadas dos regionalismos característicos do período colonial²⁶. Isto compromete a aproximação entre as regiões e no início

²⁴ Na pesquisa destacamos a relação com Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, mas ela pode ser estendida à instituição como um todo. A análise do intercâmbio intelectual entre Studart e Fleiuss não é objetivo deste artigo, mas pode aparecer em momentos apropriados, considerando-se sua centralidade no projeto e o fato de Fleiuss ser uma espécie de porta de entrada para aqueles que buscavam ser aceitos e reconhecidos na instituição.

²⁵ GINZBURG, Carlo (1989). "História da Arte Italiana". In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. (org). *A Micro-história e outros ensaios*, São Paulo: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, p. 5-93; p. 51.

²⁶ Sobre o assunto, ver, entre outros: DIAS, Maria Odila Leite da S. (2009). *A interiorização da metrópole e outros ensaios*. 2ª Ed, São Paulo: Alameda; MATTOS, Ilmar R. de (2004). *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 5ª Ed. SP: Hucitec; GRAHAM, Richard

do período republicano a preocupação com a integração ainda era latente no âmbito político. Ao mesmo tempo, percebemos a atuação de intelectuais buscando o desenvolvimento destes diálogos. Assim, embora não tratemos de arte, como Ginzburg, cabe apontar para uma tradição historiográfica construída pelo viés da centralização que estabeleceu lugares determinados para o centro e a periferia, sendo esta frequentemente rotulada pelo atraso. A história escrita no centro não trata da suposta periferia, a não ser que suas ações e marcos históricos estejam interligados com os interesses da Capital.

Lembramos que, embora um projeto já iniciado em 1862 com a fundação do primeiro Instituto Histórico regional em Pernambuco, o IHGB no início da República investia no crescimento destas filiais, como forma de fortalecimento diante dos obstáculos apresentados pela nova forma de governo a uma instituição historicamente monarquista e católica. O intercâmbio entre o IHGB e os institutos regionais se inseria ainda numa tentativa de inserção das diferentes regiões brasileiras na escrita da história, de modo a integrar o regional ao nacional e conferir certa homogeneidade à diversidade brasileira. Assim, a história produzida seria uma história do Brasil e não um olhar do centro sobre si mesmo, o que era importante tanto para o Instituto quanto para suas filiais regionais. Centro e periferia se relacionam de forma fluida e recíproca, a partir de acordos e conflitos que envolvem expectativas individuais e coletivas. Neste sentido, autor de muitos trabalhos sobre a história do Ceará, Studart, intelectual aqui destacado, fez da *Revista do Instituto do Ceará*, por exemplo, palco privilegiado de construção da identidade regional. Nela biografou personagens da província, organizou datas e acontecimentos

(2001). "Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado". *Revista Diálogos*, DHI/UEM, n. 1, v. 5, pp. 11-47.

históricos e legitimou sua própria influência ao publicar textos de intelectuais cearenses renomados em âmbito nacional, como Capistrano de Abreu. Por meio do investimento na revista, no Instituto e na organização do seu vasto acervo, contribuiu para a construção de uma identidade cearense, inserida em um quadro nacional que a legitimava.

Neste breve artigo, não obstante, conferimos destaque a uma reflexão acerca dos significados da atuação de um historiador bastante relevante na configuração do campo historiográfico cearense e brasileiro – em certa medida – como militante católico e fundador e organizador, durante 42 anos, da Sociedade São Vicente de Paulo. Isto porque no processo de reconstrução identitária regional e nacional do qual participava, a religião assume papel a ser considerado. Não por acaso, a maior parte dos historiadores envolvidos em instituições históricas preocupadas com a questão da unidade e da integração nacional nas primeiras décadas republicanas, como o IHGB e o Instituto do Ceará, é católica. No caso de Studart, um católico muito atuante na defesa da doutrina e das instituições católicas. Direta ou indiretamente, eles compartilhavam uma rede de sociabilidade e uma visão de mundo que influíam na maneira como pensavam a história. Buscavam unir a diversidade brasileira²⁷ em um discurso homogêneo e que destacasse as ações da Igreja Católica na formação nacional, com ênfase no papel da Companhia de Jesus.

Neste sentido, acreditamos que a história nacional oficial tenha refletido os interesses de uma construção identitária católica, pacífica

²⁷ De inspiração neotomista, a ideia de unidade na multiplicidade estava marcadamente presente no pensamento de teóricos católicos do início do século XX. Posterior a Studart, o filósofo francês Jacques Maritain, bastante apropriado por intelectuais católicos no Brasil, a teve (nos anos 1930/40) como uma de suas principais premissas. Seu livro *Distinguir para Unir* (com primeira edição datada de 1932) é um exemplo disto. Ver: MARITAIN, Jacques (1947). *Distinguir para Unir o Los Grados del Saber*, Tomo I, Buenos Aires: Ediciones Desclée de Brouwer.

e unificada. Em um país onde a religião, mesmo nos momentos de transição, não perde seu espaço, é relevante perceber as influências da cultura e das ideias religiosas na escrita da história. Para Marcel Gauchet²⁸, após a Revolução Francesa, o mundo religioso foi substituído pelo mundo da história. Isto fez com que a ideia de progresso, que então ganhava força, se desenvolvesse a partir de uma lógica religiosa, conjugando-se a ela. A história reuniria, portanto, progresso e religião, tradição e modernidade. Assim, pensando esta relação entre história, identidades e cultura religiosa, acreditamos que, ao contrário do que diz Reinhart Koselleck²⁹ acerca do contexto pós-iluminista em países como França e Alemanha, nas sociedades de formação ibérica a história permanece a mestra da vida. Evidentemente, não se trata do *topos* ciceroniano *historia magistra vitae*. Estava claro que a história não se repetiria. Neste contexto, não prevalecia mais uma visão cíclica do tempo e a noção de um futuro imprevisível, ainda que prognosticável, já havia se imposto desde o século XVIII. Não obstante, com a história seria possível aprender valores e experiências necessários para a legitimação de uma nação heterogênea e em busca de identidade. Entre eles, destacamos a ordem e as hierarquias, fundamentais na estruturação de uma sociedade excludente como a brasileira. Partes da cultura política luso-brasileira, estas ideias atravessaram a República positivista cujos lemas principais eram a ordem e o progresso.

A compreensão mais clara da questão exige um esboço do posicionamento da Igreja Católica diante da proclamação da

²⁸ GAUCHET, Marcel (2008). *La condition historique. Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron*, Paris: Gallimard.

²⁹ KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, RJ: Contraponto: PUC-Rio.

República em 1889. Neste contexto, ao mesmo tempo em que Igreja e Estado disputaram poder, o fim do padroado representou maior autonomia para a primeira. Representantes do pensamento católico, como Antônio Carlos Villaça, consideram o período como de "*liberdade para o catolicismo*"³⁰. Para o autor, desde a chamada "questão religiosa" nos anos 1870 a Igreja foi se libertando das amarras do padroado. O conflito entre ultramontanismo e regalismo que interferiu nas relações entre a Igreja Católica, a maçonaria e o Imperador Dom Pedro II, se tornou uma das principais questões do fim do Império e representou um desafio para intelectuais de vários campos. Já muito forte no final do século XIX, o ultramontanismo, que defendia a relação direta da Igreja com Roma e não com o Imperador, acabou influenciando um grande número de intelectuais católicos que perceberam na República o surgimento de novas alternativas para o catolicismo.

Os conflitos foram muitos e a Igreja seguiu defendendo sua posição em questões como ensino, propriedade, família e direitos. Porém, nas primeiras décadas republicanas mantém uma relação complexa com o Estado positivista. Segundo Roberto Romano, além da liberdade conquistada em relação ao período monárquico, a Igreja também contou com um tratamento ambíguo por parte dele. Isto porque, apesar da desconfiança em relação às ideias religiosas, os positivistas percebiam na tradição católica brasileira, caracterizada por ordem e hierarquia, sua própria possibilidade de consolidação. Ainda de acordo com o autor, percebendo a força da religião na manutenção da unidade, "*o positivismo representa-se como continuador, em um nível mais elevado do movimento católico,*

³⁰ VILLAÇA, Antônio Carlos (2006). *O pensamento católico no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 91.

*enquanto força e coesão do todo social*³¹. Em outro de seus trabalhos, Romano lembra que um *"antimodernismo católico"*³² esteve presente em boa parte das ideias contra-revolucionárias defendidas após a Revolução Francesa. Teóricos como o próprio Comte refletem esta influência. No caso brasileiro, ela perpassa sociedade e política deixando marcas de uma tradição conservadora e autoritária. Portanto, as rupturas e continuidades são evidentes, sendo necessário situar neste contexto o historiador que analisamos e perceber o quanto estes conflitos influenciaram em seu olhar sobre o passado.

Não aprofundaremos os textos de Studart nos limites deste artigo, mas cabe afirmar que, buscando alcançar unidade e cordialidade a partir da escrita da história, homens como ele se viram em meio a estes impasses: mantinham a religiosidade e, ao mesmo tempo, encontravam no positivismo um método e justificativas racionais para seus argumentos. Ele exemplifica, portanto, a própria ambiguidade da qual tratamos. Não por acaso, investiam na narrativa linear dos acontecimentos, no destaque aos considerados grandes personagens históricos e na organização de arquivos com farta documentação, como vimos ser o seu caso. Estas influências positivistas podem ser percebidas na forma como ele mesmo definiu seu trabalho. Sua fala a este respeito foi reproduzida postumamente pelo *Jornal do Commercio* em nota de falecimento publicada no dia 27 de setembro de 1938:

"Forneço factos e constato, relembro aspectos e caracteres, formas, tonalidades, faço uma sementeira da reminiscência, junto o disperso, fixo o fluctuante, prendo o erradio ou fugitivo, integro coisas movediças e desassociadas, aponto para imitação exemplos de honradez e civismo.

³¹ ROMANO, Roberto (1979). *Brasil: Igreja contra Estado*, São Paulo: Kairós, p. 121.

³² ROMANO (1997). *Conservadorismo romântico*, São Paulo: UNESP, p. 15.

Foi esse tão somente o meu intento. Já é uma tarefa árdua".³³

Não sabemos a data exata desta fala, mas o mesmo Studart que diz reunir e constatar fatos e apontar para exemplos de civismo, e que adere a uma história linear, factual e pautada em documentos oficiais, ainda em 1890 no *Boletim da Sociedade São Vicente de Paulo* se posicionava como católico a respeito da proclamação da República, como veremos melhor adiante.

O IHGB e suas filiais regionais não receberam a República de forma otimista. Financiados pelo Imperador, certamente mantinham maior afinidade com o regalismo do que com uma perspectiva ultramontana romanizada. Conforme lembra Lúcia Guimarães³⁴, vistos como focos de divulgação de ideias monárquicas e provocando desconfiança por seus vínculos religiosos, foram combatidos pelo novo governo que obstaculizou financeiramente suas atividades. Uma alternativa para escapar destes conflitos ideológicos parece ter sido o levantamento e a organização de documentos históricos, em especial no período colonial, bastante distante dos acontecimentos recentes. Studart, com sua militância católica, se insere neste processo. Tanto que ao morrer, em 1938, este foi um dos aspectos registrados pela imprensa da época. Citamos aqui mais uma vez o *Jornal do Commercio*, que dizia que Studart "*passara de Imperio para a Republica estudando as origens da nossa civilização*"³⁵. Para o mesmo, "*as mudanças occasionaes dos governos e a agitação*

³³ Barão de Studart. "Seu falecimento no Ceará". *Jornal do Commercio*, 27 de setembro de 1938.

³⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (2007). *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, Rio de Janeiro: Museu da República.

³⁵ Nota de falecimento do Barão de Studart. *Jornal do Commercio*, 27 de setembro de 1938.

*constante do nosso século não [o] arrastaram dos seus cimélios*³⁶. Destacamos o peso da religiosidade nesta frase. Afinal, cimélio, entre outros significados, representa um adorno de igreja. Podemos, então, deduzir que a nota de falecimento se referisse a sua persistência na religiosidade mesmo diante das transformações trazidas pelo processo de secularização na passagem do século. Sua militância se tornou, portanto, parte de sua memória.

Como já dissemos, Studart foi também Barão de Santa Fé. Recebeu o título do Papa Leão XIII em 1900 por intermédio do Bispo Dom Joaquim Vieira, de corte ultramontano. Os méritos utilizados para justificar seu título seriam os de benemérito cidadão, homem de letras, pai de família extremoso e médico humanitário. Segundo reportagem da época³⁷, Studart teria recebido o título diretamente das mãos do bispo com lágrimas nos olhos. Reconhecido e prestigiado por um bispo ultramontano, acreditamos que o Barão de Studart também se vinculasse a estas ideias, o que em si já o complexifica. Afinal, foi um dos fundadores do Instituto do Ceará, vinculado ao IHGB que tinha como mecenas o Imperador e apoiava sua política regalista. Simultaneamente, contribuiu para a recuperação da Igreja no contexto republicano. Por isto, representa um instigante pretexto para a reflexão acerca do posicionamento de historiadores católicos diante dos conflitos que caracterizam o período.

É este Studart católico que destacamos neste artigo. Porém, antes de entrar mais especificamente nesta questão e em sua atuação no Círculo Católico de Fortaleza e na Sociedade São Vicente de Paulo, sobretudo esta última, cabe refletir acerca da rede de sociabilidade

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ver publicação impressa descrevendo a nomeação de Studart como Barão de Santa Fé, 22 de janeiro de 1900. Sem local de publicação. DVD Arquivos do Barão de Studart, Correspondências. Instituto do Ceará.

por ele construída em sua relação com o IHGB. Este ponto, acreditamos, confere relevância ao debate aqui proposto. Lembramos da sua atuação enquanto historiador na reivindicação pela participação do Ceará na história do Brasil. Preocupação que manifestou em diferentes momentos e que o levou a redigir um artigo em 1918 no qual dizia que as províncias do Norte sempre eram preteridas e que "a *História do Brasil é da Bahia para o Sul, cabendo um pouco a Pernambuco e isso por motivo do período Hollandês; os mais Estados do Norte não possuem nem história nem mesmo chronica, parece*"³⁸. Esta fala e o peso simbólico de crítica ao centralismo político e intelectual construído ao longo do processo de consolidação da nação no século XIX já foi analisada por nós em outra ocasião³⁹. Aqui, no entanto, cabe perceber que a tentativa de reverter este quadro no que tange ao Ceará o levou à busca cada vez maior por inserção no IHGB e reconhecimento em sua rede de sociabilidade.

Um bom exemplo disto é a carta enviada a José Francisco da Rocha Pombo, historiador paranaense sócio efetivo do IHGB, em 1909. Nela, Studart comentava o terceiro volume da *História do Brasil*⁴⁰ de Rocha Pombo, fazendo a correção de muitas informações históricas apresentadas pelo autor sobre o Ceará. Diz logo perceber-se que Pombo não possuía o primeiro volume do seu livro *Documentos para a História do Brasil*⁴¹, pois "si o tivera, teria se excusado de discutir alguns assumptos e aventar hyphoteses quando a certeza

³⁸ STUDART, Guilherme (1918). "Estrangeiros e o Ceará". In: *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, Ano XXXII, Tomo XXXII, 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1918, Fortaleza: Typographia Minerva, p. 192.

³⁹ Ver: BARCELOS, Ana Paula (2015). "Escrita da história, catolicismo e integração nacional: Relações centro/periferia nas primeiras décadas republicanas (1889-1931)". In: NEDER, Gizlene; BARCELOS, Ana Paula; SOUSA, Jessie Jane Vieira (Org). *(In)tolerância e cidadania: Secularização, poder e cultura política*, Rio de Janeiro: FAPERJ/Autografia, p. 319-352.

⁴⁰ O primeiro volume data de 1905.

⁴¹ Coletânea iniciada em 1904.

*está feita*⁴². Em tom de ironia, e reivindicando lugar de autoridade ao se tratar da história do Ceará, aproveita a oportunidade para presentear Pombo com um exemplar da obra, pedindo-lhe, inclusive, que a guardasse, pois a edição se encontrava esgotada. Assim, sua obra seria referência obrigatória, erroneamente não consultada pelo historiador paranaense. Não foram poucos os que escreveram a Studart pedindo informações, esclarecendo dúvidas sobre fatos e personagens da história cearense e enviando ou solicitando obras e publicações em geral – algo comum no intercâmbio intelectual. Entre seus interlocutores, estiveram também Ramiz Galvão e Max Fleiuss, Vieira Fazenda, Clóvis Bevilacqua, Capistrano de Abreu e Afrânio Peixoto – apenas para citar alguns dos mais conhecidos na Capital Federal. A formação de uma ampla rede de sociabilidade auxiliava, evidentemente, no processo de obtenção de reconhecimento e legitimidade. Como lembra Sérgio Miceli⁴³, estas redes sustentam a classe dominante ao favorecerem vínculos sociais, inserção institucional e a construção de carreiras. Sobretudo até os anos 1920, as relações sociais e familiares são fundamentais na formação de trajetórias intelectuais, que a partir dos anos 1930 serão acrescidas de diplomas e credenciais que os legitimam. Deste modo, o IHGB (além do Instituto do Ceará e os demais Institutos Históricos regionais) funcionava como local de sociabilidade privilegiado para historiadores.

Este brevíssimo panorama da atuação de Studart no campo historiográfico ilustra seu empenho na escrita da história do Ceará e seu contato com alguns dos mais conhecidos historiadores de sua geração. Portanto, trata-se de um indivíduo que era parte do campo

⁴² Carta de Guilherme Studart a Rocha Pombo. Fortaleza, 30 de janeiro de 1909.

⁴³ MICELI, Sergio (2001). *Intelectuais à brasileira*. SP: Companhia das Letras.

e obteve reconhecimento por isto. Este é o eixo pelo qual objetivamos relacionar escrita da história e catolicismo no período. Studart era um militante católico, não apenas a partir da década de 1910, quando esta militância se torna mais comum, mas já no calor dos acontecimentos de 1889. Não por acaso se tornou presidente da Sociedade São Vicente de Paulo no mesmo ano da proclamação e foi nomeado Barão de Santa Fé em 1900. Provavelmente o título era consequência direta da sua liderança católica manifestada em diferentes associações, em especial na SSVP. Portanto, o historiador era também o líder católico. Na passagem do século XIX para o XX, estas duas faces se viram diante do processo de secularização republicana e da separação entre Igreja e Estado que interferia nas instituições históricas nas quais se inseria e na própria leitura de história, que agora não poderia mais ser laudatória à monarquia, à dinastia de Bragança, aos Imperadores e à Igreja Católica. A própria ênfase na história colonial, como dissemos, pode ter vínculos não apenas com a tendência historiográfica da época de se analisar períodos mais distantes, mas também com a dificuldade conjuntural de se trabalhar a monarquia encerrada havia pouco.

Em sua militância católica, Studart foi redator dos estatutos do Círculo Católico de Fortaleza. Neles afirmou que o objetivo do Círculo era *"fornecer aos seus membros os meios de estudar (...) verdades religiosas bem como suas provas"*⁴⁴. Para ele, o verdadeiro católico deveria não apenas crer, mas também expressar sua fé através do apostolado, *"o apostolado da Fé por meio da palavra"*⁴⁵. Lembramos do incentivo da Igreja ao apostolado a partir da década de 1870, a fim de divulgar a doutrina católica – algo necessário do ponto de vista

⁴⁴ Estatutos do Circulo Catholico de Fortaleza, 07 de agosto de 1913. Art. 2.

⁴⁵ Ibidem. Art. 14.

ultramontano. Para além disto, o Barão de Studart foi, por décadas (entre 1889 e 1931), presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo. Este último ponto será nosso foco de análise daqui em diante, com ênfase na leitura do *Boletim da Sociedade São Vicente de Paulo*, já anteriormente referido. Publicado a partir de 1890 e presente no acervo da Sociedade em Fortaleza, o *Boletim* traz interessantes indícios dos dilemas por ele enfrentados no contexto em foco. A mensagem aos confrades publicada em janeiro de 1890 é um bom caminho para a reflexão:

"A nova phase em que vai a igreja brasileira, que o governo provisório separou do estado, exige que vos dirijamos algumas palavras de conforto e animação, afim de que os mais fracos não tropecem nos embaraços numerosos que este estado de cousas, novo para nós, inevitavelmente ha de offerecer, e os ponham em risco de apagar-se nelles o santo lume da fé, já tão amortecido entre nós".⁴⁶

Diante disto, aconselha a união e a caridade como forma de enfrentar os obstáculos do mundo atual. O primeiro pobre que precisaria de caridade e justiça seria a própria Igreja brasileira em razão dos "ataques" do governo provisório. Assim, o *Boletim* defende o culto e o clero católicos nessa conjuntura e recomenda, inclusive, a arrecadação de verbas entre os fiéis para a manutenção das atividades da Igreja. Acrescenta ainda:

"A Igreja lamenta a separação dos Estados christãos; porque tal separação restringe de certo modo a sua actividade espiritual, que ella emprega toda na salvação e sanctificação de seus filhos com amor de Mãe extremosa. Em princípio, a separação da Igreja e do Estado está condemnada na LV proposição do Syllabus.

⁴⁶ *Boletim Brasileiro da Sociedade São Vicente de Paulo*, N.1, janeiro de 1890, p. 1.

Nunca portanto a Igreja se separa voluntariamente do Estado Christão; é sempre este que della se separa voluntariamente.

Mas deveis reparar que a Igreja é para os Estados christãos, aquillo que a alma é para o corpo – principio de vida.

Ora, quando o corpo se separa da alma, a corrupção e a decomposição invadem sómente o corpo, e não o espirito que é incorruptivel.

Analogo phenomeno moral se produz quando o Estado se separa da Igreja.

Deos entretanto apropria áquella Igreja separada um novo corpo, onde ella possa exercer a sua indefectivel actividade espiritual.

As chagas da Igreja brasileira são grandes e profundas. Em todo o seu corpo se notam os vergões por onde passavam as peias do tyrannico padroado, que a arrochavam, a troco das migalhas que, de má vontade, lhe atiravam os governos da Monarchia.

Ao menos essas peias hoje cahiram, e embora, com os membros ainda entorpecidos ao arrocho secular, a Igreja brasileira póde mover-se agora com mais liberdade, e a sua vida divina póde agora expandir-se com mais facilidade por todo o corpo”.⁴⁷

A mensagem ao mesmo tempo acusa o Estado de medidas abusivas contra a Igreja e conclui:

"Já vêdes, caros Confrades, que a condição da Igreja brasileira sob a Monarchia era comparavel á da mulher mal casada, todos os dias acorrentada e maltratada por marido brutal.

Dando-lhe hoje carta de repudio, ao menos o governo provisorio restituiu-o-lhe a liberdade de acção, e não lhe negou por ora, todos os meios de subsistencia.

(...)

Deos que alimenta quotidianamente os pobres passarinhos, veste-os de lindas pennas, negará

⁴⁷ Ibidem, p. 4-5.

*por ventura o sustento á sua Egreja, desolada e lavada em lagrimas? Não certamente”.*⁴⁸

‘Por fim, convoca as pastorais e os líderes católicos na defesa da Igreja, diferenciando o cidadão do católico, pois o primeiro existiria apenas até a morte e o segundo viveria pela eternidade:

“Quanto ás dificuldades que apparecerem entre os nossos deveres de cidadãos e os de filhos obedientes da Egreja, ser-nos-hão aplainadas pelas pastoraes de nossos bispos, e os conselhos de nossos pastores.

Estas dificuldades não podem entretanto ser grandes, porque o governo provisorio respeita, como declarou, a liberdade de consciencia.

*Mas, nunca percamos da memoria, que cidadãos sel-o-hemos tão sómente até á hora da nossa morte; porém, filhos da Egreja, sel-o-hemos por toda a eternidade”.*⁴⁹

Não temos clareza de que tenha sido Studart o autor da mensagem, mas ele já era presidente da Sociedade em Fortaleza. Portanto, a probabilidade é grande ou, ao menos, compreendemos a fala como vinculada ao seu pensamento. Não nos surpreende o tom simpático à separação entre Igreja e Estado. Segundo o autor do texto, o mais correto seria a união, mas, como no Oitocentos no Brasil a Igreja se vira aprisionada ao Estado pelo padroado e pelo regalismo (*“acorrentada e maltratada por marido brutal”*), a proclamação da República representava uma oportunidade de autonomização. O fiel católico enfrentaria os obstáculos trabalhando em prol do fortalecimento da instituição, reinserindo-a na nova conjuntura. Percebemos aqui os ecos de uma importante questão já analisada: o conflito entre ultramontanismo e regalismo que interferiu nas relações

⁴⁸ Ibidem, p. 6-7.

⁴⁹ Ibidem, p. 7-8.

entre a Igreja Católica, a maçonaria e o Imperador Dom Pedro II, se tornando um dos principais focos de tensão no fim do Império.

Ainda em 1890, no mesmo Boletim, Studart se posicionava como católico a respeito da proclamação da República. A edição de agosto reproduzia o discurso do presidente do Conselho Central de Fortaleza (Studart) em assembleia geral de 20 de abril daquele ano. A fala era dirigida ao bispo Dom Joaquim José Vieira e tratava basicamente das obras de caridade feitas pela Sociedade. Em meio a ela, no entanto, Studart criticava aqueles que queriam apagar no Ceará os valores da religião e da tradição. Neste sentido, pergunta-se: *"Porventura o commungar na taça das idéas catholicas constituirá um impecilho, prohibirá a alguem de ser republicano?"*.⁵⁰ Aponta pelo mundo católicos dedicados que seriam republicanos, procurando mostrar como as esferas são conciliáveis. Diz: *"A Egreja, pois, não discute fórmias de governo, não cogita de impôr aos crentes doutrinas e theorias sobre fórmias de governo"*.⁵¹ Contudo, defende os direitos da Igreja no Estado republicano e sua autonomia, bem como da Sociedade que presidia:

"(...) não pódem attingir as nossas reuniões, penetrar no recinto de nossas sessões o ruído das lutas inglorias da politica, os esgares, as vozes descompassadas do partidarismo. A Sociedade de S. Vicente prende, une, identifica; a intolerancia, que é a filha legitima das divergencias politicas, corrompe, estraga, enfraquece".⁵²

Mais adiante ainda afirma: *"(...) o Ceará póde e tem a obrigação de ser um Estado alimentado nas crenças catholicas, dirigido pelo Espirito da luz e de força, que cura as nações enfermas e faz os povos*

⁵⁰ *Boletim Brasileiro da Sociedade São Vicente de Paulo*, N. 8, agosto de 1890, p. 171.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Ibidem*.

*verdadeiramente grandes e felizes (...)*⁵³. Studart defende, assim, que o Estado republicano seria conciliável com as ideias católicas. O catolicismo e a Igreja Católica não seriam inimigos do Estado e por isso não deveriam ser por ele combatidos, sendo a intolerância fruto das divergências políticas. Fica claro neste discurso de agosto de 1890 que o médico e historiador também era um pensador católico, de corte ultramontano, que buscava soluções para os obstáculos enfrentados pela Igreja na conjuntura republicana e positivista. Acreditamos que este dilema não era apenas de Studart, mas de intelectuais católicos em geral, muitos deles inseridos em instituições históricas como o Instituto do Ceará e o IHGB aqui abordados.

No caso de Studart parece que sua atuação em defesa das ideias, associações e instituições católicas foi característica de um militante e reconhecida pela Igreja que, como sabemos, em 1900 o nomeou Barão de Santa Fé. Em 22 de novembro de 1931, quando deixou a presidência da SSVP, transferiu o cargo para Raimundo Alencar Araripe na presença do arcebispo de Fortaleza Dom Manoel da Silva Gomes. Este alegou que o Barão deixava a função, pois a idade e as condições de saúde o impediam de continuar e que seguiria como presidente perpétuo a partir de então. O arcebispo afirmou frequentar a Sociedade há 20 anos e ter se acostumado a ver o Barão de Studart *"visceralmente ligado"*⁵⁴ a ela, *"constituindo como que uma só e mesma cousa"*⁵⁵. Destaca o zelo e a dedicação de Studart que, aliás, também se pronunciou na ocasião:

"Cento e vinte e seis vezes tive ocasião de falar aos confrades de Fortaleza, em sessões da assembléa geral, ora a respeito das obras mantidas pela Sociedade, mostrando a

⁵³ Ibidem, p. 172.

⁵⁴ *Boletim Brasileiro da Sociedade São Vicente de Paulo*, novembro e dezembro de 1931, p. 2.

⁵⁵ Ibidem.

*necessidade de intensifica-las, apontando as faltas e as deficiências de algumas, expondo os magníficos resultados obtidos; ora sobre os Conselhos e Conferências da capital e do interior do Estado, sua marcha, seus progressos e desfalecimentos; ora sobre a memória dos companheiros arrebatados pela morte”.*⁵⁶

Em 1938, quando da sua morte, foi caracterizado no mesmo Boletim como “eminente católico”, além de “grande historiador, publicista notável, homem de ciência e de letras, tudo isso dele fizeram o maior vulto do cenário intelectual da sua geração, nesta parte do país”⁵⁷. No mesmo texto, sem autoria, consta referência ao recebimento do título de Barão pelo Papa:

*“(…) foi agraciado com o título de Barão de Studart pelos grandes serviços prestados à Sociedade de São Vicente de Paulo, na qualidade de presidente do Conselho Central, posto em que se manteve durante cinquenta anos e que somente deixou, quando seu precário estado de saúde lhe não permitiu mais exercer a sua atividade”.*⁵⁸

O autor do texto ainda volta a se referir a sua atuação como historiador e cita falas de Capistrano de Abreu e Vieira Fazenda a seu respeito:

“Do Barão de Studart disse o grande Capistrano de Abreu:

‘Dos socios do Instituto do Ceará nem um se avantajava ao dr. Studart em dedicação à história do torrão natal. Os outros cultivam-na nas horas vagas; ele abandonou tudo para entregar-se a ela. Pesquisas aturadas, viagens aquém e além-mar, copias dispendiosíssimas, quando ele proprio não

⁵⁶ Ibidem, p. 4.

⁵⁷ *Boletim Brasileiro da Sociedade São Vicente de Paulo*, setembro e outubro de 1938, p. 1.

⁵⁸ Ibidem, p. 2.

as podia extrair, a montagem de uma oficina tipográfica para impressão de seus escritos, ainda não esgotam a lista de tudo quanto tem feito'. Pelo seu muito valor constituiu-se o Barão de Studart, a quem o grande historiador Vieira Fazenda chamou 'o Alexandre Herculano do Norte do Brasil', o diretor mental da História do Ceará".⁵⁹

Em meio às homenagens do periódico, aparece ainda um artigo assinado por Júlio Oliveira Filho onde é chamado de "*vicentino modelar*".⁶⁰ O autor destaca o polimorfismo da atuação intelectual do Barão na história, na medicina, na imprensa, na militância pela abolição⁶¹ e na atuação religiosa, tendo como uma de suas principais motivações a caridade e o combate à fome oriunda das secas⁶². Ora, em previsível tom laudatório, os textos do Boletim sobre Studart em 1931 e 1938 apresentam o historiador para além de sua atuação católica. Na fonte ele é reconhecido e legitimado como intelectual católico, mas não necessariamente produtor de conhecimento para o campo católico e sim inserido em muitas esferas da sociedade – a religião, a política, a medicina, a imprensa e a pesquisa histórica.

⁵⁹ Ibidem, p. 3.

⁶⁰ Ibidem, p. 4.

⁶¹ A abolição da escravidão no Ceará ocorreu em 1884, tornando-se um dos principais marcos identitários do estado ao longo de todo o século XX. O movimento contou com a atuação de sociedades abolicionistas, como a Sociedade Cearense Libertadora e o Centro Abolicionista 25 de Dezembro. Studart participou da primeira, afastando-se em razão dos rumos mais radicais por ela assumidos e contribuindo para a fundação da segunda, de caráter conservador. Sua atuação como abolicionista não é tema deste artigo, mas foi considerada na pesquisa mais ampla da qual ele faz parte. Para exemplo de um autor que em muito contribuiu para a perspectiva memorialística que consolidou o acontecimento como emblemático e exemplo do Ceará para o Brasil, ver: GIRÃO, Raimundo (1984). *A Abolição no Ceará*, 3ª Edição, Fortaleza/Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto.

⁶² Na seca de 1915, a migração de flagelados para Fortaleza levou a campanhas de caridade organizadas por associações como o Círculo Católico de Fortaleza e a Sociedade São Vicente de Paulo. Studart liderou algumas destas campanhas. Lembramos que as secas são tema recorrente na intelectualidade cearense, incluindo-se o campo da historiografia, ao longo de todo o século XX. José Honório Rodrigues chegou a dizer que as secas forneceram elementos para a construção deste campo, bem como do campo literário cearense. Aqui a ideia de força e resistência contra as adversidades naturais ganha destaque como marco identitário da região. Do autor, ver: RODRIGUES, José Honório (1959). "A historiografia cearense na Revista do Instituto do Ceará". In: *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, p. 9-41.

Seria o “bom católico” que agia em sua sociedade como um todo. Visão bastante apropriada para a conjuntura de entrada da Ação Católica no Brasil na década de 1930.

Em meio a cultura religiosa que envolve a sociedade brasileira, a religião católica funciona como fator que agrega, soma, une as diferenças, simula homogeneidade. Esta era a visão de Studart e de vários outros membros dos Institutos Históricos, mesmo que, evidentemente, possam ser percebidas divergências ou distintas nuances em seus pensamentos. Por esta razão, sugerimos que os estudos de historiografia brasileira, sobretudo no período que engloba o chamado longo século XIX, leve em consideração a cultura e as ideias religiosas na compreensão das leituras do passado, especialmente em conjunturas de transição. O olhar católico sobre a história não perdeu espaço no contexto da República positivista, apenas foi conjugado a valores modernos que, no campo da escrita da história, tiveram aspectos prioritariamente metodológicos. Por isto, pensamos a escrita da história envolvida por uma cultura religiosa que contribui amplamente para a legitimação de um país católico mediante os avanços da laicização. Ela se apresenta, deste modo, impregnada com valores tradicionais que marcam nossa formação histórica e cultural. Historiadores com fortes vínculos católicos imprimem a marca desta identidade na história escrita e ensinada nas primeiras décadas republicanas. A ideia de unidade e homogeneidade na diversidade pode ser exemplificada na própria história do Ceará. Mesmo quando as particularidades eram destacadas, elas compunham um quadro de contribuições do âmbito regional para o nacional. A abolição da escravidão na província, ocorrida em 1884, é um exemplo claro disto. Aqueles que a estudaram na primeira metade do século XX, como o próprio Studart, destacaram

o pioneirismo da ação e sua capacidade de inspirar o restante do país. No decorrer do século, esta imagem vanguardista continuou fortalecida tornando-se um dos marcos de legitimação da identidade regional⁶³. Aqui trata-se de uma particularidade que somente faz sentido se inserida no todo mais geral que a reconhece e legitima.

Do outro lado, lembramos que para o centro do poder político no Rio de Janeiro e para o IHGB, a ideia de uma parte integrada e contribuindo para o todo era bastante interessante. Afinal, a construção de identidades nacionais parte diretamente deste processo. Para Anne-Marie Thiesse, a construção das nações requer ancestrais, filiação, origens e feitos glorificadores. A autora estuda o contexto europeu no século XIX. Porém, muito da sua discussão esclarece pontos importantes a respeito do caso brasileiro no período aqui trabalhado. Segundo ela, "*as nações modernas não foram construídas senão pelo relato de suas histórias oficiais*"⁶⁴. Este relato, ao ser pedagogicamente transmitido contribui para que um patrimônio comum seja inventariado. Investimento necessário em um país historicamente recortado por regionalismos. Além disto, segundo ela, "*(...) a construção das identidades nacionais foi acompanhada da elaboração de identidades locais, concebidas segundo modalidades similares, mas elas foram colocadas como secundárias, subordinadas à identidade nacional e não contraditórias para com elas*".⁶⁵

Para Benedict Anderson, ao forjar elos comuns, a história atuaria na formação da nação como uma comunidade imaginada. Entendendo

⁶³ Rever nota 40.

⁶⁴ THIESSE, Anne-Marie (2001). *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XIX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, p. 11. Tradução da autora deste trabalho. Em idioma original: "*Les nations modernes ont été construites autrement que ne le racontent leurs histoires officielles*".

⁶⁵ THIESSE, Anne-Marie (2001/2002). "Ficções criadoras: as identidades nacionais". In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, p. 8.

a nação e os nacionalismos como, "*produtos culturais específicos*"⁶⁶, Anderson defende que para compreendê-los é preciso considerar suas origens históricas e as transformações de significado ao longo do tempo. O autor ainda propõe que a nação seja definida como "*uma comunidade política imaginada*"⁶⁷, limitada e soberana. No que se refere ao nosso tema, reconhecemos no texto de Anderson a relevância de trazer aspectos culturais e imaginários para se pensar as nações. Aspectos muito presentes na construção de um retrato idealizado de Brasil elaborado por historiadores ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Neste contexto, quando a nação já se encontrava estruturada e a identidade nacional era ainda um problema, o olhar sobre o passado era fundamental. Segundo Anderson, ele alimentava as reflexões intelectuais da segunda metade do século XIX, contribuindo para o "*processo de leitura genealógica do nacionalismo – como expressão de uma tradição histórica continuada serial*"⁶⁸. A história aproximaria os vivos dos mortos que serviriam de base para o sentimento de nacionalidade. Com ela, seria possível ainda esquecer o que deve ser esquecido, lembrar o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado.

Enfim, diante das reflexões aqui levantadas a respeito da escrita da história e seus vínculos com a construção da nação e das identidades regionais e nacionais, bem como com a cultura religiosa que marca a sociedade brasileira, percebemos o quanto a figura do Barão de Studart serve como janela de reflexão para uma análise mais ampla que historiciza o próprio campo historiográfico no Brasil. Acreditamos que a passagem do século XIX para o XX, marcada pela

⁶⁶ ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras, p. 30.

⁶⁷ Ibidem, p. 32.

⁶⁸ Ibidem, p. 266.

reconstituição do Estado sob forma republicana, foi também um período de reconstrução identitária no qual diferentes projetos foram apresentados. Entre eles estava um projeto católico que visava à reafirmação da religião como amálgama do país, ainda que o Estado não fosse mais confessional. Isto em meio a expectativas de autonomia após as amarras impostas pelo padroado. Temos, assim, a conjugação entre fé e razão, tradição e modernidade e a manutenção da ordem e das hierarquias caras à classe dominante, ao Estado positivista e também à Igreja. É neste ponto que para Studart, na Sociedade São Vicente de Paulo em 1890, ou seja, no calor dos acontecimentos e buscando caminhos de adaptação à nova conjuntura, "*commungar na taça das idéas catholicas*" não "*proibirá a alguém de ser republicano*". Pelas razões aqui defendidas, escrita da história, conjuntura política e cultura religiosa, ao serem relacionadas, oferecem uma instigante via de historicização do próprio campo historiográfico no Brasil.

Referências

Fontes:

Barão de Studart. "Seu falecimento no Ceará". *Jornal do Commercio*, 27 de setembro de 1938.

Boletim Brasileiro da Sociedade São Vicente de Paulo, janeiro de 1890; agosto de 1890; novembro e dezembro de 1931; setembro e outubro de 1938.

Carta de Guilherme Studart a Rocha Pombo. Fortaleza, 30 de janeiro de 1909.

Estatutos do Circulo Catholico de Fortaleza, 07 de agosto de 1913.

Nomeação de Studart como Barão de Santa Fé, 22 de janeiro de 1900. Sem local de publicação. DVD Arquivos do Barão de Studart, Correspondências. Instituto do Ceará.

Nota de falecimento do Barão de Studart. *Jornal do Commercio*, 27 de setembro de 1938.

Studart, Guilherme (1918). "Estrangeiros e o Ceará". In: *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, Ano XXXII, Tomo XXXII, 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1918, Fortaleza: Typographia Minerva, p. 191-274.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo: Companhia das Letras.

BARCELOS, Ana Paula (2015). "Escrita da história, catolicismo e integração nacional: Relações centro/periferia nas primeiras décadas republicanas (1889-1931)". In: NEDER, Gizlene; BARCELOS, Ana Paula; SOUSA, Jessie Jane Vieira (Org). *(In)tolerância e cidadania: Secularização, poder e cultura política*, Rio de Janeiro: FAPERJ/Autografia, p. 319-352.

DIAS, Maria Odila Leite da S. (2009). *A interiorização da metrópole e outros ensaios*. 2ª Ed, São Paulo: Alameda.

Gauchet, Marcel (2008). *La condition historique. Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron*, Paris: Gallimard.

GINZBURG, Carlo (1989). "História da Arte Italiana". In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. (org). *A Micro-história e outros ensaios*, São Paulo: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, p. 5-93.

GIRÃO, Raimundo (1984). *A Abolição no Ceará*, 3º Edição, Fortaleza/Ceará: Secretaria de Cultura e Desporto.

GRAHAM, Richard (2001). "Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado". *Revista Diálogos*, DHI/UEM, n. 1, v. 5, pp. 11-47.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (2007). *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*, Rio de Janeiro: Museu da República.

KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, RJ: Contraponto: PUC-Rio.

MARITAIN, Jacques (1947). *Distinguir para Unir o Los Grados del Saber*, Tomo I, Buenos Aires: Ediciones Desclée de Brouwer.

MATTOS, Ilmar R. de (2004). *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*. 5ª Ed. SP: Hucitec.

MICELI, Sergio (2001). *Intelectuais à brasileira*. SP: Companhia das Letras.

RODRIGUES, José Honório (1959). "A historiografia cearense na Revista do Instituto do Ceará". In: *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, p. 9-41.

ROMANO, Roberto (1979). *Brasil: Igreja contra Estado*, São Paulo: Kairós.

_____ (1997). *Conservadorismo romântico*, São Paulo: UNESP.

THIESSE, Anne-Marie (2001/2002). "Ficções criadoras: as identidades nacionais". In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23.

_____ (2001). *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XIX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil.

VILLAÇA, Antônio Carlos (2006). *O pensamento católico no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Capítulo 4

GISÁLIO CERQUEIRA FILHO E TEORIA POLÍTICA ANALÍTICA

Anna Marina Barbará Pinheiro⁶⁹

⁶⁹ Doutora em História pela UFF. Professora do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Falar de Gisálio Cerqueira Filho significa revisitar toda a minha trajetória nas Ciências Sociais, já que estive ligada a esse brilhante professor desde meus primeiros passos nesse percurso. Difícil também construir um texto, que se restrinja à influência teórico-metodológica que Gisálio exerceu em minha formação, já que são inúmeras as lembranças de diferentes vivências, em conjunturas políticas e afetivas diversas.

Quando entrei na PUC, no final dos anos 80, todos os holofotes voltavam-se para Gisálio. O curso de Sociologia e Política oferecia aos alunos uma densa formação teórica nas três subáreas das ciências sociais, com uma forte ênfase marxista e Gisálio chefiava o Departamento. Logo no primeiro período fui sua aluna numa disciplina criada por ele que se intitulava "Sociologia da vida cotidiana".

Nessa disciplina me vi, a um só tempo, aterrorizada ante a leitura de Agnes Heller, uma autora de difícil compreensão para quem acabava de sair do ensino médio, e a fascinante proposta de trabalhar com as contradições entre o pensar, o agir, e o sentir. Aos poucos, parecíamos tocar, no curso, em pontos nevrálgicos da realidade do país e das subjetividades de todos nós.

Logo me deparei com a leitura do livro "Brasil: violência e conciliação no dia-a-dia", uma coautoria de Gisálio com Gizlene Neder (difícil não mencioná-la nesse texto) e com discussões que me são muito caras até hoje; a discussão acerca da dificuldade de se trabalhar com um conceito de violência, embora práticas violentas sejam recorrentes na história do Brasil, a violência simbólica do discurso que oculta tais práticas do imaginário sobre o país, a prática da conciliação

como forma de dominação e a interpretação acerca do famoso “jeitinho brasileiro” como prática de corrupção.⁷⁰

Depois de “Sociologia da vida cotidiana” muitas outras disciplinas vieram, cursadas com o professor “Teoria Política Brasileira”, “Teoria Política de Antônio Gramsci”, “Ideologias na América Latina”... Mas tocada que havia sido, pelo debate acerca da violência, decidi trabalhar com a temática da violência de gênero em minha monografia de bacharelado em Sociologia e Política.

Na PUC, o debate sobre gênero, ou sobre a então chamada questão da mulher, fervilhava desde o início da década, com a criação do NEM- Núcleo de Estudos sobre a Mulher, em 1982. Mas, das discussões que a mim chegaram naquele período, as que me falavam mais de perto eram as articuladas por Gizlene Neder, em suas pesquisas. Fui bolsista de Iniciação Científica de Gizlene na pesquisa “Escola e Família; professoras e mães: as práticas pedagógicas e a reprodução da violência no Imaginário Social”, ocasião em que pude tomar contato com a temática das relações de gênero, tal como trabalhada pela professora, de quem também fui muitas vezes, aluna.

Com as forças conservadoras desarticulando o Departamento de Sociologia e Política que conheci, Gizlene, assim como outros excelentes professores que tive, foram afastados da PUC, e a orientação de minha monografia, intitulada “A Condição feminina no Imaginário Social Brasileiro: uma análise crítica da representação da mulher na imprensa popular” foi encaminhada por ela ao Gisálio.⁷¹

⁷⁰ CERQUEIRA FILHO, Gisálio & NEDER, Gizlene. *Brasil: Violência & Conciliação no Dia-a-dia*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1987.

⁷¹ PINHEIRO, Anna Marina Madureira de Pinho Barbará (1993). *A Condição Feminina no Imaginário Social Brasileiro: Uma Análise Crítica da Representação da Mulher na "Imprensa Popular*. Monografia de Bacharelado em Sociologia e Política. Rio de Janeiro. PUC/RJ.

Assumindo a orientação, Gisálio produziu uma reviravolta no trabalho, sugerindo que eu fizesse um clipping dos jornais “O Povo”, “O Dia” e “A Notícia”, que constituiria o material empírico da monografia, e indicando para realizar a análise entre outros títulos, dois particularmente importantes, “Mulher: objeto de cama e mesa”, de Heloneida Studart, um sucesso editorial da Vozes dos anos 70 (STUDART: 1980), e “Reflexões em torno de uma teoria do discurso político”, uma publicação do *Soc. Pesquisadores Associados em Ciências Sociais*, de autoria do próprio Gisálio.⁷²

O livro de Heloneida propiciou-me o primeiro contato com o feminismo, e o de Gisálio, a possibilidade de iniciar-me na difícil prática da análise de discurso tal como realizada pelo autor, com o suporte da Psicanálise. Lembro-me que no decorrer do processo de elaboração da monografia cometi o lapso de substituir a expressão “instintos sexuais masculinos”, na análise de um relato de violência sexual de um dos jornais estudados, por “extintos sexuais”, ao que o professor interpretou como reação inconsciente à misoginia presente, tanto no ato relatado, quanto no discurso do próprio jornal. Momentos como este, em que o método de análise adotado incidia sob mim e minhas vivências, para além dos contextos específicos das pesquisas, foram muitos, ao longo de todos esses anos, em que fui aluna de Gisálio.

Com relação à monografia, importa ainda agradecer, mais uma vez, ao professor, depois de todos esses anos, pelas excelentes condições em que pude realizá-la. Eram os idos de 1993 e Gisálio então conduzia o Centro Unificado de Ensino e Pesquisa (CEUEP), vinculado à Vice-Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, durante

⁷² CERQUEIRA FILHO, Gisálio (1979). *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político*. Rio de Janeiro, Achiamé.

o segundo governo de Leonel Brizola. Integrando a área de pesquisa do CEUEP, ousado projeto idealizado pelo então Vice-governador, Nilo Batista, pude redigir meu trabalho e dar meus primeiros passos como professora, sob a supervisão de Gizlene.

Em 1994, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF para trabalhar sob orientação de Gizlene. Tratava-se, então, para mim, de adensar as reflexões efetuadas na monografia de bacharelado e começar a trabalhar em perspectiva histórica, me aprofundando na prática do método de análise de discurso utilizado por Gisálio, mas realizando também, análise das conjunturas abarcadas pelo projeto. Retomei assim, o tema das representações de gênero na imprensa sensacionalista carioca e redigi a dissertação de Mestrado intitulada "Figuras Femininas na Imprensa Sensacionalista Carioca: 1954-1984".⁷³

Meu objetivo neste trabalho era o de realizar a história da variação do conteúdo e das formas da imprensa sensacionalista carioca durante o período compreendido entre 1954 e 1984, tendo em vista descobrir e analisar as representações de mulher nela construídas. Visava, também, investigar a linguagem particular que estruturava e constituía tais representações nos seguintes periódicos: "A Luta Democrática", "O Dia", "A Notícia".

Trabalhei com a hipótese de que a conquista do espaço público pelas mulheres, no Brasil, teria propiciado o predomínio de formas de apropriação da figura feminina pela imprensa do país, notadamente misóginas.

Acreditava, portanto, que o processo de representação do feminino subjacente ao modelo sensacionalista de imprensa, embora

⁷³ PINHEIRO, Anna Marina Madureira de Pinho Barbará (1997). *Figuras Femininas na Imprensa Sensacionalista Carioca: 1954-1984*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF.

não constituísse novidade no âmbito do jornalismo nacional, veria os elementos de misoginia que o caracterizavam predominarem sob aqueles que incorriam na idealização romântica de determinadas figuras de mulher.

Concebi que tal processo correspondesse ao da emancipação das mulheres, em relação aos papéis sociais e sexuais que lhes eram cultural e historicamente imputados na formação social brasileira. Desta forma, ao conquistarem espaços tradicionalmente tidos como masculinos, passando a disputá-los com os homens, as mesmas não mais veriam refletidas neste modelo de imprensa, configurações de feminilidade ideologicamente tidas como positivas. Diretamente voltada para o público masculino, esta imprensa, pouco a pouco, passaria, apenas a reproduzir imagens dos supostos desvios femininos.

Emergindo da cotidianidade – da vida cotidiana de pessoas comuns singularizadas pela tragédia – a mesma, visava à ela retornar sob a forma de controle social e\ou sexual, constituindo-se assim, num projeto de intervenção na subjetivação masculina acerca da mulher, voltado para a preservação das relações hierárquicas de gênero inscritas na formação social brasileira.

Para operacionalizar a pesquisa utilizei-me da construção de intervalos repetidos e recorrentes, técnica de amostragem que me possibilitou percorrer todo o período compreendido entre os anos de 1954 – em que foi fundado o jornal “A Luta Democrática”, emblemático do sensacionalismo na imprensa carioca e 1984 – significativo para o processo de transição política do país. Cheguei, assim, a uma amostra constituída por 630 fichas, contemplando informações de caráter descritivo e analítico acerca das primeiras páginas de todos os jornais pesquisados.

A influência de Gisálio neste trabalho deu-se, mais precisamente, no aspecto metodológico. Avançando, juntamente com Gizlene, no âmbito do Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF), na enunciação e na prática do método que ambos identificam, como indiciário, os professores me fizeram avançar, tanto na reflexão sobre o método, quanto na prática do mesmo.

Começando a navegar na interdisciplinaridade, já que transitara da Sociologia para a História, pude acompanhar, como aluna e orientanda, o processo de amadurecimento das reflexões que levaram à publicação, pelos autores, do livro "Emoção e Política: (a) ventura e imaginação sociológica para o século XXI".⁷⁴

Cabia-me compreender, e, simultaneamente, trilhar, o caminho que estava sendo aberto e reivindicava flexibilidade e o uso de uma forma de sensibilidade na análise, referida aos sentidos, ao "faro", ao "golpe de vista" e à intuição.

Seguindo as pistas fornecidas por Carlo Ginzburg, Gisálio e Gizlene desenvolveram uma metodologia de pesquisa em que se articulam, além do próprio Ginzburg, Marc Bloch, Freud, Lacan e Gisálio. Tomando a este método como *... "um método heurístico centrado nos dados marginais, nos detalhes e nos resíduos que manifestados involuntariamente são considerados reveladores" ...*⁷⁵, dele utilizei-me, nesta pesquisa para decifrar os signos verbais constitutivos do tipo de imprensa que estudava.

Cabe salientar, como já afirmamos neste texto, que Gisálio, anteriormente à articulação desta metodologia no âmbito do Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF), já praticava, desde o final dos anos 70, um método de análise do discurso político, cuja principal

⁷⁴ CERQUEIRA FILHO, Gisálio & NEDER, Gizlene (1997). *Emoção e Política: (a) ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre, Sérgio Fabris Editor.

⁷⁵ Ibidem, p. 3.

novidade residia em articular, na análise do discurso político o materialismo histórico, como ciência das formações sociais, à teoria psicanalítica, como ciência do inconsciente.⁷⁶

Postulando, assim, que o discurso político, elaborado por uma classe ou setor de classe numa dada formação social, encerra “um posicionamento ideológico e um posicionamento afetivo”, presente no ideológico, mas diferente dele por referir-se a sentimentos e emoções inconscientes; tal método instrumentaliza a compreensão, no discurso político; não apenas de “um pensar específico sobre tal ou qual questão”, mas ainda, dos sentimentos e emoções profundos, relacionados a esta forma específica de pensar.⁷⁷ A utilização do referido método permite ao pesquisador ultrapassar a elucidação do “não dito no discurso”, no sentido das distorções deliberadamente provocadas no mesmo por quem o formula, para atingir “aquilo que é interdito, proibido de ser dito por que foi reprimido” pelo locutor, não pode se representar na dimensão consciente do discurso em questão.⁷⁸

Para trazer à tona a dimensão inconsciente deste discurso, realizando, neste sentido, uma tarefa, por excelência, da Psicanálise: “tornar consciente o inconsciente”, Gisálio sugere que o cientista social recorra a aspectos da técnica e método psicanalíticos, que o permitam decifrar as formações inconscientes relacionadas à forma específica de pensar a questão que o interesse de forma particular.

No caso de minha dissertação de mestrado, interessou-me... “decifrar as formações inconscientes que se interligavam a uma determinada forma (...) de pensar”...⁷⁹, definir ou representar a

⁷⁶ CERQUEIRA FILHO, Gisálio (1979). *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político*. Op. Cit, p. 21.

⁷⁷ Ibidem, p. 22.

⁷⁸ Ibidem, p. 21.

⁷⁹ Ibidem, p. 25.

condição feminina na imprensa carioca de cunho sensacionalista, notadamente misógina.

Tendo, assim, como matéria prima, um tipo específico de discurso, o discurso do jornalismo sensacionalista na cidade do Rio de Janeiro, utilizei-me, de acordo com o método praticado por Gisálio, da interpretação como "(...) *instrumental técnico de análise das formações inconscientes*"... nele ocultas (reprimidas). Sua função foi, portanto, a de "*descobrir o conteúdo latente contido no conteúdo manifesto*" deste discurso, no que dizia, especificamente, respeito, às representações de mulher nele construídas.⁸⁰

Quando defendi a Dissertação de Mestrado estava residindo na serra gaúcha, e lecionando no Departamento de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Permaneci nesta universidade, me dedicando, exclusivamente, ao magistério até o ano de 2001, em que retornei ao Rio, e à UFF, para fazer o Doutorado com Gizlene, que já se voltava ao estudo da questão religiosa. Nesta perspectiva, defendi, sob sua orientação, no ano de 2004, tese intitulada "*Igreja Católica, Medicina e Imprensa Feminina: representações sobre o corpo da mulher no Brasil Republicano*".⁸¹

Tive como objeto de estudo, na tese, as representações sobre o gênero feminino e a sexualidade das mulheres construídas pela Igreja Católica, a Medicina e a Imprensa Feminina no Brasil entre 1946 e 1973. Este recorte cronológico inseriu-se na perspectiva de testar a hipótese de ter havido no país uma disjunção entre liberalização dos costumes e aumento do autoritarismo político. Assim, o período estudado abrangeria duas conjunturas diferenciadas, a que

⁸⁰ Ibidem, p. 26.

⁸¹ PINHEIRO, Anna Marina Madureira de Pinho Barbará (2004). *Igreja Católica, Medicina e Imprensa Feminina: Representações sobre o Corpo da Mulher no Brasil Republicano*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF.

compreende o período de 1946 a 1964, marcada pela resistência cultural combinada com mudanças de valores tradicionais no que se referia aos costumes, e a que compreende o período de 1964 a 1973, marcada pelo crescente autoritarismo político e por uma liberalização dos costumes também crescente. Estabeleci o ano de 1973 como marco cronológico em virtude de indicar o momento de auge do autoritarismo político com o governo Médici.

Nesse sentido, concebemos que o projeto de país do regime militar contemplasse, não apenas, aspectos macro políticos e econômicos, mas incluísse uma reflexão sobre a família e, de forma mais ampla sobre os costumes. Tal reflexão pode ser concebida, também, como um projeto que, não chegava a ser concorrente, mas consoante ao católico. Julgamos que o mesmo não tenha sido plenamente bem-sucedido do ponto de vista do regime.

Corroborar esta nossa hipótese, a existência, por um lado, de todo um trabalho de "censura de costumes" realizado pelos militares na produção artística e cultural do período que, entretanto, não foi capaz de deter os avanços neste campo específico, representados pela figura emblemática de Leila Diniz e pelo movimento da Tropicália, como também, no campo jurídico, pela aprovação da lei do divórcio em 1977, ainda na vigência do regime.

Quanto à relação entre Igreja e Medicina que visamos investigar, concebemos que tenha havido, no Brasil do segundo pós-guerra uma coincidência entre as estratégias formuladas por ambas as instituições tendo em vista disciplinar corpos e mentes femininos. Deste modo, de 1946 a 1968, supomos que as representações acerca do gênero feminino e da sexualidade das mulheres tratadas na pesquisa seriam eivadas de misoginia, tanto no âmbito do pensamento médico, quanto nas fontes de cunho teológico-clerical. De 1968 em diante, em função

do início da Revolução Sexual e de avanços técnico-científicos da medicina no campo do controle da natalidade (popularização do uso da pílula anticoncepcional) o discurso desta instituição tenderia a se distanciar do discurso eclesiástico, avançando em relação a ele.

Do final da década de 1960 em diante, a imprensa feminina buscava incorporar elementos do discurso médico aos seus textos, no sentido de conferir aos mesmos, uma aparência de modernidade e cientificidade, que refletir-se-ia em sua construção de gênero, bem como no tratamento dado a determinados aspectos da fisiologia das mulheres.

Neste trabalho pretendi, portanto, captar as representações presentes nos discursos produzidos pela Igreja Católica e pela medicina ocidental, em relação ao corpo da mulher e à própria condição feminina, tentando descobrir quais seriam os aspectos que, mais propriamente, definiriam a feminilidade na ótica de ambas as instituições.

Do ponto de vista metodológico, busquei aprofundar-me na prática do método indiciário enunciado por Carlo Ginzburg, combinando-o ao enfoque psicanalítico, como preconizado por Gisálio e realizado no Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF).

O intuito era então, o de decifrar as formações inconscientes relacionadas à forma específica de cada uma das instituições estudadas representar o gênero feminino e o corpo da mulher e desenvolver estratégias de controle sexual sob o mesmo. Objetivava assim, identificar o projeto moral\sexual disciplinador das elites médicas e eclesiásticas no Brasil, bem como, as ressonâncias deste projeto na imprensa feminina do período estudado.

A tese foi dividida em cinco capítulos. No primeiro ("Escolasticismo Tomista e Iluminismo"), foram analisados livros e/ou capítulos de livros escritos por teólogos moralistas que tratavam da relação entre "higiene e moral", "educação da saúde", "medicina e moral", "biologia e moral" e etc. Cabe salientar a importância para o referido capítulo do livro "Católicos e Medicina, Hoje" que corresponde aos anais do "II Congresso Católico Brasileiro de Medicina" realizado na USP em 1967.

O simples fato de sabermos ter havido um congresso católico-romano e, portanto organizado pela Igreja, para discutir com a Medicina questões pertinentes à ambos os campos de saber – médico e teológico-clerical – numa data tão próxima, por um lado, do encerramento do Concílio Vaticano II e, por outro, da eclosão dos movimentos de Maio de 1968, nos fez perceber que, talvez, a Igreja já estivesse realizando naquele momento de crise de hegemonia para ela, o debate que eu pensava abordar em minha tese. Esta percepção me fez redimensionar toda a pesquisa.

Assim, ao invés de tentar realizar através da pesquisa documental, isto é, do confronto entre as fontes médicas e teológico-clerical, um debate que já estava em andamento no período estudado, resolvi-me concentrar na análise do mesmo. Optei assim, por correr o risco de constatar que, em tal debate não se pudesse ouvir tanto as vozes dos médicos – católicos ou não – que fossem críticos em relação à visão de mundo da Igreja.

No segundo capítulo ("O Pessimismo Sexual no Pensamento Católico Contemporâneo: gênero e sexualidade na infância e na adolescência"), analisei livretos de cerca de 100 páginas, diretamente voltados para a educação sexual de crianças e adolescentes de ambos os gêneros a partir dos preceitos da moralidade católica ou,

destinados a esclarecer as dúvidas dos pais e educadores em relação à este tipo de formação. Eram escritos, geralmente, por teólogos que possuísem dupla formação na área médica ou no campo da psicologia ou pedagogia. Combinando noções de fisiologia, moral e psicologia numa linguagem fácil e direta, seguiam o modelo dos manuais de conduta medievais ou, da “literatura de auto-ajuda” da contemporaneidade.

Tive, portanto, como foco, em tal capítulo, o pensamento político-teológico católico, com o objetivo de identificar os principais temas em torno dos quais os teólogos moralistas e demais intelectuais ligados à Igreja circunscreviam a discussão sobre a sexualidade nas diversas etapas da vida humana.

Do ponto de vista teórico, trabalhei conforme a análise do pensamento católico acerca de gênero e sexualidade realizada por Uta Ranke Heinemann⁸² que, caracterizando este pensamento como essencialmente pessimista, cunha a expressão “pessimismo sexual cristão”, buscando compreender tal pessimismo não apenas a partir da identificação das matrizes teóricas que o informam (pensamento grego e pagão das primeiras eras do cristianismo), como também da vivência sexual dos primeiros doutores da Igreja e principais artífices da concepção católica mais tradicional de sexualidade – notadamente de Santo Agostinho que remete a São Paulo -, cuja permanência ainda é verificável no pensamento teológico contemporâneo sobre o assunto.

No terceiro capítulo (“O Pessimismo Sexual no Pensamento Católico Contemporâneo: gênero e sexualidade na juventude e na maturidade”), trabalhei com o mesmo tipo de fonte documental

⁸² HEINEMANN, Uta Ranke (1996). *Eunucos pelo Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

analisada no capítulo anterior. Quanto à discussão central que me propus a realizar neste capítulo, a mesma girou em torno do modelo católico-romano de casamento. Me foi, portanto, necessário, remontar ao processo de construção deste modelo nos primórdios da teologia católica, mais precisamente, ao pensamento paulino e à apropriação tomista do pensamento agostiniano no que diz respeito à gênero e sexualidade, para identificar seus primeiros contornos.

Estes, uma vez estabelecidos, seguiram contando com a incorporação, pelo pensamento teológico de outras épocas, de elementos externos a ele, provenientes, grosso modo, de vertentes diversas do pensamento laico ocidental. Desta forma, me coube, também, pontuar tais elementos, a fim de refletir sobre a coerência interna do modelo vigente no período que estudei (1946-1973) e, inclusive, sobre a existência ou não, de um consenso institucional quanto às principais características do mesmo.

Ainda com relação às fontes, que analisei nos três primeiros capítulos da tese, segui algumas sugestões fornecidas por Umberto Eco (1989) para aprimorar o exercício do indiciário. Apreendi deste autor, por exemplo, a ideia de que um conjunto de indícios pode representar tanto uma série desconexa quanto uma sequência coerente, ou seja, um *texto*. Desta forma, reconhecer uma série como uma sequência textual significaria encontrar uma espécie de parâmetro que permitisse estabelecer uma relação coerente entre dados textuais ainda desconexos.

Em relação ao pensamento político-teológico em questão o parâmetro que permitiu o agrupamento e classificação da documentação trabalhada foi um dos marcos cronológicos próprios à história da Igreja Católica que mais dizem respeito ao meu objeto de estudos, o Concílio Vaticano II.

Convocado por João XXIII, em janeiro de 1959, no início de seu pontificado, o referido concílio estendeu-se até 1965. Tal papa visava, através dele, iniciar o processo de adaptação da Igreja às novas necessidades colocadas pela modernidade. João XXIII viveu para inaugurar o concílio, mas não para dirigi-lo ou encerrá-lo, tarefa que coube a seu sucessor, Paulo VI.

Foi Paulo VI que, no ano de 1967, reiterou a doutrina tradicional do celibato clerical e, no ano seguinte, publicou a encíclica *Humanae Vitae* relativa à questão da contracepção, que reafirmava a doutrina tradicional acerca do assunto, mantendo-a circunscrita ao contexto da sexualidade dentro do casamento.

Embora identifique tal permanência como um verdadeiro recuo, em função do contexto em que se realizou não se devem desprezar as mudanças resultantes do Concílio Vaticano II na visão oficial da Igreja acerca da moralidade e sexualidade humanas. Importa considerar também que, enquanto fato histórico, o mesmo trouxe à tona toda a vasta gama de posições existentes dentro da instituição acerca de tais questões, não apenas tornando visível a ausência de consenso em torno delas como ainda, permitindo que fossem mapeadas e classificadas. Assim, em minha investigação, o concílio foi utilizado como “divisor de águas” entre os teólogos mais conservadores quanto à moral e aqueles que construíram um discurso mais cientificista sobre a sexualidade.

Nos dois últimos capítulos da tese busquei verificar a forma pela qual a relação entre teologia católica e medicina ocidental aparecia na imprensa feminina do período.

No quarto capítulo (“A imprensa feminina face à questão da sexualidade”), trabalhei assim, com revistas femininas

representativas de diferentes tendências de abordagem da temática da sexualidade, em cada uma das conjunturas estudadas.

Com periodicidades diversas, aquelas que cobriam a conjuntura que vai do pós-guerra ao início dos anos 60 ("Jornal das Moças" e "Capricho"), se caracterizavam por tratar de tal temática apenas de forma indireta, através da propaganda de medicamentos para as disfunções do aparelho reprodutivo feminino e de absorventes higiênicos. Do início dos anos 60 em diante, as revistas "Querida" e "Claudia" já teriam condições de abordar a questão da sexualidade, tanto em colunas regulares sobre "comportamento", quanto nas "seções de cartas"; "Claudia", divulgando as idéias feministas quanto ao tema e "Querida", reafirmando as mais tradicionais.

No quinto e último capítulo ("Educação sexual, maternidade, significação da aparência e contracepção na imprensa feminina de meados dos anos de 1960 e início de 1970: as revistas 'Claudia' e 'Querida'"), dei seguimento à análise das duas revistas que representavam a imprensa feminina na última conjuntura abarcada pela pesquisa, concentrando-me mais no estudo de "Querida".

O trabalho que realizei com as fontes primárias nestes dois capítulos evidenciou-me a necessidade de retomar uma de minhas hipóteses e complexificá-la um pouco mais, especialmente, quanto ao que supunha encontrar nestas fontes na conjuntura de meados dos anos 60 e início dos 70.

Assim, embora tenha constatado que as revistas que analisei nesta conjuntura incorporassem elementos do discurso médico no sentido de conferir aos seus textos uma aparência de modernidade e cientificidade, tal como previ em minha hipótese, esta incorporação se dava de formas diversas e em sentidos diferenciados para cada uma das revistas, até por que a própria ideia de modernidade enseja

em si, múltiplos sentidos. De outro lado, o discurso médico também não era unívoco, prestando-se, igualmente à manipulação.

Nesta perspectiva, o que explica os diferentes usos, tanto do discurso médico, quanto da idéia de modernidade, por cada uma das revistas, é o fato de cada uma delas possuir um projeto político-editorial diferenciado.

“Claudia”, incorporando o discurso feminista da época e, objetivando difundi-lo entre as mulheres da classe média urbanizada no país, utilizou aspectos do discurso médico, bem como da idéia de modernidade, tendo em vista a realização deste objetivo. Mesmo assim, o discurso da revista não se mostrou homogêneo em relação às questões de gênero e sexualidade, sendo possível identificar permanências de conservadorismo em espaços da mesma, que não nos artigos e seções assinadas por Carmem da Silva, feminista militante que trazia a si o projeto político-editorial da revista.

“Querida”, alinhando-se, claramente ao regime militar e, portanto, incorporando também o conteúdo do projeto político militar que se referia aos costumes, e assim, à gênero e sexualidade, utilizou o discurso médico, adaptando-o a tal projeto.

Após a análise das discutidas fontes percebi de que modo as ideias circulam em diferentes campos de saber – teológico, médico e jornalístico – e respondem, ou não, ao contexto histórico-social que as suscita.

Nesse trabalho, a influência mais precisa de Gisálio, deu-se, no aspecto metodológico, mas não é correto afirmar que tenha se restringido ao mesmo. A própria concepção de que as reflexões que realizamos no campo das ciências sociais devam ancorar-se em ampla e densa pesquisa empírica remontam ao professor e como afirmei no início deste texto, a tarefa de delimitar sua influência em minhas

pesquisas é bastante complexa, já que Gisálio encontra-se presente desde o início e acompanhou toda a minha trajetória, constituindo-se para mim, em referência fundamental de profissionalismo, integridade pessoal e mestria no exercício das análises política e sociológica. No mais, só tenho a agradecer e desejar que este momento na trajetória de Gisálio represente, apenas, um momento de transição, para uma outra etapa de acompanhamento e trocas com aqueles que foram por tantos anos, seus alunos.

Referências:

CERQUEIRA FILHO, Gisálio (1979). *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político*. Rio de Janeiro, Achiamé.

_____. & NEDER, Gizlene. (1987) *Brasil: Violência & Conciliação no Dia-a-dia*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor.

_____. (1997). *Emoção e Política: (a) ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre, Sérgio Fabris Editor.

ECO, Umberto (1991). "Chifres, Cascos, Canelas: Algumas Hipóteses Acerca de Três Tipos de Abdução". In: *O Signo de Três*. São Paulo: Editora Perspectiva.

GINZBURG, Carlo (1989). "Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário". In: *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras.

HEINEMANN, Uta Ranke (1996). *Eunucos pelo Reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.

PINHEIRO, Anna Marina Madureira de Pinho Barbará (1993). *A Condição Feminina no Imaginário Social Brasileiro: Uma Análise Crítica da Representação da Mulher na "Imprensa Popular*. Monografia de Bacharelado em Sociologia e Política. Rio de Janeiro. PUC/RJ..

(1997). *Figuras Femininas na Imprensa Sensacionalista Carioca: 1954-1984*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF.

(2004). *Igreja Católica, Medicina e Imprensa Feminina: Representações sobre o Corpo da Mulher no Brasil Republicano*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF.

STUDART, Heloneida (1991). *Mulher: objeto de cama e mesa*. Petrópolis: Vozes.

Capítulo 5

O ATEÍSMO DA PSICANÁLISE COMO RESPOSTA AO APROFUNDAMENTO DA BLASFÊMIA CONTEMPORÂNEA

***Cláudia Henschel de Lima*⁸³**

⁸³ Professora Adjunta III. Departamento de Psicologia. Instituto de Ciência Humanas e Sociais da UFF. *Campus* de Volta Redonda. Coordenadora do Laboratório de Investigação das Psicopatologias Contemporâneas-LAPSICON. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF).

[A religião] não triunfará apenas sobre a psicanálise, triunfará sobre muitas outras coisas também. (...) Por ora, basta ver como ela fervilha.⁸⁴

No final do século passado imaginavam que noções como a blasfêmia, o sacrilégio, a profanação não eram senão vestígios do passado. Não é nada disso. Deve-se constatar que a era da ciência não dissipou o sentido do sagrado.⁸⁵

Introdução

A reflexão do psicanalista francês Jacques-Alain Miller a respeito dos acontecimentos terroristas que acometeram Paris em 2015, compõe a abertura deste trabalho. Em *O retorno da blasfêmia*, Miller (2015) toma como eixo de sua reflexão sobre a irrupção do sagrado, o atentado ao escritório do jornal Charlie Hebdo, ocorrido em Paris, em janeiro de 2015 - culminando na morte do editor e cartunista Stéphane Charbonnier (Charb), do cartunista Wolinski, do vice-editor Bernard Maris, dos cartunistas Jean Cabu e Bernard Verlhac (Tignous), do desenhista Phillippe Honoré, do revisor Mustapha Ourad e da psicanalista Elsa Cayat (que escrevia a coluna quinzenal *Divan*). Miller (2015) argumenta como o terrorismo jihadista se posiciona no avesso da lógica de emudecimento dos astros e da redução de Deus, ao Deus matemático, enunciada pela ciência moderna. O terrorismo jihadista não é mudo; ele declara sua razão: *Vingamos o profeta Maomé!*

O autor eleva esta razão, bradada em consonância ao som dos rifles Kalashnikov, à dignidade de uma fórmula escandalosa para o

⁸⁴ LACAN, Jacques (2005). *O Triunfo da Religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 65.

⁸⁵ MILLER, Jacques-Alain (2015). « O retorno da blasfêmia ». In *Opção Lacaniana online nova série*. Rio de Janeiro, ano 6, n. 16, março.

século XXI – por sua vez, marcadamente, situado na herança da revolução científica do século XVII. De fato, o anúncio da vingança do profeta Maomé se constitui como o avesso do destino assumido por Deus desde (1987) até a enunciação de Laplace de que, no universo da ciência, Deus não era uma hipótese necessária. Para o Absoluto islâmico, Maomé - o Profeta do Deus de Abraão - exige ser vingado do efeito de laicização da ciência: a blasfêmia. O que nos confronta diretamente com a análise mais clássica que Lacan (1974/2005) conduziu, em *O Triunfo da Religião*, a respeito do impacto do discurso da ciência sobre o real e sobre sua consolidação como uma das condições fundamentais da verdade. Segundo Lacan (1974/2005), quanto mais o discurso da ciência produzir a irrupção da angústia, esse pedaço de real, no tecido do mundo, mais a religião abraçará a tarefa de preencher esse real com o sentido.

Essa confrontação das considerações de Miller (2015) com a análise de Lacan (1974/2005) se deve ao fato de que os atentados de 2015 impõem uma complexidade à essa análise na medida em que, em *O Triunfo da Religião*, Lacan se referia diretamente à inflação de sentido para o real, promovida pelo judaísmo e pelo cristianismo: eles oferecem ao crédulo a mediação, o socorro, de um povo, de uma Igreja. A especificidade do culto à transcendência do Um, pelo Absoluto islâmico em nossos dias, não reside no triunfo do sentido, mas na hegemonia do próprio real: "(...) o Absoluto islâmico não é mitigado, permanece desenfreado"⁸⁶. Dessa forma, se para Lacan (1974/2005), o inimigo do judaísmo e do cristianismo era a laicidade - efeito da revolução científica - para Miller (2015), o inimigo do Absoluto islâmico é mais do que a laicidade: é a blasfêmia - essa

⁸⁶ MILLER, Jacques-Alain (2015). « O retorno da blasfêmia ». In *Opção Lacaniana online nova série*. Op. cit. p.4.

posição subjetiva que consiste na reivindicação do direito de ridicularizar, do desrespeito iconoclasta. E à que se deve a blasfêmia senão à expansão e aprofundamento do discurso da ciência? Miller (2015) levanta a hipótese de que esse aprofundamento inevitável provocou, já no marco da formulação da física atômica do início do século XX, o divórcio entre natureza e real, atacando a inclusão do saber no real e, conseqüentemente, o próprio estatuto de Deus como suposição de saber no real.

Se este é o diagnóstico que a psicanálise de orientação lacaniana pode, em nossos dias, oferecer para a irrupção desse Absoluto, é preciso então recolocar a interrogação acerca de sua relação com a religião que triunfa mesmo em uma época marcada pelo real sem saber, sem lei. No início do século XX, Freud (1910[1909]/1984) sustentara que sua posição no mundo era a de trazer a peste⁸⁷, precisamente por saber que a elaboração dos conceitos metapsicológicos de inconsciente e pulsão provocara a subversão dos usos e costumes do homem ocidental, tendo peso na instalação do relativismo. E, a especificidade dessa subversão, com o peso do relativismo e da laicidade, consistiu em sustentar por meio da metapsicologia, que o amor ao pai que está no fundamento da religião judaico-cristã, é uma invenção específica da subjetividade neurótica. Assim, para além do aforismo nietzscheano da morte de Deus, será o ateísmo freudiano, segundo a fórmula *Deus é inconsciente*, que fará parte das causas da instalação da laicidade no mundo e no próprio pensamento. Esse é o tema do presente trabalho.

⁸⁷ Em uma conferência nos EUA, em 1909, Sigmund Freud teria comentado com Jung, a propósito da psicanálise, algo como *eles não sabem que lhes estamos a trazer a peste?*. Essa conferência foi publicada em suas Obras Completas com o título *Cinco Lições de Psicanálise* (1910[1909]).

Esse tema integrou o desenvolvimento de minha tese de doutorado intitulada *Koyré com Lacan. A Psicanálise como Ciência do Sujeito*⁸⁸. Ao longo da tese, desenvolvi o argumento sobre a relevância, no primeiro ensino de Lacan, do recurso à doutrina da ciência em Alexandre Koyré para a formalização de uma teoria do sujeito em afinidade com a formalização científica e em ruptura com o cientificismo das ciências humanas que insistiam que quantificar o sujeito por meio do homem-médio garantiria seu lugar na ciência. Essa tese gerou uma série de artigos que giraram em torno, tanto da consolidação do discurso da ciência e seu efeito de laicidade, como do seu impacto sobre o entendimento da subjetividade. Atualmente, venho trabalhando a hipótese de que a psiquiatria ergueu, por meio da adoção deste modelo, uma verdadeira defesa contra o real e suas versões existenciais: angústia, insônia, tristeza, delírio, declínio do sentimento de vida. A medicalização do real é o nome desta defesa. Sustento que no quadro do século XXI, a psicanálise tem como tarefa fundamental afirmar outra via em relação ao discurso da ciência e seu vetor de defesa contra o real. Trata-se de incomodar a defesa, desregrá-la contra o real. A partir deste ponto, o presente trabalho propõe apresentar a relação particular da psicanálise com o ateísmo nesta via de desregramento da defesa, não para chacotear Deus, blasfemar seu profeta, ou para fundamentalistamente reivindicar sua sobrevivência, mas para marcar que o ateísmo da psicanálise – enunciado por Lacan (1964/1985) por meio do aforismo *Deus é inconsciente* - é tributário da afirmação de que o pai é uma invenção subjetiva. Neste sentido, proponho apresentar uma breve

⁸⁸ HENSCHER DE LIMA, Claudia (1999). *Koyré com Lacan. A Psicanálise como Ciência do Sujeito. Programa de Pós-Graduação em Psicologia*. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

consideração sobre o estatuto de Deus na ciência moderna e seu impacto no pensamento do século XIX – para localizar que o ateísmo de Freud (1912/1984) é tributário de sua tese de que no fundamento da doutrina cristã da morte do Pai, jaz sua feroz ignorância.

A revolução científica reduz Deus ao sujeito suposto saber no real

**Os homens confessam francamente que o mundo acabou,
Enquanto nos planetas e no Firmamento
Procuram tantas coisas novas; e veem que este
Dissolve-se mais uma vez em átomos.
Tudo está em pedaços, toda coerência termina;
Não há mais relações justas, nem nada é conforme.⁸⁹**

Se há um termo que define com precisão a posição que o saber filosófico assumiu entre os séculos XVI e XVII, esse termo é o *ceticismo*. O ceticismo é a posição subjetiva em resposta à ruptura com o *a priori* histórico da Semelhança que habitou a *epistémè* da época clássica; ele é a resposta à desvalorização das categorias aristotélicas de pensamento elevadas, até o século XVII, à dignidade de verdade filosófica.

A poesia de John Donne descreve, com precisão, a dissolução do modelo aristotélico e de seu *a priori* histórico. Assim enquanto nos planetas e no Firmamento, os homens procuram coisas novas, há que se confessar que, com o desmoronamento das categorias aristotélicas que constituíam as condições de verdade da época, com o recuo das disciplinas esotéricas (a alquimia e a astrologia) que compunham o quadro de referência do pensamento, o mundo acabou: tudo está em pedaços, toda coerência termina. O século XVII testemunha, assim, a

⁸⁹ Donne J. (1979). "Anatomy of the World". In. *Koyré, Alexandre. Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 1979.

irrupção de uma crise do saber caracterizada pelo desmoronamento da relação de semelhança entre os seres, as coisas e Deus e uma mutação fundamental no estatuto da natureza: ela deixa de falar e se converte em escritura. Neste sentido, o advento do discurso da ciência, no século XVII, marca o momento em que as palavras perdem sua relação com a totalidade das coisas, em que seres e coisas deixam de ser a imagem e sombra de Deus. Sob o sol negro do ceticismo, encontramos três personagens renascentistas: Agrippa, Sanchez e Montaigne. No prefácio de *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*, Alexandre Koyré (1979) oferece um quadro preciso da crise do saber e de ocorrência de uma mutação no estatuto da natureza:

1. Substituição de um modelo cosmológico, centrado em torno da distinção entre o mundo sublunar (mundo do *mais-ou-menos*) e o mundo supralunar, por um modelo mecanicista centrado na matematização da natureza.

2. Deslocamento do homem de lugar de espectador para o lugar de senhor da natureza.

3. Passagem de uma ciência contemplativa para uma ciência ativa.

Acrescentar-se-ia à esse quadro apresentado por Koyré (1979), dois outros acontecimentos, intimamente articulados ao deslocamento do homem de lugar de espectador para o lugar de senhor da natureza: a emergência do sujeito pensante e a redução de Deus ao estatuto de suposto saber. A elaboração da teoria do Cogito por Descartes, foi o marco da elaboração da metafísica da subjetividade. A leitura de *Discurso do Método* (1637/1987) e das seis primeiras *Meditações Metafísicas* (1641/1987) revela o estatuto que o cogito assume na epistémè moderna e sua íntima relação com a

exigência de um Deus matemático: a ciência moderna só pôde surgir na sexta meditação onde Descartes formula a presença de Deus.

Na parte IV do *Discurso do Método*, Descartes (1637/1987) afirma que suas meditações contêm reflexões que são pouco comuns e cujo gosto, não é compartilhado por todos os homens: "Não sei se devo falar-vos das primeiras meditações que aí realizei; pois são tão metafísicas e tão pouco comuns, que não serão talvez, do gosto de todo mundo".⁹⁰ Essa afirmação manifesta o ponto central de seu método e o quadro de oposições que surgem a partir da revolução científica⁹¹. No campo dos costumes, é necessário seguir a opinião e tomar como indubitável aquilo que é incerto. Mas se sua tarefa é a pesquisa da verdade, então ele age exatamente ao contrário e toma como falso tudo o que possa sucumbir ao crivo da dúvida. Nem mesmo as matérias de Geometria escapam a ela:

"E porque há homens que se equivocam ao raciocinar, mesmo no tocante às mais simples matérias da Geometria, e cometem aí paralogismos, rejeitei como falsas, julgando que estava sujeito a falhar como qualquer outro, todas as razões que eu tomara até então por demonstrações".⁹²

O problema que se abre, com a hiperbolização da dúvida sobre a matemática, é que sua validade – considerada até então suficiente por si mesma – é colocada em questão. Ao traçar uma hipérbole da dúvida, estendendo-a à todos os conteúdos do pensamento, Descartes opera o esvaziamento do saber. Ato perigoso na medida em que neste momento mergulhara o *cogito* na mais profunda noite

⁹⁰ DESCARTES, René (1987). "Discurso do Método" (1637). In: DESCARTES, René. Coleção Os Pensadores. Descartes. São Paulo: Abril Editora. p. 54.

⁹¹ Tais oposições serão mencionadas mais adiante, neste trabalho.

⁹² Ibidem, p. 54.

da evanescência. Solitário, na deriva generalizada das ideias o *cogito* não faz apelo à Deus. O conjunto da análise do estatuto do sujeito e de sua relação com Deus, na *epistémè* científica conduz à sustentar dois argumentos. O primeiro é que o *penso* referente ao *cogito*, conduz ao *eu duvido*, ou seja, a um pensamento atravessado pela divisão entre o verdadeiro e o falso. A formulação do *cogito* corresponderia nesse momento do pensamento cartesiano, à seguinte posição: *Duvido, logo sou*. O segundo argumento é que o *eu sou* se define pela deriva generalizada das ideias.⁹³

Ao longo do comentário sobre a parte IV do *Discurso do Método* (1637/1987), foi possível depreender que o *cogito* não foi suficiente para a constituição da objetividade imanente ao projeto da ciência certa. Remetendo-nos às *Meditações Metafísicas* (1641/1987), concluiremos que a ciência moderna só pôde emergir a partir da sexta meditação, com a formulação de um terceiro termo que garantisse, não só a objetividade, como também, a verdade da ciência. Esse terceiro termo é Deus e ele é indispensável para a constituição da ciência moderna na medida em que, é a garantia de ser pensante do sujeito.

Na primeira meditação, Descartes continua o mesmo percurso desenvolvido em *Discurso do Método* (1637/1987) através do método da dúvida. Porém, esse percurso não conduziu necessariamente à mesma certeza. Sendo assim, a primeira meditação é composta pelo princípio da dúvida hiperbólica e pelos argumentos que o estendem e o radicalizam – desde a primeira extensão da dúvida, em que Descartes define o *eu penso* como um *eu tenho sensações*, passando

⁹³ Nesse momento, a causa do sujeito não é Deus, mas o pensamento – ponto amplamente comentado por Lacan (1969-1970/1992 p. 147): "(...) o *ergo*, que nada mais é do que o ego na jogada tem que ser posto do lado do *cogito*. O *Penso logo: Sou*, eis o que dá seu verdadeiro alcance. A causa, o *ergo* é pensamento."

pela extensão da dúvida ao sonho e até sua extensão ao valor objetivo das essências matemáticas. Nesse momento, testemunhamos a entrada em cena da hipótese blasfema do gênio maligno.

A formulação dessa hipótese, no coração da crise do saber liricamente descrita por John Donne em *Anatomy of the World*, impõe o desencadeamento do engano universal, que se estende até as ideias matemáticas colocando, sob a égide da dúvida, a certeza e a confiabilidade da ciência certa. A aparição blasfema do Outro enganador, entre o final da primeira e o início da segunda meditação, se dá por meio da hipótese de um Deus cujo capricho seria o de fazer passar uma ideia falsa como se ela fosse absolutamente clara e distinta. Descartes (1641/1987) descreve a potência do engano exercida pelo gênio maligno, através do seguinte exemplo:

"(...) pode ocorrer que Deus tenha desejado que eu me engane todas as vezes em que faço a adição de dois mais três, ou em que enumero os lados de um quadrado, ou em que julgo alguma coisa ainda mais fácil (...)".⁹⁴

O exemplo é esclarecedor quanto ao estatuto do gênio maligno e o caminho da definição de Deus como suposto saber a partir da supressão desta hipótese. Ele oferece a certeza de que $2+3$ é igual a cinco, enquanto que esta ideia pode ser falsa. Assim, ao final da primeira meditação encontramos a colocação de um Deus que faz chacota com Descartes, viabilizando sua experiência de desrealização. Essa experiência revela a posição do sujeito na primeira meditação: um sujeito pensante, vazio de todo conteúdo e destituído de uma suposição de saber:

Suporei, pois que não há um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e

⁹⁴ DESCARTES, René (1987). "Discurso do Método" (1637). Op. cit, p. 95.

enganador do que poderoso, que empregou toda sua indústria em enganar-me...

*Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos que serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas as coisas (...) como um escravo que gozava de uma liberdade imaginária, quando começa a suspeitar de que sua liberdade é apenas um sonho (...).*⁹⁵

A implicação da evanescência e desrealização do *cogito* sobre a fundação do edifício da ciência é clara: enquanto o *cogito* for o único ponto de apoio da ciência, sem a suposição de saber em Deus, esta é simplesmente impossível. E isso porque tal ponto de apoio encontra-se completamente imerso na noite da dúvida universal. Mas a desrealização tem um limite. Deus pode enganar Descartes com relação à clareza e a distinção de uma ideia falsa, tornado claro aquilo que é obscuro. Porém, Deus não pode enredá-lo no engano sem limite. Para exercer a própria malignidade do gênio, é preciso que Descartes seja. Estamos, portanto, no ponto em que ocorre um deslocamento da posição do sujeito em Descartes. A proposição *eu sou* é, necessariamente, verdadeira porque o *eu sou* se duplica sobre o *eu existo* de modo que, o sujeito deixa de ser o que pensa *eu sou*, deixa de ser a unidade de todos os pensamentos para – em seu laço íntimo com o *eu existo* – ser verdadeiro a cada vez que se o pronuncia ou se o concebe no espírito. O limite da desrealização do sujeito situa-se no fato de que, diante do gênio maligno, ele nada é, mas *ex-siste*

⁹⁵ DESCARTES, René (1987). "Meditações Metafísicas" (1641). In: DESCARTES, René. Coleção Os Pensadores. Descartes. São Paulo: Abril Editora. p. 96-97.

fora do abismo generalizado das ideias claras e distintas (Miller, 1991). Essa *ex-sistência* ainda não assegura a substancialização do cogito, já que ele esvanece no instante em que descartes cessa de pensar ou de enunciar. Judith Miller (1991), em um artigo intitulado *Descartes et le Malin Génie*, sustenta que nesse momento das meditações, a fórmula do *cogito* é a de um sujeito lacunar, que desaparece no intervalo das enunciações, que emerge no dizer e desaparece novamente, no tempo necessário para reaparecer repetindo *eu sou, eu existo*. Com efeito, na terceira meditação Descartes afirma:

"(...) engane-me quem puder, ainda assim jamais poderá fazer que eu nada seja enquanto eu pensar que sou algo, ou que algum dia seja verdade que eu não tenha jamais existido, sendo verdade agora que eu existo". ⁹⁶

A partir da terceira meditação, a ciência começa a despontar no horizonte do *cogito*. Descartes recua diante do sujeito evanescente e esse recuo será a condição para o bom funcionamento da ciência. É assim que, ao final da quinta meditação, Descartes anuncia o que finalmente se concretizará na sexta meditação: a garantia da ciência pela formulação do *cogito*, cuja causa por sua vez está situada em um Deus que não engana e que fundamenta a validade das proposições da ciência – o Deus matemático:

"E, assim, reconheço muito claramente que a certeza e a verdade de toda ciência depende do tão só conhecimento do verdadeiro Deus: de sorte que, antes que eu o conhecesse, não podia saber perfeitamente nenhuma outra coisa. E, agora que o conheço tenho o meio de adquirir uma ciência

⁹⁶ DESCARTES, René (1987). "Meditações Metafísicas" (1641). In: DESCARTES, René. Coleção Os Pensadores. Descartes. São Paulo: Abril Editora. p. 136.

perfeita no tocante a uma infinidade de coisas (..).⁹⁷

A leitura de *Discurso do Método* (1637/1987) e das seis primeiras *Meditações Metafísicas* (1641/1987) revela o estatuto que o cogito assume na epistémè moderna e sua íntima relação com a exigência de um Deus matemático: a ciência moderna só pôde surgir na sexta meditação onde Descartes formula a presença de Deus.

A revolução científica do século XVII instaura o silêncio na natureza. As palavras recuam de sua tarefa de cunhar, sobre as coisas, a marca de Deus e as coisas, por sua vez, deixam de ser o rastro através do qual o homem pode reencontrá-lo. A alquimia como forma de conhecimento, como condição fundamental da verdade no Renascimento, se converte, no século XVII, em figura do erro, do jogo e da ilusão. Por toda a parte, as sobras do Renascimento, por toda a parte, as quimeras da similitude. Salvaguardando as diferenças fundamentais entre a história da ciência, conduzida por Koyré, e a arqueologia do saber, conduzida por Michel Foucault (1966/1985), reproduzo aqui uma consideração sobre o destino do *a priori* histórico da semelhança a partir do século XVII:

"(...) é o tempo privilegiado do trompe-l'oeil, da ilusão cômica, do teatro que se desdobra e representa um teatro, do quiproquó, dos sonhos e visões; é o tempo dos sentidos enganadores; é o tempo em que as metáforas, as comparações e as alegorias definem o espaço poético da linguagem".⁹⁸

De fato, o advento do discurso da ciência no século XVII, impôs à época uma cadeia de disjunções: entre razão – que se manifesta

⁹⁷ DESCARTES, René (1987). "Meditações Metafísicas" (1641). In: DESCARTES, René. Coleção Os Pensadores. Descartes. São Paulo: Abril Editora. p. 136.

⁹⁸ FOUCAULT, Michel (1985). *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas* (1966). São Paulo: Martins Fontes, p. 66.

pela linguagem universal da matemática – e percepção, responsável por sua vez pela apreensão imediata da experiência; entre a física-matemática que subordina o real ao símbolo matemático e as disciplinas esotéricas que fizeram do real o livro sobre o qual Deus depositara suas marcas; entre o universo teórico da ciência e o senso comum. A dimensão radicalmente inaugural na revolução científica é o emudecimento da natureza e sua transformação em símbolo matemático:

"(...) temos de escolher entre pensar e imaginar. Pensar com Galileu ou imaginar com o senso comum. Pois é o pensamento, o pensamento puro e sem mistura, e não a experiência e a percepção dos sentidos, que constitui a base da 'nova ciência de Galileu Galilei' ".⁹⁹

Nessa cadeia de disjunções, que surgem com a revolução científica, Deus se reduz à uma suposição de saber, na *epistémè* científica. A metafísica do século XVII descreve um Deus do saber, um Deus matemático garantidor da verdade das ideias científicas, conforme o pensamento de Descartes. A existência de Deus interessa à *epistémè* científica na medida em que assegura a veracidade das ideias matemáticas com as quais a física escreve o livro da natureza – Deus suposto saber, que está no fundamento da passagem do cosmos finito ao universo infinito.

As marcas desse conjunto de mutações no estatuto da natureza, do sujeito e de Deus, podem ser encontradas, ainda, em três referências extraídas do pensamento de Jacques Lacan, sobre o impacto do discurso da ciência sobre o real e sobre sua consolidação como uma das condições fundamentais da verdade. A primeira

⁹⁹ KOYRÉ, Alexandre (1982). "Galileu e a Revolução Científica do Século XVII". In KOYRÉ, Alexandre (1982). *Estudos de História do Pensamento Científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 193.

referência é o *Seminário. Livro 2. O Eu na Teoria e na Técnica da Psicanálise* (1954-1955/1985), onde o autor recorrendo à Koyré sustenta que a revolução científica do século XVII, operada por Descartes e Galileu, se caracterizou fundamentalmente pela recolocação do real e do símbolo a partir de novos termos. O símbolo recua do campo da experiência deixando de estabelecer com ela o laço de semelhança e se lança na direção de um real inapreensível no campo da experiência. A segunda referência encontra-se em *O Seminário. Livro 17. O Averso da Psicanálise* (1969-1970/), onde Lacan enuncia a fórmula do ateísmo moderno a partir da perspectiva teórica da psicanálise: *Deus é inconsciente*. A última é a *A Terceira* (1974/1993), onde o autor retoma essa interpretação e formula o aforismo *há um saber no real*.

A morte de Deus e a Crise da Modernidade

Não ouviram falar daquele homem louco que em plena manhã acendeu uma lanterna e correu ao mercado, e pôs-se a gritar incessantemente: "Procuro Deus! Procuro Deus!"? - E como lá se encontrassem muitos daqueles que não criam em Deus, ele despertou com isso uma grande gargalhada. Então, ele está perdido? Perguntou um deles. Ele se perdeu como uma criança? Disse um outro. Está se escondendo? Ele tem medo de nós? Embarcou num navio? Emigrou? - gritavam e riam uns para os outros. O insensato se lançou para o meio deles e trespassou-os com seu olhar. "Para onde foi Deus?", gritou ele, "já lhes direi! Nós o matamos (...) Deus está morto! Deus continua morto! (...) Conta-se também que, no mesmo dia, o insensato irrompeu em várias igrejas, e em cada uma entoou o seu *Réquiem Aeternaum Deo*. Levado para fora e interrogado, limitava-se à responder: "o que são ainda essas igrejas, se não os mausoléus e túmulos de Deus?"¹⁰⁰

¹⁰⁰ NIETZSCHE, Frederich (2010). "Aforisma 125". In: NIETZSCHE, Frederich. *A Gaia Ciência* (1882). Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra.

Desde Copérnico o homem parece ter caído em um plano inclinado – ele rola, cada vez mais veloz, para longe do centro – para onde? Rumo ao nada?¹⁰¹

A leitura desses fragmentos testemunha a tese nietzscheana sobre o impacto da revolução científica na modernidade: a revolução copernicana é o marco da desvalorização dos ideais supremos que sustentavam a doutrina metafísica, e a morte de Deus é a enunciação do século XIX para o declínio desses ideais.

Como parte de seu programa filosófico de crítica ao humanismo da tradição cristã, centrado em torno do homem *imago Dei*, Nietzsche localiza na revolução copernicana, o marco da decomposição dos alicerces aristotélicos da ordem cósmica hierarquizada – o mundo sublunar, mundo do *mais-ou-menos* e mundo supralunar, perfeito, idêntico e imutável – em nome do Universo da precisão e da linguagem matemática. Mas a localização da morte de Deus, como acontecimento que define a modernidade, expõe também a posição ética do filósofo diante da racionalidade cartesiana. Ele anuncia a deflagração da crise ontológica que assola o humanismo e a cultura ocidental. Sua alegoria sobre a queda do homem em plano inclinado, rumo em direção ao nada, em *A Genealogia da Moral* (1887/2010), expõe a transformação que a revolução científica opera no estatuto do sujeito: a dissolução do humanismo da tradição cristã, centrado em torno do homem *imago Dei*, se completa com a queda do dualismo cartesiano, que faz da consciência o núcleo ontológico do homem.

Neste sentido, o pensamento de Nietzsche permite lançar luz sobre a solução capenga, dada no século XIX pelas ciências humanas, para a crise ontológica. Tal solução consistiu no desencadeamento do

¹⁰¹ NIETZSCHE, Frederich (2010). *A Genealogia da Moral* (1887). Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra.

sono antropológico como defesa contra a crise do cogito. De fato, sua tese sobre a morte de Deus, localizando a dissolução do mundo aristotélico e do núcleo ontológico do homem é o avesso de uma proposição ética centrada em torno da defesa de uma evidência atemporal do cogito e de seu progresso natural em direção a antropologia. Assim, o pensamento de Nietzsche possibilitou localizar no humanismo das ciências humanas, o exercício de uma função análoga àquela que Deus ocupara nos séculos precedentes. Essa é a crise da modernidade: para o século XIX, era simplesmente impossível ao homem suportar a ideia de que Deus não existisse e, por isso, ele ascendeu no século XIX, em seu lugar, cumprindo o objetivo específico de perpetuar seu funcionamento:

"(...) descobre-se então que a morte do homem e o último homem estão vinculados: não é acaso o último homem que anuncia ter matado Deus, colocando assim sua linguagem, seu pensamento, seu riso no espaço do Deus já morto, mas também se apresentando como aquele que matou Deus e cuja existência envolve a liberdade e a decisão de seu assassinio? Assim, o último homem é ao mesmo tempo mais velho e mais novo que a morte de Deus; uma vez que matou Deus é, ele mesmo que deve responder por sua própria finitude; mas uma vez que é na morte de Deus que ele fala, que ele pensa e existe, seu próprio assassinato está condenado a morrer; deuses novos, os mesmos, já avolumam o oceano futuro, o homem vai desaparecer"¹⁰².

Se a relevância do pensamento de Nietzsche com relação ao século XIX consistiu em denunciar o sono antropológico, que protegera o pensamento da laicização promovida pelo discurso da

¹⁰² FOUCAULT, Michel (1985). *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Op. cit., p. 402.

ciência, qual seria sua relevância para os dias atuais? Pergunta difícil de responder. Certamente, o pensamento de Nietzsche permite, hoje, lançar luz sobre a perseverança do sono antropológico, evidenciada pela reificação da liberdade individual e da conquistado bem-estar. Habitando o mesmo solo crítico com relação à modernidade, a psicanálise fundada por Freud, na passagem do século XIX para o XX, será mais radical: os conceitos metapsicológicos de inconsciente e pulsão permitirão uma leitura crítica do núcleo ontológico do homem, como defesa frente à laicização do mundo por meio da escrita de uma outra fórmula para o ateísmo: Deus não está morto. Deus é inconsciente.

Identificamos na especificidade desta fórmula para a psicanálise, o que Jacques-Alain Miller (2004) identificara como sendo uma tentativa “de pôr Deus fora da jogada”. É uma chave de leitura da relação entre psicanálise e religião que toma como base a crise do fundamento na modernidade, que não ficou marginal à consideração da psicanálise. O próprio ensino de Lacan se defronta com essa crise, debatendo-a em momentos distintos (1954-1955/ 1985; 1969-1970/1992; 1974/1993; 2005) – e, em especial, no momento em que comentando a posição do personagem do pai Karamazov, de Dostoievski, retoma a fórmula do ateísmo moderno, para Nietzsche, e a retifica para *Deus é inconsciente*:

"A ponta de lança da psicanálise é justamente o ateísmo, desde que se dê a este termo um outro sentido, diverso daquele de Deus está morto, sobre o qual tudo indica que longe de questionar o que está em jogo, a saber, a lei, ele antes a consolida. Indiquei há tempos que diante da frase do velho pai Karamazov, Se Deus está morto, então tudo é permitido, a conclusão que se impõe no texto da nossa experiência é que Deus está

morto tem como resposta nada mais é permitido".¹⁰³

Assim, se em Nietzsche a fórmula *Deus está morto*, permitiu lançar luz crítica sobre a perseverança do sono antropológico na modernidade, a afirmação de Lacan se apresenta como um escândalo, pois sugere que a própria fórmula de Nietzsche ainda preservaria a metafísica, ainda se apresentaria como uma defesa, como um véu, contra o efeito de laicização da ciência. Para Lacan, a psicanálise é mais radical não por defender a bandeira da inexistência de Deus, mas por localizar sua tese de que Deus é uma invenção subjetiva como chave de leitura para os impasses que a época coloca e sua solução de manter *Deus na jogada* – seja sob a forma da decretação de sua morte, seja sob a forma do retorno da blasfêmia na contemporaneidade. Sobre seu efeito, sabe-se que produz no Islâmico o grito de vingança em relação ao Profeta: *Vingamos o profeta Maomé!*

A verdadeira fórmula do ateísmo em Freud.

(...) um pai permaneceu dias e noites ao lado da cama do filho doente. Depois da morte da criança, vai a um quarto vizinho para descansar, mas deixa aberta a porta para observar dali o quarto onde está estendido o corpo, cercado por grandes velas. Um homem idoso foi chamado para a vigília e senta-se ao lado do cadáver, murmurando preces. Depois de algumas horas de sono o pai sonha que a criança está ao lado da cama, toma-o pelo braço e sussurra indignada: "Pai, não vês que estou queimando? Ele acorda, nota um clarão de luz vindo do quarto onde está o cadáver, corre até lá, encontra o vigia em sono profundo, a roupa e um braço do corpo querido queimados por uma vela que caíra em chamas sobre ele¹⁰⁴.

¹⁰³ LACAN, Jacques (1982). *O Seminário. Livro 17. O Avesso da Psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 112-113.

¹⁰⁴ FREUD, Sigmund. "Interpretação dos Sonhos (1900). In: Freud, Sigmund. *Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1984, v. V-VI p.333.

O tecido simbólico é referido, em Psicanálise, à teorização sobre o Nome-do-Pai sendo uma referência central desde *A Interpretação de Sonhos* (1900/1984), que marca a relevância da teorização sobre o pai para a elucidação do funcionamento subjetivo. Na leitura de *A Interpretação de Sonhos* (1900/1984) – texto que é o marco da formulação do conceito de inconsciente – encontramos os indícios de uma análise fina e difícil a respeito do ateísmo moderno e, que conforme já fora mencionado mais acima, já se localizara em Nietzsche com a fórmula da morte de Deus. O sonho relatado à Freud (1900/1984), por uma paciente, e reproduzido integralmente na abertura desta seção do trabalho, remete à cena da crucificação de Cristo, pelo terrível apelo do filho: *Senhor por que me abandonaste?*

O sonho fora unicamente mencionado em 1900 e no quadro da elaboração do conceito de inconsciente. No entanto, ele antecipa por meio do silêncio de Deus, a posição que o sujeito ocupará, progressivamente, até a contemporaneidade: desamparado pelo inconsciente e orientado pela pulsão.

Em 1900, já no contexto político de ascensão do antissemitismo por toda a Europa, de uma Viena comandada pelo prefeito antissemita Karl Lueger, Freud recuara em relação a esse ponto evidenciado no sonho, e que o permitiria ir da morte de Deus à seu mutismo, da elevação de Deus à dignidade de ideal civilizatório à irrupção da pulsão de morte. Entre 1900 e 1920 – ano da elaboração do conceito de pulsão de morte e, conseqüentemente, do abalo da hegemonia da sexualidade no inconsciente – Freud percorrera uma trajetória difícil que não raras vezes o deixara vulnerável à crítica de que a psicanálise era demasiadamente religiosa, conforme sugeriram Deleuze e

Guattari (1976). Estabelecendo uma leitura crítica dos principais conceitos metapsicológicos, os autores sustentaram a hipótese de que Freud recuara na formulação de um desejo inconsciente mais selvagem, mais revolucionário. O motor deste recuo seria o Édipo. Para Deleuze e Guattari (1976), através do mito de Édipo, Freud teria instaurado no inconsciente a ordem clássica do antigo teatro grego orientado pelo pai, em detrimento das linhas de força do desejo e do inconsciente como usina de produção:

"A grande descoberta da psicanálise foi a produção desejante, as produções do inconsciente. Mas com Édipo, essa descoberta foi logo ocultada por um novo idealismo: no lugar do inconsciente como usina colocou-se o teatro antigo; no lugar das unidades de produção, colocou-se a representação; no lugar do inconsciente produtivo, colocou-se um inconsciente que só poderia exprimir-se (o mito, a tragédia, o sonho...)".¹⁰⁵

De acordo com esses autores, Freud inscrevera definitivamente o pai no inconsciente por meio do Édipo. Se assim for, o fundador da psicanálise estaria preservando a metafísica, tentando resguardá-la da crise do saber e do efeito de laicização que se abriu com a revolução científica. Todavia, o sonho de *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1984) indica algo bem distinto com relação às suspeitas de Deleuze e Guattari (1976), na medida em que fica evidente a hipótese ateísta de Freud no fundamento da psicanálise: o pai é uma invenção subjetiva a partir do inconsciente de um filho. Essa hipótese está em total consonância, não com a crítica de Deleuze e Guattari (1976), mas com a retificação escandalosa que Lacan (1969-1970/1992)

¹⁰⁵ DELEUZE, G e GUATTARI, Felix (1976). *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro; Imago, Editora, p.40-41.

opera na fórmula nietzscheana do ateísmo moderno: *Deus é inconsciente*:

Deus é inconsciente

*Desgraça! Desgraça!
Tu o destruístes,
O belo mundo,
Com punho poderoso!
Em ruínas foi derrubado,
Pelo golpe de um semideus despedaçado.*¹⁰⁶

O lugar do pai na formulação da psicanálise será aprofundado, e mais *chafurdado* ainda, ao longo do avanço da teorização freudiana sobre o inconsciente e a pulsão. Um pouco antes da eclosão da I Guerra, por meio do mito da horda primitiva desenvolvido em *Totem e Tabu* (1912/1984), Freud elabora uma teoria do pai com estatuto de exceção: um pai anterior ao sacrifício da renúncia pulsional que culminará no pai morto do Édipo. Assim, de um lado, o autor conduz uma exaustiva exegese do pai e de sua relevância para a cultura, que induz à concluir que o conjunto do edifício social (arte, moral, religião) tem seus alicerces fundados no complexo de Édipo. De outro, localiza no fundamento da morte do pai, um ponto de anomia, de instabilidade, na figura da exceção de modo que, sobre ele, convergem o amor e o ódio, indicando uma relação conflituosa entre a experiência subjetiva e as insígnias paternas. Apesar, então, de Freud conceber o pai na versão edipiana, como instância simbólica de transmissão da lei, como bússola de orientação para o sujeito, constata-se, pela evidência do sentimento de amor-ódio, a irrupção de um ponto de discordância, de um modo desregulado e imperativo de funcionamento da lei.

¹⁰⁶ Goethe. Fausto. Parte I. Cena IV.

Alguns anos depois, em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921/1984), Freud parece retomar a versão edipiana do pai, localizando-o como o modelo de exercício de poder e o ideal em torno do qual gravita o processo identificatório, que resultará no recalçamento das pulsões e na constituição do inconsciente. Todavia, a argumentação de Freud (1921/1984) deixa entrever que o ponto de anomia não se resolvera em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921/1984). Ao contrário, ele levanta a hipótese de ocorrência de processos identificatórios que não são orientados pelo pai. O que o leva à aprofundar a dimensão anômica do pai até decompô-lo em duas instâncias (o ideal do eu e o supereu) e concentrando no supereu a dimensão imperativa, pulsional, anti-edipiana, da lei: o ideal do eu se articula ao pai morto do Édipo e o supereu, ao pai da horda. Essas colocações fundamentaram a argumentação de *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924/1984), *O Futuro de uma Ilusão* (1927/1984) e *O Mal-Estar na Civilização* (1930[1929]/1984), em que o autor aprofunda a problematização sobre a relação conflituosa entre a experiência subjetiva e as insígnias paternas, sustentando que existe no fundamento da relação do sujeito com a lei, algo que faz com que a lei se torne mais intransigente na exata proporção em que o sujeito a ela se submete:

"Pensar-se-ia ser possível um reordenamento das relações humanas, que removeria as fontes de insatisfação para com a civilização pela renúncia à coerção e à repressão das pulsões, de sorte que, imperturbados pela discórdia interna, os homens pudessem dedicar-se à aquisição da riqueza e à sua fruição. Essa seria a idade de ouro, mas é discutível se tal estado de coisas pode ser tornado realidade. Parece, antes, que toda civilização tem de se erigir sobre a coerção e a renúncia à pulsão. (...) A questão decisiva consiste em saber se, e até que ponto, é possível diminuir o ônus dos

sacrifícios pulsionais impostos aos homens, reconcilia-los com aqueles que necessariamente devem permanecer e fornecer-lhes uma compensação”.¹⁰⁷

O desenvolvimento dessa breve exegese conceitual permite localizar, na consolidação do ateísmo de Freud, a pluralização dos Nomes-do-Pai. Somente essa pluralização do pai, imanente a seu ateísmo, permitiria ao autor lançar luz sobre os impasses que a época colocara e sua solução de, ainda assim, manter *Deus na jogada* por meio da versão da morte do pai. No que se refere à essa pluralização, e a evidência de que no campo da invenção subjetiva, no fundamento morte do pai, jaz o pai da exceção, vale retomar algumas considerações a respeito da blasfêmia que o aristocrata russo Sergei Pankejeff – o célebre paciente de Freud, conhecido na literatura psicanalítica como o *Homem dos Lobos* – endereçara à Deus. O aristocrata dera ao longo de seu tratamento com Freud, o testemunho da função desestabilizadora que o pai da exceção assumira em seu funcionamento subjetivo. Alguns pontos da argumentação de Freud (1914-1918/1984), trabalhados por Henschel de Lima, Valentim, Rocha & Rodrigues (2010), serão aqui retomados para avançar na elucidação da tese freudiana de que o pai é uma invenção subjetiva.

Ao procurar o consultório do Dr. Sigmund Freud, Sergei Pankejeff já havia se consultado com outros psiquiatras, como fora o caso de Emil Kraepelin, em Munique, e Eugen Bleuler, em Zurique. Freud (1914-1918/1987) ressaltara a presença ambígua, no aristocrata, de uma fenomenologia fóbica, uma neurose obsessiva na infância e episódios delirantes da vida adulta. No que se refere à fenomenologia

¹⁰⁷ Freud, Sigmund (1984). “O Futuro de uma Ilusão” (1927). In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v. 17, p.17-18.

fóbica, tratava-se de uma paralisia aterrorizante, desestabilizadora, diante da imagem onírica dos lobos. A reprodução do relato de Sergei Pankejeff (Freud, 1914-1918/1987), no qual os lobos estão revestidos de um conjunto de características específicas, evidencia a invasão pulsional na organização da realidade psíquica do paciente:

"De repente, a janela abriu-se sozinha e fiquei aterrorizado ao ver que alguns lobos brancos estavam sentados na grande noqueira em frente da janela. Havia seis ou sete deles. Os lobos eram muito brancos e pareciam-se mais com raposas ou cães pastores, pois tinham caudas grandes, como raposas, e orelhas empinadas, como cães quando prestam atenção a algo. Com grande terror, evidentemente de ser comido pelos lobos, gritei e acordei".¹⁰⁸

A presença dessas características concede aos lobos um estatuto singular para Sergei Pankejeff. A experiência de terror vivida por ele estava concentrada na posição dos lobos, ou no que Freud (1914-1918/1987) localizara como o representante do pai: estavam sentados na árvore, eram muito brancos, estavam em perfeita quietude e imobilidade e fixavam o olhar atento sobre Sergei. Sua crueza revela o fracasso do expediente da elaboração secundária (do sonho), da significação, comumente utilizada com a finalidade de tornar inofensiva a cena. De fato, a posição subjetiva de Sergei é revelada por Freud (1914-1918/1987) nos seguintes termos: estava aterrorizado pela possibilidade de ser comido, ou engolido, pelos lobos. O que indica o próprio estatuto que o pai possui em sua economia psíquica – o pai da exceção, ao qual ele se encontra submetido: "[...] *é possível que durante os primeiros anos do*

¹⁰⁸ Freud, Sigmund (1987). "História de uma neurose infantil (O Homem dos Lobos)". *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição Standard Brasileira, v. 17. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1914-1918, p. 45.

paciente, o pai (embora se tornasse severo mais tarde) pudesse, mais de uma vez, enquanto acariciava o menininho ou com ele brincava, tê-lo ameaçado, por brincadeira, de engoli-lo."¹⁰⁹ No que diz respeito aos sintomas obsessivos (antes de se deitar era obrigado a rezar por muito tempo e a fazer, interminavelmente, o sinal da cruz, ou pela tarde a passar por todas as imagens sacras da casa e beijá-las uma por uma), dúvidas e blasfêmias direcionadas respectivamente a pessoa de Cristo (se ele tinha traseiro e defecava) e a Deus (*Deus-suíno, cagar em Deus, Deus-merda*), estas confirmam a posição de submissão ao pai da exceção.

O testemunho de Sergei Pankejeff se articula ao sonho de *A Interpretação dos Sonhos* (1900/1987) e, tal como o sonho, verifica a tese freudiana do ateísmo: o pai é uma invenção subjetiva orientada pelo inconsciente do filho.

Do formalismo no retorno à Freud por Lacan...

O formalismo de Lacan (1953/1988; 1956/1988; 1957/1988) fora, inicialmente, extraído da disciplina estruturalista, o paradigma para a cientificidade das ciências humanas entre os anos 1950 e 1960, e possibilitara uma formação de compromisso da psicanálise com a ciência em sua vertente formal - sem, no entanto, implicar na submissão da psicanálise à solução da crise da modernidade pela ascensão do homem ao lugar de Deus, pelo recurso à abordagem da experiência subjetiva pelo funcionamento biológico. De fato, Lacan recorrera ao modelo estrutural da Antropologia de Claude Lévi-Strauss e da Linguística saussuriana, aplicando à metapsicologia

¹⁰⁹ Freud, Sigmund. "História de uma neurose infantil (O Homem dos Lobos)", Op. cit. p. 45.

freudiana o estatuto preciso de uma instância lógico-simbólica sem recuar em relação à tese freudiana do inconsciente e da pulsão. Nessa referência epistemológica do primeiro ensino, dois axiomas definem o procedimento de formalização do inconsciente pela estrutura:

1. O inconsciente é estruturado como uma linguagem.
2. O significante é o que representa um sujeito para outro significante.

Esses axiomas funcionam como linha de resistência à vertente metafísica ainda presente na forma como Nietzsche pensara a crise da modernidade, exprimindo a elaboração de um modelo estrutural original pautado na conjugação do universal e do particular e, mais especificamente, no poder de generalização do significante em contraposição à própria generalização do modelo biológico e seu poder de conferir fundamento ao homem. Assim, na condição de linguagem, os conceitos de inconsciente e de pulsão foram reinterpretados a partir da operação do significante, e a constituição da subjetividade passa a ser uma dedução lógica da incidência da linguagem sobre a pulsão. Tem-se, então, uma teorização no sentido da valorização do simbólico e do determinismo do sujeito pelo significante, sendo dado um destaque especial ao Nome-do-Pai como um elemento diferencial na ação estruturante do simbólico sobre o gozo, da linguagem sobre a pulsão.

A referência epistemológica central, dessa incidência do significante do Nome-do-Pai sobre a posição do sujeito, é o escrito *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (Lacan, 1955-1956/1998). Ao longo deste escrito Lacan (1955-1956/1998) estabelece o Nome-do-Pai como *ponto de capitonê* para a operação metafórica e, conseqüentemente, como paradigma da constituição da subjetividade. Logo depois, em *O Seminário. Livro 5. As formações do*

Inconsciente (1957-1958/1999), Lacan retifica pela primeira vez as versões da morte do pai em Freud – o parricídio do Complexo de Édipo e o pai da horda de Totem e Tabu – definindo a morte do pai por sua elevação ao estatuto de metáfora. Dessa forma, o que Lacan denominara de *mais além do Édipo*, no contexto do primeiro ensino, consistiria no tratamento do pai pela metáfora, fundamentado no vetor conceitual que vai do mito à estrutura verificando assim a tese freudiana que sustenta o ateísmo: Deus é uma invenção do inconsciente.

... À lógica encarnada

Uma vez roubada, usurpada, Libido não sucumbiu na prisão erguida pelo Pai (...). Libido não morreu, mas se fez nuvem, água, manancial, torrente. Eu a vertia – dizia o Pai – no tonel das Danaides; ali estava resguardada. Mas sabemos o que ele não sabia: essa não era uma caixa que pudesse retê-la. Pai, não vês que fujo, que escapo, que precipito o incêndio? Não, o Pai não via que Libido se ia e que, no deserto, mil oásis floresciam. O pai acreditou estar enterrado junto com Libido. E o sujeito acreditou – acreditou que o Pai a tinha, com um abraço, na morte. Durante esse tempo, Libido se metabolizava alegremente sem que ninguém a reconhecesse. E o sujeito era feliz sem o saber¹¹⁰.

O mito elaborado por Miller (2005) exprime com precisão o limite teórico-clínico da teorização do Pai pela metáfora: a categoria de pulsão impôs tal limite. Neste sentido, o avanço conceitual da teoria do pai a partir, principalmente do final dos anos de 1960, parece confirmar o caráter problemático das três grandes questões que inauguraram a modernidade a partir do final do século XVIII: o que é possível fazer? O que me é permitido esperar? O que é o homem? Em 1964, logo após ter reservado à inexistência um seminário sobre os

¹¹⁰ MILLER, Jacques-Alain (2005). *Del Edipo a la Sexuación*. Buenos Aires: Paidós, p .234.

Nomes-do-Pai, logo após sua excomunhão da IPA, Lacan escreve a fórmula do ateísmo já assumida por Freud: *Deus é inconsciente*. Conforme já fora abordado ao longo do presente trabalho, essa fórmula extraída do comentário a respeito do sonho *pai não vê que estou queimando?* (Freud, 1900/1984), evidencia a própria estrutura do inconsciente: ele interpreta um pai mudo, adormecido, que nada sabe, diante do fogo real que invade o corpo inanimado de um filho. Esse mito traz, ainda, um detalhe a mais: um pai entorpecido pela crença de estar enterrado junto com a pulsão, entorpecido pela visão dos mil oásis que floresciam no deserto. Enquanto isso, a pulsão se metaboliza sem que ninguém a reconheça, precipitando o próprio incêndio.

A expressão *lógica encarnada* (Miller, 2006) se aplica ao limite da hegemonia da lógica do significante a partir da teorização sobre o objeto *a* e, conseqüentemente, da passagem de um quadro conceitual organizado em torno da lógica do significante para um outro quadro no qual o conceito de gozo ganhará, progressivamente, uma posição hegemônica. Esse abalo da lógica do significante é localizado a partir de *O Seminário. Livro 10. A Angústia* (1962-1963/2005), onde Lacan investiga o status da angústia. De fato, o princípio explicativo da angústia evidencia a presença de um elemento causal que não se esgota na interdição oriunda do pai, que não depende de uma referência edipiana, mas que se refere diretamente à pulsão. Dessa forma, verifica-se o recuo do operador conceitual edipiano no ponto em que a angústia evidencia a presença de um elemento causal primeiro, não especularizável e não-agalmático, anterior e irreduzível a máquina edipiana de domesticação da pulsão. Esse elemento será isolado por Lacan (1962-1963/2005), por meio da notação objeto *a*. Esse momento teórico mostra, também, um Lacan que nesse

momento se posiciona ao avesso da premissa *doistoiévskiana* de uma forma bem particular. Ele ressalta que a morte do pai é condição de possibilidade para a liberdade de agir e pensar: o pai morto, o pai como metáfora é, simultaneamente, aquele que demarca que nem tudo é possível e aquele que diz sim, que deseja, que oferece um horizonte, uma bússola possível, a partir do não. Miller (2005) identifica, nessa teoria, a definição de um tipo de relação entre o sujeito e a linguagem fundamentada na lógica do todo cuja versão pode, assim, ser escrita: é preciso que um não seja para que o todo possa advir; ou ainda, a morte do pai é condição de possibilidade do sujeito e seus atributos.

Entre os anos de 1968 e 1970, Lacan orienta seu trabalho conceitual sobre o pai no sentido de apreender o desejo do analista, o desejo de Freud pela psicanálise, para além da sombra metafísica da morte do pai. Quanto a esse ponto, destacam-se especialmente: *O Seminário. Livro 17. O Avesso da Psicanálise* (1969-1970/1992) e *Radiofonia* (1970/2003).

O Seminário. Livro 17. O Avesso da Psicanálise (1969-1970/1992) foi transmitido ainda no calor dos acontecimentos do maio de 1968 na França. Neste sentido, merece destaque a Lição XII, de 10 de junho de 1970, e intitulada *A impotência da verdade*, que contém uma parte de um artigo de opinião, redigido por Lacan a pedido do jornal *Le Monde*, sobre a reforma universitária empreendida por E. Faure, após o maio de 1968. O artigo intitulava-se *L'emoi de mai et sa maimoire dans le sujet capitaliste* e deveria ser publicado na seção *Libres Opinions* de 3 de fevereiro de 1969. Sobre sua não publicação, Lacan (1969-1970/ 1992, p. 160) tem uma hipótese¹¹¹:

¹¹¹O artigo fora confiado à M. Valas em manuscrito datilografado com anotações e correções à mão feitas pelo próprio Lacan. Há uma anotação em especial, que em homenagem à Lacan, obedeci ao longo deste trabalho: a escrita da expressão objeto *a*,

"Acontece que escrevi um pequeno artigo sobre a reforma universitária, que tinham me expressamente pedido para um jornal, o único a ter uma reputação de equilíbrio e honestidade, chamado *Le Monde*. Tinha insistido muito para que eu redigisse essa pequenina página a propósito da reorganização da psiquiatria, da reforma. Ora, apesar dessa insistência, é bastante assombroso que esse pequenino artigo, que publicarei um dia desses, não tenha saído lá. Nele, falo de uma reforma no seu buraco. Justamente, esse buraco turbilhonante, tratou-se manifestamente de com ele tomar um certo número de medidas concernente à Universidade. E, meu Deus, remetendo-nos corretamente aos termos de certos discursos fundamentais, pode-se ter certos escrúpulos, digamos, em agir pode-se olhar duas vezes antes de se precipitar a aproveitar as linhas que se abrem. Veicular a carniça naqueles corredores é uma responsabilidade".¹¹²

O diagnóstico de Lacan sobre o pós-maio de 68 foi particularmente crítico e duro e dir-se-ia intempestivamente próximo do significante *submissão*, que dá título ao livro recente de Michel Houellebeck publicado na França e no Brasil¹¹³. Lacan situa o cão como um dos representantes do objeto *a*. E seu latido, o equivalente ao sujeito dividido (\$). A dureza desse diagnóstico reside no fato de que o cão é um animal doméstico, e que seu latido não é uma fala. Considerando a posição do cão como animal doméstico, Lacan localiza a *versão-cão* do discurso histórico de maio de 68: os revoltosos de

mantendo o *a* em itálico. O artigo foi publicado no ano de 2009, por Patrick Valas no periódico *Figures de la psychanalyse*. LACAN, Jacques (2009). "Jacques Lacan et le moment 68 . D'une réforme dans son trou" . In : *Figures de la psychanalyse*, 1, n 17 , p. 181-187 . Disponível em:

www.cairn.info/revue-figures-de-la-psy-2009-1-page-181.html.

¹¹² LACAN, Jacques (1992). *O Seminário. Livro 17. O Avesso da Psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.159

¹¹³ HOUELLEBECQ, Michel (2015). *Submissão*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

maio de 68 ladravam (\$) palavras de ordem, desconhecendo que o faziam como se fossem cães (a), porque eram atraídos por palavras-carniça (S1), apodrecidas, sem vida, produzindo um saber (S2) divorciado da verdade. Sendo assim, Lacan é bastante preciso e duro. Os acontecimentos de maio de 1968 tiveram como efeito colateral o rebaixamento do significante-mestre ao nível da carniça. Lacan (1969-1970/2009) localizará em sua análise da organização da reforma universitária no curso de medicina, no quadro dos acontecimentos de 1968, o efeito da ascensão do mercado no interior da Universidade. O autor chega mesmo a afirmar que a formação médica fora ultrapassada pela subversão do mercado:

*« Qu'on ne s'y trompe pas : nulle contestation ici de la place de la médecine en l'affaire. Dénonciation seulement du forfait où elle trempe comme universitaire. Au niveau de la médecine comme ailleurs, préserver les bénéfiques du savoir est bien la définition infima qu'on puisse donner de la mission de l'Université. Elle implique la préemption de la formation comme effet du savoir sur la valeur dont le cote un marché. Dans la médecine comme ailleurs, l'Université n'y manquait certes pas. Mais elle fut dépassée par la subversion survenue de ce que nous dénommons: marché ».*¹¹⁴

O rebaixamento do significante-mestre ao estatuto de carniça está intimamente articulado a ascensão do mercado sobre o saber. Essa argumentação induz à interrogação acerca do destino assumido pelo Deus suposto saber – marca da laicização promovida pelo impacto do discurso da ciência - na contemporaneidade. Em Radiofonia (1970/2003), Lacan indicará uma resposta ao matemizar a marca de seu trabalho epistemológico de retorno à Freud: a

¹¹⁴ LACAN, Jacques (2009). "Jacques Lacan et le moment 68 . D'une réforme dans son trou" . In : *Figures de la psychanalyse*, 1, n 17 , p. 184.

psicanálise mais a tentativa de elaborar uma resposta ao fato da pulsão ter, na contemporaneidade, assumido a posição de comando.

A retomada da discussão clínica do caso Schreber em Apresentação das Memórias de um Doente dos Nervos (1966) - na qual ressalta que a submissão de Schreber em relação a Deus é a submissão ao gozo de Deus (e que o próprio ser de Schreber respalda isso) - marca a relevância teórica do conceito de pulsão.

O mais-além do Édipo ganha, aqui, um novo sentido: o sentido preciso de um mais-além da metáfora paterna, de uma passagem do Nome-do-Pai ao múltiplo. É esse novo sentido torna possível entender as rupturas do laço social, a pregnância da irrupção da pulsão, o empuxo ao significante-carniça, que habita a contemporaneidade. Assim, a pluralização do pai promovida por Freud como fundamento do ateísmo e chave de leitura para a época indicaria o recuo do Deus suposto saber - esse que se apresenta na vertente do aforismo da morte de Deus e a ascensão da exceção. Neste ponto, retomando o argumento de Miller (2015) de que o Absoluto islâmico permanece desenfreado, no combate à blasfêmia, é possível entender por que o alvo é a blasfêmia mais do que a laicidade. Certamente, em uma época dominada pelo rebaixamento do significante-mestre ao nível de uma carniça, de sua inseparabilidade da pulsão, a falta de vergonha, tornou-se uma norma de conduta.

Nesse contexto, o ateísmo da psicanálise tem sua serventia. Ele sinaliza que a irrupção desse Absoluto tende a se expandir em uma época orientada pela exceção, e por uma posição subjetiva, dela, tributária. O Absoluto islâmico representa o triunfo da religião na época da blasfêmia - essa posição subjetiva que consiste na reivindicação do direito de tomar o significante-carniça para ridicularizar.

Referências:

DELEUZE, G e GUATTARI, Felix (1976). *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, Editora.

DESCARTES, Renné (1637) (1987). *Renné Descartes*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural.

FOUCAULT, Michel (1966) (1985). *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

FREUD, Sigmund (1900) (1984). "Interpretação dos Sonhos". In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, Sigmund (1910) (1984). "Cinco Lições de Psicanálise", In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v. XI.

FREUD, Sigmund. "Totem e Tabu" (1913[1912-1913]) In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v. XIII.

FREUD, Sigmund. "História de uma neurose infantil (O Homem dos Lobos)" (1914-1918/1987). In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v.XVII.

FREUD, Sigmund. "Psicologia de Grupo e Análise do Ego" (1921) (1984). In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v.XVIII.

FREUD, Sigmund. "O Problema Econômico do Masoquismo" (1923) (1984). In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v.

FREUD, Sigmund. "O Futuro de uma Ilusão" (1927) (1984). In: Freud, Sigmund. *Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v. XXI.

FREUD, Sigmund. "O Mal-Estar na Civilização" (1930[1929]) (1984). In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas*. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed., v. XXI.

FREUD, Sigmund. "Moisés e o Monoteísmo (1939[1934-1938]) (1984). In: *Freud, Sigmund. Obras psicológicas completas. Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed., v. XXIII.

HENSCHER DE LIMA, Claudia (1999). *Koyré com Lacan. A Psicanálise como Ciência do Sujeito*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HENSCHER DE LIMA, Cláudia, VALENTIM, Adilson, ROCHA, Carlos Emanuel e RODRIGUES, Nathália (2010). "Diagnóstico diferencial e direção do tratamento na atualidade: do DSM-IV à psicanálise". In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 62, n. 1. p.49-61 Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2290/229016557006.pdf> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

HOUELLEBECQ, Michel (2015). *Submissão*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

KOYRÉ, Alexandre (1979). *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito*. Rio de Janeiro; Forense Universitária.

KOYRÉ, Alexandre (1955) (1982). "Galileu e a Revolução Científica do Século XVII". In *KOYRÉ, Alexandre. Estudos de História do Pensamento Científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LACAN, Jacques (1953) (1988). "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise". In: *LACAN, Jacques. Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 238-324.

LACAN, Jacques (1985). *O Seminário. Livro 2. O Eu na Teoria e na Técnica da Psicanálise (1954-1955)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, Jacques (1988). "De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose" (1955-1956). In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 537-590.

LACAN, Jacques (1985). *O seminário. Livro 3. As psicoses (1955-1956)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LACAN, Jacques (1988). "Seminário sobre a carta roubada". In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 13-66.

LACAN, Jacques (1988). "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud". In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 496-533.

LACAN, Jacques (1999). *O Seminário. Livro 5. As formações do Inconsciente (1957-1958)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LACAN, Jacques (2005). *O seminário. Livro 10. A angústia (1962-1963)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LACAN, Jacques (1992). *O Seminário. Livro 17. O Avesso da Psicanálise (1969-1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, Jacques (2003). "Radiofonia" (1970). In: LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, Jacques (1993). *La Tercera (1974)*. Buenos Aires: Manantial Ediciones.

LACAN, Jacques (2005). *O Triunfo da Religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, Jacques (2009). "Jacques Lacan et le moment 68 . D'une réforme dans son trou" . In : *Figures de la psychanalyse*, 1, n 17, p. 181-187 . Disponível em:

www.cairn.info/revue-figures-de-la-psy-2009-1-page-181.html.

Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

MILLER, Jacques-Alain (2003). « Note sur la honte » . In : *La Cause Freudienne. Revue de psychanalyse*, Paris, n.54, , juin,p.6-19.

MILLER, Jacques-Alain (2005). *Del Edipo a la Sexuación*. Buenos Aires: Paidós.

MILLER, Jacques-Alain (2015). "O retorno da blasfêmia". In *Opção Lacaniana online nova série*. Rio de Janeiro,ano 6,n.16,março.

MILLER, Judith (1991). "Descartes et le Malin Génie". In : *Travaux* . Nantes, n.4, 30/10/1991.

NIETZSCHE, Frederich (1882) (2010). *A Gaia Ciência*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra.

NIETZSCHE, Frederich (1887) (2010). *A Genealogia da Moral*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra.

Capítulo 6

**ENTREVISTA COM
GISÁLIO CERQUEIRA FILHO
[novembro de 2015]**

***Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth
&
Jefferson de Almeida Pinto***

Apresentação

Gisálio Cerqueira Filho celebrou em 2015, cinquenta e três (53) anos de docência no Rio de Janeiro, quarenta e quatro (44) deles como professor do ensino superior do Brasil. Neste mesmo ano sua obra foi discutida em eventos, seminários e comemorações acadêmicas. No final de 2015 assumiu, na qualidade de Decano, a Direção do Instituto de Ciência Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF) com a principal tarefa de promover eleições para Direção e Colegiado do ICHF, o que ocorreu entre 14 e 16 de dezembro.

Professor Titular de Teoria Política da UFF - Universidade Federal Fluminense, campus do Gragoatá, Niterói, R.J. É um dos coordenadores do Laboratório Cidade e Poder (LCP-UFF) <http://www.historia.uff.br/lcp/>

Ex-Presidente do Fórum Universitário Mercosul (FoMerco), eleito para o biênio Setembro de 2009 a setembro de 2011. Ex-diretor eleito do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RIO (1983-1988), Gisálio Cerqueira Filho é graduado (Bacharel e Licenciado) em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, FNFi - UB (1969), hoje UFRJ. Especialização em Métodos e Técnicas de Pesquisa pela FGV- RJ (1971), Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ (1975), Doutor em Ciência Política pela USP (1980) com pós-doutorado na Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal (1999). Professor Titular de Sociologia (aposentado) da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Professor Associado Doutor Avançado (aposentado) da PUC-RIO. Exerceu mandato como professor eleito na qualidade de

representante do CCS (PUC-RIO) no Conselho Curador da Fundação Padre Leonel Franca. Ex-professor do Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ). Foi membro fundador e diretor executivo do *Socii (Pesquisadores Associados em Ciências Sociais)*, uma das primeiras organizações de pesquisa independente neste campo no Brasil, grupo formado por diversos pesquisadores e professores na década de 70. Atua como pesquisador sênior na Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF). É Professor orientador do Programa de Pós-graduação (Mestrado / Doutorado) em Ciência Política (PPGCP-UFF). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura e ideologia, estado democrático, ideologia e direito, política e psicanálise, história política, direito e sociedade. É membro do *Research Committee on Sociology of Law (RCSL/ ISA)*, da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Nacional de História (ANPUH). É membro do Conselho Editorial da Editora Escuta, São Paulo, e do Conselho Consultivo da Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.

É editor de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* (on line) <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/>

Por muitos anos foi pesquisador do CNPq., alcançando o nível I . Tem atuado como consultor *ad hoc* da CAPES e da FAPERJ. Desde 2010 vem trabalhando no âmbito de convênios internacionais do Laboratório Cidade e Poder (LCP-PPGH/UFF) com Portugal (UTL-ISCSP), Argentina (UBA-GEHBP) e França (Sorbonne). Desde 2011 dirige o Núcleo Observando o Sul (NOS) no LCP-UFF.¹¹⁵

¹¹⁵ Ver Gisálio Cerqueira Filho. Memória de um vida. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2011.

Observação - Na entrevista preservamos uma certa linguagem coloquial para que não se perdesse a espontaneidade do entrevistado.

1 - Como sua formação inicial influenciou em sua trajetória acadêmica?

(Gisálio Cerqueira Filho - GCF) Vamos então começar com a influência que eu considero importante do Colégio Marista e falando do Colégio Marista estou falando especialmente da influência da Igreja Católica. Eu entrei para o Colégio Marista em 1954, como aluno, e me lembro muito bem quando em certo dia do ano de 1953 a minha mãe vendo um aluno do Colégio São José passar na rua mostrou-o para mim e falou "eu gostaria muito que você estudasse nesse Colégio!". Só seria possível a partir da quarta série primária, eu estava na terceira série, num colégio particular, e tomei aquele desejo da minha mãe literalmente a partir daquele momento como meu desejo. Queria, de toda forma, ser aprovado, na prova que fui fazer no ano seguinte, para a quarta série primária, porque era o desejo da minha mãe...certo, que naquele momento eu não tinha clareza disso, eu não tinha o mínimo conhecimento sobre o Colégio Marista, eu não conhecia ninguém daquele Colégio...não sabia nada...nada...mas minha mãe gostava do Colégio e era o desejo da minha mãe que eu estudasse ali o que importava. Então isto bastava. Aquela coisa de colar o desejo da criança, o desejo infantil, no desejo da mãe. Fiz o concurso, fui aprovado e comecei a estudar no Colégio Marista.

Então eu fiz a quarta série e quinta série. A quinta série possibilitava a admissão ao curso Ginásial (quatro anos) e depois o Colegial (três anos). "Primeiro Ginásio", "Segundo Ginásio", "Terceiro Ginásio". Eu paro aí, porque nesses cinco anos eu fiz tudo no mesmo diapasão: um excelente aluno, que procurava ser o melhor aluno, não bastava ser excelente, às vezes eu era ultrapassado por outros

alunos, mas eu me esforçava o máximo para ser o melhor até a terceira série ginasial. Então...1954, 1955, 1956, 1957, 1958...cinco anos. O Colégio sendo religioso realizava constantes apelos à prática religiosa. Para você ter uma ideia, nós rezávamos o terço diariamente. Isso era uma coisa que eu nunca podia imaginar. Eu até então não rezava o terço diariamente. Agora, todo dia, tínhamos quinze minutos reservados para a reza pública, coletiva, do terço, que era puxado por um aluno, a primeira oração, a segunda por outro, a terceira por outro, e assim sucessivamente. Bom...nesse período eu pertenci, ainda no ensino fundamental, à Cruzada Eucarística. Acelerei a minha participação na Igreja Católica e logo estava na Congregação Mariana, que era muito conservadora. Levava muito a sério a participação em uma e em outra, e eram poucos os alunos que participavam, não eram muitos, não.

Mas, em 1958, acontece, vamos dizer assim...eu acho que a palavra é essa... uma notícia extraordinária (hecatombe é a palavra que a memória me vem à lembrança). O supervisor da Congregação Mariana diz que estava sendo convocado, pela Igreja Católica, um Concílio. Seria o Concílio Vaticano II e de fato esse Concílio produziu mudanças incríveis! Inimagináveis! Em mim, no Colégio, nos professores, a ponto de um professor ter dito para mim "Gisálio, a partir de 1958 você foi mudando com uma rapidez, de tal forma que você não era mais aquele aluno que vinha dos idos de 54, 55, 56, 56, 57, 58...". Esse professor que falou isso era professor de Educação Física, já aposentado quando me fez esta confidência. Era policial militar, Coronel PM reformado, e exercia funções burocráticas na secretária do Colégio. Eu fiquei curioso e perguntei a ele: "Mas o que você observou nesta mudança, por que como ele era secretário do Colégio e em 1962 eu comecei a trabalhar como professor nesse

mesmo Colégio, nós almoçávamos juntos diariamente, então nós conversávamos bastante nesta ocasião. E ele disse "A partir de 1958 você mudou no sentido de se tornar mais rebelde, mais questionador, adquiriu um pensamento crítico, acabou sendo presidente do Grêmio Escolar e por fim... arrematou "...você se tornou bem independente!"

Eu achei muito curioso porque era uma observação de fora, mas que tinha alguma certa pregnância porque exatamente a partir de 1959, quando já havia sido anunciado o Concílio, estava nos preparativos, eu vou para o quarto Ginásio, no quarto Ginásio um sujeito chega para mim e diz assim "Gisálio, você sabe que aqui no Colégio além da Congregação Mariana tem um outra associação". Eu falei "É?! Eu não sabia. Qual é essa associação religiosa, como é essa associação religiosa?". Ele falou "É meio secreta!". Isso me chamou logo a atenção. Aí ele falou "Se você quiser você vem numa reunião nossa. Nós nos reunimos às oito horas da noite.". O Colégio não tinha aula à noite. Isso foi uma tentação. Ver o que era o Colégio à noite com uma associação católica secreta. Só rapazes no Colégio, pois o Colégio não era misto! Eu vou a essa reunião e fico conhecendo assim, na primeira reunião, o que seria a JEC – a Juventude Estudantil Católica, que era completamente diferente da Congregação Mariana porque havia muita liberdade... as reuniões eram precedidas – imaginem vocês – de uma partida de sinuca num lugar especial que o pessoal da JEC fazia suas reuniões, havia ainda alguns outros divertimentos, jogos de salão. Aquilo me fascinou imediatamente! E vai reforçar – vejo agora a diferença – a minha inserção na Igreja na perspectiva do Concílio Vaticano II. Porque ali só se falava em Concílio e nas possíveis transformações.

Então, a partir daí eu aprofundo fortemente a mística religiosa da Ação Católica e especialmente da Juventude Estudantil Católica (JEC).

Especialmente calcada nas perspectivas do Concílio convocado pelo Papa João XXIII. Começo a estudar os preparativos para o Concílio. Vou começar a militar no movimento estudantil primeiro do Colégio depois na Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários (AMES), vou ser o presidente do Grêmio, vou conhecer pessoas de outros colégios, católicos e não católicos no Rio de Janeiro, vou participar de congressos estudantis, vou fazer viagens para fora do Brasil, vou conhecer outras pessoas de outros colégios, sobretudo Maristas, em Minas, em São Paulo, no Dom Silvério em Minas, no Arquidiocesano em São Paulo. Desse período a liderança maior que me fica marcada é a liderança de Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Beto) que era o dirigente nacional de JEC masculina – havia JEC masculina e JEC feminina. Eu o admirava muito pela sua inserção, muito jovem, deveria ser três ou quatro anos a mais do que eu, e já na direção nacional. Ele morava no bairro de Laranjeiras, embora fosse oriundo lá de Juiz de Fora, o pai era militar, uma alta patente, mas ele tinha divergências com o pai e morava aqui no Rio de Janeiro num prédio do qual eu me lembro até hoje, embora ele já não exista.

Nos estudos que eu faço sobre o Concílio eu descubro a Encíclica "*Pace in Terris*" e um capítulo chamado "Sinais dos Tempos". Digo para mim mesmo "Se eu acho que esse Concílio vai ser verdadeiramente revolucionário, diferente, eu quero ver quais são os sinais dos tempos para me colar nos sinais dos tempos! Se eu fizer isso eu estou na pauta do Concílio; na catolicidade inscrita nas transformações do Concílio". E os três sinais dos tempos eram "A ascensão das classes trabalhadoras que não aceitam ser subjugadas por seus patrões; o movimento de descolonização na Ásia, na África cujos países não aceitam o regime colonialista, a subjugação pelos países centrais; e o movimento das mulheres que não aceitam mais

serem subjugadas pelos seus respectivos maridos, irmãos, pais etc.". Eu leio esses três sinais e digo "Eu vou me esmerar nesses três sinais. Eu vou mergulhar de cabeça". Mas eram três sinais que até então não me falavam muito. Nem o movimento das mulheres, nem o movimento de descolonização mundial, nem o movimento dos trabalhadores. Mas eu comecei a ler e inevitavelmente vai me cair nas mãos um livro que se chamava "De Karl Marx a Mao Tse-Tung", que era um "tijolo" – não sei se vocês já ouviram falar nesse livro – de um autor chamado Henri Chambre, francês, mas havia uma tradução. Eu entro nesse livro, eu leio esse livro várias vezes, talvez umas cinco vezes, para entender, muitas vezes há passagens difíceis, eu volto... Mas era uma perspectiva que me incomodava na medida em que colocava para mim uma série de interrogações. Como é que eu podia me aprofundar no estudo das ideias marxistas, mesmo que tivessem outros pensadores, vamos dizer assim, próximos do marxismo e na sua origem católicos? Por exemplo, como um filósofo chamado Emmanuel Mounier, da Filosofia chamada na França de "personalismo". Eu mergulhei nesses estudos todos. Somente uns vinte anos depois eu vou saber que Henri Chambre era um filósofo professor e sacerdote jesuíta. Consequentemente o livro tinha inspiração fortemente católica. Acho que não preciso falar mais... a minha aproximação do marxismo vai junto com a influência do pensamento social católico. Quando eu me formo no terceiro ano do ciclo colegial (1963) eu já estou professor no mesmo Colégio Marista e lá naquele mesmo Colégio eu fiquei aproximadamente outros dez 10 anos. Havia ficado quase 10 anos como aluno, vou ficar igual tempo como professor. E obviamente porque eles me convocam, me chamam para ser professor, primeiro do Ensino Fundamental, depois do Ginásio, Colegial, Pré-vestibular? Os Maristas tinham confiança em

mim. Claro, essa confiança estava balizada nos autores de inspiração católica que eu lia, mas que também promovia uma transformação muito grande. Eu ainda era professor do Colégio quando ele deixou de ser exclusivamente masculino, passou a ser misto. Misto com meia dúzia de moças, depois cresceu demais. A reza do terço acabou. Houve mudanças em função do Concílio que foram muito grandes, vamos dizer assim. Eu acho que isso sintetiza um aspecto fundamental para a minha geração. Na perspectiva dos sinais dos tempos, 1968 para 1969 eu descobro só com a minha curiosidade intelectual que havia um produto novo no mercado que você podia adquirir e convencer a mulher a tomar e ela não engravidaria. Nunca tinha tido notícia dessa novidade. Chamava-se Novulon. Entrei numa farmácia, todo receoso e tímido e perguntei ao funcionário "Você tem Novulon?". O sujeito falou "Tenho!". "Então me dá uma cartela". Eu estou no diapasão do Concílio! Convenci uma garota a tomar Novulon. Ela tomou e eu iniciei a minha aproximação com o feminino na perspectiva conciliar... "As mulheres não aceitam ser subjugadas...". Mas porque eu fui comprar o Novulon e não ela que foi comprar o Novulon?! Por que ainda vivíamos numa circunstância extremamente pesada, machista, que fazia com que as mulheres ficassem... as jovens, mais ainda, muito intimidadas. Você vê que coisa interessante...isso é muito forte, porque isso vai como uma espécie de contrapartida com a reflexão no âmbito político. Eu participo com Frei Beto e outros militantes católicos em alguns seminários aqui no Rio de Janeiro cujo título é "Sexo, amor e casamento". Em nome da JEC. Então... posso falar assim: houve uma dupla influência do catolicismo. Uma influência na reflexão e uma influência na vida afetiva, na vida amorosa, na vida sexual, digamos assim. Eu tinha

que dar conta dessa relação. Essa relação era uma coisa muito nova para mim.

Há uma frase que anotei aqui que é essa "O mundo avança mesmo sem nós. De nós depende que ele avance conosco". Eu tinha clara impressão que o mundo avançava naquela conjuntura e eu era muito jovem...16, 17, 18, 19 anos e eu via as mudanças, as transformações e eu levantei essa bandeira, apoiando-me, para me proteger, subjetivamente, no Concílio. Ora, eram inspirações do Concílio. Eram inspirações de um papa que trazia novidades muito alvissareiras para a Igreja. Então eu dizia para mim mesmo "Se eu me afastar eu vou ficar fora disso daí...eu quero avançar com o mundo!". Então digo "De nós depende que o mundo avance conosco". Claro, eu não tinha essa frase formulada, mas essa frase "O mundo avança mesmo sem nós. De nós depende que ele avance conosco", quem fala é o Provincial Geral dos jesuítas, num gesto incrivelmente humilde diante da estátua do Marquês de Pombal. Ele ajoelhado pedindo perdão ao Marquês de Pombal por eventuais erros dele na vida de jesuíta. E diz essa frase. Então eu digo...bom... "Eu estou numa companhia católica, eu estou numa companhia boa, eu estou numa companhia que não trai, a minha origem católica...talvez você possa até ler assim: "que não trai o desejo da minha mãe". E vou seguir essa trilha...

Em 1972, estou prestes a deixar o Colégio Marista, pois já começara a lecionar no ensino superior, na Universidade Gama Filho (UGF) e na Faculdade de Direito Estácio de Sá. Eu nunca tinha ido à PUC do Rio de Janeiro. Não conhecia a Zona Sul, não conhecia a Gávea, eu morava em Vila Isabel. Não tinha noção do que era a PUC, absolutamente. Entretanto, tinha uma perspectiva imbuída de catolicidade, mas que não era aquele catolicismo que anos depois eu

vou estudar, e com tanto interesse, que configurava a reação católica do início do século XX, muito importante no Brasil. Eu acho que eu não fui capturado por ele, primeiro porque eu não era daquela geração e segundo porque sendo mais jovem, eu escapei pela via do pensamento crítico. Mas corri risco de ser capturado por uma compreensão extremamente conservadora, extremamente reacionária, porque no Colégio muitos colegas bem próximos a mim foram engrossar as fileiras da TFP, da “Tradição, Família e Propriedade”, do pensamento de Plínio de Oliveira, que foi deputado na Constituinte de 34 e já era ali um reacionário e membro do pensamento regressista católico. Então eu acho que fui favorecido pela efervescência política dos tempos. Agora, por exemplo, eu fico recordando, com apenas 17 anos, estava numa reunião de JEC e tinha um padre lá – era na sede da Ação Católica no Edifício Cardeal Leme que funciona no centro da cidade – e tem um senhor, de mais uns vinte anos que eu, então ele devia ter uns 45, e me diz que foi professor do Fidel Castro e que o Fidel Castro era um cara fantástico, estudioso, dedicado, um atleta de primeira categoria. Que ele fazia à época, os maiores vaticínios de ser um homem brilhante, uma liderança empolgante, e tudo mais, mas que infelizmente ele tinha liderado a Revolução; e acabava assim. Todavia, eu saí dizendo para mim mesmo “Eu conheci um cara que foi professor do Fidel Castro”. Agora o papa Francisco vai a Cuba, visita Fidel Castro e dá de presente para ele livros, sermões, palestras, de um certo padre. E o Fidel Castro dá para ele o livro do Frei Beto sobre o tema “Fidel Castro e a religião”. Ora, o padre que assina os textos que o Papa Francisco presenteia Fidel foi ex-professor dele no Colégio Jesuíta...padre Llorente que diz de Miami, onde está exilado, “estou pronto para partir para Cuba para absolvê-lo, se ele quiser naturalmente”. E de outro lado, o Fidel

entrega para o papa o livro do Frei Beto. Vejam bem, eu não quero nem me comparar ao papa, nem ao Fidel, claro, mas eu estou metido nessa história, eu tenho a ver com os efeitos dessas mudanças nas quais, claro, eu não sou protagonista como o Papa, o Fidel Castro, nem mesmo o Frei Beto. Menos, muito menos, mas lá na base eu era afetado por estas coisas todas¹¹⁶ e julgo importante este registro.

Não tenham dúvida disso, eu tenho clara consciência.

De 1962 a 1971 eu tivera uma vida empolgante e isso a despeito do Golpe de 1964 com todas as suas consequências: 1- adorava meu trabalho de professor de ensino fundamental e recebia um bom salário no Colégio Marista. 2- tinha uma excelente relação com meus alunos e recebia de volta empenho nos estudos e generosidade afetiva. 3- iniciara efetivamente os meus estudos em Ciências Sociais na antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNF-Universidade do Brasil). 4- aguçara o meu pensamento crítico e a compreensão da formação histórica do Brasil. 5- no fim do ano de 1968 já constituíra família e em 1971 nascera meu primeiro filho (Henrique). 6- realizara estudos de aperfeiçoamento de pós graduação na FGV-RJ e logo estaria concluindo o mestrado em Ciência Política (IUPERJ-1974). 7-afastara-me da religião, na perspectiva sacramental, e começava a interessar-me pela chamada “teologia da libertação”. Logo iria trabalhar no CenFI (Centro de Formação Inter-cultural”, em Petrópolis) em linha com o CIDOC (*Centro Intercultural de Documentación*, Cuernavaca, México) dirigido por Ivan Illich.

¹¹⁶ Interessante que justamente o encontro narrado vá realizar-se em meados de fevereiro de 2016, em Havana (Cuba), novecentos e sessenta e dois anos após o Grande Cisma (1054) que dividiu a Igreja Católica. A explicação para o encontro realizar-se no aeroporto de José Martí, em Havana, a meio-caminho de viagens que farão o Papa Francisco ao México e o Patriarca Kiril ao Chile, Paraguai e Brasil é que Cuba é um território neutro. O encontro entre ambos teve a duração de duas horas. Muitos pensadores creem que data daquele instante do Grande Cisma a introdução das categorias “Ocidente” e “Oriente” com conotação política. (nota do entrevistado posterior à entrevista, por ocasião da revisão e edição da mesma).

2 - Seus trabalhos na Ciência Política destacam-se pelas inovações teórico-metodológicas na área da psicologia e da concepção diferenciada do indiciarismo. Podemos destacar seu esforço intelectual de aferir e demonstrar a relação íntima entre o afeto e a política. Poderia nos falar como esses aspectos passaram a fazer parte de seus estudos?

(GCF) Eu considero mesmo que um aspecto forte dos meus trabalhos esteja relacionado com a linha de pesquisa “política e subjetividade”. É até o nome de uma das linhas de pesquisa no nosso programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP). Aqui também, de novo, você vai ver que na origem está um conjunto de preocupações, de indagações, que têm como pano de fundo as reflexões propostas nesse marco de transformação pela Igreja Católica. No CenFI, acima citado, trabalhávamos com missionários católicos estrangeiros que vinham trabalhar no interior do Brasil. Era um projeto extraordinário. Missionários estrangeiros chamados sempre por algum bispo brasileiro, que por sua vez, desejavam que antes deles irem para as respectivas prelazias onde atuariam, tivessem um período de aculturação. Durante seis meses os “alunos” (cerca de cinquenta) participavam da aprendizagem por imersão do idioma português e de discussões sobre o Brasil. Aulas de política brasileira, cultura brasileira, história do Brasil e antropologia. Eu dava conferências, organizava grupos de discussão. Aulas de história do Brasil e política brasileira. Nos dois primeiros meses, eu podia dar aula em português que seria traduzido simultaneamente para três idiomas; em geral, traduzido para o francês, para o inglês, para o alemão. Mas a partir do segundo mês eu tinha que dar as aulas mesmo em português e não tinha mais tradução. Eu deveria ser capaz de falar palavras fáceis, acessíveis e ficava amigo dos alunos evidentemente. Mas alunos assim...uma das primeiras experiências

que tive, um cara que devia ter uns 60 anos, eu convidei ele para tomar uma cerveja em Petrópolis, ali perto, em frente a Casa D'Ângelo, famosa pelos caramelos, tinha então boa cerveja ali e o cara me dizia assim "Estou impressionado, há 30 anos eu vivo no coração do Congo. Cheguei agora ao Brasil. Não sei o que vai acontecer...porque eu vou trabalhar na Amazônia". Você imagina, eu, bem mais jovem que ele, tendo que conversar com ele, primeiro, num idioma absolutamente difícil para mim e para ele; depois, porque com muitos gestos, mas eu tinha que capturar a empatia desse missionário. Havia formas estruturadas pela própria Igreja de você fazer a aproximação dos missionários. Jogos...havia uma quadra de vôlei, uma quadra de futebol de salão, basquete, muita música. Mas isso era também conexo. O meu trabalho era de fato relativo à história do Brasil e à compreensão da política brasileira. Você imagina 1972, 73, 74...plena ditadura, maior repressão, estou nessa "ilha" trabalhando praticamente sem censura, abençoado ainda por cima pela Igreja Católica, pelos bispos que respaldavam o trabalho. Cheguei a ser professor de um jovem padre catalão que mais tarde seria Bispo e acabaria radicado no Brasil. Era o Pedro Casaldáliga. Como aprendi com esse sujeito! Vocês não fazem ideia. Eu estava começando meu primeiro casamento e discutíamos sempre, sobre a ótica do Concílio, o que significava dividir o trabalho doméstico com a companheira. Tinha uma perspectiva crítica muito apurada e aprendi demais com ele, com discussões que varavam a noite, porque a gente dormia na Casa (CenFI) no período de trabalho. O regime era de internato. Aí eu venho a descobrir, até então eu não sabia, que esse Centro era uma espécie de filial do Centro de Cuernavaca, no México, dirigido pelo sociólogo Ivan Illich, um jesuíta! E eu não sabia que havia, essa conexão... Entre nós brasileiros atuavam dois padres, Pe.

Celso, brasileiro, e Monsenhor Gérard Cambron, canadense, considerado “pai” das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Eliane Lage, artista do cinema brasileiro na sua fase heróica de constituição, atuava como tradutora oficial. Todos sujeitos extraordinários, com eles eu também aprendi muito assistindo algumas aulas e conferências de outros professores convidados. Foi um período bem interessante, eu era professor há dez anos, mas só aprendia. Era também o tempo da atuação das comunidades eclesiais de base (CEBs). Para muitos pensadores e militantes das CEBs elas podem ser percebidas desde o tempo de gestação e primeiros ensaios (antes de 1968), passando pelas discussões acerca da sua real identidade (1968-1975) e pelo amadurecimento reflexivo acerca das relações entre religião e política, vivência da fé no dia-a-dia (1976-1989) até o tempo de indecisão, hesitação e por fim, desbaratamento das CEBs pela hierarquia eclesial (após 1989).

Eu tinha plano de aula de formação histórica do Brasil que vocês não fazem ideia, maravilhoso, reescrito a partir das aulas que eu tive na faculdade e das minhas leituras. Na faculdade eu tivera aulas com Manuel Maurício de Albuquerque, que foi um ótimo professor. Eu possuía alguns cadernos com as anotações de aula que eu fazia. a ponto até de acontecer uma vez de eu chegar um pouco atrasado para dar uma aula e naquele dia por acaso havia um conferencista dando uma aula, eu não sabia quem era, e o sujeito falava muitas coisas que eu falaria e eu pensei “Alguém já me ouviu dando essa aula e está repetindo”. Aí eu fui pé-ante-pé, abri a cortina para ver quem era quem falava...era o próprio Manuel Maurício. Quer dizer, eu me inspirava tanto no Manuel Maurício que eu dizia em algumas circunstâncias palavras do próprio Manuel Maurício. Quando eu contei isso para ele, ele riu muito. Mas era interessante, pois ele tinha uma

coisa muito didática e também vim a saber, anos depois, que ele só podia dar as aulas maravilhosas que dava e que eram marcadas por um progressivismo muito forte porque ele era o professor assistente do Prof. Hélio Vianna, Catedrático de história do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia e tinha uma irmã que era casado com o General Castelo Branco, principal líder do golpe de 64. Certamente isto pesou; enquanto pode, o Castelo Branco impediu o Manuel Maurício de ser demitido, etc. Mas depois do AI-5 não deu mais. E o Prof. Manuel Maurício acabou cassado, preso, torturado... sofreu demais. Mas eu quero então dizer que a experiência nesse Centro de Formação Intercultural foi muito forte. E também, depois do AI-5, embora o Centro tivesse sido preservado por uns bons seis anos, como eu falei, no auge da ditadura, mas a ditadura foi fechando o cerco, foi fechando, a ditadura foi em cima do Cardeal de São Paulo Dom Agnelo Rossi, que era mais conservador, e o Centro acabou sendo reestruturado e transferido para Brasília, após breve temporada do Rio, em Santa Tereza.

Bem, retorno à sua pergunta, com o exemplo ilustrativo de Ivan Illich, diretor do Centro em Cuernavaca. Como também era superior dos sacerdotes que com ele trabalhavam por lá, determinou que cada integrante do grupo fizesse psicanálise. E todos foram fazer. É coisa de obediência, mas também um desejo deles. Não ficou um como sacerdote. Isso me fascinava! Eu recebia alguma correspondência de Cuernavaca e embora nunca tivesse ido lá, a troca e o intercâmbio eram intensos, pois eram dois Centros que estavam na mesma órbita. Tudo isto era facilitado enormemente pelas transformações do Concílio que não cessaram nos primeiros anos de Paulo VI. Mas a reação que virá, por parte da Igreja também, muito forte, vai fazer com que essa casa seja fechada e a experiência modificada.

Também entre nós o CenFI será encerrado. Ele é primeiramente transferido para Brasília, para onde fora instalada a sede da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Em alguma medida continuarão os cursos de português, ele não terá mais aula sobre cultura brasileira, história, antropologia, política, etc. Só o idioma. Mudam os sacerdotes que são chamados pelos bispos também virão de distintas vertentes do conservadorismo eclesial. O papado de João Paulo II consolida uma guinada conservadora na Igreja Católica. A partir daí eu já fiquei fora disso. Mas enquanto durou e enquanto eu pude aprender, as vivências afetuosas muito me marcaram nesta experiência. Se há uma coisa que eu posso dizer com tranquilidade, algo que ficou foi essa relação entre o afeto de cada um, os sentimentos de cada um e a política e a ideologia. Mais tarde eu vou descobrir eu isto está muito presente no pensamento de Ho-Chi-Min. Ele dava, muito destaque à resistência afetiva na luta contra o colonialismo francês, contra o colonialismo norte-americano – é um dos sinais dos tempos – Ho-Chi-Min que passou dois dias no Rio de Janeiro, jovem, num navio ancorado na Praça Mauá, achava que a luta contra o colonialismo passava pela relação entre os afetos, as ideias e a ação. Eu então descobri de Ho-Chi-Min havia sido aluno dos jesuítas, em Bordeaux, e que tinha uma formação que valorizava enormemente essa relação e aí vou descobrir, lendo a biografia de Pedro Arrupe, que foi ele que falara aquela frase “O mundo avança mesmo sem nós. De nós depende que avance conosco”. Arrupe, que foi Provincial Geral dos jesuítas, discutiu enormemente os conceitos de inculturação e aculturação. Ele estava no Oriente (Japão) como missionário, quando os EUA lançaram a bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki. Formado em Medicina, ele participou ativamente do socorro aos feridos como missionário, mas sobretudo como médico e

faz uma reflexão brilhante sobre o que significa você ser missionário religioso numa terra de missão como o Japão. Para ele, que vem do País Basco, você passar mensagem evangélica, para falar como ele fala, você deve fazê-lo de um ponto de vista que não agrida a cultura local. A narrativa dele é impressionante! Ele aprende a comer com *ohashi*, ele aprende a comer comida japonesa, ele aprende a tomar banho de ofurô; é todo um conjunto de sistemáticas que ele adota para se “tornar japonês” e ele diz que esse era o ideal de São Paulo quando começa a percorrer as áreas após a crucifixão de Jesus. É muito interessante. É dele o conceito de inculturação, a discussão de inculturação com aculturação, como é que o afeto passa por isso. Ora, tudo isso me fascinava muito. Eu não posso dizer que à época tivesse consciência do que estou narrando. Faço várias viagens pelo Brasil nos anos 70, visito ex-alunos do CenFI, vivo um período na Amazônia (médio Amazonas, município de Urucará). Posso dizer ao fim da década já não me considerava católico. Eu havia rompido com os formalismos da Igreja Católica, não me considerava religioso e me dou conta que minhas práticas e meu comportamento - o que considerava correto do ponto de vista teórico, afetivo, ideológico... - vinha embebido na catolicidade. Isso é uma coisa fantástica! Mas só venho perceber isso ao fim da década de 80. Por isso é que retrospectivamente quando você me pergunta, hoje, o ponto de partida para essa relação foi, de novo, os ensinamentos da Igreja Católica, não posso dizer de outra forma. Claro, à medida que eu fui lendo mais eu fui me especializando em outros escritores e leitores que não eram católicos. Mas, por exemplo, quando eu estou na USP, fazendo o doutorado, e vou fazer um curso sobre o pensamento de Antônio Gramsci, com o Prof. Francisco Weffort, que na época era o Secretário Geral do PT, considerado pensador crítico, ele próprio

casado com a filha do Paulo Freire, eu com essa história inscrita no catolicismo, Paulo Freire muito católico, o Gramsci vivendo na Itália preche de catolicidade, descubro o quanto eu, o Weffort, o Gramsci estávamos embebidos na cultura católica. Nessa cultura católica que aposta suas fichas na relação entre o afeto e a ideologia, entre o afeto e a política. Se você daí é capaz de chegar até a psicanálise, muito bem! Se você não é capaz de chegar até a psicanálise, muito bem, também! Mas a origem da minha chegada à psicanálise, acho que está aí. Eu diria que a psicanálise vai ser uma resposta às minhas vivências, ambivalências e contradições entre o que chamo sentir, pensar e agir. Resposta prática, pois dou início ao meu tratamento psicanalítico (considero o marco zero desta decisão a separação da minha primeira mulher, ocorrida em 1974)¹¹⁷ e, antes, já vinha me organizando para estudar com mais planejamento os enlaces entre ideologia, subjetividade e política. Ou seja, com destaque para a teoria psicanalítica, especialmente de Sigmund Freud e Jacques Lacan. Vinte e cinco anos mais tarde entrarei como pesquisador para a Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, com sede em São Paulo e presidida pelo Manoel Tosta Berlinck, hoje psicanalista, mas que fora meu professor de Teoria Política Brasileira durante a realização do meu mestrado no IUPERJ.

¹¹⁷ Pouco mais tarde eu vou conhecer a minha segunda mulher, a historiadora e cientista política Gizlene Neder, que conheci professora na PUC-RIO por uma ocasião de encontro fortuito no *campus* da Faculdade Estácio de Sá. Estamos juntos há quarenta anos e a família foi acrescida de dois filhos (Vinicius e Marcelo). Hoje trabalhamos juntos e de forma coletiva no Laboratório Cidade Poder (LCP-UFF) e dirigimos a Revista eletrônica *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*.

3 - Em uma trajetória intelectual que celebra os 53 anos de atividades acadêmicas no campo da ciência política em diálogo com outros saberes Senhor fomentou e também assistiu as transformações teórico-metodológicas do seu campo de atuação. Para Senhor o que mudou e o que permanece na Ciência Política brasileira?

(GCF) Quando eu começo a mexer com Ciência Política, eu posso dizer a vocês, que eu fui muito privilegiado, porque um dos meus primeiros professores de Ciência Política, muito inteligente, com o qual eu fiz uns três cursos no mestrado, foi Wanderley Guilherme dos Santos, que infelizmente depois do Golpe de 64, assumiu um pensamento menos crítico. Eu digo infelizmente porque eu teria preferido que ele mantivesse o pensamento que ele tinha quando escreveu "Quem dará o golpe de 64" nas vésperas 64 que fez sucesso. Eu venho a descobrir que ele era fora monitor em 63-64 de Nelson Werneck Sodré. Eu lia tudo do Nelson Werneck Sodré. Não me importava que ele fosse general do Exército Brasileiro. Não tinha nem ideia de que o Nelson Werneck Sodré se considerava marxista. Eu lia porque ele calcava sua reflexão na questão do colonialismo, tinha um livro chamado "A ideologia do colonialismo". Tinha outro chamado "A formação histórica do Brasil". O Wanderley Guilherme dos Santos foi responsável por orientar os meus estudos para o campo do pensamento social e político no Brasil. E eu disse para ele que o meu desejo era estudar o Brasil, por razões óbvias. Para interpretar a sociedade brasileira republicana desde finais do século XIX até o século XX. Desejava ainda compreender a ideologia do integralismo no Brasil, que era um movimento de direita, mas católico. Plínio Salgado escrevera "A imitação de Cristo". Meu colégio tinha muitas lideranças católicas. Então eu queria estudar a ideologia do integralismo. Ainda não era a minha tese de mestrado. Era uma pesquisa que acabei desenvolvendo na Fundação Getúlio Vargas

(FGV-RJ). Foi quando conheci o Professor José Nilo Tavares, oriundo de Minas Gerais. José Nilo me deu algumas dicas e mandou eu falar com uma professora chamada Ana Maria Castro, que eu também não conhecia. Ela era filha do Josué de Castro. Ela sugeriu que eu fizesse uma entrevista com Roberto Campos, que eu também não conhecia, só de nome. E o Roberto Campos me surpreende na entrevista...eu não fazia a mínima ideia... mas o Roberto Campos foi seminarista e falou bastante da influência do Seminário na formação dele. E ele me chamou a atenção para uma série de aspectos das relações entre política, economia e ideologia.

Sigo estudando no IUPERJ, com Wanderley Guilherme, uma série de autores do pensamento social no Brasil. Um dos que mais estudei foi Paulo Mercadante, autor de "Consciência conservadora no Brasil", que é uma obra clássica. Mas hoje eu tenho consciência: ele é católico e um católico reacionário. Mas nesse livro ele não é reacionário. Ele faz uma reflexão sobre o conservadorismo. Bom...eu conheço também o Miranda Rosa. Felipe Augusto de Miranda Rosa pensava a questão do pensamento social no Brasil pelo lado do Direito e era formado no Colégio Lafayette. Olha que coisa interessante também...não sabia então que Miranda Rosa era juiz de Direito... aproximo-me dele, percebo que é um homem aberto, liberal, conversamos um pouco. Ele diz que estudou no Colégio Lafayette...a minha mãe também estudou no Colégio Lafayette. Pronto! Foi o que bastou para eu apreciar o Miranda Rosa. Eram ambos carregados de positivismo, de liberalismo positivista, do pensamento científico. Então eu faço no IUPERJ um mestrado muito frutífero.

Fui convidado por ele para trabalhar numa pesquisa do internacional do Centro Internacional de Criminologia Comparada (CICC) da Universidade de Montreal, Canadá, sobre

representações sociais de comportamentos considerados “desviantes”, coordenada pelo Prof. Dennis Szabó.¹¹⁸ Durante três ou quatro ocasiões, em função de viagens internacionais de Miranda Rosa, fui professor substituto e interino de Sociologia do Direito na UERJ, funcionando ainda na Rua do Catete. Em 1971 participei da equipe docente coordenada por Miranda Rosa na Faculdade de Direito da Universidade Gama Filho (UGF), na Piedade. No mesmo ano de 1971, a convite de Ana Maria Castro, e também da equipe de Miranda Rosa, fui admitido como professor assistente de Sociologia da Faculdade de Direito Estácio de Sá, recém-fundada. Com Miranda Rosa participei de outra pesquisa intitulada “O Direito e a solução dos conflitos sociais” (UNESCO); mais tarde seu desdobramento foi financiado pela FINEP e realizado no Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), dirigido pelo desembargador Welington Pimentel, vice-reitor da UGF, que chegou a presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Um resumo desta pesquisa foi publicado pela Editora Zahar com o título “Direito e conflito social”. Apresentei vários trabalhos em colóquios internacionais, especialmente um sobre o impacto político da reforma tributária de 1965, em Noordwijk, na Holanda. Eles vão convergir para um grande encontro em Paris, no Castelo de Chantilly, onde estarão presentes vários pesquisadores europeus, entre eles Kolageroupolos, de origem grega, que dirigia o Centro de Criminologia da *Sorbonne*, onde juntos (Miranda Rosa e eu) realizamos uma visita. A abordagem

¹¹⁸ MIRANDA ROSA, F.A.; CERQUEIRA FILHO, Gisálio e outros (1979). *Alguns comportamentos sociais e sua representação na sociedade urbana brasileira: reações sociais a comportamentos de desvio*. Rio de Janeiro: Edições CEJUR.

foi sempre interdisciplinar e a minha dupla formação em ciência política e sociologia favoreceram bastante. Nesta época, associou-se ao nosso grupo a historiadora Gizlene Neder. Também os sociólogos Dilson Motta e Michel Misse, as advogadas Leila Barsted e Odila Alagão, entre outros. O trabalho coletivo com Miranda Rosa deu frutos e desdobrou-se por vários países da Europa, no *Research Committee on Sociology of Law (RCSL)* da *International Sociological Association (ISA)*, no Centro Internacional de Criminologia de Montreal no Canadá, na *Universidad del Zulia, Venezuela*, dirigido pela Dra. Lola Anyar de Castro e nos anos noventa, em fins do século XX, na parceria com o penalista Nilo Batista, então Vice-governador do Estado do Rio de Janeiro e a criminóloga Vera Malaguti.

Em 2008, no encontro do *RCSL-ISA*, realizado em Milão e Como (Itália) recordamos com Vincenzo Ferrari as atividades de Miranda Rosa no plano internacional. E em 2014 participamos do Comitê de Avaliação e Premiação do "*Podgórecky Schollar Prize 2014*", *Research Committee on Sociology of Law (RCSL)*, ao lado do Professor Masayuki Murayama, Ph. D. (Chair), School of Law, Meiji University (Japan) e de Arvind Agrawal, Ph.D., School of Social Sciences, Central University of Himachal Pradesh, Dharamshala, (India). Adam Podgórecky foi um dos companheiros mais frequentes de Miranda Rosa nos seus colóquios internacionais de Sociologia do Direito.

Estudando bastante, consigo no Colégio Marista São José, no meu último ano como professor, uma bolsa, para iniciar o mestrado. Todavia, depois desligo-me do Colégio, pois é preferível para os meus estudos ficar com a bolsa da CAPES. Na hora de definir o meu tema de mestrado escolho um tema (ideias socialistas no Brasil até a

fundação do PCB, 1922) e como orientador o Prof. José Nilo Tavares, da PUC-RIO. Dediquei-me ao trabalho nos arquivos operários e ao estudo do socialismo nos primórdios da classe trabalhadora no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). A cerimônia pública da defesa foi memorável. Uns setenta convidados presentes. Muitos colegas alunos e professores. Descobri naquele instante que a qualidade que eu desejava para a figura de intelectual que pretendia ser no campo das Ciências Sociais, era a autonomia intelectual. E nesse particular sou agradecido ao IUPERJ... Na sua intervenção, José Nilo Tavares recorda os debates famosos na Rússia pré-revolucionária Entre Pitirin Sorokin e V. I. Lênin. Depois vieram o doutorado em Ciência Política na USP (*A questão social no Brasil: crítica do discurso político*, 1980) e o primeiro *pós-doc* na PUC-RIO (*Discurso que vale ouro: o pensamento econômico e Serzedelo Correia*, 1986).

Fui descobrindo aos pouquinhos que o problema na sociedade brasileira é você ser insubmisso (a questão do "estoicismo" resignificado). E o grande mote dos jesuítas é você ser obediente e submisso. Por uma causa! Mas comigo, o que na verdade eu aprendi foi, na convivência com o desejo de submissão, acabei me constituindo subjetivamente no lugar oposto à submissão. Olha o recalcado como retorna. *WO ES WAR SOLL ICH WERDEN* (ali onde estão indeterminações cegas, constrói-se o sujeito. No fundo se você pensar bem, o desejo absolutista de insubmissão nos torna submissos... E foi isso que eu acabei descobrindo...que o problema é você poder escolher quando você se submete e quando você não se submete. O problema está em você ser absolutamente submisso ou absolutamente insubmisso. E eu achava que sendo absolutamente insubmisso...pronto...eu seria insubmisso. Não!...então eu era submisso à insubmissão! A descoberta disso foi importante, pois

quando você vai escavar, escavar, fazer o método arqueológico a que Michel Foucault se refere, mas que na verdade é o Freud quem faz isso pela primeira vez, você se dá conta que lá na raiz, na raiz ... há um desejo que se submete ao desejo de minha mãe. Mas não é assim com quase todos nós?! Só depois que você cresce é que você vai se constituindo num lugar de identidade, o seu lugar de subjetividade.

Então, a minha relação com o IUPERJ foi ao mesmo tempo fascinante e conturbada. O Professor Cândido Mendes de Almeida fez uma coisa que também merece registro. A *Cândido Mendes* é uma faculdade particular. Em 1982, eu já tinha onze anos como professor da Faculdade *Cândido Mendes*... O Professor Cândido Mendes sempre achou que por ser ele conde papal e o avô dele ter fundado a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, ela é que é a primeira faculdade católica do Brasil, e não a PUC-Rio... Então ele me confere o título de Professor Titular de Sociologia da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Para ele isso é mais que o título equivalente em qualquer universidade pública ou qualquer outra universidade católica. Porque a faculdade que o avô criou com selo papal, já que ele é conde, do ponto de vista da hierarquia da Igreja... O que eu quero chamar a atenção é que eu fui um dos primeiros a ser nomeado Professor Titular da UCAM (Universidade Cândido Mendes), o que muito me honrou. Mas essa é a habilidade do Cândido Mendes. Quando eu tomo posse como diretor na PUC-RIO qual é a grande autoridade que está presente?! Cândido Mendes. Todo mundo ficou surpreso, mas o Professor Cândido Mendes era um dos maiores líderes católicos do Brasil. Talvez o IUPERJ se colocasse num lugar mais conservador e ainda não aceitasse a insubmissão dos seus alunos. Isso eu não percebi...

Quando eu vou também para a USP...isso é muito interessante porque eu não tinha pretensão imediata de fazer o doutorado... mas eu havia sido contratado como Professor da PUC-RIO e estava numa discussão acalorada com Chefia de Departamento de Sociologia e Política quando percebo a exigência de que eu deveria pensar como a administração acadêmica do departamento. Eu acabara de ser nomeado Coordenador de Curso de Sociologia da PUC e eu respondo: "eu tenho muito apreço pela autonomia de pensamento e continuarei assim, pensando do meu jeito". Sabe qual foi a resposta da chefia imediata? "Você não é mais Coordenador da PUC"...me demitiu. Por causa da minha insubmissão. Eu, naquele dia, fiquei tão desarvorado, que eu fui à praia para pensar alternativas... mergulhei no mar e aí me veio a ideia "Por que não fazer o doutorado em São Paulo, na USP? Por que não sumir do Rio de Janeiro"?... E aí eu vou para São Paulo. Eu levei um bom tempo para perceber tudo isto na vida minha acadêmica, mas também na minha vida subjetiva. Hoje eu acho que eu manejo com mais flexibilidade estas questões. Não me assusta tanto me submeter desde que eu me submeto por desejo meu. De todo modo, fiz carreira com a marca muito forte da independência intelectual e política. Fiz a opção consciente de não aceitar a luta armada, mas vi vários colegas fazerem esta opção.

Eu estudava na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB). Por outro lado, eu vou fazer escolhas que não me levaram por aquele circuito tradicional: JEC-JUC-AP (Ação Popular-Movimento MPL-Movimento Marxista/Leninista e aquelas siglas todas de luta armada. Nem para a JUC eu entrei? Porque eu já estava com algum amadurecimento capaz de discernir... calma lá... "eu não posso fazer da insubmissão o meu viver. Eu tenho que ver quando é que eu desejo (posso/quero/devo) me submeter e não

desejo (posso/quero/devo) me submeter. Isso não é uma coisa simples...é uma coisa difícil. Mas eu acho que o professor deve ser capaz de amadurecer essas questões porque em última instância é isso que ele tem que oferecer ao seu aluno, caso contrário o que ele vai pedir ao aluno?! Que ele seja um discípulo submisso a ele ou então vai incentivá-lo a ser um insubmisso, cego ao seu desejo. Aí eu acho que você não cumpre as funções de professor. Por isso digo com Joãozito (escritor João Guimarães Rosa): "o professor é aquele que, de repente, aprende..." Isso eu consegui!

4 - Falemos um pouco de sua atuação política no campo da educação, nos diga qual sua visão sobre as reformas educacionais no Rio de Janeiro no Governo Brizola? Por que elas não emplacaram?

(GCF) Educação. Eu me defino e posso dizer isso com bastante segurança como um escolanovista. Portanto, um adepto da escola pública, de horário integral e de qualidade. Um seguidor das idéias de Anísio Teixeira, das ideias de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. Eu acho que o melhor nome para caracterizar essa escola, é esse: escolanovismo. E acho que a sua indagação "Porque essa escola não emplacou?" ela é importantíssima. Vou lhe contar esse episódio que, eu acho, vocês vão ficar estarecidos. Eu pergunto a uma mulher no Morro do Borel, que tem cinco filhos, todos pobres, na ocasião da inauguração de um CIEP, "estalando" de novo...em frente à favela do Borel...na rua São Miguel...bonito...foi inaugurado com festa... "Seus filhos vão estudar na escola do Borel?" Resposta: "Não. A escola do CIEP do Borel é para pobre". Mas ela mora no Borel. Tem cinco filhos pobres. Perguntei: "onde a Senhora teria desejo de que seus filhos estudassem?" Ela me surpreendeu de uma forma que eu não

eaperava. Depois que ela respondeu, eu não podia negar o desejo dela. Mas ela respondeu assim "Ah...Eu queria que eles estudassem no Colégio Marista São José". E ela estava se referindo ao internato na Rua Conde de Bonfim. Não era o externato onde eu estudei e lecionei, na Rua Barão de Mesquita. Quer dizer, a concepção dela da escola de horário integral prevalecia porque o Colégio São José, Marista, da Rua Conde de Bonfim, o internato, é de horário integral. O ensino fundamental segue a orientação do Piaget, tem um prédio muito especial, vários campos de esporte, uma piscina maravilhosa...era isso que ela queria para os filhos dela. Mas ela não conseguia perceber que o mecanismo da escola integral estava presente no CIEP. Ela achava que era escola exclusiva para pobre. Narrando esse episódio eu quero exemplificar quais são razões de ordem afetiva que levam as pessoas a se posicionar contra a escola de horário integral. Eu percorri alguns CIEPs com o pessoal da UNESCO, entre eles o Dr. Alphonse Tay, no segundo governo Brizola. Percorri alguns CIEPs visitando como um mero professor, comendo no bandeirão do CIEP. Eu digo para vocês "os professores não foram ganhos para a escola de horário integral... afetivamente!". Um bom número de professores era contra os CIEPs. Aí vem a pergunta "Mas por que os professores eram contra os CIEPs?". Para muitos vingou a ideia de que os CIEPs eram exclusivamente *outdoor* de propaganda política do Brizola. Ninguém acreditava muito que o Brizola pensasse genuinamente na escola de horário integral. E por que? Porque não conheciam a história de vida do Brizola. Vocês sabem que o Anísio Teixeira muito usufruiu das viagens que realizou a Europa e aos EUA, onde estudou as ideias do filósofo John Dewey. E foi a partir dos Estados Unidos que ele aderiu a escola de horário integral. Na época, o Brasil contava com forte rejeição da Igreja Católica a escola laica

de horário integral. Então o nascedouro do escolanovismo, havia algo que dizia que a escola de horário integral tinha uma característica que, se não era totalmente protestante, pelo menos não era católica, e assim, não teria o apoio da Igreja Católica. E eu acho que não teve mesmo. O Brizola, você sabe, perdeu o pai, ele era ainda criança. E o pai foi assassinado na cama e ele estava escondido debaixo desta cama. Então ele viveu esse drama do assassinato do pai e foi criado pela mãe, muito prestimosa, muito carinhosa, e pelo novo companheiro da mãe, que foi uma espécie de padrasto e mentor, e era um pastor protestante. Eu desconfio que na gênese do pensamento educacional de Brizola tenha algo também dessa relação com o protestantismo ou pelo menos de não se dobrar ao projeto católico. O projeto católico marcou com muita força a ideia de que “a escola laica de horário integral era coisa do diabo”. Era coisa dos franceses ímpios. Isso é uma coisa muito forte, ainda hoje em dia.

O Darcy Ribeiro, eu acho que nunca deu importância para essa questão afetiva. Achava que bastava você reunir o pessoal que trabalhava com os projetos de construção, o engenheiro Lelé da Cuca, fantástico ele. Darcy dava importância ao magistério que ele queria ideal para trabalhar no CIEP, mas ele não dava importância ao trabalho pedagógico com os professores que atuavam na rede escolar. Ele era capaz de reunir, como ocorreu uma ocasião,, pessoas, professores, professoras, de idade, e dizer “Sabe o que as Senhoras devem fazer diante do projeto do CIEP? Aposentarem-se todas”. Como é que você quer fazer um projeto apenas com a adesão dos professores que vão entrar no projeto?! Eu acho que faltou habilidade político-afetiva ou afetivo-política. Mas não é só não. Quando Gizlene Neder estuda a questão do escolanovismo ela se dá conta de um pacto celebrado por Vargas na continuidade do governo dele... então os

protestantes não contavam tanto, eram poucos e tinham ideias um pouco diferentes. Mas o pacto com a Igreja Católica, com a comunidade judaica e com alguns setores protestantes foi pensado. Qual pacto? “Nós não vamos criar a escola de horário integral, laica, gratuita. Fiquem tranquilos. Vocês têm horror disso porque acham...” – e ao tempo isso era muito forte nas comunidades católica e judaica, isso é muito forte – a missão de formar a criança é da mãe, exclusivamente da mãe. A mãe pode ser a mais pobre, ela não aceita abrir mão do poder materno para entregar a criança para um corpo docente, para o Estado (Era o que dizia a campanha contra o “escolanovismo”). Eu tive a oportunidade – fiquei impressionadíssimo com isso – de ver uma exposição em Viena chamada “Viena Vermelha no início do século XX”, quando Viena foi governada pelos comunistas, sobre a implantação da escola de horário integral, nos moldes do CIEP. Observei com atenção fotos e o registro daquela experiência. Eu colocava fones no ouvido, escutava discursos traduzidos para o inglês...olha...igual ao que que ocorreu aqui com os CIEPs e então já estávamos no fim do século XX. Sabem que em Viena havia uma força muito grande da Igreja Católica por causa do Império Austro-Húngaro? E a comunidade judaica de então também tinha muita força...

Pois bem! No Brasil, Getúlio Vargas prometia não tocar no ensino fundamental privado e em troca solicitava o apoio dos principais grupos religiosos. Mas ainda hoje eu acho que você não pode entender o que é a luta pela escola de horário integral se você não debruçar-se sobre os 100 anos de luta na França, onde os católicos enfrentaram o Estado e o Estado enfrentou os católicos e haviam interesses concorrentes entre si. Eu acho que essa batalha foi perdida no Brasil, infelizmente, porque eu não vejo condição de você tirar as crianças

do tráfico se não estiverem na escola. Se um menino de 10, 11, 12 anos não estiver na escola, aonde estará, para fazer frente ao consumo de celulares, *iPads*, de jogos eletrônicos etc., que a sociedade impõe? Nós estamos há mais de 100 anos atrasados quanto a esta conquista. Por outro lado, eu vejo, e eu acho que esta é uma das partes mais significativas da minha pesquisa, como é que é dominante na sociedade brasileira a ideia de que um menino pobre não pode ter a riqueza da escola de horário integral, com política pública de saúde, alimentação, com piscina... "...eles não merecem isso". E eu acho que na raiz desse sentimento "...eles não merecem isso" tem uma coisa de destino, uma certa visão agostiniana de predestinação. O que significa dizer, se esta via de reflexão estiver certa, e olha que Gizlene já fala isso há algum tempo, isso significa dizer que não é como o Iluminismo diz que as influências postas pelos afetos religiosos, agostinianos, tomasinos, sumiram do mapa. Não sumiram do mapa. Agora mesmo você vê aqui no Rio de Janeiro a defensora e o juiz da Vara de Criança e Adolescência dizer que só podem prender criança e adolescente, isso é óbvio, em flagrante. Mas o Secretário de Segurança, a Polícia Federal, diz que estão impedindo eles de agirem, porque se são pobres, estão no ônibus e estão indo em direção às praias da Zona Sul, boa coisa eles não são!...

Uma ocasião, perto da casa do pai da Gizlene, fui até a padaria comprar para a família pão e lá chegando eu quis comprar mortadela. Há muito tempo eu não comia mortadela. Eu disse...algo assim... "O Senhor me dá 20 pães e me dá ½ quilo de mortadela". Mas aí eu olho na parede e está escrito "Não vendemos mortadela". Eu já tinha pedido e aí o padeiro responde: "mas para o Senhor nós vendemos". Eu falei "Mas eu não estou entendendo? Por que está esse cartaz aí?". "Não...porque os moleques chegam aqui, querem comprar pão,

querem que a gente abra o pão, querem que a gente bote mortadela e saem comendo sanduíche e às vezes ainda querem que a gente embrulhe para levar para a praia. Quer dizer, eles vêm lá do subúrbio, não têm dinheiro, não podem comer à vontade, então querem comprar aqui pão com mortadela. É um atrás do outro. Eu prefiro não vender mortadela". Eu falei "Mas o Senhor, então, não tem o espírito capitalista!" O lucro estava submetido ao direito deles de irem à praia, ali na esquina da Joaquim Nabuco com a Avenida Atlântica. Melhor que eles não fossem à praia porque eles fazem algazarra. Eu perguntei: "o Senhor já viu adolescente não andar em grupo, não falar alto, não mexer um com o outro, não brincar um com o outro?!". Então eu acho que há uma indisposição, vamos falar primeiro indisposição, depois você pode sofisticar...a ordem do afeto, uma indisposição afetuosa em relação a esses meninos pobres. Aqui mesmo, agora na minha turma de calouros, eu fiz uma experiência que foi muito interessante. Eu tenho 60 alunos. Uma grande maioria pobre. Um certo número de afrodescendentes. Estão pela primeira vez numa universidade. Nós os recebemos com acolhimento aqui na UFF. Eu dei duas aulas com muito cuidado, que eu reputo boas e passei o seguinte trabalho: eles tinham que fazer um resumo das duas aulas em três folhas, escolher alguém da família, ler as três folhas e pedir que a pessoa escrevesse uma outra folha sobre o resumo. Veio logo aluno me dizer "Meu avô é analfabeto. Eu queria fazer com ele. Pode gravar?" "Pode", respondi. Traga-me a gravação. Se você quiser você transpõe a gravação para o texto". Outros chegavam: "mas tem problema de falar com uma tia?; tem problema de falar com um amigo que mora em outro país?" "Não tem problema nenhum. Você escolhe. A única coisa que eu quero é que seja uma pessoa que você admire. Tenha confiança. Goste". Pois bem! Quando chegaram os trabalhos

era de você ficar impressionado. A grande maioria dizia assim "Parabéns à Universidade Federal Fluminense". Mas não era nem a Universidade que estava propondo o trabalho. Era só um professor da Universidade. "Pela primeira vez eu vejo que vocês têm interesse em ouvir a gente da família. Eu estou muito contente porque a minha neta foi aprovada na Universidade. Ela vai se formar numa Universidade. Eu já estou muito velho, mas eu percebo que nessa intenção de ouvir a família vocês querem fazer uma ligação delas com a Universidade". E por aí vai...eu fiquei emocionadíssimo com esse testemunho. Alguns mais simples. Outros revelavam até conflito com o tio, com a tia, com o pai, com a mãe, outros...namorados...bom... A greve das universidades federais impediu a continuidade da experiência. Aí você conversa com alguém e diz assim "Escuta, mas você já levou em conta o prejuízo que você está causando do ponto de vista da criação da condição das famílias face a esses jovens que estão chegando à universidade?" Parece que não há sensibilidade para isso. É a mesma coisa com relação à escola de horário integral. Eu pergunto "Olha, tem gente vindo falar comigo que tem estado com fome porque os bandejões estão fechados". "Ah...isso é problema deles. Eu não como lá no bandejão". Uma falta de sensibilidade social muito forte. Muito forte. Mas reconheço, todavia, que vivemos um momento de grande complexidade.

Então, eu acho, que na esfera da educação você ainda tem uma presença muito forte de afetos contraditórios. Esse filme brasileiro que foi indicado ao Oscar que está passando agora... "A que horas ela volta?" com a Regina Casé. Minha irmã Ana Lúcia, que é professora do Colégio Pedro II, disse que mais interessante que o filme são as discussões que se estabelecem na sala de cinema. Que as pessoas não aguentam e gritam aplaudindo, ou gritam vaiando, os diálogos e

as formas de afeto que o filme apresenta. Onde a protagonista é uma empregada doméstica... Então eu acho que passa um pouco por aí, ou seja, uma sociedade que transpira autoritarismo, que transpira uma imposição de submissão, mas que não se reconhece nesse lugar.

5 - Aplicando um pouco do próprio método indiciário, quais seriam, hoje, as principais questões, que pinçamos enquanto sintomas, para a ciência política do Brasil sobre o Brasil (que lhe chamam a atenção na sociedade brasileira). Em sua opinião, quais seriam as suas causas?

(GCF) Nos últimos anos Ciência Política no Brasil, vale dizer aquela que se faz, por exemplo, na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), segue um caminho muito próximo à Ciência Política que se pratica nos Estados Unidos da América do Norte. Políticas públicas, sistemas eleitorais, partidos políticos, métodos quantitativos, etc. Embora eu tenha feito a minha carreira toda na área de Ciência Política – graduado, mestre, Doutor, Pós-doc. em Ciência Política, eu sempre dei ênfase à interdisciplinaridade. Então eu vejo o campo específico da ciência política muito tradicional. Mesmo na ANPOCS, (para citar outra instituição que está referida à Ciência Política), eu traria a interdisciplinaridade à qual eu me filiei e a metodologia indiciária que eu utilizo. Mas olha só...parece que eu estou insistindo demais...qual é o nome que a Ciência Política brasileira – e é curioso porque muitos colegas utilizam este termo **canônica** para tipificar a ciência política dominante. Nos relatórios das agências científicas muitas vezes não há pudor em classificar, pesquisas, relatórios, linhas de pesquisa como “canônicas”. Quando não acontece, há impacto negativo no Programa de Pós. Isso é duro, não é?! Por que onde se abre a inovação? Nos mesmos Estados Unidos

se você quiser buscar a ciência política tradicional você vai aos departamentos de Ciência Política tradicionais. Mas se você quiser buscar a inovação política, metodológica, você vai às mesmas universidades famosas, mas não vai aos departamentos de Ciência Política, vai aos departamentos de Letras e literatura. Então, no departamento de Literatura alemã você vai encontrar gente fazendo uma Ciência Política inovadora com pensadores múltiplos refletindo coisas interessantíssimas para a Ciência Política. Exemplifico com Eric Santner no departamento de alemão. Fredric Jameson no departamento de francês, Carl Schorske no estudos sobre cultura germânica. Aí é que vocês vão encontrar a inovação.

Felizmente eu encontrei acolhimento na Universidade Federal Fluminense, que é referência de excelência na área de Ciências Humanas e digo isso constatando que eu não teria muito espaço se ficasse, mesmo como especialista em Ciência Política, restrito ao meu departamento de Ciência Política, onde estou há mais de quarenta anos e sou Professor Titular de Teoria Política. Mas como temos um espaço de excelência, que é o Laboratório Cidade e Poder (GHT), que é interdisciplinar, e que se volta para a História, para a Sociologia, o Direito, a Psicanálise, Ciência Política, Literatura, etc. sentimo-nos confortáveis academicamente.

Celebramos recentemente convênio com a Psicologia da UFF de Volta Redonda; eu me sinto satisfeito. Mas se não fosse isso, o desconforto seria enorme. Uma das pesquisas que eu realizo no momento é sobre a literatura do Guimarães Rosa. E o que eu quero descobrir na literatura do Guimarães Rosa, veja bem, isso é de uma importância imensa para a prática política, são as descrições físicas nos personagens do Guimarães Rosa em “Grande Sertão Veredas” que traduzam tais ou quais sentimentos. Por que há várias passagens

do “Grande Sertão Veredas” que ele está falando de sentimentos. Mas há várias passagens que ele não está falando de sentimentos, mas ele usa palavras-chaves para falar dos cinco sentidos e, portanto, da maneira de olhar, da maneira de ouvir, do tato, da maneira sensorial, traduzindo, entretanto, sentimentos. Sentimentos que apareçam ao outro pela via sensorial. Pela forma de olhar, pela escuta, pelo tato, pela sensibilidade olfativa, foram, portanto, apresentados na linguagem... não é apenas um trabalho literário, mas é uma compreensão na arena política de sentimentos que em princípio você não observa, não nota. Por exemplo, falávamos há pouco da escola em horário integral. Não é todo mundo que assume fazer um discurso contra a escola de horário integral. Mas como é então que você captura – vou usar essa palavra que o Freud até imortalizou – “o mal estar” da professora diante do projeto da escola de tempo integral ?! Como é que esse mal-estar se manifesta corporalmente?! Sensorialmente?! Como é que o afeto se apresenta obliterado?! Eu acho que essa é uma pesquisa inovadora, para a prática política. Agora, é duro você se dar conta que ela será capitulada por um desses comitês assessores de agência científica de “pesquisa não canônica”.

6-Pesquisa Insubmissa?

(GCF) É. Insubmissa. E de resistência. Você lembrou uma coisa agora que me chama a atenção...eu vou citar aqui o que estou lendo nesse momento, que é muito bacana. É um livro que saiu agora pela Companhia das Letras, chama-se “Hereges”, do Leonardo Padura, escritor cubano. Ele elabora um volume de quase 500 páginas, um romance sobre a insubmissão, inscrita em três momentos históricos. O primeiro deles aborda um navio que parte de Hamburgo, na

Alemanha, logo depois da Guerra, para descarregar judeus em Cuba. Os cubanos, com o apoio dos Estados Unidos, não aceitam. Esse é um fato verdadeiro. Os judeus ainda eram muito rejeitados naquele momento histórico. Mas um dos que vem no navio vem trazendo um quadro precioso capaz de salvá-lo da repressão. É um quadro de Rembrandt, que ele teria escondido consigo. Ele perde o quadro e não consegue se salvar porque não chegam a descer do navio. Mas, de fato, o quadro fica em Cuba. Então a estória se converte numa estória de mistério, a busca do Rembrandt que sumiu em Cuba em meados dos anos 40, depois da Guerra. De repente ele vai para o ano de 1624, o pintor Rembrandt trabalhando em Amsterdã, que é chamada de Nova Jerusalém, e ele faz uma descrição de quanto Rembrandt é herege; ele, judeu, para poder pintar imagens humanas se torna um insubmisso. Já que os judeus, no Torá, não permitem a pintura de imagens humanas. E há uma imagem, e é precisamente a que sumiu em Cuba, de Cristo, pintada por Rembrandt em que o Cristo foge aos padrões "canônicos" da Idade Média, da pintura, que o Carlo Ginzburg estuda tão bem. É um Cristo, com cabelos compridos, uma barba enorme, uma barba típica do palestino que ele era, sem deixar de ser judeu, judeu palestino, numa taberna. Em si o quadro já é visto como uma heresia. E por causa disso, o Rembrandt tem muitas pinturas que não são propriamente certificadas com o nome dele. Mas por outros que o ajudavam no trabalho... Então, Padura faz uma discussão sobre a heresia nesse momento. Mas indo buscar a heresia nos tempos anteriores a Cristo, no judaísmo *azquenazi*, fundamentalista. Porque esse que está em Amsterdã é *sefaradi*. E a terceira história que ele mistura nisso tudo, de volta a Havana, uma Havana decadente, uma Havana empobrecida por causa do bloqueio dos EUA, mas porque não dizer também, por causa de que a Revolução teve que enfrentar esse

bloqueio...ele narra a estória de um amor de uma menina por um rapaz na Havana hoje no meio dessas carências todas. Então é uma estória que ao mesmo tempo é melancólica, é forte, mas é de afirmação, misturando...Então, eu acho que nós voltamos a um ponto que na América Latina é crucial: "quando é que a prática política é capaz de não realizar o desejo de submissão, mas ao mesmo tempo não ser insubmissa apenas pela insubmissão, sendo capaz de sopesar os efeitos políticos da relação insubmissão/submissão . Até onde, quando, em que circunstância? Isso a meu juízo coloca um debate entre a potência/impotência da liberdade, portanto, da ação política. Porque a ação política tem que ser ação livre. Potência e impotência da e na ação, possibilidade e impossibilidade da mesma ação. Quando é que uma ação é efeito da potência de quem age, ou da impotência. Quando é que a ação deixa de depender da potência?! Quando se dá uma real impossibilidade? E aí você tem que recuar. Quando é que noutra circunstância a questão é da ordem da possibilidade e, portanto, ela exige uma dada potência que possa se transformar em ato e efetivar-se nos seus efeitos. Estas diferenças e distinções são sutis "jogo de cintura", "política como arte". Caso contrário, a política passa a ser missão, missão ... aliás não é sem razão que a ideia de política sob missão evoca a palavra submissão. Aí você já anulou o desejo.

7 - Ainda sobre educação. Tem uma expressão de Lenin (na verdade é de um livro lido pelo Lenin) que é usada várias vezes por você durante seus cursos, "Diante disso... o que fazer?". Nos parece que essa provocação é um pedido de tomada de decisão consciente do sujeito (ou sujeitos), aluno, que está assistindo a sua aula. Fale-nos um pouco do ato de ensinar, da sua intenção ao fazer uma interferência pedagógica.

(GCF) Esse título “O que fazer?”...ele permite uma reflexão ampla e logo os alunos dizem: - “caramba!... O professor está viajando!” Porque se você vivesse na época do Lenin, você podia comprar facilmente em um quiosque próximo a sua casa...o romance “O que fazer?” de Nikolai Tchernichevski. Aparentemente, é um romance que foi publicado em fascículos sobre os homens novos revolucionários, as relações afetivas, sexuais, o divórcio. No romance, o casal de médicos, que são sempre pessoas com muito *status*, são protagonistas de grande enredo.

Um dia, a mulher chega para o companheiro e diz que ela não sabe o que se passou e ela está amando outro homem. Ele fica tão desconcertado e vai para frente do espelho e se interroga: “O que fazer?”. No contexto a personagem Vera Pavlovna vai para as ruas de São Petersburgo converter (é a expressão do Tchernichevski) as mulheres desempregadas, prostitutas ou não, a serem boas operárias trabalhadoras nas fábricas experimentais de tecido. Esse é o pano de fundo muito resumido do romance, há aí uma discussão forte sobre o casamento, sobre o casamento como sacramento, sobre idealização, sobre relações afetivas, sobre relações sexuais. Esse pano de fundo do romance contempla as contradições entre o pensar, o agir (prática) e o sentir (emoções inconscientes).

Vendeu demais esse livro e quando Lenin coloca esse nome em um livro sobre conjuntura, eu interpreto que Lenin produziu uma ironia e uma brincadeira com os leitores, como quisesse dizer algo sobre a importância dos afetos, do sentir com relação ao pensar e ao agir. Podem não estar presentes na reflexão e na prática mais tradicional da política, mas nas questões novíssimas que estão sendo postas pelo romance afetivo de Nikolay Tchernichevski. Caminhando por essa picada, eu vou praticando a metodologia indiciária. Eu vou

pelo meu computador visitar, o hoje museu Gorky, onde Krupskaja, a mulher do Lênin, faleceu. Vou com o *mouse* e descubro o quarto no qual ela morreu está preservado; dando um *zoom* vou vendo os lugares, descubro uma mesinha de cabeceira. Vou com o mouse aumentando o *zoom* e consigo ler as lombadas dos livros, há uns cinco livros e um deles é "O que Fazer?", do Nikolai Tchernichevski. Se a Krupskaja estava lendo esse livro um pouco antes de morrer, não posso provar cabalmente, mas você não morre com o livro de cabeceira que você odeia, mais ainda se esse livro era tão amado pelo marido Lênin, a ponto de colocar o mesmo título no seu livro. Como é que fica essa questão do afeto na política?!

Uma ocasião, eu fazia uma palestra no sindicato dos Aeroviários sobre ideologia e política; conto essa história, levo o livro, leio um pedacinho do livro, mostro a relação da política com o desejo. Está presente uma garota com a blusa escrita "dançar por dançar", eu chamo, a menina vem e todo mundo lê "dançar por dançar". Eu brinco: – Olha, você não dança por missão, você dança pelo prazer da dança. E aí me pergunto: Alguém pode dançar por missão? Conto que quando estava na JEC fazíamos encontros e dançávamos com as garotas para trazê-las para a prática religiosa e política, olha que loucura! A dança como uma forma de você aproximar e ganhar pessoas para o seu lado. Chamávamos isso de nucleação. Você nucleava uma pessoa quando a trazia para o seu grupo e o primeiro passo poderia ser esse passo afetivo de dançar com a menina. Conhece o rapaz conversando, se aproxima...bom... Nesse exato momento que estou falando isso, um rapaz de uns 18 ou 19 anos começa a chorar no grupo, que tinha umas 150 pessoas, mas chorar convulsivamente. Ele diz em voz alta que não aguenta mais, que ele quer falar. Eu entrego o microfone para ele e ele diz que não aguenta

mais entregar jornal do grupo político ao qual ele pertence nas manhãs de domingo na praia. Ele que ir à praia, ele que ir para o mar, ele quer nadar, ele quer paquerar. O que eu estava falando o chamava para isso e ele dizia naquele momento com maior solenidade que ele não ia entregar mais jornal do grupo político ao qual pertencia. Saiu uma discussão monumental e eu encerrei a palestra saindo e deixando o pessoal discutindo. O que eu quero dizer, não há dúvida, que foi um procedimento que eu não esperava, mas que foi capaz de galvanizar essa relação entre afeto e política. Esse rapaz não falaria o que falou caso eu quisesse racionalmente interrogá-lo. Eu acho que estamos vivendo, de certo modo, no Brasil de hoje inclusive, um momento com muitas incidências da política no afeto e do afeto na política que obliteram reflexão e a ação política. É um momento que ocorre em verdade, e é o Antônio Gramsci quem fala isso, muitos efeitos perversos, muitos comportamentos fora da curva, mas é também uma oportunidade ímpar para você pensar em grande, trazer novas questões à baila, fazer experimentos pedagógicos e isso anima muito. Para vocês verem, há mais de vinte anos estamos perseguindo essa questão do casamento como sacramento *versus* o casamento como contrato. Nós chegamos fazer uma coisa que foi bacana, também não foi como eu pensava, que foi apresentar na Academia de Ciências de Budapeste um *paper*, meu e de Gizlene Neder, para uma plateia de pesquisadores, enfatizando a questão do desejo de submissão e de obediência e botando como pano de fundo uma música de José Maurício Nunes Garcia, uma padre do Império, uma Missa de *Requiem*, que é uma missa soberba que fala aos sentimentos subjetivos de submissão e nós concluíamos que isso tinha como tradução a morte, quando líamos o título *Requiem*. Foi interessante, mas quando hoje você vê, não tem sete dias, eu leio nos jornais que

o Papa Francisco (ainda Pe. Bergoglio, que quando líder jesuíta argentino se opôs ao provincial geral progressista Pedro Arrupe), dizer que ele está na iminência de conceder a qualquer pároco o direito de anular o casamento... Se ele fizer isso é uma revolução! Ele diz que hoje só se pode fazer isso, com muito dinheiro, com muito tempo e muita causa (muita razão). Ele diz que são tantos os exemplos de casamentos desfeitos que precisam ser anulados para que haja outros casamentos; tome-se a palavra anulado como você quiser, que está na hora de fazer a anulação: 1) Sem grandes gastos; 2) Com rapidez; 3) Sem um tribunal eclesiástico, bastando a autoridade do Bispo; 4) O Bispo vai ter a competência de transferir tal autoridade para o pároco. Se isso não é o divórcio... Nós, ao descobrirmos essa questão crucial, fulcral, na política do Império no Brasil e Portugal não podíamos imaginar que justamente um Papa como este, ou se quiser, precisamente por ser este o Papa, falaria isso. Outro dia mesmo, uma pessoa que não sabe nada de Igreja me disse, isso vai ser impossível, pois não vão aprovar. Mas para isso ser aprovado é apenas o Papa que delibera, por isso o documento é chamado de *motu-próprio*. O simples fato dele ter enunciado isso já é um cataclisma. Eu fico a imaginar... Eu li a biografia do Padre Ávila, aqui no Brasil ele foi confessor de mais de cinco mil pessoas da alta sociedade carioca e ele nunca se autorizou a permitir que aqueles que fossem separados, pudessem casar novamente na Igreja, ou mesmo que pudessem comungar. Pois que atuava como perito em Direito Canônico. Diz na autobiografia dele que o desejo dele era esse, que haviam circunstâncias em que a autorização tinha que ser dada. Todavia, ele era o perito que o Cardeal Dom Eugenio Sales nomeara e manteve-se restrito ao Direito Canônico. Assim é a história, de repente, depois do falecimento do Padre Ávila um Padre que ele conheceu, o Bergoglio

argentino, vem e levanta essa hipótese, mas com a autoridade papal. Isso sem contar quanto sofrimento você vai evitar. Sem levar em conta também que ao tempo de Paulo VI, quando a Igreja estava em uma perspectiva mais transformadora, alguns Bispos norte-americanos se autorizaram a dizer aos casais separados que poderiam comungar, por tais ou quais razões. O Papa João Paulo II freou esta liberalidade, o Cardeal Ratzinger, mais tarde Papa Bento XVI, endureceu mais ainda e chega o atual Francisco e diz isso. Interessante! E como não dizer que isso está a incidir no campo da política, no campo das ideias políticas?! Essas são questões novíssimas para teoria política. Ao longo do século XXI surgirão outras questões; por exemplo, a pessoa vivendo tanto tempo, se colocando diante de tantas doenças para as quais você pode acrescentar anos de vida, mas observemos que não temos a discussão sobre eutanásia e acredito que tal discussão vai acabar se impondo. A questão do aborto também vai impor-se. Elas vão ter que ser repensadas ou pensadas em uma outra dimensão. Você imagina, quando eu tinha 14/15 anos o tema do homossexualismo vinha inscrito na seguinte representação linguística: o terceiro sexo; era assim que recebíamos a literatura da Suécia. Terceiro sexo? Tratando a sexualidade como se sexo fosse. Olha que coisa! Há temas no portfólio dessa virada de século aos quais nós não podemos virar a cara. E a Ciência Política não pode ficar na sua tradição. Essas são algumas das discussões que o Leonardo Padura faz, a proibição no Torá das figuras humanas, entretanto ele descobre exemplos de Torás como figuras humanas pintadas. Com é que pode? Esse é um impasse e, ao mesmo tempo, um descortino para o futuro.

Por outro lado estudamos, no nosso pós-doc em Lisboa estas questões embutidas no formidável debate entre "casamento como

sacramento" *versus* "casamento como contrato" tanto no Projeto de Código Civil de Teixeira de Freitas quanto no Código Civil de Clóvis Bevilacqua.

8 - Como sempre a inovação faz parte do seu fazer intelectual, nos conte um pouco sua experiência de "blogueiro". Como o professor interpreta essa nova linguagem que nos aparece uma forma de democratização do conhecimento, afinal os seus textos no blog "Núcleo Observando o Sul" (NOS) são dinâmicos (tal como a linguagem do blog exige) sem perder a profundidade na reflexão sobre nós mesmos.

(GCF) Eu acho que nós temos que entrar nessa dança. Eu, da minha parte, estou apenas começando. Por incrível que pareça, eu tenho que reconhecer, que a minha neta de dez anos é muito mais ágil, mais esperta; meu neto de cinco anos, *idem*. Até o mais novo que tem um ano e meio, que ainda não tem nem ideia do que é isso, sabe tocar com os dedos a tela do *tablet* com mais propriedade do que eu. Esse é o desafio, que vai se colocando, que deve ser enfrentado. Agora, por exemplo, durante essa greve universitária penosa eu tentei inovar com o contato via computador, via *internet*, a toda hora. Temos utilizado o *facebook* (grupos fechados) nos nossos seminários, mantemos uma Revista eletrônica (Passagens) *on line*. O Núcleo Observando o Sul (NOS) vem enfrentando dificuldades em função das dificuldades do Mercosul. Já houve uma época, no Governo Lula, que estava na pauta pensar a América Latina, viajar pela América Latina, de repente isso tudo modificou virou *démodé*, por conta do ataque hegemônico à América Latina, esta passou a ser alvo muito buscado. Será que a presidenta Dilma Rousseff terá condições de re-significar as políticas Sul-Sul no Itamaraty? De toda maneira,

eu acho que nós professores, mesmo os mais velhos temos que acompanhar essas transformações. Não é fácil, porque o *gap* aí é também interessante... muitos alunos não têm poder aquisitivo para fazer face aos gastos necessários aos estudos. E curiosamente eles não têm o hábito de frequentar bibliotecas, de usar aparelhos eletrônicos, mesmo quando elas tenham esse setor desenvolvido. Então é também uma questão do professor saber como ele sensibiliza esse aluno, como ele toca esse aluno, como ele chama esse aluno. É um desafio, não pode ser evitado, mas é uma zona cinzenta.

9 - Vamos mudar um pouco o rumo da conversa. No seu seminário "Por uma teoria política dos intelectuais" o senhor apresentou questões importantes sobre o protagonismo dos intelectuais na política e a relação entre a história subjetivada e a estética. Naquela ocasião lemos o texto de Edward Said sobre a representação dos intelectuais e conversamos sobre alguns conceitos por ele apresentado e que aparecem em seu poema Estilo Tardio (Poemas desde o Sul p.69). Percebemos em sua ação de poeta a reflexão profunda do cientista político. Conte-nos um pouco sobre o nascimento do poeta Gisálio Cerqueira Filho e se essa nossa impressão se verifica no seu plano de ação política inscrita na sua faceta de poeta.

(GCF) Essa questão da poesia também é muito interessante para mim. Eu publiquei três livros de poesia. O primeiro se chama **Checan** (Rio de Janeiro: Ed. Ébano, 1980), que quer dizer "ama" em língua mochica, Peru pré-incaico; depois eu publiquei **Cromos** (Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2000), e agora **Poemas desde do Sul** (Rio de Janeiro: Ed, Oito e Meio, 2014) Estou com um quarto livro quase pronto cujo título é **Novos Poemas**, onde pretendo reunir também contos e "causos" que considero interessantes. A poesia para mim tem uma razão de ser que eu diria visceral. Eles nascem de momentos de muito sofrimento, são momentos em que eu vejo os poemas como uma boia de salvação, mesmo quando o poema não é um poema

sofrido para o leitor, ele tem conexão com sua feitura e realização em momentos de sofrimento, em momentos de dificuldade, em momentos que eu me vejo sem muita saída, momentos que fico paralisado, aí eu recorro a poesia. Acho que a expressão boia de salvação é a melhor para expressar porque eu vou à poesia. É curiosa, mas é verdade e funciona.

10 - Outro poema, Abril, 25 em Portugal, (Poemas desde o Sul p. 45) nos dá pistas de outro tema interessante de sua trajetória intelectual. Conte-nos, um pouco, sua experiência de pesquisa em Portugal que lhe rende muitas histórias ilustrativas da relação de poder entre o Estado e a Igreja, assunto que nos parece central nas suas pesquisas junto a professora Gizlene Neder.

(GCF) Esta ida a Portugal, nós fomos logo depois que eu fui aprovado no concurso de Professor Titular de Teoria Política.

Esse Pós-Doutorado em Lisboa foi muito positivo. Ficamos na Ladeira do Noronha, próximo ao Largo do Rato. O tratamento recebido na Biblioteca Nacional de Lisboa foi estupendo. A pesquisa nos arquivos e a possibilidade de termos um gabinete na própria biblioteca foi excelente. Estivemos em Santiago de Compostela, visitamos universidades e centros de pesquisa, participamos de dois seminários internacionais e fizemos contatos acadêmicos significativos. E constatamos a poderosa influência da Igreja Católica na virada dos séculos XIX/XX em Portugal. Voltamos renovados e com mais um livro escrito a quatro mãos.

11- Em "Como Marc Chagall" (p 23), aparece ela, a Lene (com Gis e sua Lene). Nos conte um pouco dessa parceria de vida, da maneira mais ampla que se pode conceber.

(GCF) Esse poema, "Como Marc Chagal", assinala, uma parceria de vida em comum. Como o quadro do Chagal, como o quadro do outro brasileiro assinala, eu falo de fuga e busca. Então você vê, fuga e busca desde de 1974,1984,1994,2004,2014

... são mais de quarentas anos que estamos juntos. Eu acho que não há nada que eu possa falar desses tantos anos de vida acadêmica sem me referir a ela e vice-versa. Isso não foi pensado, isso foi acontecendo com naturalidade.

Uma mulher e tanto. Uma parceira que me honra e com quem aprendo.

12- Não é incomum pensarmos em trilhas sonoras para episódios da nossa vida. "Na afirmação constante da vida", nos diga, caso tenha, uma música que sintetize sua trajetória de vida e/ou acadêmica passada e futura.

(GCF) Olha não é especialmente minha, mas de tanto ouvir se transformou em minha. Na verdade, eu a ouvi pela primeira vez cantada pelo meu pai. Meu pai foi cantor de rádio, ele usava o sobrenome Salgueiro, mas quando ele casou com a minha mãe ele jurou que abandonaria a vida de cantor, de boemia e etc... e ele abandonou. Nunca mais pegou no violão. E cuidou de não estimular que os filhos seguissem a vida artística. Nesse ponto ele fracassou, porque no fim da vida e com *Alzheimer*, ele retornou ao violão e foi arrumar um professor para tocar violão e o professor disse que ele era melhor professor do que ele e pediu que meu pai desse umas aulas para ele. Com *Alzheimer* ele volta a tocar violão, o impacto disso aí foi de tal ordem, até em nós filhos, mas escorregou para os netos e ele acabou dando o violão dele para o Marcelo que foi o único dos netos dele que seguiu a carreira musical. A música que eu aludi, e eu gosto muito, é "Luzes da Ribalta", de Charles Chaplin...

Vidas que se acabam a sorrir
Luzes que se apagam, nada mais
É sonhar em vão tentar aos outros iludir
Se o que se foi pra nós
Não voltará jamais
Para que chorar o que passou
Lamentar perdidas ilusões
Se o ideal que sempre nos acalentou
Renascerá em outros corações.

Ouçã <https://www.lettras.mus.br/maria-bethania/47236/>

Pronto! Eu gostei muito da entrevista.

[A gente gostou mais - Entrevistadora] – [risos]

Capítulo 7

SINAIS COR DE LARANJA: A METODOLOGIA DE PESQUISA NA OBRA DE GISÁLIO CERQUEIRA FILHO

*Henrique Barahona*¹¹⁹

¹¹⁹ Professor Doutor de Direitos Humanos, Direito Internacional Público e Psicologia Social e Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense; Pesquisador do Laboratório Cidade e Poder da UFF.

O objetivo deste pequeno texto, como o título já anuncia, é o de fazer alguns breves comentários sobre a metodologia de pesquisa empregada por Gisálio Cerqueira Filho ao longo da sua obra. Para fazer uma análise como esta, sobre um objeto que não é apenas longo em sua duração, envolvendo descontinuidades nas inovações epistemológicas por ele propostas, mas vasto no sentido dos instrumentos de que ele se utiliza para pensar a ciência e a teoria política, incluindo as belas artes e as belas letras, em incursões pela sociologia, a história, a psicanálise e o direito, vou usar a própria metodologia que ele vem seguindo na atualidade como uma pista, como um sinal, que é a metodologia indiciária proposta pelo historiador italiano Carlo Ginzburg. Aliás, dentre as inovações por ele propostas, destaco que foi Gisálio quem, com Gizlene Neder, trouxe Carlo Ginzburg, hoje uma referência da historiografia internacional, pela primeira vez a Universidade Federal Fluminense (Escola de Niterói), Brasil, em 2006. Serei aqui, portanto, eu também, um indiciarista. Ou, talvez, aproveitando a liberdade intelectual que ele e Gizlene sempre imprimiram no grupo de pesquisadores no Laboratório Cidade e Poder desta Universidade Federal Fluminense, como um motor e móvel das suas investigações, digo que farei uma aqui cartografia, o que não é nada distante do método indiciário.

Metodologia quer dizer em grego "*metá-hódos*", isto é, um caminho para se alcançar uma meta previamente estabelecida. No entanto, a cartografia passa exatamente a ideia de uma "*hódos-metá*", a ação de traçar, durante o percurso, ao longo do caminho, as suas metas possíveis. A cartografia é capaz de captar mais facilmente as imagens do movimento. E na medida em que a pesquisa se dá em movimento no tempo, no movimento entre diversos territórios das humanidades, não se segue propriamente um caminho prévio e

determinado, o que nos é permitido é somente um saber conjectural, cambiante, do qual se recolhe apenas algumas pistas. Deste modo, como toda a meta é provisória, só é possível seguir pistas, e são elas que fazem o encontro com os “sinais” de que fala o método indiciário de Carlo Ginzburg. Este é o motivo pelo qual eu me refiro a uma cartografia para dar conta de um percurso intelectual como o do Professor Gisálio, já arriscando, como hipótese, sempre precária, baseada em alguns sinais recolhidos, que neste movimento de descontinuidades há um núcleo metodológico coerente que se manteve como pano de fundo desde o início da sua obra, ali cultivado talvez por algumas questões afetivas que procuraremos também abordar brevemente.

Ginzburg (1986) é um autor inscrito no legado marxiano cuja autoria do método de busca dos “*pormenores sem importância*” ele afirma estar presente em Sherlock Holmes, no historiador de artes e – este dado é importante – também na psicanálise de Sigmund Freud. Eis as primeiras pistas: Marx e Freud. A escolha de Gisálio Cerqueira Filho por este método já diz muito, pois supõe o agir do pesquisador deixando de lado a sua pretensa neutralidade do investigador e permite que ele passe a considerar a sua “implicação” afetiva na pesquisa e a intervenção que promove sobre o objeto. Reside aqui grande parte da base do seu argumento sobre o “autoritarismo afetivo” na política e nas instituições brasileiras. Ginzburg, dando feições metodológicas ao assunto, chamou a atenção sobre o afeto de quem pesquisa, de quem escreve, enfim, para a motivação pessoal do autor em determinado tema, ao escrever, ele, Ginzburg, sobre o “Processo Sofri”. Tratava-se de uma acusação criminal contra um dos seus mais queridos amigos, Adriano Sofri, por ter supostamente concorrido para o homicídio do comissário de polícia Luigi Calabresi

ocorrido em Milão, no ano de 1972. Desde o início, o historiador italiano dizia escrever em virtude de um motivo pessoal, mas que logo desdobraria num recurso metodológico. "*Escrevo invadido pela angústia ante a condenação que golpeou injustamente um amigo meu e tomado pelo desejo de convencer aos outros da sua inocência*" (Ginzburg, 1993), disse ele. Esta frase revela o quanto a tarefa do pesquisador está imersa na angústia com que se é arrebatado, e como este *Sofri-mento* o motiva e impulsiona. Será sempre uma pesquisa-intervenção do pesquisador que se afeta, que se aflige, se angustia diante do seu objeto. Implicação que obviamente também é minha neste momento, que envolve o meu afeto particularmente (já que além dos anos de convivência pertencço à segunda geração da minha família de alunos de Gisálio Cerqueira Filho nesta Universidade Federal Fluminense), pois a hipótese desta comunicação é minha, assim como é meu o método e o objeto, mas é do Professor Gisálio que vou tentar falar aqui.

Em 2007, Gisálio Cerqueira Filho empreendia juntamente com Marcelo Neder uma metodologia indiciária que, em suas palavras, se lastreava nos "*estudos sobre conjuntura política a partir do estudo referencial de Karl Marx ... e de Sigmund. Freud sobre o inconsciente...*" (Cerqueira Filho e Cerqueira, 2007). Podemos sugerir, portanto, que a metodologia por ele empregada está de alguma forma ligada a estes dois referenciais teórico-metodológicos, o materialismo histórico e a psicanálise. E a finalidade deste encontro entre tais correntes será pensar a hipótese de que as intolerâncias, as guerras e os genocídios que lhe são correlatos relacionam-se com as ideologias de perfeição, idealização e perfectibilidade, tanto de natureza religiosa quanto secular. Que uma postura preciosista de perfeição, de natureza religiosa e cristã, esteja já inscrita no

pensamento de Santo Agostinho e receba um complexo tratamento tanto no Direito Canônico quanto no pensamento filosófico de Santo Tomás de Aquino, talvez seja compreensível (Ibidem).

Eu gostaria de fixar a atenção nas tais “intolerâncias” e suas matrizes religiosas. Afinal, é o tema deste colóquio, permitindo-me fazer a ponte entre a metodologia indiciária e o conhecimento produzido por Gisálio Cerqueira Filho mediante ela. Por isso eu proponho que sigamos mais pistas, desta vez sinais cor de laranja. Ou “cromos” alaranjados, “*fixando ações e paixões de um percurso luminoso*” (Cerqueira Filho, 2000). Laranja é a cor das camisas das vítimas das execuções pelo Estado Islâmico. O espetáculo midiático macabro de vítimas ajoelhadas, em sinal de máxima submissão, na frente dos seus algozes vestidos de negro, antes do golpe mortal. Não são estas vítimas propriamente soldados combatentes das fileiras contrárias, mas jornalistas, médicos, observadores internacionais ou simplesmente turistas que lhes atravessaram o caminho e foram capturados. Todos, indistintamente, são infiéis inimigos e a sentença deles é a morte. Até mesmo os muçulmanos que não interpretam ao modo deles a Lei e por isso mesquitas são explodidas por homens-bomba quase diariamente. Na cena final dos civis vestidos de laranja a submissão é total. Depois de algumas palavras ditadas pelos carrascos – alguns são crianças de tenra idade – , o que vem a seguir é a apatia cadavérica. Mas o que não está dito neste filme de terroro é que o chamado fundamentalismo islâmico expõe outro fundamentalismo, o Americano, Imperialista, Ocidental. Nas palavras Gisálio Cerqueira Filho, utilizando-se da psicanálise lacaniana, o que ocorreria no jogo de cores que une ambos fundamentalistas seria um “espelhamento”: as camisas cor de laranja são justamente um sinal do fundamentalismo Americano, já que reflete a cor laranja da camisa

dos prisioneiros muçulmanos diariamente torturados nas prisões americanas em Guantânamo e Abu-Ghraib. Um recado de que a barbárie é um produto de mídia tipicamente ocidental para o consumo globalizado.

Este fundamentalismo possui uma base religiosa, segundo a fórmula weberiana de um *ethos* capitalista, mas esta conclusão pode levar ao erro de se supor que o rigorismo estaria confinado no protestantismo. Esta teoria poderia responder à intolerância e o ódio presente desde o genocídio dos índios na conquista do Oeste Americano, nas rosas de Hiroxima e Nagasaki, no “agente laranja” e usado no Vietnã, durante a Guerra Fria. Neste mesmo período, lembramos que o poderio econômico e militar Norte Americano apoiou e financiou o jihadismo saudita armado e treinado no próprio solo Americano, como “o ovo da serpente”. Após os atentados terroristas no World Trade Center e no Pentágono, o professor e escritor de origem paquistanesa Tariq Ali passou a sustentar que se deveria pensar em “*religiosos fundamentalistas independentemente da religião*”, ou em “*sacerdotes seculares do Império*”. Ele destaca que em seguida ao 11 de Setembro os americanos justificavam o atentado como uma punição divina pela tolerância ao homossexualismo e o aborto, como uma resposta à pergunta por que Deus havia permitido que atacassem a América. Mas a análise de Tariq Ali vai além da intolerância da religião protestante americana, abrangendo também o católico e o islâmico, como também para mais além da própria religião, isto é, no processo de secularização do rigorismo teológico nas instituições sociais e políticas. No Brasil, Gisálio Cerqueira Filho já vinha fazendo o mesmo ao pensar a intolerância e o autoritarismo afetivo brasileiro tendo como pano de fundo o pensamento tomista, explorando as tensões havidas no Mundo Luso-brasileiro desde o

século XVI em torno da ortodoxia católica até o neoescolasticismo. Religião que está ao mesmo tempo dentro e fora do pensamento político, como o Moisés de Freud estaria ao mesmo tempo dentro e fora do judaísmo (Cerqueira Filho, 2008), contrariando uma suposta “pureza” e os seus efeitos de intolerância que têm como consequência a eliminação do outro.

Mas o fundamentalismo imperialista Norte Americano não financiou apenas o jhadismo saudita nos anos de 1970 e 1980. Ele também se estendeu até as ditaduras na América Latina. Neste contexto, em 1982, Gisálio Cerqueira Filho organizou o livro “Crise na Psicanálise”, contendo textos de Eduardo Mascarenhas, Helio Peregrino, Joel Birmam e outros. Nele, denunciava a participação de um membro da SBPRJ nas sessões de tortura nos porões da Ditadura Militar no Brasil, algo que vinha se desenrolando complacientemente desde 1973, nos mesmos moldes de Guantânamo e Abu-Ghraib que acabei de salientar. Era o famoso caso “Amílcar Lobo”, evidenciando que no Brasil a tortura, como método de interrogatório e de expiação, também seguia critérios técnicos. Segundo o relatório Brasil: Nunca Mais, a tortura durante o período militar *“obedeceu a critérios, decorreu de planos e verbas e exigiu (...) até a participação direta de enfermeiros e médicos que assessoravam o trabalho dos algozes”* (1985, p. 230). Dentre estes médicos, estava Amílcar Lobo. Acrescente-se a isso as aulas de tortura nas quais presos políticos como Ângelo Pezzuti da Silva, Maurício Vieira de Paiva, Júlio Antônio Bittenourt, Dulce Chaves Pandolfi, Afonso Celso Lana Leite, José Antônio Gonçalves Duarte, Haroldo Rodrigues Lima e tantos outros, serviram de cobaias humanas ministradas para uma numerosa plateia de alunos no prédio da Polícia do Exército e na Vila Militar da Guanabara, como parte do currículo de formação dos militares (idem,

pp. 31-33). O *Sofri-mento* de Gisálio Cerqueira Filho diante do covarde silêncio da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro com um torturador tinha um motivo. Aliás, assim como ocorrera com Carlo Ginzburg, tinha também um nome: Henrique. Não sou eu, obviamente, sou apenas mais um “Henrique” na vida do Gisálio. Era na verdade o padre Henrique, como era chamado Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, da Arquidiocese de Olinda e do Recife. Ele havia se tornado um grande amigo de Gisálio, que era então professor do Colégio Marista no Rio de Janeiro. O jovem padre Henrique, homem de confiança de Don Hélder Câmara, por ousar um método de docência popular naqueles difíceis anos de chumbo, na periferia do Recife, foi torturado e morto em 1969, poucos meses após o AI-5, por agentes do esquadrão da morte, tendo o seu corpo mutilado pendurado na frente da Cidade Universitária. Se os anônimos algozes pretendiam com isso dar um exemplo aos professores e estudantes, do mesmo como aqueles que também anonimamente tiraram Gisálio Cerqueira Filho desta Universidade em 1976, eles conseguiram. Porém, o efeito foi contrário. A ousadia de Gisálio contra a intolerância política e também acadêmica, como um desdobramento daquela, triunfou para além daqueles dias e seguiu fazendo “escola”, construindo a ponte que trouxe o espírito da Escola do Recife, de Tobias Barreto, Sylvio Romero, Clóvis Bevilacqua e, por vias afetivas, também do padre Henrique para esta Universidade Federal Fluminense, por ele denominada a Escola de Niterói.

Neste mesmo livro de 1982, Gisálio Cerqueira Filho nos dá ainda mais pistas sobre a metodologia que empregaria nas suas pesquisas. Num parágrafo apenas, ele diz o seguinte, deixando claro o núcleo em torno do qual fará as suas experimentações (não experiências, no sentido das ciências naturais) metodológicas: “ao

repararmos que a história do marxismo e da psicanálise vem marcada pelas dissidências, devemos atentar para a potencialidade transformadora das dissidências". E arremata da seguinte forma: "a única condição imposta é: o marxismo que não se perca de MARX; a psicanálise que não se perca de FREUD" (1982a, p. 8). O que então ele chamava de "dissidências", eu diria que são as inovações metodológicas que ele iria experimentar ao longo do seu percurso intelectual, sempre gravitando entre a crítica marxista do capitalismo e a psicanálise.

Também em 1982 Gisálio Cerqueira Filho publicou a sua Tese de Doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP), orientada por José Augusto Guilhaon Albuquerque, cujo título inicialmente era "A 'Questão Social' no Brasil: análise do discurso político", que depois de publicada, o subtítulo passou a ser uma "crítica" do discurso político. Nota-se nesta mudança mais um sinal da sua adesão à "crítica" marxista. No primeiro capítulo, intitulado "Em torno de algumas questões teóricas e metodológicas", como era próprio daquele momento de relativa liberdade intelectual durante a abertura democrática, encontramos autores típicos do marxismo da primeira metade do século XX, como Antônio Gramsci e Lênin, passando por Louis Althusser, mesclando com a obra de autores que entravam no Brasil naquele instante, como Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Ao mesmo tempo, ele já encaminhava a ideia de que "a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência" (1982b, p. 23) e, para este fim, recorreria à teoria psicanalítica como ferramenta. Em verdade, esta frase já aparecia alguns anos antes, em "Reflexões em torno de uma teoria do discurso político", de 1979, ano da anistia política no Brasil após a ditadura. Depois vieram Alain Badiou, Slavoj Zizek, Reinhart

Koselleck, Umberto Eco e Thomas Sebeok, Edward Said, Tosta Berlinck e tantos outros autores a contribuir com a metodologia por ele empregada em suas pesquisas acadêmicas.

No ano seguinte era comemorado o centenário da morte de Karl Marx, não só a adesão de Gisálio Cerqueira Filho ao grupo de intelectuais marxistas que se reuniram para escrever o livro "Por Que Marx?" fica clara, mas também definição mais direta a respeito do tomismo para a compreensão das nossas instituições sociais e políticas, identificado logo no título do texto que ele assina: "Marx e a ideologia: 'A crítica do céu convertendo-se na crítica da terra'", no qual problematiza a definição, as metáforas e metonímias de Marx sobre a religião, colocando "*a ênfase na ideologia como dimensão da práxis social*"¹²⁰ (1983, p. 117).

Ao final desta cartografia, arrisco-me a concluir que a esta ponta do materialismo histórico dos anos 1970/80 se liga à ponta da atualidade com a leitura marxista presente no indiciário de Carlo Ginzburg. Este compromisso com a práxis, com a inovação e renovação do pensamento, tudo com uma criatividade imensa, um aguçado senso abduutivo necessário à pesquisa, sem abrir mão jamais da coerência das suas implicações, dos sentimentos e ressentimentos que o levaram até Marx e Freud. E apesar do longo percurso, Gisálio Cerqueira Filho ainda conserva um brilho no olhar ao construir os seus objetos de pesquisa, como diria Vinícius de Moraes, com uma "perplexidade de criança".

¹²⁰ CERQUEIRA FILHO, Gisálio (1983). Marx e a Ideologia: 'A crítica do céu convertendo-se na crítica da terra'. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio; FIGUEIREDO, Eurico de Lima; KONDER, Leandro (orgs). *Por Que Marx?* [p. 109-119]. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Referências:

ALI, Tariq (2002). *Confronto de Fundamentalismos: Cruzadas, Jihads e Modernidade*. Rio de Janeiro: Record.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO (Coord.) (1985). *Brasil Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Vozes.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio (1982). *A "Questão Social" no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

_____ (2005). *Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo: Editora Escuta.

_____ (2008). *Conservadorismo religioso e "Moisés e o Monoteísmo", de Sigmund Freud – uma abordagem que ainda surpreende*. São Paulo: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 11, nº .

_____ (2000). *Cromos*. Rio de Janeiro: 7Letras.

_____ (2011). Direitos Humanos: ninharia, possibilidade e visão na América Latina pós-crise 2010-2015. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (org). *Sulamérica, Comunidade Imaginada: emancipação e integração*. [pp. 129-135]. Niterói: EdUFF.

_____ (2008). *Euclides da Cunha e a psicopatologia: um indício para a abdução*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. 11, nº 3, setembro de 2008.

_____ (1982). Instituição Psicanalítica no Rio de Janeiro. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. (org.). *Crise na Psicanálise*. [pp. 19-28]. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (1983). Marx e a Ideologia: 'A crítica do céu convertendo-se na crítica da terra'. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio; FIGUEIREDO, Eurico de Lima; KONDER, Leandro (orgs). *Por Que Marx?* [p. 109-119]. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (1980). O direito e a Solução dos Conflitos Sociais: Aspectos ideológicos. In: ROSA, F. A. de Miranda, (org.). *Direito e Conflito Social*. [pp. 73-91]. Rio de Janeiro: Zahar Editores0.

_____ (1979). *Reflexões em torno de uma teoria do discurso político*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé/Socii, 1979.

CERQUEIRA, Marcelo Neder & Cerqueira Filho, Gisálio (2007). "Vulnerabilidade Psíquica e Poder: sobre Arthur Schnitzler". In *Latin America Journal of Fundamental Psychopatology on line*, n. 1- 1/22, May.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças (1995). *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix (1995). *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34.

ECO, Umberto e SEBEOK, Thomas (1983). *O Signo de Três: Dupin, Holmes, Peirce*. São Paulo: Editora Perspectiva.

GINZBURG, Carlo (1993). *El Juez y el Historiador*. Madri: Anaya & Mario Muchnik.

_____ (1986). *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras Editora.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely (1993). *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes.

PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia, ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs) (2012). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

Capítulo 8

"THE PURPLE LAND" EM JORGE LUIS BORGES

Marcelo Neder Cerqueira¹²¹

¹²¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2016) e pesquisador do Laboratório Cidade e Poder da Universidade Federal Fluminense (LCP/UFF).

O presente artigo pretende analisar um aspecto recolhido para uma extensa pesquisa de doutorado que, como quase sempre acontece, não foi incorporado ao trabalho final, mas que se apresentou de forma não menos significativa na obra de Jorge Luis Borges. A saber: a importância da novela de *The purple land* (1885, 1904),¹²² de William Henry Hudson (1841-1922), na crítica cultural de Jorge Luis Borges e no debate intelectual na Argentina no começo do século XX. A tese de doutorado *Relações de força na passagem à modernidade na América Latina: cultura, poder e subjetividade* no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).¹²³ A pesquisa contemplou recortes específicos da obra de três intelectuais latino-americanos: Sérgio Buarque de Holanda, Jorge Luis Borges e Alejo Carpentier. Como não poderia deixar de ser, pela extensão da produção dos autores selecionados, nem todos os levantamentos realizados pela pesquisa puderam ser incorporados ao produto final da tese.

Ao longo de sua trajetória, Jorge Luis Borges (1899-1986) realizou um importante movimento de autocrítica com sua obra de juventude. O autor passara a sentir-se incomodado com algumas marcações políticas do ideário estético que direcionou suas primeiras coletâneas de ensaios publicadas na década de 1920.¹²⁴ O desconforto

¹²² Conseguimos a versão em espanhol, intitulada *La Tierra Purpúrea*, pela Biblioteca Digital Ayacucho, da Venezuela. HUDSON, Guillermo Enrique. *La Tierra Purpúrea / Alla lejos y hace tiempo*. Biblioteca Digital Ayacucho.

¹²³ NEDER CERQUEIRA, Marcelo (2016). *Relações de força na passagem à modernidade na América Latina: cultura, poder e subjetividade*. Tese (doutorado em História). Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹²⁴ Jorge Luis Borges publicou três coletâneas de ensaios na década de 1920. São elas: *Inquisiciones* (1925), *El tamaño de mi esperanza* (1926) e *El idioma de los argentinos* (1928). Diferentemente de suas obras poéticas publicadas no mesmo período, as referidas coletâneas de ensaios nunca foram revisadas e reeditadas pelo autor em vida. Embora tenham sido compostas a partir de artigos publicados em revistas literárias na época, Borges delegou as referidas coletâneas ao ostracismo, negando inclusive a sua existência ou simplesmente manifestando completo desinteresse em reeditá-las. A publicação deste conjunto de obras foi autorizada após o falecimento de Borges por Maria Kodama, viúva

de Borges se devia, em grande medida, ao uso da ortografia *criolla* como busca por uma linguagem particular que definisse o caráter autêntico da identidade nacional argentina. Já em fase autocrítica, Borges considerou tal busca estética artificial e passou a defender que a valor da literatura argentina e latino-americana estaria no trânsito livre e heterodoxo por diferentes tradições culturais longe da crença em uma “cor local” nacional. A expressão “cor local”, utilizada pelo autor em sua conferência *El escritor argentino y la tradición* (1951),¹²⁵ já em fase autocrítica, não nos parece casual, posto que a questão da identidade nacional estava atrelada a uma reflexão crítica sobre o valor da miscigenação cultural nas formações sociais latino-americanas. Ao se perguntar se existe uma “cor local” da literatura argentina Borges operava um conceito de identidade nacional aberto e plural, defendendo que este deveria valer-se da pluralidade de tradições culturais presentes em sua formação.

Considerando a crítica de Borges no corpo geral de sua reflexão sobre cultura, a expressão “cor local” alude à novela *The purple land* – “terra púrpura”, numa tradução livre –, do naturalista anglo-argentino William Henry Hudson (1841-1922), também conhecido como Guillermo Enrique Hudson. Publicada em 1885, na Inglaterra, e revisada pelo autor em edição definitiva de 1904, a novela aqueceu o debate intelectual argentino na década de 1920 como expressão *sui generis* da literatura nacional *criolla*. No ensaio

do escritor e detentora dos direitos autorais de sua obra. Os três referidos livros de ensaios se converteram em sucesso editorial entre o público argentino em meados da década de 1990, reanimando o interesse contemporâneo pela obra do escritor. Segundo a escritora Rosa Maria Pereda, em matéria publicada no jornal *El País*, em janeiro de 1994, mais de 15 mil exemplares de *El tamaño de mi esperanza*, dentre outras obras de Borges, foram vendidos somente na Argentina. Ver: PEREDA, Rosa Maria (1994). *El libro prohibido de Jorge Luis Borges se convierte en un éxito de ventas en Argentina*. Madrid: El País, 31/01/1994.

¹²⁵ BORGES, Jorge Luis (1951) (2008). “O escritor Argentino e a tradição”. Incluído posteriormente na edição definitiva de *Discusiones*. In: BORGES, Jorge Luis. *Discussão*. São Paulo: Companhia das letras.

La tierra cárdena, presente na coletânea de ensaios *El tamaño de mi esperanza* (1926),¹²⁶ Borges faz uma defesa apaixonada do *criollismo* de Enrique Hudson, comparando inclusive a narrativa de Hudson com *Martin Fierro*: “el sentimiento criollo de Hudson, hecho de independência baguala, de aceptación estoica del sufrir y de serena aceptación de la dicha, se parece al de Hernández”.¹²⁷

Na década de 1920, a prosa poética *Martín Fierro* (1871, 1879),¹²⁸ escrita por José Hernández em dois volumes, consolidou-se como um documento/monumento da identidade *criolla* e da literatura nacional argentina.¹²⁹ O livro já havia sido alçado como obra fundamental da literatura nacional por Leopoldo Lugones, em *El payador* (1916),¹³⁰ consolidando a tradição da literatura gauchesca e influenciando na crítica modernista dos jovens intelectuais comprometidos com o nacionalismo cultural. A obra de José Hernández emprestou seu nome à revista literária *Martín Fierro*, fundada em 1924, em Buenos Aires, onde Borges publicou diversos textos até o final da década de 1920. Com sede na esquina das ruas *Florida* e *Tucumán*, a revista transformou-se na principal referência editorial de um círculo de intelectuais *martinfierristas* que projetavam o personagem épico de José Hernández como programa estético-político. Nota-se que o campo intelectual vanguardista latino-americano dos anos 1920, inspirado pelo ultraísmo espanhol, pelo nascente surrealismo francês,

¹²⁶ BORGES, Jorge Luis (2012). “La tierra cárdena”. In: *El tamaño de mi esperanza / El idioma de los argentinos*. Buenos Aires: Delbolsillo.

¹²⁷ BORGES, Jorge Luis. “La tierra cárdena”, Op. Cit., p. 33.

¹²⁸ HERNÁNDEZ, José (2009). *El gaúcho Martín Fierro*. Buenos Aires: RTM S.A.

¹²⁹ Jacques Le Goff trabalha a noção de *documento/monumento* para refletir sobre a relação entre história e memória na construção de identidades políticas. O historiador desconstrói a “ilusão positivista” que pensa a dicotomia entre documento e monumento. Ver: LE GOFF, Jacques (1984). “Documento/Monumento”. In: *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

¹³⁰ LUGONES, Leopoldo (2016). *El Payador – Tomo I: Hijo de la pampa*. Biblioteca Virtual del Bicentenario – Academia Argentina de Letras. Buenos Aires: Otero e Co..

pelo expressionismo alemão, dentre outras vanguardas intelectuais do começo do século XX, ensejou a mística nacional romântica como reserva cultural de resistência política ao avanço das transformações modernas e ao imperialismo norte-americano, naquele contexto de grave crise do liberalismo que caracterizou o período entreguerras.

A novela *The purple land*, de Henry Hudson, foi peça fundamental entre os intelectuais comprometidos com a busca pela autenticidade da identidade *criolla* e pelo movimento de retomada da crítica romântica que se fortaleceu no período em oposição ao positivismo científico. No mesmo referido ensaio *La tierra cárdena*, presente em *El tamaño de mi esperanza* (1926), o jovem Borges afirma:

"De esa novela primordial del criollismo les quiero conversar: libro más nuestro que una pena, sólo alejado de nosotros por el idioma inglés, de donde habrá que restituirlo algún día al purísimo criollo en que fue pensado (...)".¹³¹

Borges observa ainda que o resumo fundamental da novela de Hudson está no processo de "conversão" do personagem principal – o jovem inglês Richard Lamb – à cultura gaúcha. Segundo Borges:

"El capítulo anteúltimo – en el que Lamb, desde el Sinaí pelado del Cerro, bendice el vivir gaucho y hace la apología del instinto y la condenación de las leyes – es el resumen racional de la obra. Ahí está claro y terminante el dilema que exacerbó Sarmiento con su gritona civilización o barbarie y

¹³¹ BORGES, Jorge Luis (2012). "La tierra cárdena". Op. Cit., p. 32.

que Hudson Lamb resuelve sin melindres, tirando derechamente por la segunda. Esto es, opta por la llaneza, por el impulso, por la vida suelta y arisca sin estiramiento ni fórmulas, que no otra cosa es la mentada barbarie (...).¹³²

Borges condensa os nomes de Henry Hudson com o personagem e narrador de *The purple land*, Richard Lamb – formando “Hudson Lamb”. William Henry Hudson viveu toda sua infância na província de Buenos Aires, se mudando para Londres com trinta e dois anos de idade, em 1874. O naturalista anglo-argentino desenvolveu diversos trabalhos no campo da ornitologia, sendo precursor do evolucionismo no eixo cultural do Rio Prata e fundador da sociedade protetora dos pássaros na Inglaterra. Existem avançados estudos sobre as obras naturalistas de William Henry Hudson. Segundo Marcelo Montserrat, Hudson foi o primeiro leitor de Charles Darwin na Argentina.¹³³ O autor de *The purple land* realizou pesquisas de campo na Patagônia e manteve assídua correspondência com Darwin. Observa-se que o Rio Prata e a Patagônia fizeram parte do circuito expedicionário de Darwin pela América Latina.

Entretanto, apesar da relevância de suas obras naturalistas, Henry Hudson foi lido na Argentina a partir de sua novela *The purple land*. O romance foi interpretado pela crítica cultural modernista como vetor da dialética entre civilização e barbárie – dialética esta que deu forma ao florescimento do pensamento moderno na região, mediando a circulação das ideias iluministas no Cone Sul desde o começo do

¹³² Idem, p. 32-33.

¹³³ MONTSERRAT, Marcelo (1993). *Ciencia, historia y sociedad en la Argentina del siglo XIX*. Centro Editor de América Latina: Buenos Aires. Ver também: SOLARI, Hermínia; MONJEAU, Adrián (2009). *La presencia de Darwin em Willian Henry Hudson*. Revista Cuyo, vol. 26, Mendoza.

século XIX, com as guerras de Independência e a crise do estado colonial Espanhol. A referência de Borges à obra de Domingos Faustino Sarmiento, *Facundo: civilización y barbárie* (1845),¹³⁴ aponta para esse sentido. O nacionalismo cultural do jovem Borges identificava os motivos estético-expressivos da narrativa de Hudson que enfrentavam o ideal de civilização presente na hegemonia liberal conservadora do último quartel do século XIX e começo do século XX. O processo de “conversão” de Richard Lamb à cultura *criolla* implicava, assim, uma inversão crítica dos valores civilizacionais, favorecendo a virada epistemológica da crítica modernista contra o positivismo científico.

A crítica cultural de Borges sublinha o efeito de valorização da “mentalidade selvagem” presente em *The purple land*. O crítico enfatiza ainda o caráter dissonante do elogio de Hudson à vida gaúcha como uma vida “solta e arisca”, “sem fórmulas”, ativando elementos programáticos das vanguardas estéticas no interior da reflexão sobre a identidade nacional. Richard Lamb opta pelo impulso da vida solta e pela *llaneza* da vida – como vocábulo-chave que expressa a amplitude do pampa gaúcho, o *llano*, mas também a amplitude do próprio pensamento *criollo* – como motivo cultural em favor da qualificação de uma identidade nacional em construção.¹³⁵ Na época, o efeito de qualificação dessa identidade cultural é escandaloso, porque o pensamento liberal conservador hegemônico entendia a

¹³⁴ SARMIENTO, Domingo Faustino (1938). *Facundo: civilización y barbárie*. Biblioteca Digital Ayacucho. A edição digital se baseia na edição crítica realizada por Alberto Palcos. La Plata: Universidad Nacional.

¹³⁵ Sobre a relação entre as obras de Hudson e Borges ver: REEDS, Kenneth (2011). *El civilizado sobre el bárbaro: el empleo de William Henry Hudson en la obra de Jorge Luis Borges*. Espéculo Revista de estudios literarios, Universidad Complutense de Madrid; e FERNÁNDEZ, Laura (2003). *La pampa de memoria: W. Hudson*. Ciberletras: Revista de crítica literaria y de cultura, n. 9.

cultura *criolla* americana como um valor negativo que deveria ser superado pela civilização e pela racionalidade instrumental moderna.

The purple land foi escrita na Inglaterra, quase dez anos depois que Henry Hudson mudou-se da Argentina. Em tom recordativo e saudosista, a narrativa romantiza a vida bucólica do pampa gaúcho em evidente contraste com o ideal de civilização da sociedade industrial. *The purple land* narra a tragédia da cultura gaúcha, entendida como expressão agonizante da Natureza – na fantasia romântica de uma “vida natural” que estabelece relações de mutualismo com o homem. Hudson-Lamb opta pelo ideal primitivo, pelo impulso, pela vida solta, arisca e sem fórmulas: expressões típicas da sensibilidade romântica que na década de 1920 ensejavam a valorização da subjetividade, mas também da cultura latino-americana frente ao ideal de progresso e civilização eurocêntrico. Remontando a comum idealização de uma vida bucólica frente ao avanço das transformações modernas, *The purple land* configura, assim, uma narrativa de contra fluxo à representação dominante da expansão do imperialismo inglês.

A narrativa de Henry Hudson pode ser identificada na sensibilidade “romântica pós-romântica” dos “vitorianos anti-vitorianos” ingleses, tal como sugere Maria Lucia Garcia Pallares-Burke, pesquisando a obra de Gilberto Freyre e sua formação intelectual na Inglaterra, mais precisamente na “Oxford de Walter Pater” – tal como referiu o jovem crítico pernambucano, sublinhando sua admiração pelo esteta inglês que influenciou de sobremaneira a crítica modernista na virada para o século XX.¹³⁶ Seguindo as pistas levantadas por Pallares-Burke, nota-se que a mesma matriz crítica

¹³⁶ PALLARES-BURKE (2005), Maria Lucia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Ed. Unesp.

“romântica pós-romântica” esteve presente na formação intelectual de Jorge Luis Borges. Seria o caso de observar que Borges e Freyre partilharam de semelhante história de “amor pela Inglaterra”.¹³⁷

Formado na Escola Batista de Recife e enviado pela família para concluir seus estudos nos EUA, Gilberto Freyre decepcionou-se com o ambiente racista da formação protestante conservadora oferecida na Universidade de Baylor. Situada na pequena cidade texana Waco, nos EUA, parte integrante do *Bible Belt*, na região do sul e meio oeste norte-americano escravagista, Baylor era conhecida como “Vaticano Batista”. A decepção de Freyre com a experiência em Baylor conduziu a guinada epistemológica do jovem intelectual em direção ao culturalismo de Franz Boas, na Universidade de Columbia, com quem tomou aulas em Nova York. Foi na mesma Nova York cosmopolita, em tudo diferente da provinciana Waco, que Freyre presenciou com fascinação a aula pública do inglês Gilbert Chesterton,¹³⁸ dando provas que seu caminho de reconversão ao catolicismo nascia em analogia a esse conjunto de experiências e desilusões com o fanatismo religioso puritano, no que tange especialmente ao racismo e à compreensão pejorativa da miscigenação. Cabe observar que Chesterton foi conduzido por semelhante processo de conversão ao catolicismo, que se arrastou desde o último quartel do século XIX, se concretizando definitivamente em 1922. A conversão de Chesterton foi mediada pela influência dos textos do Cardeal Newman, que introduziu o crítico e jornalista nas leituras tomistas.

¹³⁷ PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia (1997). *Gilberto Freyre na Inglaterra: uma história de amor*. Artigo publicado em janeiro de 1997, na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre.

¹³⁸ Freyre relata no *Diário de Pernambuco*, em 1921, que a aula pública de Chesterton foi uma de suas primeiras experiências quando chegou em Nova York. Ver: PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia (2005). *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. Op. Cit. p. 70.

Jorge Luis Borges, por sua vez, foi alfabetizado simultaneamente em espanhol e inglês, graças à influência da avó paterna do escritor, Francis “Fanny” Haslam, de ascendência irlandesa, que morava a poucas quadras de sua *old house*,¹³⁹ no velho e místico bairro Palermo, onde Borges viveu toda sua infância. Nota-se que a obra poética de juventude de Jorge Luis Borges encenou com paixão o reencontro do escritor com sua cidade e seu bairro familiar, após uma estadia duradoura da família na Europa, por conta do tratamento médico da cegueira congênita de seu pai.¹⁴⁰ Aos nove anos de idade, o menino Borges, chamado então Georgie, traduzia do inglês para o espanhol *O Príncipe Feliz*, do escritor Oscar Wilde, também de origem irlandesa. Como sabido, a obra de Jorge Luis Borges construiu uma profunda interlocução com as obras de Keats, Chesterton, Walter Pater, Shakespeare, Oscar Wilde, James Joyce, Walt Whitman, Bernard Shaw, William Morris, Thomas Hardy, dentre outros.

Vimos demonstrando em nossa pesquisa como a “questão irlandesa” na virada para o século XX mediou contundentes conflitos político-ideológicos em relação à cultura religiosa e à luta de classes na Inglaterra. A matriz crítica “romântica pós-romântica” na Inglaterra manteve-se particularmente simpática ao crescente

¹³⁹ Walter Pater escreveu importante texto autobiográfico intitulado *The child in the house*, escrito entre 1878 e 1895. Pallares-Burke sustenta que Gilberto Freyre apropriou a noção de “casa” ou *old house* – “velha casa”, em português –, desenvolvida por Walter Pater, para desenvolver suas análises sobre a casa-grande no imaginário cultural colonial brasileiro. Um glossário de expressões gramaticais do texto *The Child in the House*, de Walter Pater, encontra-se disponível no artigo *Apetite pelo sagrado* (2008), de minha autoria junto com o professor Gisálio Cerqueira Filho. Ver: NEDER CERQUEIRA, Marcelo e CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2008). *Apetite pelo Sagrado*. III Congresso de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental. Universidade Federal Fluminense: setembro de 2008.

¹⁴⁰ As três primeiras obras poéticas Jorge Luis Borges publicadas na década de 1920 – *Fervor de Buenos Aires* (1923), *Luna de enfrente* (1925) e *Cuaderno San Martín* (1929) – encenam o reencontro apaixonado de Borges com seu bairro familiar e sua cidade. Ver: BORGES, Jorge Luis (2007). *Primeira poesia*. São Paulo: Companhia das Letras.

nacionalismo irlandês, calçado no catolicismo e no amplo movimento de retomada tomista que endossou a resistência cultural nacional frente à infame ocupação inglesa na Irlanda. Essa aproximação configurou uma via de crítica estética tardo-romântica contra a sociedade industrial moderna e o utilitarismo inglês. A crítica romântica à sociedade industrial ativada por essa tendência intelectual mantinha, pois, uma sutil correspondência com o movimento de retomada tomista consolidada nas duas margens do Atlântico pela encíclica papal *Rerum Novarum*, de 1891, proferida pelo papa Leão XIII.

Nota-se que John Henry Newman (1801-1890), sacerdote anglicano, antes de sua conversão definitiva ao catolicismo, liderou o “Movimento de Oxford”, que pregava renovação espiritual anglicana em aproximação com a Igreja católico-romana. Convertido ao catolicismo, Newman foi reitor da Universidade Católica da Irlanda, em 1854. Duas décadas mais tarde, Henry Newman foi tornado cardeal pelo papa Leão XIII, em 1879. Em 2010, Newman foi beatificado pelo papa Bento XVI, sendo aclamado hoje como “São Newman”. A beatificação de Newman insere-se em um contexto de reaproximação da Igreja de Roma com a Igreja da Inglaterra. Parece-nos evidente que temos aí um conjunto de pistas que indicam uma explicação plausível para compreender a circulação desses textos e intelectuais anglo-saxões no campo crítico modernista latino-americano na década de 1920. A análise das obras de juventude de Jorge Luis Borges, mas também de outros intelectuais de sua geração, indicam o amplo movimento de renovação cultural e virada epistemológica que não esteve imune à atração do catolicismo romano. Em viés crítico ao liberalismo, tal atração de se deu em diferentes matizes político-ideológicas, combinando-se de forma

heterodoxa com a dinâmica de lutas políticas e sociais da época. Em contexto de expansão destrutiva do capital e aceleração das transformações modernas lideradas pelo campo liberal conservador e pela engenharia positivista, a crítica modernista deu forma à retomada tomista que encontrava nas diferentes expressões da cultura nacional-popular uma fonte viva de renovação ideológica.

Em que pese o efeito positivo de valorização da cultura popular e da miscigenação, a crítica modernista dos anos 1920 na América Latina inscreveu-se em um amplo movimento de renovação cultural, mais ou menos articulado com a retomada católica jesuítica. O manejo crítico do nacionalismo cultural do jovem Borges esteve inscrito nesse complexo movimento intelectual. Interessa-nos compreender como a leitura de *The purple land*, de Hudson, constituiu-se como uma das peças centrais desse caminho analítico. Com o amadurecimento intelectual, a engenharia analítica de Jorge Luis Borges sofisticou-se e o conjunto de motivações políticas e estéticas de sua obra de juventude foi reelaborado. A paixão pela obra de Hudson continuou, entretanto, a mesma. O movimento autocrítico realizado pelo autor com sua obra de juventude foi um movimento crítico inversamente proporcional à ascensão do fanatismo nacionalista e do fundamentalismo religioso, empalmado por movimentos políticos de inspiração fascista. Tal fenômeno pode ser identificado em todo o campo crítico modernista latino-americano no começo do século XX, especialmente a partir das divergências das vanguardas estéticas com o futurismo italiano de Marinetti ou com movimentos intelectuais católicos de envergadura na época, como a *Action Française*, de Jacques Maritain. Compreende-se, assim, que a própria construção do conceito de identidade nacional expressava um complexo processo de disputa entre diferentes projetos de nação.

Quase duas décadas depois de seu ensaio seminal *La tierra cárdena* (1926), em outro ensaio crítico intitulado *Sobre The purple land*, escrito em 1941, Borges revisitou sua análise da “novela primordial do *criollismo*”, observando que (...)

“esta ficción, en realidad, tiene dos argumentos. El primero, visible: las aventuras del muchacho inglés Richard Lamb en la Banda Oriental. El segundo, íntimo, invisible; el venturoso acriollamiento de Lamb, su conversión gradual (...)”.¹⁴¹

Borges se vale da mesma metáfora da “conversão” de Richard Lamb ao *criollismo*. No ensaio *Sobre The purple land*, Borges se encontra já em fase autocrítica com os excessos de sua obra de juventude. O escritor sustenta a defesa de Hudson afirmando *The purple land* como obra mais autêntica e original que as obras da literatura gauchesca e desenvolve o insólito argumento de diferentes maneiras. Se referindo aos ensaios do crítico Ezequiel Martínez Estrada sobre Hudson,¹⁴² Borges afirma:

“Quizá ninguna de las obras de la literatura gauchesca aventaje [ultrapasse] a *The Purple Land*. Sería deplorable que alguna distracción topográfica y tres o cuatro errores o erratas (*Camelones por Canelones, Aria por Arias,*

¹⁴¹ BORGES, Jorge Luis (1952) (1960). “Sobre *The purple land*”. In: *Otras inquisiciones*. Buenos Aires: Emecé Editores, p. 82.

¹⁴² Os ensaios de Ezequiel Martínez Estrada foram reunidos em “El maravilloso mundo de Guillermo Enrique Hudson” (1951). Ver: ESTRADA, Ezequiel Martínez (1951) (2001). *El mundo maravilloso de Guillermo Enrique Hudson*. Beatriz Viterbo Editora, Rosario.

Gumesinda por Gumersinda) nos escamotearan esa verdad... The Purple Land es fundamentalmente criolla. La circunstancia de que el narrador sea un inglés justifica ciertas aclaraciones y ciertos énfasis que requiere el lector y que resultarían anómalos en un gaucho, habituado a esas cosas. En el número 31 de Sur, afirma Ezequiel Martínez Estrada: "Nuestras cosas no han tenido poeta, pintor ni intérprete semejante a Hudson, ni lo tendrán nunca. Hernández es una parcela de ese cosmorama de la vida argentina que Hudson cantó, describió y comentó... En las últimas páginas de The Purple Land, por ejemplo, hay contenida la máxima filosofía y la suprema justificación de América frente a la civilización occidental y a los valores de la cultura de cátedra". Martínez Estrada, como se ve, no ha vacilado en preferir la obra total de Hudson al más insigne de los libros canónicos de nuestra literatura gauchesca".¹⁴³

Seja em *La tierra cárdena* (1926), ou em *Sobre The Purple Land* (1941), Borges mantém seu elogio à obra de Hudson como precursor da literatura argentina, mas transforma radicalmente seu argumento analítico e sua perspectiva cultural. O que mudou entre as duas análises de Borges foi o abandono da busca por um "purismo *criollo*", tal como se referiu o escritor em *La tierra cárdena*. Para

¹⁴³ BORGES, Jorge Luis (1952) (1960). "Sobre *The purple land*". In: *Otras inquisiciones*. Buenos Aires: Emecé Editores, p. 83.

Borges, a narrativa de Hudson expressa melhor e de forma mais autêntica a cultura gaúcha justamente por não se inscrever na busca artificial e idealista da literatura nacionalista. A língua inglesa ocupa nesse sistema intertextual o lugar do outro pelo qual Borges desloca a perspectiva essencialista do conceito de identidade nacional. A novela não deve mais, portanto, ser traduzida ao espanhol *criollo*. Mantida em sua língua original, *The purple land* expressa de forma mais eloquente a experiência da cultura *criolla*. Borges realiza, assim, uma crítica ao ideal de pureza subjacente naqueles que buscam definir a “cor local” de uma literatura nacional.

Em *La pampa de memoria: W. Hudson*,¹⁴⁴ Laura Fernández conduz a desconstrução da imagem ideal de Henry Hudson lapidada pela hagiografia nacionalista. Segundo a autora, na análise crítica final de Borges, “*la inquietante extranjería en su idioma inglés bien castizo hace de Hudson un instrumento útil para confrontar la canonización gaucha y nacionalista*”.¹⁴⁵ Laura Fernández sublinha a disputa ideológica pela qualificação nacional presente no próprio nome do escritor anglo-argentino – seria Willian Henry ou Guillermo Enrique? –, e lembra que, em 1885, o título original de *The purple land* vinha acompanhado do inconveniente subtítulo *that England lost*. Isso porque toda novela passa-se na “banda oriental”, tal como referem os argentinos à região de fronteira onde hoje situa-se o Uruguai. No prefácio da edição de 1904 de *The purple land*, o próprio Hudson justifica a elipse: “*casi en toda la región del Globo puede encontrarse una tierra purpúrea, y de lo que debemos llevar cuentas es de lo que ganamos, no de lo que perdemos*”.¹⁴⁶

¹⁴⁴ FERNÁNDEZ, Laura (2003). *La pampa de memoria: W. Hudson*. Ciberletras: Revista de crítica literaria y de cultura, n. 9.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ HUDSON, Guillermo Enrique. “Prólogo a la edición de 1904”. In: *La Tierra Purpúrea / Alla lejos y hace tiempo*. Biblioteca digital Ayacucho, p. 40.

Comparando os dois ensaios de Borges sobre Hudson, nota-se que no primeiro o escritor decide pela tradução *tierra cárdena*, que nomeia o ensaio, enquanto que no segundo, o escritor mantém o título original em inglês. A mudança sutil informa uma perda e um ganho que incide no debate sobre o conceito de identidade nacional e miscigenação cultural. Perde-se o duplo sentido agregado pela expressão *cárdena*, que em espanhol *criollo* pode significar tanto a tonalidade purpúrea, roxa, que adjetiva a “cor local” da terra em questão, quanto pode ser aplicado ao touro – ou ao gado criado no pampa – que tem a mistura de pelos negros e brancos. Já com o vocábulo *purple*, por sua vez – a cor púrpura, em inglês –, retoma-se a metáfora original para a violência da colonização americana presente na mistura entre as cores *blue* e *red*.

Em 1982, a mesma mistura de cores foi metáfora de Alice Walker em seu romance *The color purple*, conhecido pelo público também pela adaptação cinematográfica de Steven Spielberg (1985). Para Alice Walker, *purple* não se referia apenas às flores dos campos do sul do EUA, mas especialmente à violência da escravidão africana, do racismo e do patriarcalismo colonial, quando o sangue – *red* – implica o negro – *blue* –, tal como indica em inglês, expressando um sentimento de lamento e melancolia da perda, ao passo que está na origem do canto afro-americano, o *blues*, unidade básica da música moderna norte-americana. *The color purple*, a cor do hematoma na pele negra, era uma metáfora para a diáspora africana e para a violência escravista nas Américas.

A narrativa de Henry Hudson também buscava no vocábulo *purple* uma metáfora para a violência. No capítulo XXVII de *The purple land*, intitulado *Noche y fuga*, Richard Lamb está deitado sob a sombra de uma grande árvore após horas a fio em cavalgada desde a fuga

noturna com Demetria. Admirando a amplitude da planície, Lamb divaga:

"(...) pienso escribir una narración de mis vagabundeos por la Banda Oriental, y voy a llamar a mi libro La tierra purpúrea, ¿porque que nombre más conveniente puede encontrarse para un país tan manchado con la sangre de sus hijos?"¹⁴⁷

Ao indagar se existe uma "cor local" da literatura argentina, Borges convoca a reflexão sobre o conceito de identidade nacional e miscigenação cultural. Interessa-nos compreender como suas análises críticas desenvolvem argumentos invasores no núcleo do dogma ou fundamentalismo político, seja nacional, cultural, religioso ou estético. As análises críticas de Borges questionam o ideal de pureza, essência ou substância nacional, sem perder de vista, todavia, uma reflexão positiva sobre o valor da condição latino-americana – e sem abandonar o elogio à cultura gaúcha presente em *The purple land*. Ao contrário do que a usual caracterização eurocêntrica de sua literatura acostumou-nos a enxergar, a crítica ao ideal de pureza reconduziu sua concepção de nacionalismo cultural, operando um conceito de identidade que aceita a fragmentação, o conflito e a diferença – não apenas no sentido da diversidade cultural, mas como prática heterodoxa de leitura e tradução (ou traição) da tradição.

A miscigenação cultural, neste prisma conceitual, deve ser pensada longe da produção de uma unidade homogênea do que é ser argentino – como se pessoas ou tradições culturais fossem cores que

¹⁴⁷ HUDSON, Guillermo Enrique. *La Tierra Purpúrea / Alla lejos y hace tiempo*. Biblioteca digital Ayacucho, p. 174.

se misturam uniformemente. Para Borges, a ideia de “cor local” é uma ficção. Cabe observar que no começo dos anos 1940, o debate intelectual sobre identidade nacional ainda operava o conceito de raça de forma quase unânime em todo o mundo. Mesmo o conceito miscigenação, que pressupõe o intercâmbio cultural, foi pensado na época de acordo com um ideal de pureza da suposta “mistura” que configura um determinado grupo social.¹⁴⁸ Compreendida dentro de uma perspectiva eugênica de assimilação social, o conceito hegemônico de miscigenação não deixou de ser um conceito racista, produzindo efeitos políticos que ecoam ainda na contemporaneidade – tal como podemos observar na consolidação do ideologema da “democracia racial” na formação do mito nacional no Brasil ensejado pelo próprio pensamento cultural de Gilberto Freyre, em *Casa-grande & Senzala*.¹⁴⁹ Em que pese o importante câmbio epistemológico operado na época pelo ensaísta pernambucano, a sutileza das análises de Borges sobre a obra seminal de Hudson apontam para atualidade da cor purpúrea como metáfora da violência na formação social americana.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Todavia, o conceito de miscigenação sofre uma torção em autores mais recentes. Veja-se BERLINCK, Manoel Tosta; KOLTAI, Caterina e CANONGIA, Ana Irene (2001). “Esquizofrenia e miscigenação” in *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. IV, no. 4, dezembro de 2001, p. 11-29. Os autores desenvolvem o conceito de “miscigenação por justaposição” em oposição ao conceito de “miscigenação por mistura”. A miscigenação por justaposição contempla o conflito e a heterogeneidade contra as ideias de harmonia e homogeneidade que geralmente determinam o conceito de miscigenação no pensamento antropológico brasileiro.

¹⁴⁹ FREYRE, Gilberto (1933) (1975). *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olimpo.

¹⁵⁰ Cabe observar que os esforços mais inovadores no campo das ciências humanas ainda recorrem aos mesmos conceitos geneticistas e biologistas desde o século XIX. No artigo *Culturas híbridas y estrategias comunicacionales*, Néstor Garcia Canclini faz uma interessante revisão do debate intelectual fomentado pelo seu conhecido livro *Culturas híbridas* (1990). No artigo, o próprio autor vê-se obrigado a justificar o uso da noção de “hibridação”, proveniente das ciências biológicas e retrabalhada pelo autor em conceitos como “processos de hibridação”, “hibridismo cultural” ou “culturas híbridas”. Ver: GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidade*. México: Grijalbo, 1990.

A crítica ao ideal de pureza da cultura *criolla* deve ser sublinhado como parte de um importante movimento autocrítico de Jorge Luis Borges com certos aspectos de sua obra de juventude. Apresentamos aqui uma pequena amostra de indícios e pistas de como Borges estabeleceu uma interlocução cultural com determinada crítica inglesa tardo-romântica no que tange a elaboração de um espaço imaginário latino-americano que ainda hoje fala à contemporaneidade como reserva estético-expressiva para possíveis práticas dialógicas de integração regional e leitura de diferentes tradições culturais.

Referências:

BERLINCK, Manoel Tosta; KOLTAI, Caterina e CANONGIA, Ana Irene (2001). "Esquizofrenia e miscigenação", in *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. IV, no. 4, dezembro de 2001, p. 11-29.

BORGES, Jorge Luis (2012). "La tierra cárdena". In: *El tamaño de mi esperanza / El idioma de los argentinos*. Buenos Aires: Delbolsillo.

BORGES, Jorge Luis (2008). "O escritor Argentino e a tradição" (1951). In BORGES, Jorge Luis. *Discussão*. São Paulo: Companhia das letras.

BORGES, Jorge Luis (1960). "Sobre The purple land". In: *Otras inquisiciones* (1952). Buenos Aires: Emecé Editores.

BORGES, Jorge Luis (2007). *Primeira poesia*. São Paulo: Companhia das Letras.

ESTRADA, Ezequiel Martinez (2001). *El mundo maravilloso de Guillermo Enrique Hudson*. Beatriz Viterbo Editora, Rosario.

FERNÁNDES, Laura (2003). *La pampa de memoria: W. Hudson*. Ciberletras: Revista de crítica literaria y de cultura, n. 9.

FREYRE, Gilberto (1975). *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olimpo.

GARCIA CANCLINI, Néstor (1990). *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidade*. México: Grijalbo.

HERNÁNDEZ, José (2009). *El gaúcho Martín Fierro*. Buenos Aires: RTM S.A.

HUDSON, Guillermo Enrique (2012). "Prólogo a la edición de 1904". In: *La Tierra Purpúrea / Alla lejos y hace tiempo*. Biblioteca digital Ayacucho.

LE GOFF, Jacques (1984). "Documento/Monumento". In: *Memória-História*. Enciclopédia Einaudi, volume 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

LUGONES, Leopoldo (1916). *El Payador – Tomo I: Hijo de la pampa*. Biblioteca Virtual del Bicentenario – Academia Argentina de Letras. Buenos Aires: Otero e Co..

MONTSERRAT, Marcelo (1993). *Ciencia, historia y sociedad en la Argentina del siglo XIX*. Centro Editor de América Latina: Buenos Aires.

NEDER CERQUEIRA, Marcelo e CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2008). *Apetite pelo Sagrado*. Anais III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental. Universidade Federal Fluminense: setembro de 2008. Disponível em:

<http://www.fundamentalpsychopathology.org/pagina-iii-congresso-internacional-de-psicopatologia-fundamental-e-ix-congresso-brasileiro-de-psicopatologia-fundamental-2008-448%20>

NEDER CERQUEIRA, Marcelo (2016). *Relações de força na passagem à modernidade na América Latina: cultura, poder e subjetividade*. Tese (doutorado em História). Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia (1997). *Gilberto Freyre na Inglaterra: uma história de amor*. Artigo publicado em janeiro de 1997, na Biblioteca Virtual Gilberto Freyre.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia (2005). *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Ed. Unesp.

PEREDA, Rosa Maria (1994). *El libro prohibido de Jorge Luis Borges se convierte en un éxito de ventas en Argentina*. Madrid: El País, 31/01/1994.

REEDS, Kenneth (2011). *El civilizado sobre el bárbaro: el empleo de William Henry Hudson en la obra de Jorge Luis Borges*. Espéculo Revista de estudios literarios, Universidad Complutense de Madrid.

SARMIENTO, Domingo Faustino (1938). *Facundo: civilización y barbárie*. Biblioteca Digital Ayacucho. A edição digital se baseia na edição crítica realizada por Alberto Palcos. La Plata: Universidad Nacional.

SOLARI, Hermínia; MONJEAU, Adrián (2009). *La presencia de Darwin em Willian Henry Hudson*. Revista Cuyo, vol. 26, Mendoza.

Capítulo 9

A IMPRENSA DA CORTE NO PÓS- ABOLIÇÃO: TUTELA DOS INGÊNUOS, O “VEIO AURÍFERO DO CATIVEIRO”

*Humberto Fernandes Machado*¹⁵¹

¹⁵¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

O processo de urbanização na segunda metade do século XIX no centro sul, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu com investimentos no comércio, no setor de transportes e no estabelecimento de manufaturas embora ainda incipientes. Paralelamente, intensificou-se a melhoria nas comunicações com a criação das primeiras ferrovias, que possibilitaram também o contato da população do interior com os jornais publicados nos centros urbanos. A introdução do telégrafo, já em 1852, e a interligação do Império com a Europa através do cabo submarino, em 1874, permitiram que as informações chegassem às redações de forma mais rápida, facilitando a divulgação dos acontecimentos diários. A *questão servil* passou também a ocupar com destaque os noticiários.

A influência dos periódicos pode ser aquilatada pelas várias manifestações envolvendo jornalistas e pelo fato das próprias redações terem se transformado em locais divulgadores das posições antiescravistas. A venda de jornais era feita por ambulantes ou em quiosques existentes na cidade e era comum, nos locais onde circulavam as notícias, a leitura dos textos em voz alta. Numa sociedade marcada pelo analfabetismo, os jornais eram mais ouvidos e vistos do que lidos, enfim uma verdadeira *leitura de ouvido* que facilitava a difusão das ideias abolicionistas, mesmo para os analfabetos.¹⁵²

O objetivo central dos jornais abolicionistas da Corte, com destaque para aqueles vinculados a José do Patrocínio (1853-1905) - *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, durante a década de 1880, e *Cidade do Rio*, nos meses finais que antecederam a extinção legal do

¹⁵² MACHADO, Humberto Fernandes (2014). *Palavras e Brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói: EdUff, p. 129-130.

escravismo -, era demonstrar que o cativo era responsável pelo *atraso* do Império e pela manutenção dos resquícios da sociedade colonial, em oposição ao *progresso* e à *civilização*. Além disso, a imprensa abolicionista veiculava as mazelas da escravidão, as arbitrariedades dos senhores e a resistência dos escravos. E assim os jornais ingressaram, como afirmou José do Patrocínio, no "*tribunal da História*".¹⁵³

Logo, nada mais natural que as manifestações de júbilo pela aprovação da abolição, ocorridas em vários locais do país, ocupassem lugar de destaque nos diversos órgãos da imprensa. Os jornais da Corte patrocinaram festividades, como missas que reuniram, além da família imperial e do gabinete, uma verdadeira multidão. As ruas foram ornamentadas com bandeiras e flores. O *Cidade do Rio* destacou na primeira página AS FESTAS DA IGUALDADE, "*comemorativas da liberdade nacional*", sendo que a Rua do Ouvidor, no centro da cidade, exibia o "*belo aspecto dos grandes dias fluminenses*" e suas casas ornamentadas simbolizavam a "*grande alma popular, que andava cantando a epopeia homérica da redenção*".¹⁵⁴ Um ano depois, o jornal ressaltava, de forma semelhante, as celebrações pelo aniversário da abolição, com apresentação dos participantes da luta contra a escravidão.

"1888 TREZE DE MAIO 1889
GLÓRIA ETERNA
AOS REDENTORES DA RAÇA AFRICANA
GLÓRIA a PEDRO II, imperador e amigo de
EUZÉBIO, que extinguiu o tráfico de africanos; de
PARANHOS, que libertou o ventre da mulher
cativa e de JOÃO ALFREDO, que extinguiu a

¹⁵³ Ibidem, p. 139-140.

¹⁵⁴ 18 de maio de 1888.

escravidão. Glória a ISABEL, Heróica Redentora da Raça Africana, desde o berço até o túmulo.

*GLÓRIA AOS VIVOS! SOLDADOS
CONSTANTES E FIÉIS DA CONFEDERAÇÃO
ABOLICIONISTA (...)*

GLÓRIA aos PROPAGANDISTAS, desde o Patriarca JOSÉ BONIFÁCIO, até LUIZ GAMA, FERREIRA DE MENEZES E JOAQUIM SERRA”.

O artigo de fundo, assinado por José do Patrocínio, exaltava “o vasto templo do progresso e da paz, construído a 13 de maio de 1888”, enfatizando “o quadro tocante de confraternização” e da inexistência de “desordem”. Para o jornalista, “não há um atentado cometido contra os senhores de véspera, compatriotas do dia glorioso”. Ao contrário, segundo Patrocínio, acontecia em “toda a parte trabalho, paz profunda, esquecimento do passado!”. Reforçando o seu ponto de vista, frisava a existência da harmonia porque “os escravos consideram-se pagos de toda uma vida de dor e de humilhação com a simples liberdade”.¹⁵⁵

Outros jornais comportaram-se de forma semelhante, louvando o momento de alegria que contagiava a todos os participantes, como a *Gazeta de Notícias*, que descrevia aos seus leitores, com o título ABOLIÇÃO, o “*Espetáculo imponente, majestoso e deslumbrante oferecido ontem ao povo desta capital*”, relatando o entusiasmo da “*massa popular*” que enfrentava a chuva na Rua do Ouvidor e que se dirigiu ao Largo do Paço, assistindo ao desfile das tropas. O jornal mencionava que um “*préstito*” portava os “*retratos de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, S. M. o Imperador, S.A. a Princesa Regente, e outros heróis da campanha abolicionista*”.¹⁵⁶ Mas, como outros órgãos da

¹⁵⁵ 13 de maio de 1889.

¹⁵⁶ 18 de maio de 1888.

imprensa, não registrava nenhuma palavra sobre os principais interessados na abolição: os escravos.

Afinal, naquele momento de comemorações não era de bom tom fazer referência à resistência negra e à violência do cativo, que sempre pautaram as relações na estrutura escravista. Mais importante era enfatizar como a *nação* agia de uma forma irmanada para eliminar a *mancha* que a impedia de alcançar o patamar dos *países civilizados*.

"A maior Revolução Social de nossa terra está sendo feita entre bênçãos e flores. Nada mais extraordinário: bastaram o atrito da imprensa e o calor da palavra para limar os grilhões de três séculos de cativo. O que há de mais admirável na nova fase de nossa vida civilizada é a uniformidade de pensamento, desde o governo até o último liberto". ¹⁵⁷

Apesar desse momento de euforia, havia uma insatisfação generalizada entre os senhores, em especial das áreas cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, devido ao encaminhamento do processo de abolição. Sentiam-se prejudicados porque reivindicavam indenização pela *"perda de seus escravos"*, utilizando como argumento o direito de propriedade. O jornal *Novidades*, representante dos interesses senhoriais, cujo redator chefe era Alcindo Guanabara (1865-1918), condenava, com destaque na primeira página, o governo por seu *"açodamento na decretação da áurea lei"*. Mais adiante, o periódico criticava os abolicionistas, tachando-os de elementos perturbadores, *"que se acostumaram a*

¹⁵⁷ Cidade do Rio. 30 de abril de 1888.

viver explorando o escravo, e a perturbar o trabalho servil, pois acenando aos ex-escravos com a liberdade, os desviavam do eito, onde tinham seguros a subsistência e o vestuário". A matéria condenava o governo pela ausência de normas que estabelecessem (...)

"(...) a obrigatoriedade do trabalho para o liberto; os contratos de locação de serviços, por salário, empreitada ou parceria, onde fossem garantidos reciprocamente os deveres de contrato solenemente celebrados; a colonização nacional ou estrangeira que substituísse o trabalho servil ou fosse preenchendo as lacunas que se dessem no trabalho agrícola e as colônias militares para onde fossem enviados os libertos que não quisessem subordinar-se ao novo regime de trabalho". ¹⁵⁸

O *Novidades* enaltecia a atuação do "ilustre Sr. Barão de Cotegipe" (1815-1889), que havia apresentado um projeto para a emissão de títulos que visava ao reembolso dos antigos proprietários, ressaltando que seria o "único meio possível e eficaz de auxiliar a lavoura", para compensar o "prejuízo sofrido" com a aprovação da abolição. Mais adiante, salientava que havia uma oposição à monarquia, especialmente com a atuação da Regente Princesa Isabel, que conduziria "logicamente às fronteiras da República". O periódico reforçava o seu ponto de vista, alertando que a rejeição do projeto causaria a abertura do "dique" por onde passaria a "torrente que submergirá a monarquia", e que não se devia "estranhar o êxodo para

¹⁵⁸ 2 de agosto de 1888.

o terreno da República"¹⁵⁹: os "*republicanos de 14 de maio*", como assinalava José do Patrocínio.¹⁶⁰ Apesar dessas ameaças, a proposta de indenização, entre outras, foi rechaçada pelo Governo de João Alfredo (10-03-1888/7-06-1889), embora tenha sido sistematicamente debatida no Parlamento.¹⁶¹

Essa situação encontrava eco, principalmente, entre os proprietários de café do Vale do Paraíba fluminense, endividados em virtude da baixa produtividade de suas terras.¹⁶² Seus representantes na Assembleia Provincial apresentaram um projeto pleiteando indenização porque foram "*desapropriados em virtude da lei de 13 de maio do corrente ano*".¹⁶³ No entanto, a proposta foi derrotada, com a alegação de que o governo não teria como arcar com "[...] *uma despesa tão grande para constituir a indenização da propriedade escrava [...]*" e que os recursos deveriam ser direcionados para atrair "*milhões de imigrantes*".¹⁶⁴

As críticas eram contundentes, descambando inclusive para a ironia, como no artigo intitulado "HONRA À REALEZA" assinado por "Um conservador da roça", publicado na *Gazeta de Notícias*. O autor parabeniza a

(...) lavoura da Rua do Ouvidor, por já ter feito a sua colheita. A esses lavradores da palestra dos botequins, de bigodes almiscarados pela cerveja e cognac, mais sábios do que o Rei Caju, a lei das camélias produziu um efeito inesperado.

¹⁵⁹ 11 de julho de 1888.

¹⁶⁰ MACHADO, Humberto, (2014). *Op. Cit.*, p. 41.

¹⁶¹ CONRAD, Robert E., (1978). *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 334.

¹⁶² MACHADO, Humberto Fernandes, (1993). *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba. (1860-1888)*. Niterói: Cromos.

¹⁶³ *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, 30 de agosto de 1888.

¹⁶⁴ *Ibidem*, 09 de outubro de 1888.

Além das colheitas feitas e não obstante não ser ainda a ocasião e mais propícia para semear-se os cereais, já estão com as roças plantadas.

Enquanto que nós os desgraçados do interior, [...] estamos ainda com menos da metade das colheitas para fazer e obrigados a exportá-la imediatamente para obtermos os meios de pagar o salário do trabalhador rebelde, o qual, apesar de só trabalhar regularmente quatro dias na semana, isto é, de terça a sexta-feira [...] não quer trabalhar barato e é inconstante no trabalho experimentando constantemente novos patrões.¹⁶⁵

Os alvos do escárnio eram os abolicionistas da Corte, que se reuniam nas proximidades das redações dos jornais no centro da cidade, onde se localiza a Rua do Ouvidor, estabelecendo uma rede de sociabilidade para a combinação de estratégias da campanha antiescravista¹⁶⁶; o Imperador Pedro II, objeto de chacotas por parte dos republicanos, e a “*lei áurea*”, -das camélias- flor símbolo dos abolicionistas.¹⁶⁷ Por outro lado, o articulista reclamava das dificuldades que encontrava em relação à mão de obra, resistente às imposições e violências vinculadas à estrutura escravista. Mais adiante, imputava à “*vagabundagem*” a recusa dos “*redimidos das camélias*” ao trabalho, porque viviam na “*indolência*”, além de reclamar da “*insolência*”, “*vícios*” que provocavam, segundo o

¹⁶⁵ 6 de setembro de 1888.

¹⁶⁶ MACHADO, Humberto, (2014). *Op. Cit.*.

¹⁶⁷ SILVA, Eduardo, (2003). *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia das Letras.

articulista, perdas imensas à “*grande colheita de café por insuficiência de braços*”.¹⁶⁸

Mas, a ironia ficava apenas nas páginas dos jornais porque os senhores defendiam medidas rigorosas para que os ex-escravos se “adaptassem” às novas condições, incluindo a utilização de forças policiais. O chefe de polícia da província do Rio de Janeiro, em um ofício de 8 de agosto de 1888 ao Presidente de Província, destacava as reclamações das autoridades dos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba que solicitavam instruções para impedir aglomerações “perigosas” nos povoados e nas estradas e para reprimir a “*vadiagem e forçar os libertos ao trabalho*”. Mais adiante, ele se vangloriava das normas adotadas que obrigavam os ex-escravos a assinarem um “*termo de bem viver*”, porque caso contrário seriam “*processados*”. Teoricamente, a coação e a violência não eram aplicadas mais pelo chicote, mas sim através das leis que garantiam os interesses dos fazendeiros.¹⁶⁹

No entanto, a prática desmentia a teoria, especialmente no interior. A matéria da primeira página da *Gazeta de Notícias*, sob o título DESORDEM E FERIMENTOS, criticava a atuação do subdelegado de polícia de Ubá pela utilização da “força pública em seu serviço particular para conter libertos” que não desejavam mais continuar nas fazendas em virtude do tratamento dispensado pelos senhores. Evidentemente, existia uma insatisfação generalizada por parte desses ex-escravos que repudiavam qualquer medida que, por acaso, os obrigassem a ficar naquele local. No entanto, a força policial foi empregada na “*intimação e coerção dos pobres libertos*”. O jornal

¹⁶⁸ *Gazeta de Notícias*. 6 de setembro de 1888.

¹⁶⁹ Apud MACHADO, Humberto, (1993). *Op. Cit.*, p.124-125.

convocou “*os altos poderes do estado*” para tomarem providências contra esse “*abuso*”.¹⁷⁰

A brutalidade física era prática costumeira por parte dos antigos senhores. Acobertados pelas autoridades policiais, contavam com a impunidade por seus atos. No entanto, os ex-escravos insurgiam-se contra esses mecanismos coercitivos, como aconteceu através da reação de um grupo de libertos ao procedimento de um fazendeiro, Antonio Camargo Neves, de Descalvado, São Paulo. Ele libertou os homens e os despediu, mas manteve as “libertas com quem eles são casados”, como forma de pressão para que ficassem trabalhando na fazenda. Houve uma mobilização com protestos contra essa atitude, incluindo ameaça de invasão da propriedade, que foi impedida pela polícia. Só não houve confronto com as tropas porque os libertos recuaram do ataque e as mulheres liberadas.¹⁷¹

Os jornais, especialmente aqueles que se envolveram na campanha abolicionista da Corte, não perdiam uma oportunidade para denunciar os maus tratos contra os libertos. O *Cidade do Rio*, sob o título de VIOLÊNCIA E CRUELDADE, publicou uma matéria do *Correio de Cantagalo*, município cafeeiro da Província do Rio de Janeiro, a respeito das atrocidades cometidas por policiais contra uma família de libertos, acusados indevidamente de roubo de uma fazenda próxima a casa onde viviam. A palmatória serviu para o policial “*esbordoar as mãos do liberto Cirino em que deu mais de quatro dúzias de bolo*” que não contente com as suas negativas, “*arrochou-lhe a cabeça com uma corda*” e depois “*pôs o mísero liberto em um tronco [...] toda a noite*”. Denúncias foram feitas, havendo a intervenção do Juiz de Direito e do Promotor do Município que “*evitaram as injustiças*” e processaram os

¹⁷⁰ 26 de maio de 1888.

¹⁷¹ *Cidade do Rio*. 21 de abril de 1888.

autores das arbitrariedades policiais, que acusavam os libertos sem nenhuma prova. O jornal elogiou a atuação das autoridades judiciárias que impediram a continuidade da violência contra os libertos.¹⁷²

Os resquícios de crueldade de anos de escravidão não foram abandonados com a abolição. Até fatos ocorridos anteriormente ao 13 de maio serviam de justificativas para coagir os antigos escravos, como, por exemplo, a atuação de fazendeiros e seus capangas, em Araras, São Paulo, que deram "*muitas dúzias de palmatoadas no liberto Olympio, por ter sido o chefe da fuga de escravos*" de uma fazenda da região.¹⁷³ Esse fato demonstra claramente que muitos senhores sentiam uma verdadeira nostalgia do cativo, sendo que alguns tentaram reescravizar os libertos como João Monteiro, "*residente em Campo Grande*", na Corte, que, "*não podendo reter na sua fazenda um redimido que foi seu escravo*", procurou o subdelegado local para dar "*queixa do pobre homem [...] alegando que era necessário fazer o liberto voltar ao seu poder, a fim de que o seu procedimento não fosse imitado por outros*". A autoridade policial não acatou a queixa, afirmando que o "*liberto era um homem sério e trabalhador*". O jornal enalteceu a atitude do policial e censurou a ação do fazendeiro, assim como de outros senhores que, "*mesmo depois da lei de 13 de maio*", ainda fazem perseguições contra "*homens que hoje são cidadãos respeitáveis como outros quaisquer*".¹⁷⁴

Essas tentativas de reescravização mereceram denúncias sistemáticas dos jornais da Corte. A *Gazeta da Tarde*, sob o título de ESCRAVIDÃO DOS LIBERTOS, transcreveu a matéria da *Gazeta do Povo*, de Campos, província do Rio de Janeiro, a respeito da violência

¹⁷² 11 de dezembro de 1888.

¹⁷³ *Gazeta de Notícias*. 13 de agosto de 1889.

¹⁷⁴ *Cidade do Rio*. 27 de fevereiro de 1889.

contra os libertos por parte de um “potentado” de Macaé, município próximo, que tinha “*castigado, por diversas vezes, alguns libertos que trabalham em sua fazenda. [...]*”, denunciando que “*além do tronco e do açoite, muitos desses infelizes não recebem o produto de seu trabalho*”. O jornal continuava, na sua análise, isentando os ex-escravos que não desejavam ficar nesse lugar e que procuravam local adequado, onde conseguissem a “*paga do seu esforço*” e recriminava aqueles que os criticavam tachando-os de “vagabundos” e os que apregoavam que o serviço estava desorganizado.¹⁷⁵

O recrutamento também foi outro meio usado para reprimir ações de resistência dos libertos, através da instituição policial. Em Bananal, São Paulo, por exemplo, houve uma denúncia de que a polícia exorbitou de suas funções, prendendo ilegalmente e fazendo “*buscas em todos os libertos que vão à cidade*”, sendo que “*João, crioulo, só pelo fato de não tirar o chapéu ao comandante*” foi preso e açoitado. O jornal assinalou que “*todos os sábados fazem seguir força para certas fazendas, com o fim de amedrontar os libertos com ameaças de recrutamento*”. A matéria destacou que os ex-escravos da região têm um “*bom comportamento*”, mesmo ganhando pouco “*nenhum tem deixado seus ex-senhores*”.¹⁷⁶ Observa-se, por outro lado, a posição dúbia do jornal que, apesar das críticas contundentes à ação policial, enfatizava a relação “harmônica” entre os antigos escravos e os senhores, procurando demonstrar que o término oficial da escravidão não provocou grandes abalos na estrutura de produção, pois os libertos em Bananal permaneceram nas antigas propriedades.

Em algumas regiões, como em Campos e Macaé, os libertos abandonavam o trabalho nas fazendas, sendo, entretanto, ameaçados

¹⁷⁵ 17 de agosto de 1888.

¹⁷⁶ *Gazeta de Notícias*. 17 de junho de 1888.

de recrutamento, como foi o caso de "*Felismindo, preso violentamente [...] no estabelecimento do fazendeiro Barroso*". O jornal exigiu providências por parte do governo, destacando a impunidade para essas atrocidades acobertadas pelas autoridades locais.¹⁷⁷ Situação similar sucedeu em Lage do Muriaé com o liberto João Abrahão que, apesar de não ter cometido nenhum crime, foi "*preso e posto no tronco*" e depois "*recrutado pela autoridade policial*". A *Gazeta de Notícias* cobra providências dos "*Srs. ministros da justiça e da guerra*".¹⁷⁸

Portanto, medidas coercitivas em relação aos libertos continuavam a ser feitas pelos antigos senhores, visando a mantê-los nas fazendas. Segundo o *Cidade do Rio*, a estrutura secular da escravidão criou raízes e não seria fácil extirpá-las de uma hora para outra, especialmente no interior. Ela corrompeu costumes e as autoridades policiais e judiciárias agiam de forma a privilegiar os seus interesses e os dos amigos. O jornal denunciava a tentativa de "aprisionamento", em Descalvado, São Paulo, dos "*ex-ingênuos Silvano, João, Pedro, filhos da liberta Leopoldina e do liberto Simeão para serem entregues ao ex-senhor em Limeira*".¹⁷⁹

Essas tentativas de "aprisionamento" dos filhos de libertos, feitas pelos senhores, como forma de continuarem a exercer o controle social sobre os antigos escravos, eram realizadas através do artifício de pedidos de tutelas. A Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, que declarava livre o filho das escravas nascido após aquela data, dava poderes aos proprietários sobre os menores, que poderiam ficar sob a sua autoridade até os oito anos. Depois desta data, os senhores tinham a opção de receber uma

¹⁷⁷ Ibidem. 4 de agosto de 1888.

¹⁷⁸ 4 de setembro de 1888.

¹⁷⁹ 14 de novembro de 1888.

indenização por parte do Estado ou então utilizar os serviços das crianças até elas completarem os 21 anos de idade. Uma parcela expressiva de senhores optou pelo trabalho desses “ingênuos”, mantendo-os ilegalmente como verdadeiros escravos. Esse quadro teve uma continuidade, mesmo após a abolição, quando muitas mães libertas continuaram nas casas dos seus antigos senhores.¹⁸⁰

A tutela era denunciada como o “*veio aurífero que está sendo explorado por antigos exploradores do trabalho alheio*”, conforme enunciava o *Cidade do Rio*, na primeira página, enfatizando que se tratava de um mecanismo de reescravização: os antigos senhores requeriam a tutela dos filhos das suas ex-escravas e assim, “*mediante a soldada misérrima de cinco mil réis, obtém serviços de rapazes e raparigas [...] que podiam ganhar o quádruplo se pudessem exercer livremente o direito de trabalho*”. O artigo acentuava que isso provocava uma verdadeira “*mutilação da família*”, prática que já era inadmissível no “*tempo da escravidão*”. Mais adiante, frisava que é uma “*imoralidade confiar ao ex-senhor a educação dos filhos dos ex-escravos, considerados como simples bestas de carga*”. O jornal assinalava que recebeu inúmeras denúncias e que, em função das dificuldades que o governo enfrentava para reprimir tais abusos, as autoridades policiais e judiciárias locais se omitiam em virtude dos seus vínculos com o escravismo e, sendo assim, a “*sorte dos menores, filhos dos ex-escravos, não melhorou.*” Finalizava a matéria cobrando uma ação enérgica do governo para evitar essas arbitrariedades.

"A tutela e o recrutamento são duas fontes de desgostos e de desconfiança, e se não forem estancadas, se converterão fatalmente em

¹⁸⁰ RIOS, Ana Maria & MATTOS, Hebe Maria (jan-jun/2004). “O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas”. In *Topoi*, v. 5, n.8.

afluentes do grande estuário da anarquia, que subiu de nível com as enxurradas do despeito desencadeadas pela oligarquia ferida em 13 de maio. Como ter fé em instituições que, impondo submissão aos fracos, não tem força para conter os desmandos e violências dos fortes?”¹⁸¹

A *Gazeta da Tarde*, reproduzindo uma matéria da *Gazeta de Campinas*, a respeito da situação dos libertos após a abolição, destacava o “*abandono moral e intelectual a que estão voltados os míseros ingênuos*”. Para o articulista, não houve mudanças substanciais em relação à sua educação porque são “*preparados, para serem um prolongamento dos escravos, na sociedade brasileira. Ali só há o eito e a senzala, não existe uma escola em que aprendam a ler [...] ou uma oficina em que exercitem a sua atividade física em um ofício qualquer*”. Após destacar as mazelas decorrentes da escravidão em relação ao abandono dos ingênuos, enfatizava que (...)

*“(...) é preciso, é urgente mesmo, que os poderes públicos e a iniciativa particular promovam a sua solução, preparando os ingênuos para serem cidadãos enérgicos, úteis à pátria, capazes de resistirem aos preconceitos que a escravidão semeou e fez prosperar no seio da sociedade brasileira”.*¹⁸²

¹⁸¹ 14 de novembro de 1888.

¹⁸² 18 de maio de 1888.

Percebe-se, portanto, que os mecanismos utilizados pelos ex-senhores para a utilização do trabalho dos ingênuos eram objetos de denúncias por parte da imprensa, incluindo jornais republicanos como *O Paiz* que, numa matéria na primeira página, alertava sobre a chegada dos “*diversos pontos do Império*” de notícias dessas “*tramoias*” feitas pelos antigos proprietários de escravos que desejavam preservar o serviço dos menores, estabelecendo uma “*tutoria-senhorial*”. O jornal cobrava do Ministério da Justiça medidas para a eliminação desta prática que atentava contra a abolição do cativeiro e enfatizava que não basta dizer “*somente aos ex-senhores que cessaram as obrigações de serviço do ingênuo: urge dispensá-los da tutoria*”. Para o órgão da imprensa, o governo tinha que coibir tamanha prática, pondo fim a esse “*bom negócio*” para o fazendeiro que obriga (...)

(...) sob a capa da tutela, um ingênuo de 13 ou 14 anos e tem-no a apanhar café até os 21 (se algum dia chegará para eles a maioridade), usufruindo por sete ou oito anos o trabalho de pessoa já livre por nada menos de duas leis do estado. Essa nova espécie de cativo que vai indenizar o fazendeiro, esse reescravizado [...], é o ingênuo, que não pode acompanhar sua mãe, livre hoje, como ele nominalmente o foi há dezessete anos”.

O jornal republicano aproveitou para fazer uma ácida crítica ao governo pela omissão em relação à Lei Rio Branco que “*fantasiou o fruto de um ventre livre*”, e assinalou que “*escravo nasceu ele, porque como tal foi e tem sido tratado. Seus serviços foram e são alugados, ou transferidos por transação*”, e muitas vezes não eram

"tornados livres após a alforria das mães". Concluiu a matéria cobrando medidas emergenciais do Ministro da Justiça.

"Este epílogo com os ingênuos é cruel: não querem que eles sigam a sorte de suas mães; eles estão livres, saem do inferno do cativeiro, mas ficam eles no purgatório da tutela!

E os exploradores locupletam-se com o serviço de quem já era livre, em paga do serviço de quem deixou de ser escravo!" ¹⁸³

Nessa mesma linha de atuação, a *Gazeta de Notícias* publicou a denúncia do Club Abolicionista Gutemberg sobre a tentativa de ex-senhores utilizarem a tutela para "*usufruírem os serviços dos mesmos menores estabelecendo assim uma nova escravidão*".¹⁸⁴ Em outro número, o jornal culpava um proprietário que assumiu a "*tutela de muitos dos seus ex-ingênuos*" e depois os alugava. Em seguida, ressaltou que a acusação é grave e atesta que "*esses infelizes, que passaram da condição de ingênuos para o de tutelados, continuam a ser desumanamente explorados*" e cobrou providências do governo "*para que não sejam burlados os efeitos da lei de 13 de maio*"¹⁸⁵, como o exemplo de (...)

Guilhermino, liberto a 13 de maio, que casou-se com Joana, de quem tinha sete filhos, reclamou-os de seu ex-senhor, Fulano Machado, que reside no Baldeador, em Niterói. Seis dos filhos foram-lhes entregues; mais

¹⁸³ O Paiz, 31 de maio de 1888.

¹⁸⁴ 23 de maio de 1888.

¹⁸⁵ 25 de maio de 1888.

*um, de 14 anos e de nome Ananya, tem-lhe sido negado. Há mais de um mês que o pobre homem anda de Herodes para Pilatos e nada obtém.*¹⁸⁶

Em outro número a *Gazeta de Notícias*, sob o título a TUTELA DE INGÊNUOS, na primeira página, transcreveu uma matéria do *Correio Mercantil*, de Pelotas, enfatizando que essa “*indústria está sendo explorada*” no Rio Grande e que se trata da “*reescravização de ingênuos, acobertada com a capa de tutorias oficiosas, demasiado sôfregas, para terem um fundo realmente humanitário*”. O jornal criticou a atuação dos antigos senhores, que já utilizavam os trabalhos de ingênuos que “*moravam em suas casas*”, junto ao Juiz Municipal do Termo para que lhes fossem concedidos o poder de tutela para que esses menores não ficassem “*desamparados*”. Terminou a matéria destacando que a filantropia escamoteava o “*verdadeiro interesse de utilização dos serviços desses ingênuos*”.¹⁸⁷

Além das autoridades policiais e judiciárias locais, esse mecanismo envolveu, inclusive, os párocos do interior. Além da cobrança de ação mais efetiva do poder público, os jornais também reclamavam do procedimento de muitos clérigos pelas dificuldades criadas para o casamento dos libertos.

"Não contentes com a perseguição que movem aos libertos, ferindo-os na bolsa e na liberdade, retendo-lhes os filhos sobre os quais descarregam o ódio que nutrem contra os pais, lançaram mão de mais um recurso hediondo que, ao que parece, é auxiliado pelos párocos. Opõem-se todos os obstáculos às uniões matrimoniais, exigindo atestados de filiação, estado, etc., porque quase todos foram matriculados com filiação

¹⁸⁶ *Gazeta de Notícias*. 26 de agosto de 1888.

¹⁸⁷ 29 de maio de 1888.

desconhecida. Esse infame recurso de que a lavoura está lançando mão, para impedir que o liberto constitua família, reclama uma medida competente".¹⁸⁸

Percebe-se, pois, que houve a utilização por parte dos proprietários de inúmeros mecanismos para a preservação de antigos privilégios. Por exemplo, os fazendeiros de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, reuniram-se para o estabelecimento de estratégias para reduzir, segundo eles, os prejuízos decorrentes da *"completa desorganização do trabalho"*. Reclamaram do comportamento dos libertos que *"é entre nós, uma entidade incompreensível: os mais bem tratados são ordinariamente os que desertam das casas onde se acham colocados"*, sendo que *"grande número se entrega à vagabundagem"*. Pleiteavam a vinda de *"colonos estrangeiros"* para *"defender a lavoura já que não confiam no governo"*, pelo *"notório abandono como tem sido tratados"*. Finalmente, exigiam *"leis repressivas"* para coibir os abusos porque elas serão de *"incontestável necessidade"* para evitar *"perturbações no seio da nossa sociedade"*.¹⁸⁹

Muitos jornais divulgavam essas lamentações dos senhores, em especial no que concerne às reclamações sobre a falta de mão de obra para as fazendas de café, como as críticas dos cafeicultores de Paraíba do Sul ao governo que, segundo eles, estimulava a *"vagabundagem"* porque os libertos estavam abandonando as fazendas: *"larga o serviço e vai passear, aconselhando ainda outro para o mesmo fim"* e o *"patrão fica com o café no terreiro ou mato na roça"*.¹⁹⁰ Mas, essas apreciações omitiam a realidade das relações

¹⁸⁸ *Cidade do Rio*. 28 de março de 1889.

¹⁸⁹ *Gazeta de Notícias*. 12 de junho de 1888.

¹⁹⁰ *Gazeta de Notícias*. 18 de novembro de 1888.

entre os antigos senhores e os libertos, não mencionando o tratamento dispensado e os salários aviltados pagos, agora, ao “assalariado”.

Em uma carta, escrita em julho de 1888, o Conde de Nova Friburgo, de Cantagalo, Província do Rio de Janeiro, se vangloriava que, após a promulgação da lei que extinguiu a escravidão, estabeleceu salários para os libertos por empreitada e “*nenhum trabalhador reclamou*”. Demonstrou a sua satisfação pelas perspectivas de boas colheitas, empreendidas pelos ex-escravos “*contentes*” em virtude de terem, agora, “*proventos*”. Os seus comentários enfatizavam que não houve mudanças substanciais em suas fazendas, pois o serviço continuava “*sem alteração*”.

*“Durante a colheita eles ganham na proporção do que colhem [...] e talvez que o malandro ou o mais fraco entenda dever ganhar tanto como o melhor. Note que o que eles recebem é líquido; porque todas as despesas são feitas por mim como no tempo em que eram escravos”.*¹⁹¹

Evidentemente, o que estava em jogo era a fixação do liberto às antigas propriedades onde ele viveu como escravo. O procedimento do Conde de Nova Friburgo estabeleceu uma forma mais sutil para evitar o abandono das suas terras pelos ex-escravos, pagando-lhes da mesma forma como no “*tempo em que eram escravos*”. O “*cativeiro da terra*”¹⁹² estabelecia uma relação de aparente

¹⁹¹Carta do Conde de Nova Friburgo ao Dr. José da Costa Leite. Grifos nossos. Apud MACHADO, Humberto, (2014). *Op.cit.*, p. 268-269.

¹⁹² MARTINS, José de Souza (1979). *O Cativeiro da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

entendimento entre ambas as partes, criando-se um clima de “*harmonia*”, defendido pela própria imprensa que sempre exaltava a forma de encaminhamento do processo abolicionista, sem rupturas traumáticas.

Mas, nem todos respeitavam as normas contratuais. *O Paiz* denunciou um fazendeiro de Barra Mansa que não cumpriu o acordo feito com um liberto e, conforme o periódico, o seu comportamento não era exceção porque “*poucos fazendeiros se resignam a perder a exploração do trabalho escravo*”. Mas, esse senhor, além do desrespeito ao contrato, não pagou os salários devidos e “*em represália à cobrança que lhe era feita mandou queimar todos os objetos do liberto, expulsando-o em seguida de casa*”. O jornal cobrou das “*autoridades competentes*” as providências cabíveis para evitar abusos semelhantes.¹⁹³

A nostalgia do cativo provocou o surgimento de propostas que visavam, acima de tudo, a obter mão de obra, como no período de vigência da escravidão, como o estabelecimento de colônias para os libertos. Esses projetos eram debatidos pelos jornais e apresentados, com o objetivo de evitar a “*vagabundagem*”, preservar a ordem e “*disciplinar*” aqueles que “*viviam propositalmente em ociosidade e incorressem em delitos*”. Mas, os periódicos defendiam essas proposições com a justificativa de impedir a exploração dos libertos por parte de alguns senhores.

"Parece-nos que a criação de alguma coisa neste gênero seria conveniente. Sabe-se, por exemplo, que alguns dos libertos pela lei de 13 de maio tem saído de casa de seus ex-senhores, subtraindo-se

¹⁹³ 13 de junho de 1888.

*assim ao lugar em que sofreram, e à gente que os fez sofrer. Sabe-se também, que a maioria desses libertos tem procurado empregar-se por contrato em outros estabelecimentos agrícolas, e lá estão ganhando honestamente a vida. Mas, isso precisa ser regulado, tanto para o liberto como o lavrador precisa de um meio que os ponha em contato”.*¹⁹⁴

O jornal também assinalava que o liberto poderia ficar numa “colônia do Estado, onde tem casa, comida e um pequeno salário” para a execução de tarefas locais, e “não se deixará conduzir ao crime” e ficando ao “abrigo de necessidades, e, portanto dos delitos que pode cometer o homem cego pela fome”. O autor da matéria afirmava que o lavrador poderia encontrar “trabalhadores, por um mês, ou um ano” na colônia, sabendo que a “gente que ali está, tem, só pelo fato de sua admissão, a certidão negativa de prática de delitos”.¹⁹⁵

A *Gazeta da Tarde* também destacou, em um artigo de fundo na primeira página, a necessidade da criação de colônias para o liberto, como forma de atraí-lo para o trabalho. Para o jornal, ele necessitava de “estímulos”, até por ser mais “ambicioso”, e como o “desejo de ser proprietário, há de persegui-lo, como a todos os proprietários”. No entanto, o periódico se posicionava claramente contra as propostas que sugeriam a formação de colônias militares nas fronteiras para abrigar os libertos que se recusassem a trabalhar porque essa medida seria uma forma de privação da liberdade.

¹⁹⁴ *Gazeta de Notícias*. 30 de maio de 1888.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

"Pouco teríamos adiantado se libertando nominalmente o trabalhador, conservássemos o trabalho escravo.

A medida lembrada, e por muitos aplaudida, de forçar os libertos a trabalharem em colônias militares na fronteira, além do mais, daria lugar a frequentes abusos, recrutando-se indistintamente a todos. [...]

O trabalhador, confundido com o vagabundo incorrigível, seria equiparado, sujeito a mesma sorte e a mesma disciplina. O lugar dos vagabundos é na casa de correção [...] mas, confundir o vadio com trabalho morigerado [...] é uma verdadeira crueldade [...]

O que devemos fazer é levantar a raça escravizada [...].¹⁹⁶

As proposições sobre a criação de colônias para os libertos ficavam restritas à perspectiva dos senhores, no que tange à indenização e às suas reivindicações na manutenção de uma mão de obra para as colheitas, sempre frisando o *abandono das fazendas*. No entanto, poucas vozes destacavam a necessidade de oferecer oportunidades para os ex-escravos, com exceção dos abolicionistas que enfatizavam como a educação e a expectativa de posse da terra eram mecanismos que visavam ao aperfeiçoamento dos libertos e à própria manutenção da *ordem*. Como Joaquim Nabuco já tinha assinalado: *"as reformas sociais deveriam prevalecer sobre as políticas e a emancipação teria que ocorrer paralelamente à*

¹⁹⁶ 27 de junho de 1888.

democratização do solo". Uma é o complemento da outra. "Acabar com a escravidão, não basta; é preciso destruir a obra da escravidão."¹⁹⁷

Acabar com a "obra da escravidão" significava, portanto, o estabelecimento de mecanismos que alterassem a estrutura agrária, apoiando a ampliação da pequena propriedade e concedendo terras aos libertos. A política de imigração também era outra medida para incentivar a ocupação de "terras devolutas", conforme a Fala do Trono, do Imperador Pedro II em 3 de maio de 1889. Afirmava que o governo tinha direito de "[...]desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro, que não são aproveitados pelos proprietários e podem servir para núcleos coloniais".¹⁹⁸

Além de Nabuco, como assinalamos, André Rebouças também reivindicava o estabelecimento de mecanismos para a incorporação do ex-escravo à sociedade, com a formação de pequenos proprietários rurais.¹⁹⁹ Patrocínio, através do *Cidade do Rio*, também se manifestou sobre o assunto, cobrando do governo medidas que evitariam que os libertos "[...] não apodreçam nos campos, como bestas. A divisão de terras é uma necessidade palpitante".²⁰⁰

Enfim, propostas que poderiam minimizar os problemas decorrentes dos vícios inerentes à estrutura secular da escravidão e da própria abolição, realizada sem o oferecimento de oportunidades para os libertos que, não desejavam, com justa razão, ficar nas

¹⁹⁷"Conferência no Teatro Santa Isabel". 30 de novembro de 1884. NABUCO, Joaquim, (1949). In *Conferências e Discursos Abolicionistas (1883/1884/1885)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, p. 377-378.

¹⁹⁸ Apud URBANITI, Inoã Pierre Carvalho (2008). *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação (Mestrado em História), UERJ, Rio de Janeiro.

¹⁹⁹ PESSANHA, Andréa Santos da Silva (2005). *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet/Belfort Roxo (RJ): UNIABEU, p. 146-148.

²⁰⁰ 26 de maio de 1888.

antigas propriedades, nas quais sofreram toda sorte de formas coercitivas no trabalho. As dificuldades do produtor livre nacional em fixar-se no solo ou dos libertos, carentes de oportunidades, serviam de sustentáculos para que esses jornais, que atuaram na campanha abolicionista, defendessem uma modificação na estrutura agrária, lutassem por maiores oportunidades através da educação para os libertos, além de fazerem uma oposição sistemática às tentativas de reescravização, sob outras formas, dos antigos escravos ou de seus filhos que viviam na condição de "ingênuos". A atuação da imprensa foi fundamental para divulgar os artifícios usados pelos antigos senhores visando à preservação do trabalho do ex-escravo, como a tutela dos ingênuos. Uma verdadeira nostalgia do cativeiro que se reflete até os dias atuais, demonstrando claramente que o impacto da escravidão na sociedade brasileira não foi eliminado com a sua extinção legal em 13 de maio de 1888.

Referências:

Fontes Impressas:

ANAIS da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (1880/1888). Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional J. Villeneuve & Cia..

BRASIL, Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872* (1873-1876). Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos.

NABUCO, Joaquim (1949). *Conferências e Discursos Abolicionistas, (1883/1884/1885)*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.

Periódicos

Cidade do Rio – 1887/1889

Gazeta da Tarde – 1888/1889

Gazeta de Notícias –1888/1889

Novidades- 1888/1889

O Paiz- 1888/1889

Bibliografia:

BARBOSA, Marialva (2000). *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.

CONRAD, Robert E. (1978). *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, José Murilo de (1998). “Escravidão e Razão Nacional”. In *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte: Edit. UFMG.

DARNTON, Robert (1990). *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras.

MACHADO, Maria Helena P. T. (1994). *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: EDUFRJ/São Paulo: EDUSP.

MACHADO, Humberto Fernandes (1993). *Escravos, Senhores e Café. A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba. (1860-1888)*. Niterói: Cromos.

_____ (2014). *Palavras e Brados. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Niterói, Eduff.

MARTINS, José de Souza (1979). *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livr. Edit. Ciências Humanas.

MATTOS, Hebe Maria (2000). *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva (2005). *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet/Belfort Roxo (RJ): UNIABEU.

RIOS, Ana Maria & MATTOS, Hebe Maria (2004). "O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas". *Topoi*, v. 5, n.8.

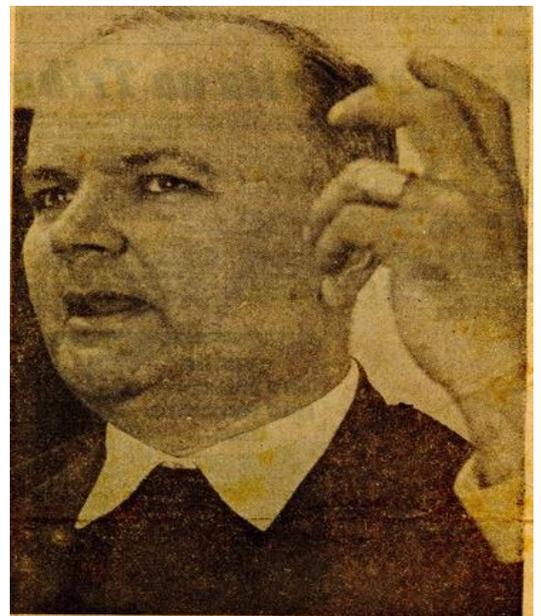
SILVA, Eduardo (2003). *As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Cia das Letras.

URBINATI, Inoã Pierre Carvalho (2008). *Ideias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889): uma análise de seu sentido político e social*. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro: UERJ.

Capítulo 10

D. WALDYR CALHEIROS NOVAES E A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO TEOLÓGICO-POLÍTICO NO ENFRENTAMENTO COM A DITADURA

Jessie Jane Vieira de Sousa²⁰¹



²⁰¹ Professora aposentada do Instituto de História/Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Autora de livro e artigos sobre a relação da Igreja Católica com o mundo do trabalho no Brasil e com as ditaduras no Cone Sul.

As relações políticas estabelecidas pela Igreja Católica, como instituição, e de seus múltiplos e diferenciados agentes pastorais com o regime ditatorial ou com a militância no campo das esquerdas ou das direitas tem crescido como objeto de análise entre os novos pesquisadores. Mas, de maneira geral, podemos falar de uma tendência biográfica sobre a trajetória de determinados bispos que ao longo da década de 1970 atuaram nas periferias das cidades, nas lutas camponesas ou em lugares com forte presença operária.

E uma historiografia que vai sendo produzida no âmbito dos programas de pós-graduação das Universidades Católicas, das universidades públicas e privadas e, em muitos casos, em consonância com as propostas metodológicas divulgadas nos espaços da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina-CEHILA²⁰². Neste aspecto creio que esta Comissão vem atraindo um conjunto cada vez maior de pesquisadores laicos, alguns dos quais terminam por ter seus trabalhos incorporados à memorialística católica.

Estamos falando, sobretudo, de uma memorialística que apresenta atores religiosos que se pautaram pelos princípios teológicos da chamada Teologia da Libertação e que ajudaram na articulação de diferentes movimentos sociais que, por sua vez, foram fundamentais na construção da oposição política à ditadura. São personagens considerados referências na produção de uma cultura

²⁰² DUSSELL, Enrique (1986). "Hipóteses fundamentais da História Geral da Igreja na América Latina". In: *Para uma História da Igreja na América Latina (obra coletiva)*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Editora Vozes.

política pautada pela defesa dos direitos humanos e que, felizmente, terminou por ser incorporada à agenda política dos principais seguimentos das esquerdas no Brasil e na América Latina.

De certa forma o texto que apresento também se enquadra nesta categoria na medida em trago para a análise a atuação político-religiosa de determinado bispo, um dos ícones da sua geração.

É neste contexto que quero situar Dom Waldyr Calheiros, como um homem preocupado com seus semelhantes e um bispo comprometido com sua Instituição. Um ator político-religioso especial porque, no meu entender, foi pioneiro nos embates da Instituição com o regime ditatorial. E por isto desejo problematizar provavelmente o seu primeiro embate com o sistema repressivo do regime. Este embate, ocorrido em 1967, deu-se no período em que grande parte do episcopado ainda se encontrava aliado ou titubeante diante do golpe militar de 1964²⁰³.

A tese que tentarei defender é a de que, de alguma maneira, as questões político-religiosas vivenciadas no âmbito da Diocese de Volta Redonda podem nos indicar como estas duas dimensões estão imbricadas na cultura política brasileira e os limites do nosso processo de secularização.

O eixo central da minha argumentação centra-se nas ambiguidades encontradas na documentação referente aos episódios vivenciados à época e que podem ser analisadas através do acervo documental acumulado pelo próprio bispo e disponível na Cúria Diocesana de Volta Redonda Tais ambiguidades podem ser

²⁰³ Sobre as ambiguidades existentes no seio do episcopado o melhor exemplo é a declaração feita por Dom Geraldo Proença Sigaud, segundo a qual “não se consegue confissão com bombons”. Entrevista à revista francesa La Croix. Apud GASPARI, Hélio (2002). *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.17. http://dietinf.ifrn.edu.br/lib/exe/fetch.php?media=corpodocente:janser:gaspari_a_ditadura_escancarada.pdf (acessado em 04/02/2014).

compreendidas como expressão das relações institucionais estabelecidas entre a hierarquia católica como o regime militar. Não busco, neste texto, apresentar toda a dinâmica cotidiana do evento porque sobre este eixo já existem trabalhos historiográficos²⁰⁴ mas somente lançar luzes sobre as contradições vividas pelo bispo, como expressão das demandas institucionais, na sua disposição para enfrentamento o regime ditatorial.

Os fatos que desencadearam a crise

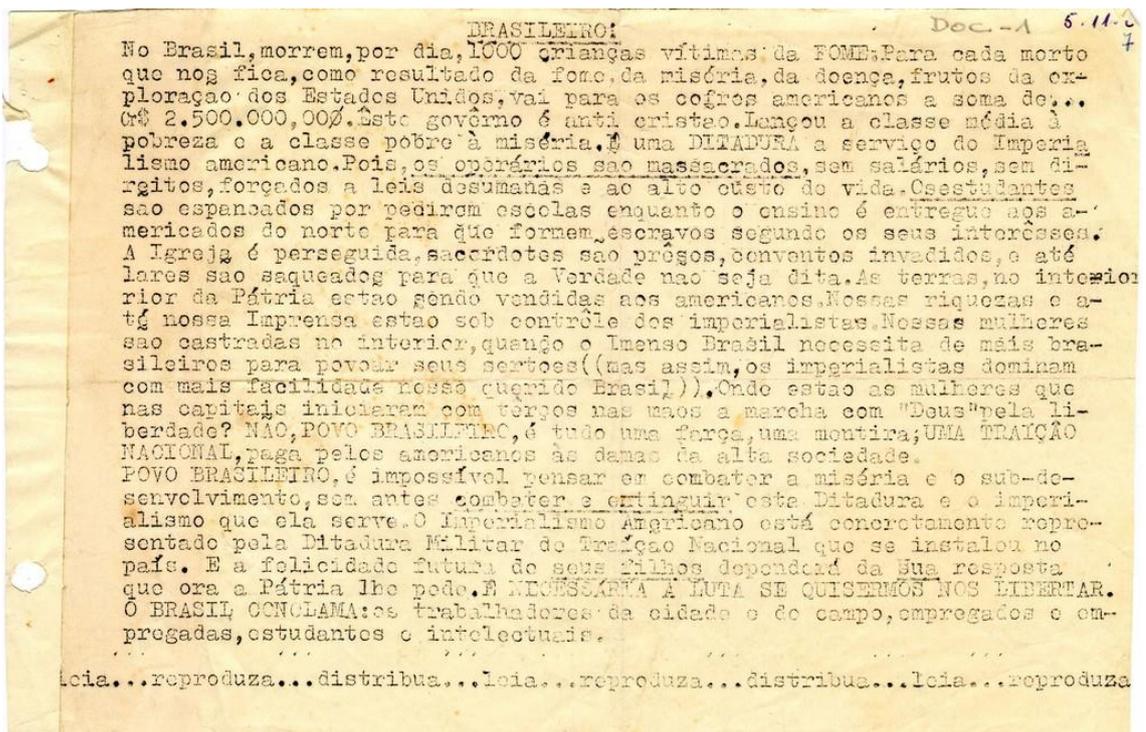
No dia cinco de novembro de 1967, foram presos quatro dirigentes da Juventude Católica Diocesana-JUDICA, que, com um veículo de propriedade da Diocese, distribuíam panfletos contra o regime. Foram presos por uma patrulha do Batalhão de Infantaria Blindada- BIB, situado em Barra Mansa, cidade situada no sul do Estado do Rio de Janeiro e que foi, ao longo do período ditatorial, um temido centro de tortura. Os prisioneiros eram Jorge Gonzaga, diretor esportivo da Juventude Diocesana, Carlos de Azevedo Costa, seminarista e integrante da Juventude Diocesana, Natanael da Silva, presidente da juventude Diocesana, e o Diacono francês Guy Michael Camille Thibault.

Estas prisões e a posterior a invasão, pelo Exército, da casa episcopal e a evidente tentativa de criminalização da ação pastoral do

²⁰⁴ ESTEVEZ, Alejandra (2011). "Igreja Católica em Volta Redonda: reconfigurações e enquadramentos", in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*, São Paulo. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300657689_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011ESTEVEZ.pdf- (acessado em 09/02/2014). SILVA, Luiz Fernando Magela (2013). "D. Waldir Calheiros de Novaes: da tenra idade ao caso JUDICA", in *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH*. http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364216185_ARQUIVO_ArtigoANPUH2013.pdf- (acessado em 03/-2/2014).

bispo, terminou por tornar-se um episódio central na historiografia sobre a Diocese de Volta Redonda e na biografia de Dom Waldyr. Estes acontecimentos terminaram sendo um ponto de inflexão na sua ação política e pastoral e, para o bispo, o início do desvelamento da essencialidade do regime ditatorial; passando, na prática, a questionar a política de 'boa vizinhança' que vinha sendo gestada entre os setores hegemônicos da hierarquia católica e o regime.

A acusação formal era sobre a produção e distribuição de um panfleto que qualificava o regime como sendo expressão do imperialismo ianque e denunciava a exploração e a miséria. Vale a pena lê-lo por inteiro para que seja possível avaliarmos, com os olhos de hoje, o nível de boçalidade existente naquela conjuntura²⁰⁵:



O bispo, ao tomar conhecimentos das prisões e da apreensão do veículo da Diocese, solicitou a um padre de Barra Mansa, provavelmente alguém com acesso ao comandante do BIB, que

²⁰⁵ Todos os documentos que serão apresentados ao longo do texto compõem a Pasta número 1 do Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Este acervo não foi objeto de classificação arquivística.

buscasse informações sobre o paradeiro dos presos e do veículo. Mas, o comandante negou a existência de tais prisões e, conseqüentemente, o destino do veículo apreendido.

Diante deste fato, que o deixou aflito em relação às condições carcerárias as quais aos presos estavam submetidas e o destino do patrimônio da Diocese, o bispo se dirigiu ao comandante do BIB nos seguintes termos:

Volta Redonda, 7 / 11 / 67

Exmo. Snr. Cel. Armênio

Saudações no Senhor !

Não obstante a declaração negativa de V. Excis. ao nosso enviado, Pe. Euler, quanto à detenção de nossa kombi com quatro rapazes, tenho certeza que a afirmação de V. Excis. não corresponde à verdade. Obrigou-me a informação de V. Excis. a procurá-los " bobamente " em outras partes da Diocese. Pediria apenas a V. Excis. que os trate como pessoas humanas, responsáveis pessoais de seus atos. Não permita que lhes apliquem meios despersonalizantes, que não é comum no tratamento de presos em países democráticos.

do seu amigo
em Cristo,

+ Wacley Calheiros

Bispo Diocesano

A nota do bispo era incisiva. Mas, observe-se, que ele fala em 'responsabilidades pessoais'. Certamente como uma maneira de dizer que a ação dos presos não era da Igreja, como Instituição. No entanto, sublinha a sua preocupação com o tratamento, algo que ele

chama de 'meios despersonalizados', que lhes estariam sendo dispensados. É certo que ele falava de tortura, método pelo qual aquele Batalhão haveria de se tornar famoso e com o qual o bispo se defrontaria, em 1972, por ocasião do assassinato outros jovens da sua Diocese²⁰⁶.

No entanto, pela correspondência contida no citado acervo documental, podemos inferir que a despeito da nova consciência que se gestava, ainda assim, em todos os momentos os interesses institucionais da sua Igreja e a sua relação política com o sistema foram preservadas pelo bispo.

Creio que a importância das lutas travadas pelo bispo reside exatamente na inflexão que aqueles episódios produziram na sua própria consciência e na legitimidade que ele passou a ter nas disputas que marcariam as mudanças na atuação da Conferência Nacional dos Bispos- CNBB, particularmente ao longo dos anos em que os primos Lorscheider estiveram à frente da Instituição²⁰⁷. Note-

²⁰⁶ Em janeiro de 1972 foram assassinados três soldados que estavam de plantão dentro do BIB. Chamavam-se Wanderley de Oliveira, Juarez Monção, Geomar Ribeiro. Entre os presos e torturados encontrava-se Vicente Silva que não morreu e, posteriormente, pôde contar os detalhes do que havia ocorrido dentro do quartel. O desaparecimento dos jovens fez com suas famílias procurassem Dom Waldir que, por sua vez, mobilizou todos os recursos à disposição para que o crime fosse elucidado e os responsáveis punidos. O que ocorreu em janeiro de 1973, quando todos foram condenados. Entre os assassinos estava o tenente-coronel Gladstone Pernasetti Teixeira, figura central nos acontecimentos aos quais me refiro neste trabalho. Ver depoimento da irmã de um destes soldados dado à Comissão da Verdade de Volta Redonda:

<http://www.jornalaqui.com/noticia.php?id=3527&idedit=15&banner=1> (acessado em 09/02/2014).

Dom Waldir, em entrevista à revista Carta Capital, publicada no dia 02/12/2013, afirma que levou o caso à CNBB e que Dom Aloisio, que então presidia a Instituição, o teria discutido em uma das reuniões da chamada Tripartite.

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/memorias-de-waldyr-7593.html> (acessado em 09/02/2014).

²⁰⁷ De acordo com Hélio Gaspari, teria sido a invasão do convento dos beneditinos, em Vinhedo, ocorrido em julho de 1967, a invasão e as prisões realizadas no convento das Perdizes, em São Paulo, o primeiro momento em que a direção conservadora da CNBB se viu obrigada a se manifestar criticamente. Este autor também cita os encontros ocorridos Volta Redonda como sendo um marco neste processo.

se, no entanto, que mesmo naqueles anos a Igreja, como instituição, em nenhum momento declarou rompimento com o regime.

Atuação pós-conciliar

A partir da segunda metade dos anos de 1950, segmentos importantes do mundo católico no Brasil passaram a se preocupar com o desenvolvimento do país, sobretudo com o Nordeste. Tratava-se de efetuar mudanças políticas e sociais que neutralizassem a ação dos comunistas através da utópica construção de uma suposta terceira via. Do ponto de vista estrutural não podemos deixar de situar esta conjuntura no contexto das transformações que estavam em curso dentro da própria igreja e que foram incorporados pelo Concílio Vaticano II.

Cabe lembrar que também, nesta conjuntura, temos a presença, sobretudo no nordeste do Brasil, de diversos atores político-religiosos comprometidos com as diretrizes advindas do programa de modernização proposto pela Aliança para o Progresso. Sabe-se que estes atuavam em aliança com importantes setores católicos. Era um tempo em que estes projetos modernizadores, sobretudo no campo, significavam neutralizar a atuação política-ideológica dos setores alinhados com os comunistas, socialistas ou aqueles que somente propunham uma reforma agrária que transformasse o regime de propriedade ou a humanização das relações de trabalho até então existentes²⁰⁸.

²⁰⁸ As relações políticas estabelecidas entre importantes setores da Igreja Católica com os agentes norte-americanos na articulação e montagem de uma determinada estrutura sindical é ainda um campo em aberto para os pesquisadores que têm, sobretudo, se debruçado no ativismo católico no período pós 1970. A presença político-religiosa da Igreja Católica entre os anos de 1930 até o final dos anos de 1960 tem sido pouco explorada pela pesquisa histórica, o que talvez possa indicar certo direcionamento memorialístico que interessa à própria instituição.

É neste contexto que se insere um jovem pastor, o futuro bispo, Dom Waldyr Calheiros Novaes nascido em Murici, interior do Estado de Alagoas, no dia 29 de julho de 1923. Filho de uma família humilde entrou muito cedo para o Seminário, ordenando-se padre no dia 25 de julho de 1948, no seminário São José, no Rio de Janeiro. Pelas mãos do papa Paulo VI, tornou-se bispo auxiliar no dia 15 de setembro de 1964 e, em janeiro daquele ano, Dom Jaime de Barros Câmara o nomeia bispo da recém-criada Diocese que englobaria Barra do Piraí, Volta Redonda e Rezende. Em dezembro o novo bispo chegava a Volta Redonda.

É importante lembrar que Dom Waldyr chegou a Volta Redonda no momento em que a CSN produzia uma verdadeira caçada aos dirigentes sindicais e a todos aqueles que haviam participado das lutas que marcaram os anos anteriores ao golpe. A primeira preocupação do novo bispo foi a de se apresentar como representante de um poder independente. Daí não ser surpreendente o que ocorria naquele novembro de 1967 quando a empresa começava a desmontar todas as conquistas dos trabalhadores²⁰⁹.

De Volta Redonda o bispo nunca mais sairia já que mesmo após a sua aposentadoria ele continuaria como referência para a cidade. Faleceu no dia 30 de novembro de 2013 e seu corpo permanece em uma das principais igrejas daquela cidade.

Apesar da sua proximidade com o cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, um destacado membro do conservadorismo católico, podemos dizer que Dom Waldyr foi um pastor pós-conciliar, alguém que soube como poucos expressar o espírito renovador que marcaria os jovens católicos do seu tempo. A sua trajetória foi

²⁰⁹ Sobre a repressão que se abateu sobre os trabalhadores da CSN, ver BEDÊ, Edgar A. Tonnelli (2010). *Formação da classe operária em Volta Redonda*. Volta Redonda, edição do autor.

extremamente rica pela sua inteligência, compromisso pastoral e teológico com as populações pobres e marginalizadas e, sobretudo, engajamento nos principais debates e embates políticos travados no interior da Instituição, e que marcaram os rumos da sua Igreja ao longo de duas décadas²¹⁰. Refiro-me particularmente às disputas ocorridas dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB ao longo do regime militar, aos embates que caracterizam a nossa longa e incompleta transição política e a sua coragem nos enfrentamentos necessários contra o desmantelamento do trabalho pastoral estruturado em sua cidade²¹¹.

Os desdobramentos das investidas dos militares contra o bispo e a reação da hierarquia.

O bispo certamente se dirigiu ao Arcebispo do Rio de Janeiro, Don Jaime de Barros Câmara e muito provavelmente à CNBB solicitando apoio no sentido de se informar sobre a situação dos presos. Mas, pelo conteúdo da resposta do bispo auxiliar, Dom José de Castro Pinto, se evidencia a estratégia institucional para o enfrentamento da crise. Vejamos:

²¹⁰ Como já suficientemente documentado, em 1964, a CNBB, a despeito das vozes dissonantes, terminou por lançar um documento no qual apoiava, ainda que de maneira oblíqua, o golpe militar como antídoto contra o comunismo e a favor da ordem. Em outubro de 1964 a entidade, reunida em Roma, destituiu Dom Helder da sua direção e empossou Dom Agnelo Rossi, que daria à CNBB o necessário enquadramento conservador. Nos anos que imediatamente se seguiram as relações foram de proximidade e confiança.

²¹¹A política de desmantelamento da atuação político-religiosa nas dioceses dos principais bispos que teimaram em produzir uma visão mais crítica da sociedade se deu a partir dos anos de 1980, como o papa João Paulo II, e a ação do cardeal do Rio de Janeiro, Dom Eugenio Sales. Sobre a atuação deste cardeal faltam pesquisas independentes e críticas.

Do Bispo D. José Castro Pinto para D. Waldyr

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Rio, 21.11.67. Doc 10

Sr. Bispo D. Waldir,

tivemos, o Pe. Helvídio e eu, um longo entretenimento com o sr. General Comandante do 1º Exército, com muito cavalheirismo, porém igualmente franco de parte a parte. Espero que tenha sido proveitoso. O sr. General está disposto a instruir seus comandados no sentido do que fôra proposto pelo Presidente Castelo Branco de êles se entenderem primeiramente com a Autoridade Eclesiástica, cada vez que surgir um caso. Se posso rogar a V. Excia. qualquer coisa, é que converse com o General Ramiro, que procurará V. Excia. onde V. Excia. quiser, na residência episcopal ou em qualquer outra parte. Pelo mais, o Pe. Helvídio, cuja exposição dos fatos foi atentamente ouvida pelo Gal. Comandante, relatará a V. Excia. o nosso entendimento com a Autoridade do 1º Exército. Que N. Senhor nos inspire na superação do impasse.

D. José

Note-se que este documento indica o esforço para dirimir a gravidade dos fatos e ressaltar os esforços da hierarquia da Igreja para manter as boas relações com o regime. Explicita a existência de um pacto existente entre a Instituição e o ditador Castelo Branco, segundo o qual qualquer investida dos órgãos de repressão a membros da Igreja deveria ser, primeiramente, discutida entre as duas partes²¹².

O historiador Keneth P. Serbin²¹³ focaliza, entre os anos de 1968 a 1974, existência de um conjunto de reuniões, que ele denominou

²¹² Segundo Gaspari, este acordo teria sido feito por Dom Vicente Sherer, cardeal de Porto Alegre, e teria vigorado até 1968 quando, sob a liderança de Dom Avelar Brandão, então arcebispo de Teresina, novos pactos teriam sido realizados. GASPARI, Hélio. Op.cit, p. 248.

²¹³ SERBIN, Kenneth P. (2001). *Diálogos nas sombras- Bispos e militares, tortura e Justiça social na ditadura*: tradução de Carlos Eduardo Lins e Silva. São Paulo: Companhia da Letras.

como “diálogos nas sombras”, visando equacionar as crises que, entre a Instituição e os militares, foram se acumulando. No entanto, creio que este documento e as informações fornecidas por Gaspari podem nos indicar que as bases para tal diálogo estavam dadas desde Castelo Branco.

O tom conciliador do bispo-auxiliar e a ausência de manifestação pública²¹⁴ por parte da CNBB e do Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, devem ser compreendidos no contexto em que o discurso dominante no seio da hierarquia católica se alinhava como aquele produzido e alimentado no ambiente da guerra fria, isto é, tratava-se de eliminar o comunismo, de defender a democracia que, segundo a propaganda alimentada pela grande mídia e pelo conservadorismo religioso, se encontrava ameaçada²¹⁵.

²¹⁴ GASPARI, Elio. (2012). *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 251. O autor faz referência à existência de uma nota pública que teria sido emitida pela CNBB intitulada ‘Missão da hierarquia no mundo de hoje’. O conteúdo de tal mensagem seria informar que a Igreja não daria poderes ao regime para definir os conteúdos das pregações dos sacerdotes; que prisões de padres, em qualquer circunstância, seriam fontes de problema nas relações entre a Igreja e o regime e condenava a violência política. Para esta afirmação, Gaspari cita: PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Victor A.; DALE, frei Romeu, O.P (orgs.) *As relações Igreja- Estado no Brasil*, vol.2, p. 140-141.

Ainda, segundo o mesmo autor, teria havido reuniões entre os hierarcas católicos e representantes do governo, sendo que Dom Waldir teria sido recebido pelo próprio general ditador Costa e Silva (p.251). Também informações baseadas no livro de ANTOINE, Charles (1971). *L`Eglise et le pouvoir en Brésil -Naissance du militarisme*. Paris: Desclée de Brouwer, p.134 e segs.

No entanto, estas informações estão ausentes no acervo documental da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Em Relatório acerca da movimentação realizada por ele nas altas esferas do regime, Dom Waldir afirma que não havia conseguido falar com o presidente da República. Talvez o encontro a que o autor se refere tenha sido por conta do processo de expulsão do missionário francês, que também havia sido preso no dia 05 de novembro. Ou, simplesmente, porque estas relações faziam parte das áreas de sombra. De qualquer forma, para saber da sua veracidade faz-se necessário uma pesquisa nos acervos da CNBB.

²¹⁵ - O apoio político ao golpe militar marcou o mundo cristão de então. A juventude, tanto católica quanto protestante, foi atingida pela onda repressiva oriunda das suas próprias instituições. O grupo de trabalho da Comissão da Verdade, organizado por Anivaldo Padilha, poderá nos apresentar um retrato mais próximo da verdade sobre o que teria ocorrido. No mundo protestante o alinhamento conservador começou antes mesmo do golpe militar.

Sobre este assunto ver: HUFF, Arnaldo Erico. (2012). *Um protestantismo protestante: Richard Shall, missão e revolução*. Rio de Janeiro: PPHIS/UFRJ, 2012J (Tese de doutorado orientada por Jessie Jane Vieira de Sousa).

Através da carta-resposta datada de 14 de novembro de 1967, (portanto, após as prisões dos jovens), e na qual Dom Waldyr recusava o convite, feito pelo então Comandante do Batalhão de Infantaria Blindada- BIB, para que a Igreja participasse das solenidades militares que seriam realizadas em comemoração à vitória sobre a Chamada Intentona Comunista, evidencia o quanto os hierarcas católicos estavam impregnados desta cultura.

Não deixa de ser curioso que até mesmo Dom Waldyr, que estava no epicentro repressivo do regime, também partilhasse desta concepção que era apresentada como sendo a essência de uma chamada "civilização cristã ocidental" e, em nome da qual, se cometia atos de barbárie.

Vejamos os argumentos do bispo:

Em 14 de dezembro de 1967

Ilmo Snr. Cel. Armênio

Saudações no Senhor

Recebi o convite para participar nss comemorações do dia 27 de novembro, próximo passado, em homenagem aos nossos irmãos, vítimas da violência comunista há 35 anos passados.

As circunstâncias não recomendavam minha presença pessoal, na ocasião. Senti-me presente com a participação da Igreja no programa, enquanto se celebra a missa na Matriz de S. Sebastião de Barra Mansa.

Já sou conhecedor da aproximação do Prefeito Sávio Gama com V.S. Não nos é desconhecida a intenção desta aproximação. O interesse deste batalhão, através dos interrogatórios dos rapazes, quanto ao possível aproveitamento da fazenda Três Poços pela Diocese para o seu centro de formação de líderes católicos é bem expressivo: " Quem vai dirigir o Centro ? " Se " Pe. Barreto e Pe. Bueno são elementos indicados para o Centro ? " foram perguntas também feitas durante o I.P.M.

É lamentável, Sr. Coronel, a aquiescência benevôla de V.S. em uma ocasião tão séria, aceitando a bajulação ridícula do Prefeito Sávio Gama, quando se devia lembrar a coragem e sacrifício de nossos mortos.

Isto é mais sério, quando se pede a participação da Igreja neste programa oficial, convida-se o Bispo Diocesano e depois da celebração da missa, na frente da própria Igreja, usando a energia da Igreja para o serviço de alto-falante, dá-se a palavra a um homem que vai tripudiar do Pastor Diocesano desta mesma Igreja.

Há de convir V.S. que nós não podemos nos expôr mais ao ridículo, participando destes programas.

Farei chegar ao conhecimento superior, a quem de direito, para que não extrenhe a ausência da Igreja Católica nestas e noutras comemorações.

A Igreja rezará sempre nestes datas pelos seus filhos, verdadeiramente assassinados, mas com seus fiéis e não por programas oficiais.

Somos em Cristo,

Dom Waldyr Calmon

Bispo Diocesano

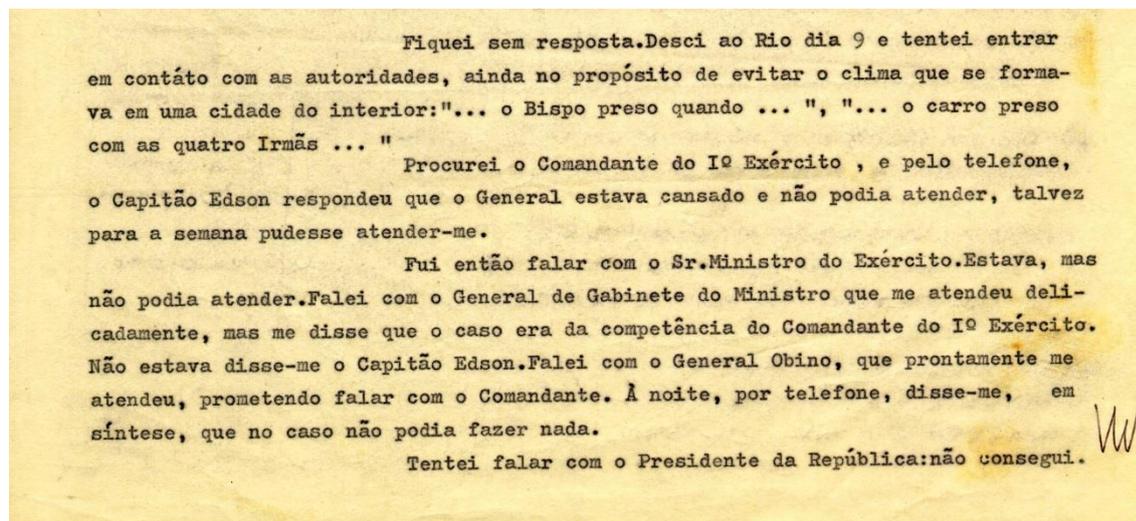
No essencial, esclarece o bispo, a sua recusa se devia não ao fato do ato comemorativo expressar uma ritualização da política da guerra fria e legitimação do poder militar, mas a uma disputa existente entre a Cúria e a prefeitura pela posse de um determinado terreno. O bispo se alinhava ao conteúdo dado à comemoração, mas, ao mesmo tempo, expressava sua crítica aos militares por suas alianças políticas com as forças consideradas inimigas da Diocese.

Outro fato que chama atenção nesta carta-resposta é a preocupação do bispo em avisar ao comandante do BIB que faria chegar aos superiores, isto é, ao alto comando do Exército, o motivo da ausência da sua Igreja naquela cerimônia. Tratava-se de explicitar que a ausência não se devia a uma oposição ao conteúdo da cerimônia, mas a uma questão meramente circunstancial, que pode ser considerada como uma querela paroquial.

Tanto a preocupação de Dom Waldyr quanto a de Dom José Alberto de Castro Pinto, indicam a necessidade da manutenção das boas relações com o regime. E ao admitir a realização de cerimônias religiosas para lembrar aquele acontecimento, o bispo partilhava a mesma atitude oblíqua que marcara a postura da hierarquia da sua Igreja. De um lado a defesa dos prisioneiros e, sobretudo, a autonomia da sua ação pastoral, da sua instituição. E, de outro lado, um alinhamento político-ideológico ao conteúdo da comemoração militar. Uma síntese do que poderíamos chamar de posição político-religiosa e que demonstra os limites da nossa laicidade já que a presença da autoridade religiosa em uma cerimônia militar indica como estas duas expressões de poder se interligavam. Ambas eram instâncias legitimadoras do sistema e não somente do regime de fato.

Em relatório, sem datação e provavelmente encaminhado à CNBB, o bispo, ao expor os fatos, enfatiza o seu descontentamento

com a conduta dos presos que, segundo ele, teriam usado a viatura da Diocese sem o seu consentimento. E expressa a sua decepção por não ter conseguido, junto aos comandantes militares, nenhuma informação sobre as prisões.²¹⁶ Vejamos o diz o bispo:



Fiquei sem resposta. Desci ao Rio dia 9 e tentei entrar em contato com as autoridades, ainda no propósito de evitar o clima que se formava em uma cidade do interior: "... o Bispo preso quando ... ", "... o carro preso com as quatro Irmãs ... "

Procurei o Comandante do 1º Exército, e pelo telefone, o Capitão Edson respondeu que o General estava cansado e não podia atender, talvez para a semana pudesse atender-me.

Fui então falar com o Sr. Ministro do Exército. Estava, mas não podia atender. Falei com o General de Gabinete do Ministro que me atendeu delicadamente, mas me disse que o caso era da competência do Comandante do 1º Exército. Não estava disse-me o Capitão Edson. Falei com o General Obino, que prontamente me atendeu, prometendo falar com o Comandante. À noite, por telefone, disse-me, em síntese, que no caso não podia fazer nada.

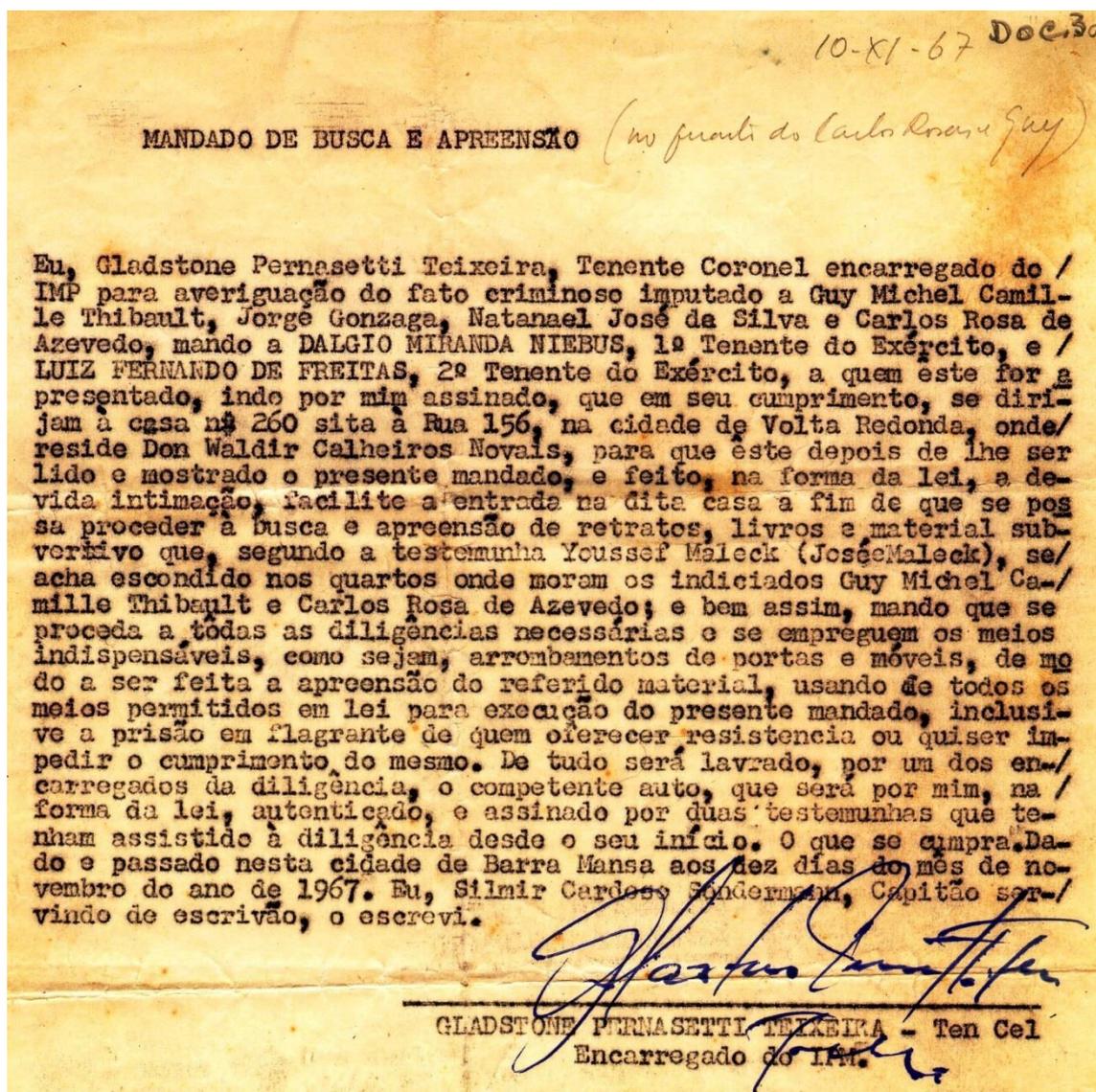
Tentei falar com o Presidente da República: não consegui. WW

A resposta sugere que se tratava de uma ação do sistema de informação e repressão que, naquele momento, começava a se estruturar com total liberdade. É importante observar este fato uma vez que, segundo a bibliografia dominante, este complexo sistema somente se estruturou após o AI-5. O relato de Dom Waldyr indica claramente que os porões do sistema haviam vencido e a essencialidade do regime se evidenciava. O bispo, ao captar esta inflexão, deve ter se perguntado para onde caminhariam as 'boas relações' da sua Igreja com o regime.

²¹⁶ Pasta número 1 do Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda. Este acervo não foi objeto de classificação arquivística, como dissemos.

Mal sabia que o aparato repressivo se tornaria ainda mais ousado.

Repressão sobre o bispado



O documento acima, assinado pelo presidente do Inquérito Policial-miliar- IPM, tenente-coronel Gladstone Pernasetti Teixeira, um oficial com transito nos porões do sistema, ilustra claramente os objetivos da investida sobre a Diocese. A residência que o tenente-coronel mandava invadir era simplesmente o Palácio Episcopal, casa do bispo e onde viviam os presos. A ordem é para "fossem empregadas todas as medidas necessárias"- leia-se de força- para a

possível apreensão de material considerado subversivo. Ordena, inclusive, a prisão para quem “oferecer resistência” para tais ordens sejam cumpridas.

Em relatório, também sem data, certamente dirigido aos seus pares, às autoridades do Estado ou um simples registro histórico, o bispo assim relato os fatos que culminaram com a invasão por soldados do Exército da residência episcopal. Enfatiza que (...)

“Deixaram dois soldados fora: um no portão da rua e outro que andava rua, como para, ostensivamente, humilhar uma pessoa de RESPONSABILIDADE PUBLICA (grifo no original), como Bispo Diocesano ou quando menos para insinuar aos transeuntes a suspeita dobre o Bispo. Ficaram quatro horas dentro de casa (....) Desrespeitaram a inviolabilidade de domicilio... Sem se preocuparem com as consequências que esta demonstração desnecessária de força, na porta de minha residência”²¹⁷.

Este relatório expressa as preocupações do bispo em enfatizar que se tratava de um ato de força contra o bispo. Ressalta ainda as dificuldades pelas quais passavam os trabalhadores daquela cidade, outrora conhecida por suas lutas trabalhistas e por suas conquistas. Pelas palavras do bispo se evidencia o desmonte que ocorria naquela conjuntura:

²¹⁷ Documento número quatro da Pasta n. 1.

“Enquanto o coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas eu estou preocupado:

A- Com o acordo salarial que vem se arrastando a (sic) meses, e enquanto isso vários operários são privados ate “dessas migalhas que caem na mesa do senhor”.

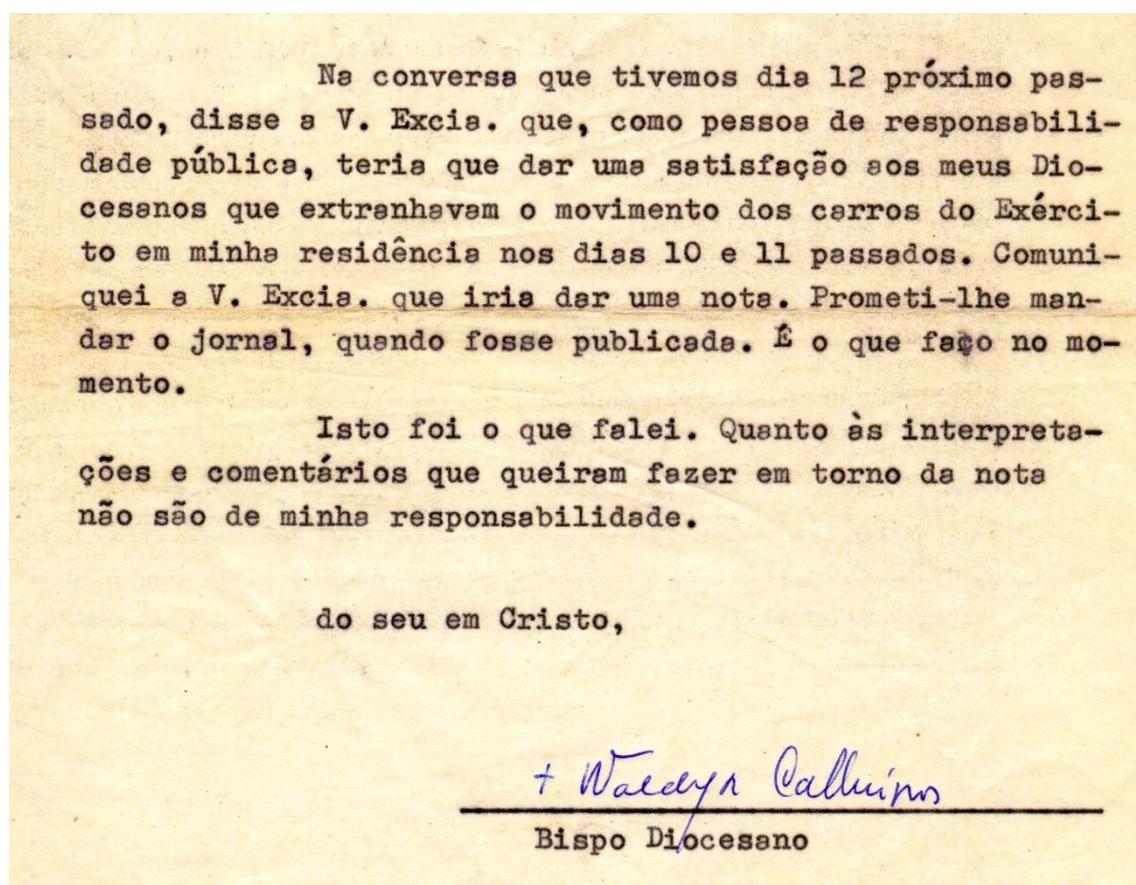
B -Estou preocupado que para alguns este aumento acrescenta NC\$ 160,00 a mais no seu salário. Enquanto para outros o aumento representa mais ou menos NC\$21,00que somados ao seu salário atual chega a NC\$150,00 mais ou menos a quantia inferior ao simples aumento dos primeiros”.²¹⁸

Outro aspecto importante do relatório é a ênfase na defesa dos padres de sua Diocese que começavam a ser criminalizados. Dom Waldyr, com sua arguta inteligência, logo percebeu que o alvo do aparato repressivo era sua ação pastoral. Certamente havia ainda a preocupação em relação à opinião pública não somente da cidade, mas, sobretudo, a nacional que começava a compreender os verdadeiros objetivos do golpe que, segundo a propaganda oficial, havia sido uma revolução para restabelecer a democracia. Era necessário fazer com que os fatos se tornassem públicos e não ficassem confinados aos espaços da igreja, que, como vimos, buscava preservar suas alianças com o regime²¹⁹.

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Neste momento a censura à imprensa ainda não era total, o que aconteceria um ano depois com o AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968.

Contudo, como mais uma expressão de ambiguidade, D. Waldyr preventivamente se dirige ao comandante do BIB, comunicando-lhe que, diante das suas responsabilidades como bispo, ele teria que esclarecer à sua comunidade a respeito da movimentação dos carros do Exército nas dependências da casa episcopal. Ele o faz, mas não sem antes alertar o comandante do BIB sobre as possíveis repercussões que a imprensa daria ao assunto. No documento, datado do dia 14 de novembro, e dirigido ao comandante do BIB, o bispo sublinha a sua autoridade e responsabilidade pública:



Na conversa que tivemos dia 12 próximo passado, disse a V. Excia. que, como pessoa de responsabilidade pública, teria que dar uma satisfação aos meus Diocesanos que extrenhavam o movimento dos carros do Exército em minha residência nos dias 10 e 11 passados. Comuniquei a V. Excia. que iria dar uma nota. Prometi-lhe mandar o jornal, quando fosse publicada. É o que faço no momento.

Isto foi o que falei. Quanto às interpretações e comentários que queiram fazer em torno da nota não são de minha responsabilidade.

do seu em Cristo,

+ *Waldyr Calhoun*
Bispo Diocesano

Referia-se a notícia, publicada pelo Jornal do Brasil no dia 14 de novembro de 1967, sobre a invasão do bispado. Ao ler o conteúdo da matéria podemos verificamos que é quase um réplica do relatório escrito pelo bispo, donde se conclui que o alerta ao comandante também pode ser lido como apenas uma cortesia, algo protocolar.

Talvez uma estratégia para satisfazer aos interesses da sua instituição. A reportagem reproduz literalmente narrativa feita pelo bispo no relatório.

PREOCUPAÇÃO

— Enquanto o Coronel Armênio está preocupado em descobrir pessoas subversivas, eu estou preocupado:

1) com um acôrdo salarial que se vem arrastando há cinco meses, e enquanto isso vários operários são privados até “dessas migalhas que caem da mesa de seu senhor.”

2) estou preocupado que para alguns este aumento acrescenta NCr\$ 160,00 a mais no seu salário, enquanto para outros o aumento representa mais ou menos NCr\$ 21,00 que somados ao salário atual chega a ... NCr\$ 150,00 quantia inferior ao simples aumento dos primeiros. O pão que estes comem é do mesmo preço do daqueles. A carne que estes não comem é do mesmo preço para aquêles que a comem;

3) estou preocupado que este aumento não venha a cobrir o saldo devedor que já é preocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, pois centenas de operários no dia de pagamento levam para suas casas motivando tristeza para alguns lares, desentimentos em outros e desespero para muitos, pondo a estabilidade da família em jôgo;

4) estou preocupado com o índice elevado de doentes mentais entre operários, não só novos, como antigos. Alarma-nos também o número de alcoólatras;

5) estou preocupado com a manutenção de castas sociais, como existe nos bairros do Laranjal e Vila e nos apartamentos, pois isto é criar rivalidades entre classes. São ilhas criadas;

6) estou preocupado com a vida de comunidade dos moradores nas casas que não lhes pertencem. Sei que a própria CSN está preocupada também há vários anos. As casas não lhes pertencendo e não podendo comprá-las, ninguém se sente estável e seguro. Daí, a apatia por qualquer coisa da cidade. Esta indiferença entre pessoas humanas é perniciosa no relacionamento humano;

7) estou preocupado com o excesso da oferta de trabalho e a exploração de algumas empresas que se aproveitam da situação impondo pagamento arbitrário, em desrespeito à Legislação vigente.

Com estes e outros problemas me preocupo, pois é melhor combater as causas da insatisfação e da revolta, péssimas conselheiras na hora de desespero, que mesmo preocupar-me com esta ou aquela pessoa que não teve mais paciência como o nosso “Pedro Pedreiro... que tem uma mulher que está esperando um filho para esperar também”. Tudo isto são preocupações pastorais que junto às outras do nosso ministério obrigam-me a ver, lá fora da minha residência, as causas que podem levar ao desespero da subversão — finalizou D. Valdir Calheiros, Bispo de Volta Redonda.

(Transcrito do Jornal do Brasil do dia 14-11-67).

Para informar aos seus paroquianos o bispo sugere que se distribua em toda a Diocese exemplares do Jornal e da nota que se segue:

Antes da distribuição ou de leitura de minha nota pública é bom que o padre diga: já são de todos conhecido os acontecimentos tendenciosos que visavam envolver a pessoa do snr. Bispo.

A autoridade eclesiástica devia uma satisfação aos seus fiéis diocesanos e fim de afastá-los de boatos que o tinham na ~~diocese~~ ~~diocese~~ conta de preso ou de subversivo. Os jornais deram notas e entrevistas que mais confundiram do que esclareceram. Então o snr. Bispo confirma como palavras suas, e sua declaração no Jornal do Brasil do dia 14.11.67. Como nem todos puderam adquirir este notutino e, além do mais, tiveram informações tendenciosas, aqui leremos o que ele deixou expresso naquele órgão da imprensa.

Quem quiser levar um exemplar para casa pode espanh-lo na porta da Igreja ao final desta missa.

*Simples sugestão
+ Waldy.*

Contudo, através da reação de um dos mais eminentes católicos, Sobral Pinto, podemos imaginar as dificuldades que o bispo teve para angariar apoios dentro da hierarquia católica.

Em carta, escrita no dia 16 de novembro de 1967, Sobral Pinto, após pedir a benção do bispo e informar seu desejo de comentar os acontecimentos ocorridos em Volta Redonda e a entrevista do bispo publicada pelo Jornal do Brasil, se expressa nos termos que se seguem:

É evidente que não me sinto em condições de pronunciar-me definitivamente sobre o acerto ou desacerto tanto das autoridades militares quanto das autoridades eclesíasticas a respeito dos fatos em que estão envolvidas, sem um melhor e mais perfeito conhecimento dos referidos fatos.

Entretanto, alguns trechos do "volante" distribuído por pessoas, de caráter eclesíastico, que residem em sua companhia parecem-me imprudente senão injustos, servindo, paralelamente, de instrumento de ódio contra os Estados-Unidos. Parece-me, Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, que nós católicos não podemos empregar, na nossa campanha contra a ditadura militar disfarçada que vigora no País, a linguagem de raiva que é própria dos comunistas ateus. Tenho autoridade para assim falar porque fui e sou o patrono de Luiz Carlos Prestes e de numerosos comunistas perseguidos pelo atual Governo. Sou amigo pessoal deste chefe comunista e de outros membros do Partido Comunista. Eles conhecem a minha lealdade e estão acostumados com a minha franqueza, sempre disposta a defender a verdade, quaisquer que sejam os riscos que venha a correr. Cabe-me, porém, dizer a V.Exa Revma. que os trechos do "volante" transcritos em O GLOBO e em o JORNAL DO BRASIL podem ser qualificados de criminosos.

Por outro lado, é de meu dever profligar o procedimento das autoridades militares que invadiram Igrejas e residências eclesíasticas sem preenchimento das formalidades legais, exigidas pela Constituição do País. Compreendo que a busca e a apreensão de documentos comprobatórios da prática de um crime, venham a ser tornar necessárias mesmo dentro de uma Igreja ou de uma residência episcopal. Esta dolorosa diligência, porém, tem de ser cercada de todas as formalidades processuais, a fim de que percam o seu caráter arbitrário e prepotente. Como tais formalidades não foram obedidas, trago a V.Exa Revma a minha solidariedade, neste ponto.

Seu filho em Jesus-Cristo,

H. Sobral Pinto

Esta manifestação de Sobral Pinto é muito reveladora da sua perspectiva legalista, ainda que manifeste sua concordância quanto ao caráter ditatorial do regime. Ora, se estávamos sob uma ditadura como imaginar que os atos do aparato repressivo fossem revestidos de legalidade!

Outra coisa que chama à atenção é a discordância do jurista em relação ao conteúdo do panfleto distribuído que, segundo ele, pregava a violência. Todavia, antes de denotar qualquer ato de violência o texto se assemelha mais a um volante estudantil do que a uma convocação revolucionária. E também ressalta a sua discordância quanto à responsabilizar os Estados Unidos pelo golpe militar o que se, à época, era um discurso, hoje se tornou uma verdade historiográfica.

Na realidade a carta de Sobral Pinto criminalizava os presos e, por tabela, a ação pastoral do bispo a quem ele termina por atribuir

responsabilidade. Ainda que ele se apoie na sua militância na defesa de Luiz Carlos Prestes e na sua amizade com alguns membros do Partido Comunista, a sua carta é uma peça que se encaixa perfeitamente na retórica da guerra fria.

Mas, para aqueles que estavam atentos à gravidade do que ocorria na cidade, tornava-se evidente que as preocupações de D. Waldyr iam além daquelas prisões. Sua atenção estava centrada no agravamento da situação dos trabalhadores que haviam perdido a estabilidade²²⁰ no emprego e que estavam prestes a perder suas casas porque a Companhia Siderúrgica Nacional- CSN vinha anunciando que as venderia, fato que ocorreu dez anos depois, já sob o comando do general Ernesto Geisel²²¹.

Dentre suas preocupações encontrava-se o problema da saúde dos trabalhadores por conta do alto índice de alcoolismo e da crescente presença de doenças mentais. Fato interessante é a sua preocupação em relação ao uso que os trabalhadores faziam do

²²⁰ - Trata-se da Instituição do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) decretado em 13 de setembro de 1966 e atualmente regulamentado pela Lei n. 8.036/90 e pelo Decreto n. 99.684/90. Sobre Volta Redonda ver: SILVA, Eduardo Ângelo; Silva, Eduardo Ângelo (2001). "Industrialização, urbanização e formação de classe em Volta Redonda". In *Revista Mundos do Trabalho*. v. 3, n. 5, janeiro-junho, 2001, p. 86-113.

²²¹ - Como faziam todos os presidentes da República, o general Ernesto Geisel em 1975 visitou a CSN. Naquela ocasião ele anunciou que a empresa finalmente pagaria o fundo de garantia que lhes era devido. Ordenou ainda que, com estes recursos, trabalhadores deveriam comprar as casas nas quais vivam e que, no passado, haviam sido construídas para a moradia destes mesmos trabalhadores. Era a empresa se desfazendo do aparato social conquistado nas lutas sindicais que marcaram os anos de 1950 a 1964. Devo ressaltar que a ida do general a Volta Redonda foi marcada por nova onda repressiva na qual se destacou a prisão de Rosalice Magaldi Fernandes, suplente de deputada pelo Movimento Democrático Brasileiro, presidente do Departamento Trabalhista deste partido e, sobretudo, filha do líder sindical Oto Reis Fernandes, um dos presos e cassados após do golpe militar. Naquela ocasião os trabalhadores começavam a mobilização para que o FGTS fosse pago e que as casas fossem compradas pelos operários que nelas moravam. Nestes fatos temos novamente a destacada presença de Dom Waldir, dando apoio às lutas dos trabalhadores e, em especial, acompanhando pessoalmente Rosalice, condenada a um ano e meio de prisão. A partir deste momento o bispo passou a visitar constantemente as prisioneiras políticas que se encontravam na Penitenciária Talavera Bruce e os demais presos políticos do Rio de Janeiro. O bispo iniciava a sua luta pela anistia e, sobretudo, pela memória, verdade e justiça.

pequeno salário que, segundo ele, era gasto “*com futilidades, comprando aparelhos de televisão*”. Devemos lembrar que naqueles anos iniciava-se o poder midiático da televisão, com a montagem do sistema Globo de televisão como um veículo fundamental para a propaganda ufanista do regime e do mercado de consumo.

Por outro lado, também não devemos nos esquecer de que estas censuras em relação ao uso que os trabalhadores faziam do seu tempo livre é uma das peças angulares do discurso católico desde o século XIX e compõe toda uma estratégia necessária á construção da ordem baseada na disciplina para o trabalho. Creio que a palavra “futilidade” utilizada pelo bispo pode ser lida também nesta dimensão.

Atuação jurídica

O pedido de Habeas Corpus²²², impetrado pelo advogado, Lino Machado Filho, ao Superior Tribunal Militar- STM, no dia 16 de novembro, A peça jurídica produzida pelo advogado requeria que fossem postos em liberdade²²³ e formalizava a versão do bispo sobre dos fatos ocorridos e que se ancorava na tese de que as prisões e a invasão da casa episcopal era, sobretudo, uma agressão à Igreja e a um príncipe desta mesma igreja.

O tratamento dado ao bispo, como Príncipe da Igreja Católica Romana, buscava evidenciar que se tratava de uma violação dos direitos da Instituição, algo absolutamente inadmissível.

²²² O AI-5 acabaria com esta possibilidade jurídica.

²²³ Permaneceram presos durante 30 dias. Quando do julgamento, ocorrido meses depois, dois foram condenados a seis meses de prisão (Guy Michael Camile Tribault e Carlos Azevedo Rosas) e os outros dois foram absolvidos.

Com esta tese, o advogado não nega os fatos pretensamente causadores das prisões, mas busca deslegitimá-los ao caracterizá-los como sendo um ato contra a Igreja, contra um dos seus príncipes. O esclarecimento sobre quem eram os acusados busca sublinhar o pertencimento à Igreja. Portanto, era um ato de força contra a Instituição.

A presença, entre os acusados, do missionário francês, Guy Michel Camille Thibault, da Ordem Missionária da Imaculada Conceição, fará com que a crise se avolume ainda mais. Note-se que o advogado enfatiza o fato do francês ser militar e de ter participado da guerra francesa contra os argelinos. Segundo o advogado ele fora, inclusive, prefeito militar naquele país. Certamente alguém a quem não se poderia atribuir nenhuma ideologia comunista.

Através do depoimento do prior da ordem religiosa a qual o francês estava ²²⁴subordinado esta atuação militar se deveu ao fato de (...)

"(...) que como todos os cidadãos franceses, mesmo religiosos e seminaristas, ele foi chamado para prestar serviço militar; que ficou alistado no exército durante dois anos, entre 1959 e 1961; que passou esse tempo na Argélia e terminou o seu tempo de serviço militar como primeiro tenente do exército francês; que, a título de oficial de S.A.S (Serviço Administrativo e social) ele tinha a responsabilidade administrativa e social de um território; que ele mesmo como oficial, foi levado a encarregar-se da emigração dos 'Harkis' (argelinos que tinham lutado pela França e que

²²⁴ Documento número 17 da Pasta n. 1.

precisava proteger contra a perseguição do Exército de Libertação Nacional- F. L N); que continuou ocupando-se dos ' Harkis' mesmo depois de terminar o serviço militar e ter voltado para a França, gozando de parte deles de uma autoridade de uma extraordinária popularidade...".

O Habeas Corpus foi acolhido pelo Superior Tribunal Federal mas, preventivamente, o tenente-coronel Gladestone, comandante do Inquérito Policial Militar, solicitou ao presidente deste mesmo tribunal que encaminhasse ao presidente da República para que o religioso francês fosse imediatamente expulso do país.

EXMO SR. MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

29.03.1968 - DOC. 18-4

GUY MICHEL CAMILLE THIBAUT, cidadão francês, diácono da Igreja Católica Apostólica Romana, domiciliado em Volta Redonda, vem, por seu advogado, requerer ordem De HABEAS CORPUS *preventivamente*, para que Sua Excelência o Senhor Presidente da República se abstenha de assinar qualquer ato impondo-lhe a expulsão do país, pedido que fez com base no artigo 150, parágrafo 20, da Constituição do Brasil, observada a forma processual prescrita em lei, expondo para tanto, o que se segue:

I – DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Constituição, artigo 114 alínea "h", fixa a competência, in casu, desde que o ato de expulsão emane do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

No caso vertente, instaurado o processo no Ministério da Justiça, nem só os jornais noticiam o seu encaminhamento à despacho, como assim possivelmente ocorrerá, face a decisão prolatada por esse Egrégio Tribunal revogando a liminar concedida ao ensejo do HABEAS CORPUS 45.067 denegado a 27 do corrente mês, por maioria, vencidos os Senhores Ministros VICTOR NUNES LEAL – relator ; EVANDRO LINS E SILVA; ADAUTO LÚCIO CARDOSO; HERMES LIMA; LAFAYETTE DE ANDRADA .

Assim sendo, a coação impondo ao paciente a expulsão só poderá partir de Sua Excelência do Senhor Presidente da República, autoridade presumidamente coatora – daí o caráter preventivo da medida solicitada.

A batalha de Dom Waldir passa então a ser a de impedir esta expulsão do missionário francês e a condenação dos presos. Em carta endereçada ao Ministro da justiça, Gama e Silva, a quem chama de "meu ministro", o bispo se expressa nos seguintes termos:

Volta Redonda, 31 de janeiro de 1968

Meu prezado
Dr. Gama e Silva

Saudações no Senhor

Sei que a multiplicidade dos problemas nacionais exige sua atenção constante. Não é minha intenção criar ou trazer-lhe mais problemas. O nosso problema já existe.

Minha atuação através da imprensa visou ao esclarecimento de nosso gesto em defesa dos quatro jovens dos quais tenho certeza, não serem comunistas ou subversivos. Não posso vê-los condenados como tais. Não sei em defesa de pessoas desconhecidas. Fui em defesa de quem pertenciam à Igreja, e que estavam ligados à minha pessoa diretamente: uns por pertencerem ao movimento católico diocesano e outros por desejarem ser sacerdote.

Contudo, ele não deixa de se referir ao que ele considera como sendo violência contra inocentes:

A repressão extrema com a abertura de um I.P.M. creio que foi desproporcional ao gesto juvenil e exaltado dos rapazes. A intenção de envolvimento do Bispo, bem claro no desenrolar do I.P.M. é realmente o que justifica o modo de repressão. Isto é natural a quem não só é indiferente à Igreja, mas chega mesmo a ser hostil, zombeteiro e gozador. Respeito suas crenças. Aceito suas suspeitas, Não me dispense, porém, o direito de defender quando e enquanto puder a Igreja.

Não posso aceitar, meu Ministro, que os quatro rapazes, de 5 e 6 de novembro, à noite, incógnitos, nas ruas vazias de Volta Redonda, distribuindo uns panfletos com charges comuns em nossa imprensa, sejam mais perigosos à Segurança Nacional, do que as recentes declarações atribuídas, não a jovens e sim a quem tem força de levantar uma parcela da opinião pública, com uma projeção internacional, e que não precisa espelhar panfle-

E acrescenta que (...)

Quando de minha audiência, ssem de outras impres-
sões que tive, recebi do Sr. um pedido para evitar o mais possível
a imprensa sôbre o caso. Pesei realmente o valor de seu pedido pa-
ra criar um clima sereno no julgamento. Creio que correspondi ao
seu desejo. Vejo porém que as últimas declarações desses diretores
criem um clima falso e tendencioso de complididade, importuno à se-
renidade desejada.

E, por fim, ressalta que (...)

Acresce a tudo isto o fato de não se poder conceber
qualquer sentença contra o nosso Diácono e seus colegas, sem stin-
gir, de certo modo, o seu Bispo e a Igreja. Não é êle um Padre qual-
quer, que por este ou aquela razão deixou o ministério, afastou-se
do seu Bispo e seiu pregando desordem. (Pe. Alípio). A opinião pú-
blica deformada por uma parte da imprensa só me excusaria dando-me
o título de ingênuo por não saber a quem eu obrigava. Isto, por fi-
delidade à Igreja, não sceito. Não é minha pessoa é a Igreja em jô-
go, queconfiaris orientação a ingênuos.

Pensei em lhe pedir uma audiência, mas tenho escrúpulo
de tomar o tempo dos homens de muitas responsabilidades.

Fique certo de minhas orações para que Deus o ilumine
na árdua tarefa de julger. Em momento oportuno, reservo-me, se ne-
cessário, o direito de divulgar os termos desta carta.

do seu em Cristo,

Dom Wladyslaw Cieliecki
Bispo Diocesano

Como se evidencia, nesta correspondência, o bispo se utiliza dos canais institucionais, das possíveis relações pessoais, para tentar demover o sistema de condenar os seus seguidores. E o faz usando conceitos caros ao sistema ao ressaltar que o diácono não é um

religioso qualquer, que se afastou do seu bispo, do seu ministério, como padre Alípio “que sai por ai pregando desordem”.²²⁵

E, enfatiza, que qualquer condenação seria contra o bispo, contra a Igreja. Esta foi ao longo do período ditatorial a pauta da Instituição e claramente o eixo traçado pela defesa dos acusados no processo em pauta.

O caso do missionário francês

No entanto, apesar dos esforços do bispo, podemos verificar, através do relatório redigido pelo responsável pelo Inquerito Policial Militar e dirigido ao Ministro da Guerra, que para o sistema fazia-se necessário utilizar o caso do francês como exemplo. Era necessário que fosse expulso do território nacional como ‘persona non grata’.

Eis o que informa o Centro de Informação do Exército ao Ministro da Justiça:

²²⁵ Se refere a Alípio de Freitas, ex-padre português que, vindo das colônias portuguesas na África onde se ligou aos movimentos de libertação, terminou por se comprometer com as lutas camponesas e saindo da Igreja. Alípio, em 1970, foi preso e cumpriu muitos anos de prisão por seu envolvimento com a fundação de uma organização política clandestina estruturada a partir do norte do Brasil e que tinha como projeto a revolução socialista. Pelo que se sabe ele, longo dos seus anos de prisão, nunca foi alvo de qualquer gesto de solidariedade da hierarquia católica. Hoje vive em Portugal.

Al. Gladston pede ao Ministro expulsão de Guy 5.XII.67

Doc 14.a

AVISO 402 -C.I.E. de 1º de Dezembro de 1967

Do Ministro do Exército ao Ministro da Justiça.

"Omissis Pelo prontuário anexo, verificará V.Excia, igualmente, quão suspeitas são as atividades desse "religioso", estrangeiro, homem experimentado, cujas tendências marxistas não consegue encobrir e que se me afigura inteiramente vinculado ao movimento subversivo em nosso país.

Não póde a Nação, Senhor Ministro, que prazerosamente acolhe imigrantes de todo o mundo e os irmana como gente brasileira, que não cria distinções de raça, côm ou fé religiosa e apenas deles exige trabalho honesto e cumprimento de nossas leis, permitir que mau hospede, cidadão ingrato, continue a usufruir dos privilégios de uma permanência definitiva em solo brasileiro, que não soube honrar.

Eis porque, convicto da periculosidade do indivíduo "persona non grata" ao país, dirigo-me a Vossa Excia., como um dos responsáveis pela Segurança Nacional, para solicitar as providências que por lei lhe cabem, no sentido de que o Diácono Guy seja expulso do território Nacional.omissis....."

No dia 21 de janeiro de 1968, o Juiz Auditor em exercício da Segunda Auditoria da Aeronáutica, Áureo de Souza Almeida, acolhe a denúncia na qual todos os presos eram enquadrados judicialmente²²⁶:

E, em paralelo, corria o processo administrativo objetivando a expulsão do missionário francês. Após uma longa batalha jurídico-política, eis o resultado:

²²⁶ Processo n. 1.407 que pode ser encontrado no Arquivo do Superior Tribuna Militar.

GB, em 9 de maio de 1968

09.05.1968

G/

CONFIDENCIAL

Meritíssimo Senhor Juiz Auditor

De ordem do Senhor Ministro de Estado, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o diácono francês GUY MICHEL CAMILLE THIBAUT foi repatriado pela Embaixada da França, a 29 de abril último, com o consentimento do Governo brasileiro.

Por outro lado, informo Vossa Excelência de que enviei hoje Aviso ao Ministro das Relações Exteriores solicitando as necessárias providências junto às autoridades Consulares brasileiras no exterior no sentido de proibir a concessão, ao diácono francês Guy Michel Camille Thibault, de visto de entrada de qualquer espécie, em seu passaporte.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e consideração.

Hélio A. Scarabôto
Chefe de Gabinete

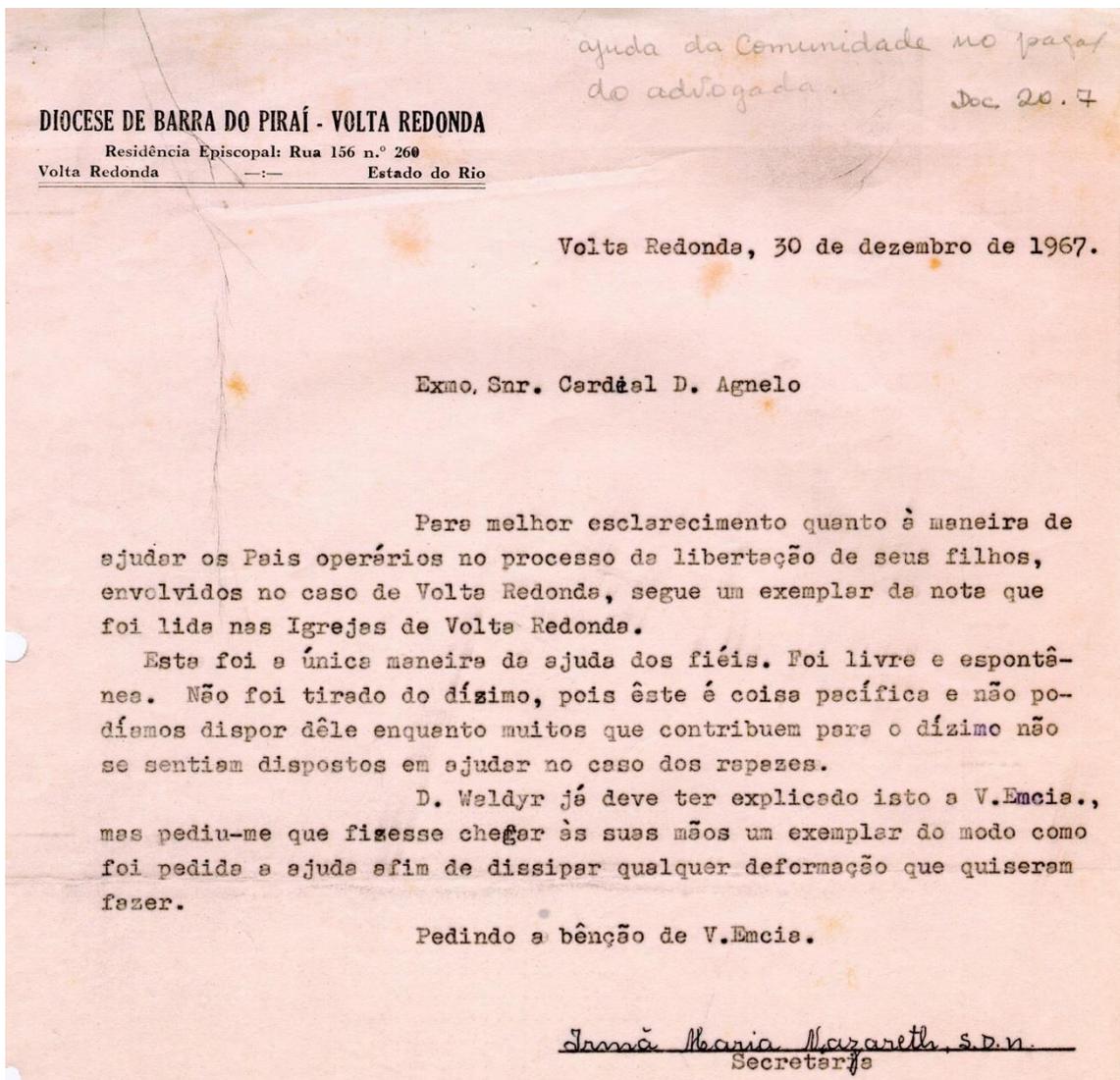
A Sua Excelência o Senhor Juiz Auditor AUREO DE SOUZA E ALMEIDA Meritíssimo Senhor Juiz Auditor da 2ª Auditoria do Ministério da Aeronáutica
/MGMM

Chama a atenção o carimbo de confidencial, o fato de o repatriamento ter sido feito pela embaixada francesa e o aviso às representações consulares do Brasil no exterior para que não fosse dado visto ao religioso. Sabemos que este foi um procedimento permanente tanto do Ministério da Justiça quanto do Ministério do Exterior ao longo dos anos ditatoriais. Em relação aos religiosos estrangeiros que foram alvo da ação do regime este foi um método recorrente, haja vista o número de padres e freiras expulsos do país ao longo do período²²⁷. Não tenho informações sobre o número de sacerdotes presos mas certamente foram muitos aqueles que foram atingidos por um ou outro ato de violência por parte do regime. O caso mais rumoroso é o assassinato do padre Henrique, assessor de

²²⁷ Levantamento preliminar indica a expulsão do país de 25 padres, duas freiras e um militante leigo.

Don Helder Câmara, e da madre Maurina presa, torturada, expulsa do país e silenciada pela igreja.

No acervo documental com o qual estamos trabalhando não encontramos nenhuma manifestação da CNBB sobre a expulsão do diácono francês. Ao contrário do que seria esperável achamos apenas uma correspondência, assinada pela secretária pela secretaria da Diocese de Volta Redonda, que parece responder a uma reprimenda do secretário-geral da CNBB:



Naturalmente a correspondência se referia ao pedido que Dom Waldir havia feito à comunidade da sua Diocese no sentido de aqueles que pudessem ajudassem a angariar os recursos necessários á defesa dos acusados e, segundo a contabilidade da Diocese, teriam sido arrecadados os seguintes valores:

<u>PROCESSO DOS RAPAZES</u>	
<u>NOVEMBRO DE 1968:</u>	
CH 440-479	NCr\$ 1.000,00 - Contrato Habeas Corpus S.T.M:
Ch 789-643	1.000,00 - Contrato
Ch 644	1.000,00 - Contrato
Ch 646	1.000,00 - Contrato
Ch 648	1.000,00 - Habeas Corpus - expulsão Guy - Brasília
Ch 789-655	600,00 - Defesa julgamento Habeas Corpus -Guy- que não houve - Brasília
C 789-659	300,00 - Defesa julgamento Habeas Corpus Guy - negado
Ch 789-660	300,00 - 2º Habeas Corpus S.T.F. - Guy - Brasília
	250,00 - Traduções papéis - Francês
<hr/>	
<u>DOAÇÕES :</u>	
Fiéis.....	1.042,94
Congreg. Guy..	1.440,00
TOTAL	NCr\$ 2.482,94
/ Yacellis (1000Fr)	600,00
Alicia e Rini	272,00
	<u>3.354,94</u>
<hr/>	
Saída	NCr\$ 6.450,00
Entrada....	<u>3.352,94</u>
	NCr\$ 3.098,06

A título de curiosidade, já que hoje tanto se fala na abnegação de advogados que se permitiram defender presos políticos sem nada receberem, o documento abaixo é sugestivo de quantos mitos foram erigidos ao longo do tempo.

Evidentemente não se trata de fazer um julgamento moral mas apenas de indicar que, mesmo reconhecendo a coragem de muitos advogados, os honorários de muitos deles foram pagos e, muitas vezes, com grande sacrifício das famílias. No caso específico o bispo contou com uma grande rede de solidariedade internacional. Mas não pode contar com a ajuda da CNBB. Apesar das manifestações de solidariedade enviadas por padres e por alguns bispos espalhados pelo Brasil.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA LINO MACHADO FILHO
LUIZ HENRIQUE PINTO FREIRE
Tel: 22-4655

Rio de Janeiro, 26 de Dezembro de 1967

D. Valdir

Causar-lhe-á especie o fato de me dirigir ao Senhor, em correspondência.

Poderia falar-lhe, pessoalmente, como de outras vezes; mas - palrador por profissão - me sinto constringido. Maximé porque não desconheço a sua posição no processo, a generosidade de seu coração e o empenho que tem, como Pastor, nunca em termos pessoais.

Aos fatos: o contrato que fiz, de honorarios, tem sido à risca cumprido. É claro que, ao formula-lo, livremente, não cogitei senão do processo penal militar. A expulsão àquele tempo, nem era hipotese.

Superveniente, enfrentamô-la.

À necessidade imperiosa de ir a Brasília, atendeu-a o Senhor, prontamente. Sucesso, em parte, não ilidiu, todavia, a obrigação de ser a defesa produzida em outra área, outra pretória, diria eu. Assim que, hoje, no Ministério da Justiça, novamente, e, amnhã, em Niteroi, terei que dedicar-me, com ausência de meu escritório, com despesas a serem feitas, até então desnecessárias e imprevisíveis.

Mas - não pretendo - mercê de taes circunstâncias, transformar-me em advogado que faz da banca, balcão e da ciência mercatura. Todavia, não posso deixar de repartir ou apelar, para os constituintes, porque dêles vivo e são êles o meu "ganha pão".

Já recebi, do primitivo Habeas-corporis, o preço combinado; de igual, a metade dos honorários para o processo penal militar; ainda, para o Habeas-Corporis impetrado perante o Supremo, hum mil cruzeiros novos, com os quais, paguei-me da viagem, despesas, etc..

Sobre o processo que Guy defrontará, no âmbito do Ministério da Justiça - nada ajustamos.

Dificuldades momentâneas, crise financeira, sobretudo pelo ocorrido com meu carro - para mim, como para muitos, instrumento de trabalho, me obrigam a assim dizer-lhe, suscitando um ângulo que me é difícil focar, quando esta causa, apixanante, a defenderia somente pe-

A Anistia Internacional, mesmo já tendo informado que não dispunha de recursos financeiros para ajudar no pagamento os advogados, terminou por enviar mil coroas suecas. E no dia 14 de agosto de 1968, ao acusar o recebimento desta ajuda, o bispo dá algumas pistas de como via a conjuntura na América Latina e, ao se referir à expulsão do diácono francês diz apenas que ele teve que voltar para a Europa. Não utiliza a palavra expulsão.

No dia 06 de novembro de 1968, pouco tempo depois do Ato Constitucional número 5- AI-5 ocorre o julgamento, com a absolvição de Natanael Silva e Jorge Gonzaga. E com a condenação a oito meses de reclusão do diácono francês, que já havia sido expulso do país e se encontrava em Toulouse, o seminarista Carlos Rosa.

Conclusões preliminares

Ao pesquisar os papéis acumulados por Dom Waldyr, pude ir constatando o quanto, dentro da sua Igreja, ele caminhava sobre terreno minado. Para seu percurso se utiliza das metáforas próprias do vocabulário político-religioso característico da Instituição e lança mão da socialmente aceita sacralidade da sua função episcopal. E é com este arsenal discursivo que ele vai enfrentando seus opositores de dentro e de fora da Igreja. É um desempenho marcado pela ambiguidade já que, tanto para o regime quanto para a Igreja, não havia a possibilidade política de uma separação radical.

Apesar deste universo, marcado por muitas nuances, Dom Waldyr teve, pela posição estratégica da sua Diocese, que vivenciar diferentes dimensões da luta política pela qual passava a sociedade brasileira e, sobretudo, compreender a fragilidade das relações amistosas que parte do episcopado teimava em manter com o regime. Mesmo aqueles, como Sobral Pinto, que não haviam apoiado o golpe militar, não conseguiram compreender a verdadeira dimensão dos enfrentamentos que o bispo de Volta Redonda vivenciava. Talvez esta solidão tenha fortalecido o seu sentimento de justiça e de dever para com aquela comunidade e com todos que eram vítimas da repressão do regime.

Os acontecimentos narrados acima foram apenas o começo da escalada repressiva que a sociedade de Volta Redonda vivenciaria nos anos vindouros. Mal começava o ano da graça de 1969 e Dom Waldyr já se dirigia ao episcopado para informar sobre as novas investidas dos porões sobre a sua comunidade. Agora com relatórios claramente

dirigidos à hierarquia. Agora Sobral Pinto passando a defender as novas vítimas de Volta Redonda.

Novos presos, novas ameaças ao seu apostolado e graves violações dos direitos humanos. Só que agora sua narrativa era acolhida por uma parte significativa de seus pares. Sua Igreja vivia uma nova conjuntura interna. Ainda que sem romper com o regime, as omissões que marcaram o tempo anterior eram mais questionadas, ainda que possíveis.

Dom Aloisio Lorscheider havia se tornado secretário-geral da CNBB e a Instituição começava a acolher as demandas oriundas das famílias dos atingidos pela repressão e, sobretudo, tinha que responder às diversas violações sofridas pelos integrantes da sua própria comunidade.

Começava a se projetar como referência para a oposição e se transformar na mais importante referência na luta pelos direitos humanos.

No entanto, no BIB eram os mesmos interlocutores/ acusadores/ torturadores, assassinos.

A correspondência de Dom Waldir nos mostra a sua trajetória, a construção de uma solidariedade que o transformou em um verdadeiro ícone daqueles que sofreram e, em especial, lutaram contra a ditadura. Mas também indica as dificuldades que vivenciou dentro da sua Igreja.

Referências:

Teses e dissertações defendidas no PPHIS

BEZERRA, Paulo César (2010). *A visão da comunidade de informação sobre a atuação de bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)*. Dissertação de mestrado defendida em 2010 e orientada por Carlos Fico. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

BONATO, Massimo (2009). *Transformação do catolicismo brasileiro pós Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi*. Dissertação de mestrado defendida em 2009 e orientada por Jessie Jane Vieira de Sousa. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

ESTEVEZ, Alexandra Lima Magalhães (2008). *A Igreja e os trabalhadores católicos – Um estudo sobre a Juventude Operaria Católica e a Ação Operaria Católica (1940-1980)*. Dissertação de Mestrado e orientada por Jessie Jane Vieira de Sousa e defendida em 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

KALLAS, Ana Lima (2008). *A paz social e a defesa da ordem: Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*. Dissertação de mestrado defendida em 2008 e orientada por Jessie Jane Vieira de Sousa. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

PAULON, Alessandra Ciambarela (2007). *Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular (1962-1980)*. Dissertação de mestrado

defendida em 2007 e orientada por Maria Paula a Araújo. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

PRESOT, Aline Alves (2004). *As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964*. Dissertação de mestrado defendida em 2004 e orientada por Carlos Fico. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa (2007). *Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar e o Vaticano (1964-1977)*. Dissertação de mestrado defendida em 2007 e orientada por Carlos Fico. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

ZECA, Vanessa de Vasconcelos (2008). *A fraternidade e o mundo do trabalho: um estudo do discurso católico sobre a questão social através da Campanha da Fraternidade (1964-1999)*. Dissertação de Mestrado e orientada por Jessie Jane Vieira de Sousa e defendida em 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

Livros/artigos

AZEVEDO, Dermi (2014). "A igreja Católica e seu papel político no Brasil". *Estudos Avançados*, 18 (52), 2014.

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852> (acessado em 09/02/2014).

BREASLEY, Caroline Maria Guimarães; CARVALHEDO, Shirley; CRUZ, Keith Verônica Pereira da (2014). *Influência do contexto político nos arquivos da Igreja Católica- um estudo de caso no Centro de documentação da Conferência dos Bispos do Brasil - CNBB*. http://www.enearg2008.ufba.br/wp-content/uploads/2008/09/19-caroline_e_keity.pdf (acessado em 10/02/2014).

BRUNEAU, Thomás (1974). *O catolicismo brasileiro em época de transição*. Rio de Janeiro: Edições Loyola.

CLEMENTE, Denes AUGUSTO; GINO, Mariana (2006). "Política e religião no amago da Igreja Católica ante a ditadura militar no Brasil. In *Anais do Congresso Internacional de História da UFG/Jatai, 2006*". <http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link%2086.pdf> (acessado em 09/02/2014).

FICO, Carlos (2002). "Ditadura e concordata moral". *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002, P.191-199. http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi04/04_resenha02.pdf (acessado em 10/02/2014).

LANZA, Fábio (2014). *Igreja Católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: memórias dos bispos paulistas sobre o golpe militar*. <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/argtxt/resumos-anais/FabioLanza.pdf> (acessado em 09/02/2014).

MALLIMACI, Fortunato (2005). "Catolicismo y liberalismo: las etapas del enfrentamiento por la definición de la modernidade religiosa em

América Latina". In: BASTIAN, Jean-Pierre (coord.). La modernidade religiosa- Europa y América Latina em perspectiva comparada. México: Fondo de Cultura Económica, pg.9-43.

NEVES, Lucila de Almeida; PASSOS, Jairo (2014). "Silêncios e opções: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante a intolerância da ditadura militar no Brasil (1964-1985)". *Horizonte: BH*, v. 3. n. 5, 2004, p.65-82.

http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_AR QUI20060222093911.pdf (acessado em 09/02/2014).

SERBIN, Kenneth (2001). *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo, Cia das Letras. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de (2009). "A Agência de Informação Católica Argentina (AICA) e a política argentina durante o 'Processo de Reconstrução Nacional'". *Revista Topoi*, v.10, n. 19 (julho/dezembro de 2009), pg. 133-144.

POSFÁCIO

Gisálio Cerqueira Filho

Eu vou me ater aos temas do nosso trabalho, mas não reparem se a emoção me lançar no turbilhão dos afetos e os sentimentos acabem por encharcar o meu pensamento. Serei breve, pois cá estamos nove horas seguidas num testemunho eloquente do nosso companheirismo.

Evoco, antes de tudo um poema de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa. Ele será retomado ao final.

Sou um guardador de rebanhos.

Sou um guardador de rebanhos.

O rebanho é os meus pensamentos

E os meus pensamentos são todos sensações.

Penso com os olhos e com os ouvidos

E com as mãos e os pés

E com o nariz e a boca.

Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la

E comer um fruto é saber-lhe o sentido.

Por isso quando num dia de calor

Me sinto triste de gozá-lo tanto,

E me deito ao comprido na erva,

E fecho os olhos quentes,

Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,

Sei a verdade e sou feliz.²²⁸

²²⁸ PESSOA, Fernando (1925) (1993). "O Guardador de Rebanhos". *Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa*. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993) - 39. 1ª publicação in *Athena*, nº 4. Lisboa: Jan. 1925.

Um dos temas que gostaria de chamar atenção vai assim intitulado na nossa programação: "Semblante para a questão da secularização? Sobre a *questão religiosa* no Brasil. Catolicismo ilustrado *versus* ultramontanismo". Primeiramente Roma e o Papado como referências, mas observem que os embates ideológicos se dão contra o ultramontanismo (a outra referência aqui está para o Além dos Alpes...). Em ambas as vertentes, seja o catolicismo ilustrado – onde se vislumbra já a influência do liberalismo – seja o ultramontanismo – temos a presença constante do conservadorismo.

Todavia, se no catolicismo ilustrado há um sopro de ilustração a admitir a modernidade; numa chave interpretativa diversa, há um outro, o pensamento dito científico moderno articulado por Blaise Pascal com relação à ciência e fé vistas nos termos de um fundamentalismo teológico que se oferece também ao conservadorismo.

Assim quando falamos em "semblante" para a questão da secularização é exatamente porque a disputa acerca desta questão recebe no Brasil (e em Portugal) do fim do século XIX, a curiosa denominação de "questão religiosa". De fato, e esta é a nossa hipótese (na origem, de Gizlene Neder). Estamos diante de uma mascarada. A verdadeira questão no Brasil naquela conjuntura, e isso sem descurar da questão escravista, é a questão da secularização. Esta questão está embutida tanto nas discussões sobre o código civil impulsionadas pelo jurista Teixeira de Freitas (o casamento como contrato *versus* o casamento como sacramento); presente ainda nos debates sobre os casamentos mistos e sobre separação entre a Igreja e o Estado com o todas as suas consequências.²²⁹

²²⁹ Ver, entre outras, as obras: NEDER, Gizlene Neder; CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2007). *Ideias Jurídicas e Autoridade na Família*. Op. cit.. NEDER, Gizlene Neder; CERQUEIRA

Longe de significar falsidade, a categoria de Semblante, para Jacques Lacan, refere-se ao que está no núcleo da organização da vida psíquica. Ao contrário, o Semblante designa o que organiza a vida psíquica. Ultrapassa, pois, a visão corriqueira que opõe aparência e essência. Em função da concepção do desejo como falta e do “gap” que a linguagem introduz no sujeito, o Semblante pode e deve ser relacionado com a Verdade, perdendo toda conotação pejorativa.²³⁰

Neste aspecto interrogamos pela compreensão que a Psicanálise pode agregar quando estudamos a cultura religiosa, a cultura jurídica, a cultura política; ou seja o registro simbólico *vi-à-vis* o imaginário.

Aqui podemos citar outras obras que refletem a hipótese de que o afeto é Político.²³¹

Mas, sobretudo, chamar a atenção de quem nos ouve para a questão da ideologia como sentimento e para forma do sentimento como ideologia. Evoco ainda a recente reflexão de Manoel Tosta Berlinck, que foi meu professor de teoria política no IUPERJ. Ele cita a estrofe de Millôr Fernandes, humorista, escritor e poeta:

“Deus,
A graça é imerecida,
Mas dai-me ainda
Uns aninhos de vida!”

E segue: *“contar com Deus, que não fala há muito, e que, depois do sopro, esqueceu para lá o humano, é muito estranho, mas é só aquilo que conta, pois, a qualquer momento, Deus pode voltar a falar e agir. Vida, sabemos, é tudo que é dor/prazer na companhia do*

FILHO, Gisálio (2011). *Duas Margens. Ideias Jurídicas e Sentimentos Políticos no Brasil e em Portugal na Passagem à Modernidade*. Op. cit.

²³⁰ LEBRUN, Jean-Pierre; MELMAN, Charles Melman. *O homem sem gravidade*, Ed. Companhia de Freud. Disponível em:

<http://lacan.orgfree.com/lacan/vocabulario.htm#A>

²³¹ CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2009). *O Afeto é Político*. Tese de para Professor Titular, Niterói: UFF/ICHF, 2009. CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2005). *Autoritarismo Afetivo - a Prússia como Sentimento*. São Paulo: Ed. Escuta.

outro, mesmo quando se está só. É, propriamente, a beira do abismo onde nada está garantido, só o desejar". O erotismo não antecederá a própria *Psychê*, ou, diriam os romanos, *anima*?

E o que seria a própria *anima* se não a VIDA que na palavra de Vivaldo Moura Neto, neurocientista do Hospital do Cérebro, "se eterniza, não religiosamente, mas como uma célula que se divide em duas, estas em outras como sempre foi desde sempre, quando as moléculas se organizaram num plano que melhor representou a vida e melhor representaria o pensamento humano quando elas se tornaram milhões, bilhões nos fazendo como somos". Lacan cita o mito da lamela (lâmina), desenvolvido no Congresso de Bonneval (texto dos Escritos de 1960/64 e no seminário 11, "Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise". Ao romper as membranas do ovo (óvulo), de onde sai o feto, algo se volatiliza, que é a lâmina, algo extra chato como uma ameba, e tem relação com o quê, o ser sexuado perde na sexualidade, que se torna imortal. Este órgão é a libido, que é "puro instinto de vida" (*pur instinct de vie*), vida imortal. Observem que Lacan fala de "instinto de vida" e não pulsão de vida. É o que é subtraído ao ser vivo por ele se submeter ao ciclo da reprodução sexuada, sendo os objetos as suas figurações: seio, fezes, olhar e voz. A pulsão é parcial, envolve as zonas erógenas que são parciais. Toda pulsão é uma pulsão de morte, inexistente outra pulsão.²³²

Gostaríamos ainda de realçar que o livro coletivo "(In)Tolerância e Cidadania: Secularização, poder e cultura política"²³³, cujo

²³² MATZ, Rosa Jeni. <http://jardimlacaniano.blogspot.com.br/2013/10/pulsao-em-lacan-rosa-jeni-matz-lacan.html> Ver ainda LACAN, J. *Escritos. Seminários 11 e 23*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; QUINET, A. (2000) *A descoberta do inconsciente*. RJ: Jorge Zahar Ed.; BROUSE, Marie-Hélène. "A pulsão I e II", FELDSTEIN, Richard e outros (1997). *Para ler o seminário 11 de Lacan*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

²³³ NEDER, Gizlene; BARCELOS RIBEIRO DA SILVA, Ana Paula; VIEIRA DE SOUSA, Jessie Jane (Orgs.) (2015). *(In)Tolerância e Cidadania: Secularização, poder e cultura política*, Rio de Janeiro: Editora Autografia/FAPERJ.

lançamento se deu em 01 de julho de 2015, ilustra de modo exemplar a abordagem do Laboratório Cidade e Poder (LCP-UFF).

E nesta perspectiva um outro tema que abordamos é precisamente o “*escolanovismo*” e o pensamento social e político no Brasil. Queremos demonstrar como agem emoções e sentimentos na resistência ao pensamento de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola quando discutem a “escola de tempo integral”, pública, laica, de qualidade para todos.

Chamamos a atenção dos colegas para os aspectos de inovação historiográfica que a nossa intervenção tem proporcionado, como falou em outra oportunidade Giselle Venâncio²³⁴. Temos realizado: inovação historiográfica (epistemológica, teórica, metodológica) e acrescentaria inovação na prática acadêmica no Laboratório Cidade e Poder e nos cursos de pós-graduação e graduação que ministramos. Acentuamos: a) inovação temática - novos objetos; b) Inovação metodológica - indiciarismo - aproximação com a Psicanálise (método); c) Cursos mistos nas pós-graduações: graduação/mestrado/doutorado; d) Cursos mistos na pós-graduação de ciência política (PPGCP), história (PPGH), sociologia e direito (PPGSD).

O belo seminário que estamos terminando produziu reflexão acadêmica e foi uma singular e discreta homenagem aos 53 anos de carreira. A aposentadoria compulsória me espreita no horizonte mas continuarei na atividade docente e de pesquisa no LCP e na pós-graduação. Apresento-lhes um leque de atividades que me esperam:

²³⁴ A observação foi feita em sua arguição na banca de defesa da tese de doutorado de Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth: NAZARETH, Flávia Beatriz Ferreira (2015). *O projeto de secularização em Rui Barbosa na passagem à modernidade no Brasil*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Gizlene Neder.

a) Trabalho de conclusão na obra "NOVOS POEMAS: ARTIGOS – CRÔNICAS – DISCURSOS – ENSAIOS BREVES – TUDO POESIA"

Esta obra, em ritmo de quase concluída, realiza um retrospecto poético de eventos marcantes vividos pelo autor num diálogo permanente com o leitor.

b) Trabalho em *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*.

O trabalho como Editor na revista não é só gratificante, ele estimula a ultrapassagem de uma fronteira que é representada pelo trabalho editorial. Desde que entramos para a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) isto tem representado um horizonte de novas aprendizagens e troca de experiências.

c) Curso de Pós-Graduação no PPGSD intitulado "Formação Jurídica e Cultura Política: Europa e Brasil – séculos XIX e XX" . 2015.2, Niterói.

Este curso, a quatro mãos, com Gizlene Neder como titular, vem ao encontro no trabalho que vimos realizando no *Research Committee on Sociology of Law(RCSL-ISA)*.

d) 02 a 04 de Setembro – XV Congresso Internacional do FoMERCOS (Forum do Mercosul).

A ser realizado em Assunção, Paraguai, sobre o tema "Desenvolvimento e autonomia: os rumos da integração".

e) Meados de novembro de 2015 – Pós-Graduação (mestrado) em Porto Velho – interiorização do PPGSD-UFF em Rondônia.

f) Pesquisa sobre João Guimarães Rosa em “Grande Sertão: Veredas” intitulada “Corpo e Alma do Sertão”.

Pequeno resumo: Nesta pesquisa queremos, num primeiro momento, capturar as emoções e sentimentos que se explicitam via os cinco sentidos: audição, visão, tato, olfato e paladar; tal como aparecem na obra “Grande Sertão: Veredas”, de João Guimarães Rosa. O que não deixa de ser uma conversão dos sentimentos e emoções, mais ou menos conscientes/inconscientes, em impressão, inscrição ou ranhura corrosiva no corpo. O suposto aqui é que cinco são os sentidos, mas múltiplas e variadas as sensações que podem ser experimentadas.

“Muita gente trata seus cinco sentidos com certo respeito e consideração, Levam seus olhos ao museu, seu nariz a exposição de flores, suas mãos ao veludo e à seda numa loja de tecidos, surpreendem seus ouvidos com um concerto e excitam sua boca com uma refeição no restaurante. Mas a maioria faz com que seus sentidos trabalhem sem parar o dia inteiro: Leia esse jornal! Preste atenção, nariz, caso a comida esteja queimando! Ouvidos! – juntos, agora! Preparem-se para a batida na porta! (...) Os sentidos se cansam. Às vezes, bem antes do final! Dizem, Me demito – Vou embora daqui é já”²³⁵

A percepção de cada sertanejo de si mesmo, e dos sertanejos entre si – nesse espaço/tempo do Sertão – a partir da narrativa do autor, e mediada pelo leitor, pode estimular os sentidos e propiciar rica diversidade de vivências psíquicas. Num segundo momento queremos identificar como as temáticas da “Observação” e da

²³⁵ DAVIS, Lydia (2013). *Tipos de perturbação – Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 35.

“Natureza” aparecem na mesma obra de Rosa, pois o espaço, forma, textura, aroma presentes na natureza também estimulam os sentidos e levam a novas vivências psicológicas. Ligados entre si, porém estudados analiticamente distinguidos, podemos nos referir a esses dois aspectos como registros daquilo que poderíamos chamar os dois pilares do método clínico. Sinteticamente podemos dizer que existem três tipos de métodos considerados nas ciências humanas: o método experimental, o método probabilístico e o método clínico.²³⁶

1) o método experimental: procura responder porque as coisas são como são, numa relação de causa e efeito.

2) o método probabilístico: procura responder porque as coisas são como são em relação ao que “deveriam” ser. Ou seja, analisam-se os fenômenos em relação a um comportamento “normal”, em busca de “desvios” em relação ao “normal”, obtidos a partir da observação de conjuntos totalizantes (população etc.). É método estatístico, sem compromisso com os fenômenos da natureza. Nesse método, não se pode fazer inferências, a não ser em relação ao “erro” (desvios da curva normal).

3) o método clínico: realça a singularidade, baseia-se em apenas um evento.

Por um lado, todos os métodos buscam compreender os fenômenos que estão a ocorrer na natureza. Assim, o fundamento do método científico é a paranoia, pois querer controlar alguma coisa, como o método científico quer controlar a natureza, é sintoma da

²³⁶ BERLINCK, Manoel Tosta (2008). *Anotações do curso sobre o Método Clínico*, oferecido no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, 04 a 07 de setembro de 2008 - Niterói - RJ - Brasi; e BERLINCK, Manoel Tosta (2010). *O Método Clínico: projeto temático de pesquisa*. Op. cit..

paranoia. O iluminismo é uma reação paranoica ao fato da natureza ser incontrolável.²³⁷

Por outro lado, o fundamento do método clínico não é bem-visto pela ciência designada como “pura” (*hard sciences*).

Para que o Ocidente chegasse ao método clínico (que analisa apenas um evento) foi preciso percorrer uma longa viagem que terminou em meados do século XIX, mas começa na Antigüidade clássica, em Homero. Trata-se do advento da singularidade, uma conquista da civilização ocidental. Somente com a singularidade é possível pensar na abordagem de apenas um evento. Que outro nome para a singularidade, que essa expressão, “história subjetivada”?²³⁸

Recordemos ainda que Baruch Spinoza (1632-1677) propõe na sua *Ética* uma teoria de produção de efeitos que, rompendo com a relação entre subjetivismo e erro, muito vai interessar à própria Psicanálise e ao método clínico. Nessa perspectiva podemos dizer com Leonardo Vieira de Almeida que “a estética *conto* em Guimarães Rosa é o legado de um descobrimento que se quer a via para o irreplegível, aquilo que não se pode encher ou saciar; aquilo que é insaciável”.²³⁹ Tal é a principal característica do desejo, uma certa incompletude, um não resignarse com o lugar da satisfação. Daí falar-se do “oco do desejo”.

De certo modo, a compreensão histórica foge a padrões de determinação rígida e inflexível, abrindo-se à subjetividade e à pegada da ideologia. A referencia de Lewis Carroll, que fazemos aqui, não é só pitoresca, quanto metafórica:

²³⁷ ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1947) (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

²³⁸ ZIZEK, Slavoj (2001). *El Spinoso sujeto. El centro ausente de la ontologia politica*. Buenos Ayres, Paidós.

²³⁹ VIERIA DE ALMEIDA, Leonardo (2011). *Veredas do Grande Conto: a descoberta do sertão em Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO & Uapê, p. 99.

"era uma vez uma coincidência que saiu a passeio em companhia de um pequeno acidente. Enquanto passeavam encontraram uma explicação., uma velha explicação, tão velha que já estava tão encurvada e tão encarquilhada que mais parecia uma charada".²⁴⁰

Retomando nosso objetivo de captura das emoções e sentimentos que se explicitam no corpo via os cinco sentidos e com relação aos personagens de João Guimarães Rosa em "Grande Sertão Veredas", listamos algumas emoções e sentimentos capazes de serem identificados:

Agressividade · Afetividade · Aflição · Alegria · Altruísmo · Amargura · Ambivalência · Amizade · Amor · Angústia · Ansiedade · Anomia · Antipatia · Antecipação · Apatia · Arrependimento · Arrogância · Autopiedade · Bem-estar · Bondade · Carinho · Compaixão · Confusão · Ciúme · Constrangimento · Coragem · Criatividade · Culpa · Curiosidade · Contentamento · Decepção · Depressão · Desapontamento · Desgosto (de si ou de outrem) · Deslumbramento · Disforia (vaga sensação subjetiva de mal estar) · Dó · Decepção · Dúvida · Egoísmo · Empatia · Esperança · Euforia · Entusiasmo · Epifania · Esperança · Expectativa · Fanatismo · Felicidade · Frieza · Frustração · Fundamentalismo · Gratificação · Gratidão · Gula · Histeria · Hostilidade · Humor · Humildade · Humilhação · Implicância · Incômodo · Indiferença · Insensibilidade · Inspiração · Interesse · Indecisão · Inveja (olho grande) · Ira · Isolamento · Luto · Luxúria · Mágoa · Mau humor · Medo · Melancolia · Narcisismo · Nojo · Nostalgia · Ódio · Orgulho · Ostentação · Paixão · Paciência · Pânico · Pena · Piedade · Prazer ·

²⁴⁰ CARROLL, Lewis. Apud Vieira de Almeida, Leonardo. Op. Cit. P. 114.

Preguiça · Preocupação · Prudência · Raiva · Remorso ·
Repugnância · Resignação · Ressentimento · Reverência · *Saudade* ·
Schadenfreude · Segurança · Sensibilidade · Simpatia · Soberba ·
Sofrimento · Solidão · Surpresa · Susto · Tédio · Temor · Terror ·
Timidez · Tristeza · Van glória de mandar · Vergonha · Vingança ·
Vulnerabilidade

Rumo ao futuro! Muito obrigado!

Referências:

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1947) (1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BERLINCK, Manoel Tosta (2008). *Anotações do curso sobre o Método Clínico*, oferecido no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, 04 a 07 de setembro de 2008 - Niterói - RJ - Brasil.

BROUSE, Marie-Hélène. "A pulsão I e II", FELDSTEIN, Richard e outros (1997). *Para ler o seminário 11 de Lacan*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2005). *Autoritarismo Afetivo - a Prússia como Sentimento*. São Paulo: Ed. Escuta.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2009). *O Afeto é Político*. Tese de para Professor Titular, Niterói: UFF/ICHF, 2009.

DAVIS, Lydia (2013). *Tipos de perturbação - Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 35.

<http://jardimlacaniano.blogspot.com.br/2013/10/pulsao-em-lacan-rosa-jeni-matz-lacan.html>

<http://lacan.orgfree.com/lacan/vocabulario.htm#A>

LACAN, J. *Escritos. Seminários 11 e 23*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

NAZARETH, Flávia Beatriz Ferreira (2015). *O projeto de secularização em Rui Barbosa na passagem à modernidade no Brasil*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal

Fluminense, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Gizlene Neder.

NEDER, Gizlene; BARCELOS RIBEIRO DA SILVA, Ana Paula; VIEIRA DE SOUSA, Jessie Jane (Orgs.) (2015). *(In)Tolerância e Cidadania: Secularização, poder e cultura política*, Rio de Janeiro: Editora Autografia/FAPERJ.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2007). *Ideias Jurídicas e Autoridade na Família*, Rio de Janeiro: Revan.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio (2011). *Duas Margens. Ideias Jurídicas e Sentimentos Políticos na Passagem à Modernidade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro: Revan.

PESSOA, Fernando (1925) (1993). "O Guardador de Rebanhos". *Poemas de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa*. (Nota explicativa e notas de João Gaspar Simões e Luiz de Montalvor.) Lisboa: Ática, 1946 (10ª ed. 1993) - 39. 1ª publicação in *Athena*, nº 4. Lisboa: Jan. 1925.

QUINET, A. (2000) *A descoberta do inconsciente*. RJ: Jorge Zahar Ed.

VIEIRA DE ALMEIDA, Leonardo (2011). *Veredas do Grande Conto: a descoberta do sertão em Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO & Uapê.

ZIZEK, Slavoj (2001). *El Espinoso sujeto. El centro ausente de la ontología política*. Buenos Ayres, Paidós.

ANEXO

(Novos Testemunhos)

(A) Enrique Rodrigues Moura

Depoimento breve, escrito no trem entre Bamberg e Graz, na sexta-feira 19 de junho de 2015.

Meu caro Gisálio,

Lamento muito não poder estar presente na festa-homenagem aos seus 53 anos de carreira. Meus parabéns por ter alcançado tão significativa data, meio século e uns trocados. Todo o meu respeito. Sempre apreciei muito a sua vocação humanista, a sua vontade de fazer Universidade para, ao mesmo tempo, ajudar a construir para uma cidadania mais esclarecida e autônoma. O prazer pela conversa bem-humorada foi sempre uma característica sua que muito apreciei. Lembro das ideias que trocamos na UFF ou na sua casa da Tijuca ou ainda na Praça das Flores, em Lisboa. O seu prazer pela provocação e frases de impacto não impediam que, com calma, as ideias se contrastassem e aparecessem novas perspectivas para avaliar os assuntos; e aí você nem sempre tinha que ter a razão definitiva. A ilusão por novas ideias ou apertações teóricas fazem parte do seu espírito profundamente democrático, e também, porque não o salientar, uma solução categórica para algum assunto dificultaria um futuro encontro para seguir tratando esse ou outro tema relevante. Saber que a conversa findaria ali foi sempre concepção inaceitável para quem tanto gostava e gosta de ensinar e aprender na companhia dos outros.

Aquele abraço fraterno,

Enrique Rodrigues, que nasceu no confim do Ocidente e que agora vive na famosa e idealizada *Mittleuropa*.
Univ.-Prof. Dr. Enrique Rodrigues-Moura
Institut für Romanistik / Department of Romance Philology
Otto-Friedrich-Universität Bamberg
An der Universität 2
96045 Bamberg
Deutschland / Germany
Enrique.Rodrigues-Moura@uni-bamberg.de
Enrique Rodrigues-Moura
Sparbersbachgasse 33
8010 Graz
Österreich / Austria

(B) Marco Antônio Sperb Leite

No dia 22 de junho de 2015, à tarde, recebi um e-meio do Gisálio:

*"Querido Marco Antônio:
No anexo, a programação do SEMINÁRIO 53
ANOS DE CARREIRA.
Você foi tão importante na minha formação, que
ousei pedir-lhe um breve depoimento...
Seria possível? Sinta-se à vontade.
O abraço forte do
Gisálio"*

Como negar o pedido desses, mesmo que o prazo fosse pequeno? Aceitei e achei bom escrever sobre nossas vidas, Gisálio, pois tive que recordar coisas que a gente guarda no fundo do baú e que constituem os fundamentos de nossas vidas. E a maior parte do breve relato que segue abaixo foram vividos há mais de meio século! Ainda não estou disposto a escrever nossas memórias, por isso o relato é breve, pois acredito que temos ainda caminho pela frente.

Foi em 1962 que nos conhecemos no colégio São José da Tijuca. Cursávamos o ensino médio como hoje é denominado, ele no Clássico e eu no Científico. O colégio era tido como bom no ensino, mas a formação Marista era extremamente conservadora, reacionária em questões políticas. Ainda assim formamos um grupo de amigos, sendo que alguns atuavam na Ação Católica (Juventude Estudantil Católica - JEC) que era progressista na época, outros bebendo sua liberdade no cinema novo e através de professores que abriam nossos olhos para as injustiças sociais vividas no Brasil. Nossa geração foi marcada pelo desejo de participar, de atuar na realidade social e política do País. Meu pai, brincando, nos chamava de "salvadores da pátria". O fato é que a obrigação de participar marcou nossas vidas: Gisálio, um ano à "minha frente", atuava na Academia Literária do colégio; eu no Grêmio.

As agitações políticas do início da década, o Concílio Vaticano II, a perspectiva de mudanças na realidade brasileira, tudo, enfim, proporcionava um quadro de esperança. Dilson foi o primeiro do grupo que virou a mesa em relação à nossa formação conservadora, saindo do colégio, um escândalo para nossas famílias pequeno burguesas. O grupo apoiou o Dilson, que como ermitão se instalou no pequeno sótão de sua casa no Andaraí, local que virou ponto de encontro para discutir filosofia e resolver todos os problemas do mundo. Foram ricos debates que deram rumo às nossas vidas.

De repente 1964 aconteceu. O governo militar-civil (como se diz hoje) que se implantou no dia 1º de abril, nos encheu de preocupações. Mas éramos jovens e não tínhamos ainda a noção do estrago que o golpe causaria ao longo do tempo. No ano seguinte Gisálio concluiu o ensino médio e foi escolhido orador da turma. Discutimos muito o seu discurso que seria proferido na presença de

Carlos Lacerda, Governador do Rio e paraninfo da turma, um dos apoiadores do golpe (e depois vítima, se é que se pode dizer isso). Até como pegar o papel do discurso no paletó foi discutido. Tudo correu bem, nem sei se Lacerda foi à formatura, pois eu não fui.

Entramos para a universidade, Gisálio na área de humanas e eu nas exatas, mas nossos encontros continuaram, tanto na sôtão do Dilson como no CenFI em Petrópolis. O CenFI (Centro de Formação Intercultural), era um órgão da Igreja Católica que recebia missionários para um processo de imersão, durante quatro meses na realidade brasileira. Seu diretor, Padre Celso, proporcionava um debate livre e nós, como atuantes no movimento estudantil, éramos chamados para dar nossos depoimentos para os recém chegados momentos em que a ditadura era claramente criticada.

Lá conhecemos grandes figuras, como Padre Pedro, hoje Bispo Dom Pedro Casaldáliga, Chico Alencar, da geração mais nova que a nossa e que também muito atuou no CenFI.

Em nossa primeira saída do Brasil (1967), Gisálio e eu, fomos fazer um curso de verão na Universidade do Chile. Foi um momento marcante, pois respiramos a liberdade chilena da época. Participamos de debates dentro da Universidade, fomos a um pequeno ginásio cheio de operários ouvir Pablo Neruda declamar os poemas de Evtuchenko em espanhol e este declamar Neruda em russo. Conhecemos exilados que, depois, seriam protagonistas importantes no processo de redemocratização. Voltamos cheios de vontade de participar, de nos engajarmos mais na luta contra a ditadura, regime que já revelava para nós os estragos na cultura brasileira.

Depois veio o AI-5 (13 de dezembro de 1968) e a barra pesou, a realidade se mostrou muito mais cruel do que poderíamos imaginar. No final de maio de 1969 o assassinato brutal de nosso amigo Padre

Henrique, em Recife, auxiliar direto de Dom Helder Câmara, foi um choque para nós. Tínhamos estado com ele na semana anterior, no Rio de Janeiro. Passamos a caminhar às cegas dentro de um país que celebrava os êxitos econômicos, que os donos do poder intitularam o “milagre econômico”, com uma população assustada ou alheia à luta contra a ditadura.

O dia 11 de setembro de 1973 foi marcado por um telefonema do Gisálio, chorando, anunciando a queda do Presidente Allende, do Chile. O Chile fazia parte de nossa história, de nossas esperanças sobre uma América Latina livre. O cerco se fechava. Sobrevivemos.

Trabalho, casamento, filhos, novo casamento, outros filhos, diferentes atuações políticas, minha mudança para Goiânia, tudo pode ter nos afastado. Mas sempre tive, no fundo do coração, a certeza de poder contar com o amigo Gisálio.

Fazia tempo, caro amigo, que não pensava sobre nosso rico passado. Emocionado, fico por aqui. Obrigado pela oportunidade de me fazer recordar coisas tão boas, outras nem tanto, mas ainda assim determinantes para as nossas escolhas de vida.

Um fraterno abraço,

Marco Antônio

Goiânia, 27 de junho de 2015

Marco Antônio Sperb Leite, físico de formação (UFRJ) é Secretário-Executivo na ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação, Goiânia e Região. Brasil
Gabinete Presidencial –

(C) Mirian Lopes Moura

Uma amizade de 53 anos!

Naquele tempo havia a *Missa do Estudante*, todos os domingos, à tarde, na Igreja de São Francisco Xavier, na Tijuca: um grupo de estudantes liderado por padres contestatários tentavam manter viva a chama da encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII. Pretendíamos conciliar a fé católica e nossas recém-assumidas ideias de esquerda, compatibilizar nosso pensamento cristão e nosso afã de justiça social e igualdade de oportunidades para todos os brasileiros.

A MPB nos entrava pelos poros e o teatro nos apaixonava. Acompanhávamos, ansiosos, as estreias do Cinema Novo e nos sentíamos identificados com aquele cinema transgressor e, compungidos, perante a verdadeira sociedade brasileira que ele mostrava e que a ditadura militar queria esconder.

Éramos jovens sérios. A vida foi nos exigindo tomar decisões, assumir compromissos no dia a dia, no trabalho que já desempenhávamos, nos primeiros anos de Universidade. E foram tão fortes esses compromissos, tão intenso nosso sentido de responsabilidade, que houve um momento em que já não podíamos separar nossos sonhos pessoais do coletivo em que vivíamos. Extrapolamos nossos projetos individuais e passamos a pensar em grupo, em pensar o Brasil como nosso futuro, o futuro que queríamos para o Brasil.

Até os 15 anos, eu vivia com minha família na Vila Kosmos, bem distante do centro da cidade. Longínquo bairro do subúrbio carioca para um tijucano e, nem pensar, para qualquer pessoa da Zona Sul. Lembro a primeira vez que recebemos em casa os amigos do meu irmão – Osman, Alfredo e Gisálio –: quase uma festa. Imagine, uns rapazes do distinto Colégio São José deslocarem-se até aquele pacato

subúrbio do Rio de Janeiro: algo impossível. Mas confiávamos na capacidade do nosso irmão de fazer amizades. A partir daí, as visitas do Gisálio à nossa casa foram se tornando normais. Bem que ele gostava das rosquinhas e dos doces caseiros que lhe oferecíamos naqueles lanches, à tarde, ou nas sobremesas de jantares em família. Conversávamos, ríamos, tudo era alegria e felicidade. Viver e sonhar eram a mesma coisa. Futuro... Projetos de vida... Não sabíamos ainda o que nos esperava na virada da esquina.

Quando, abruptamente, de supetão, a juventude irrompeu à nossa frente, ou melhor, dentro de nós, o Brasil entrava em crise: fim do “esplendor” da era jucelinista, Jânio Quadros, João Goulart, ditadura militar... A realidade social requeria um Brasil novo, comprometido com os mais pobres e com a classe trabalhadora, o que implicou uma severa crise política e institucional. Da nossa parte, tudo ficou claro, imediatamente. Entendemos o que as novas circunstâncias exigiam e nos pusemos à disposição.

Vieram, então, os anos de chumbo, que uniram e afastaram tanta gente, que nos removeram de tantos lugares, que fizeram tremer os alicerces de nossas famílias, que nos expulsaram ou nos obrigaram a fugir daquele Brasil que não queríamos, que puseram em risco a vida de tanta gente — uma centena de desaparecidos e várias centenas de mortos —, exigiram o impensável para uns jovens que não tinham mais de 20 anos, mas que se sentiam comprometidos com o futuro do seu país. Vivíamos precariamente, escondidos ou semiescondidos, alguns, rechaçados pela própria família, mas seguíamos adiante, porque vivíamos de acordo com a nossa ideologia. Alguns de nós tivemos que aprender a viver fora, porque lhes foi proibido voltar. Pouco a pouco, criamos raízes, longe, e o retorno que a estreada democracia dos anos oitentas prometia já não foi possível. Foram

momentos difíceis, “nos dejamos la piel”, contudo estávamos convencidos de que fazíamos o que tínhamos que fazer, não havia alternativa. Disse Ortega y Gasset, que “o *homem é o homem e a sua circunstância*”. Aqueles éramos nós, jovens dos anos sessentas, e aquela era a nossa circunstância. E a assumimos até as últimas consequências.

Hoje, 53 anos depois, numa boa noitada em Madri, com umas seletas *tapas* espanholas, um bom vinho, muitos poemas de amor e uma canção desesperada — Pablo Neruda, Fernando Pessoa, Juan Ramón Jiménez, Antonio Machado, Jaime Gil de Biedma, *Mediterrâneo*, de Juan Manuel Serrat — e a presença de Gizlene, ratificamos e afiançamos a nossa amizade, Gisálio. Noite de reencontro, de confidências, de descobertas, de recordações de tempos vividos. Noite feliz, noite mágica...

Um grande abraço.

Madri, 23/06/2015

Mirian Lopes Moura é Professora, Coordenadora e Diretora Pedagógica do Curso “Português, Língua e Cultura” da Casa do Brasil / Madri

(D) Thiago Quintella de Mattos

SIM, PODE. POR QUE NÃO PODERIA?

Gisálio Cerqueira Filho. Ou simplesmente Professor, e nas intimidades amistosas, naquilo que transcendia a relação aluno-professor, Mestre Gisa.

A fortuna, acaso, coincidência ou mesmo o destino já traçado por não sei qual ente superior e controlador da vida no universo me pôs

ao seu lado, pela primeira vez em fins de 2004, na entrevista para admissão do mestrado em Ciência Política. Ali estava eu, obviamente nervoso, na busca por transparecer uma tranquilidade, interpretando alguém que sabia o que queria e o que passar para os entrevistadores. O ranço de perfeição, em ter que saber tudo para ser admitido naquele grupo. Um problema com meus documentos, que haviam ido para o departamento de Letras, fora resolvido um dia antes.

À minha direita estava aquele senhor, não sabia seu nome, mas prestei atenção em sua fisionomia. Um pouco inclinado na cadeira, olhos azuis profundos, ajeitando os óculos para melhor interpretar minha grafia, cabelos para trás. Passaram-se as perguntas e ele foi o último a falar comigo. A atitude, serena; a voz em estrondo: “Thiago, aqui, nesta sua primeira resposta... é, me diga, você leu Boaventura de Sousa Santos. O texto ficou confuso, parece que você quis dizer coisas a mais. Me explique isso aqui...”

Claro que havia lido, mas será que poderia eu provar aquilo que escrevera? Leu a minha resposta, nem eu a compreendera, mas pude com minhas palavras fazer com que aquilo fosse mais inteligível. Já pensava, no entanto, em minha derrota. Ele se remete à minha segunda resposta, com o mesmo olhar, mas com a voz mais suave: “Agora vamos à outra questão”.

E “recitou” o primeiro parágrafo que abordava uma introdução aos pensamentos de Hobbes e Locke. Terminado, olha para mim, e sua visão deve ter sido a de um lânguido ser em vias de padecer. “Agora sim é uma resposta consistente, bem escrita, que torna claro seu pensamento, suas ideias...”. Um alívio momentâneo, embora não definitivo, acompanhou-me até o fim da entrevista. Liguei para o meu pai, em seguida, já no pátio, para lhe dar as impressões. Disse-lhe que achava que passaria, pois o tom foi bastante paternal, severo,

mas com intuito de me fazer aprender e isso talvez me leve à aprovação. “Isso, vamos ver”, disse ele, pouco antes de desligar o telefone.

Soube depois que se tratava do Gisálio, professor da disciplina Teoria Política I, creio, e que era obrigatória. Na primeira aula o grande e prazeroso impacto: estudaríamos a política, a começar, pelos clássicos da tragédia grega, Sófocles, Édipo Rei. Errei, erramos, Édipo é Rei. Literatura e Psicanálise, duas áreas de grande interesse meu, por que não dizer de “paixão”. Seriam permitidas para o estudo de Ciência Política? Sim, pode, porque não poderia?

Outra ideia, outra visão, evolução transformação epistemológica na minha formação intelectual. Aí estava a gênese do que passaria a preconizar na minha vida intelectual daquele momento em diante. A afinidade, a emoção, o afeto, a amizade. Tudo isso levado em conta na Política e seria também a toada da nova dupla orientador-orientando.

Mestre Gisa viria ser minha referência além da intelectual, uma paternidade, um trato, uma relação espontânea da qual jamais poderia imaginar. Reconstruiu minha vontade de seguir uma vida acadêmica, desconstruiu todos os obstáculos que me impediam caminhar pelo périplo da arte, da manifestação estética conectada diretamente com uma ciência.

O espaço aqui é exíguo para descrever todos os “causos” que seguiram nossa caminhada por quatro ou cinco anos. Entretanto, fica a minha vontade satisfeita de poder “oficialmente” em um documento que será lido por todos que também tiveram o prazer de tê-lo como grande mestre. O grande mestre é aquele que jamais será esquecido não por se seguir exatamente o que ele propõe, mas por fazer com que seu discípulo acredite em seus indícios, sinais, percepções e,

desse modo, consiga tomar seu próprio caminho, ainda que este venha cheio de dúvidas e de novos desafios.

Aprendi e apreendo sempre com seus ensinamentos, meu querido Professor e amigo. Ademais, somos poetas, somos vascaínos.

Thiago Quintella de Mattos. Advogado, mestre em ciência política, graduando em Letras.

(E) Vinicius Neder Cerqueira

Pai, fiquei devendo o depoimento para o seminário da semana passada... Na verdade, faltou tempo para pensar melhor no que poderia escrever ou falar no evento. Lá, ouvindo os vários e emocionados depoimentos, tive essa ideia para dar um fio da meada ao texto, mas só pude executá-la depois, pois precisava ir atrás do tal e-mail de 2009... Veja que tal. Bjs!

Rio, 7/7/2015.

Relação de pai e filho à parte, tive também a oportunidade de conhecer Gisálio como professor, à vera, quando fiz um curso no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFF, no primeiro semestre de 2009. O curso era sobre a obra do cientista social Sérgio Buarque de Holanda -- que, ainda em vida, seria reconhecido "apenas" como o pai do Chico -- e suas influências no pensamento social brasileiro.

À época eu cursava o mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio. Além de contar créditos como disciplina externa ao programa -- um dos pré-requisitos do PPGCOM da PUC-Rio para a obtenção do diploma --, o curso foi extremamente útil para minha pesquisa. Seu trabalho final foi um dos capítulos da minha

dissertação, defendida em dezembro daquele ano e publicada como livro em 2011.

Lembro que o curso começava com uma abordagem que poderia ser considerada inusitada -- mas, na verdade, era vanguardista e revolucionária --, debruçando-nos sobre uma novela ficcional escrita por Sérgio Buarque nos anos 1930, intitulada "Viagem a Nápoles". Pouco conhecida e estudada, a obra acabara de ganhar nova edição à época do curso.

Em meados do semestre, após os alunos haverem entregue um trabalho sobre essa novela, Gisálio escreveu um e-mail -- embalado, dizia então, por um *cabernet sauvignon* -- sobre os ensaios entregues por mim e meu irmão Marcelo, que também era aluno do curso, como mestrando do PPGCP da UFF.

Na mensagem, dizia: "Em ambos os casos eu posso atestar as excelências dos dois, pois são ensaios numa área que eu de certo modo domino e conheço bem. Distintos, diferentes, estão excepcionais... quanta maturidade!"

A disciplina foi sem dúvida a melhor de todas as que cursei nos dois anos do mestrado, superando, entre outros, o curso de uma semana com o renomado semiólogo hispano-colombiano Jesús Martín-Barbero. O nível era tão acima dos demais cursos, que cheguei a ficar com pena da média da pós-graduação nas Humanas na atualidade, principalmente em termos de método pedagógico e vanguarda na produção de conteúdo.

No e-mail enviado em meados do primeiro semestre de 2009, Gisálio concluía que tinha "três filhos que me dão um orgulho infinito". "Oxalá os filhos de vocês, nascidos e por nascer, possam lhes dar o sentimento que eu estou vivenciando nesse momento", escreveu.

Afortunados aqueles que têm um pai que merece nosso orgulho infinito.

Vinicius Neder Cerqueira. Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor assistente do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) no Rio de Janeiro. Jornalista graduado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com formação também no Curso Intensivo de Jornalismo Aplicado, do jornal "O Estado de S. Paulo". Bolsista pelo *World Press Institute, Announces 2016 International Fellows, USA*. Atualmente, é repórter de economia na sucursal Rio de Janeiro do jornal "O Estado de S. Paulo".

(F) Vivaldo Moura Neto

Meu amigo Gisálio,

Inacreditavelmente 53 anos de sala de aula se passaram, desde os primeiros movimentos que você fez ainda no colégio dos maristas. Inacreditável, pela aparente velocidade com que se fez o tempo. Recordo-me dos nossos encontros pedagógicos para com cuidado elaborar nossas estratégias de como lidar com aquela criançada. Recordo-me mesmo de que os encontrávamos anos depois no ginásio e ainda no científico. Alguns como você, se tornaram professores e certamente se espelharam naquele professor de história e geografia que os fizera pensar a vida melhor do que o mundo lhes oferecia.

Alguns anos no movimento católico, na jec, na juc nos fazia pensar que devíamos contribuir para mudar o país. Parece que mudou, pois, a ditadura se foi e entramos numa fase de liberdades que aqueles nossos anos de juventude não nos deixara viver.

Seu ingresso na UFRJ foi durante aqueles chamados anos de chumbo, de fato, em plena ditadura. Mas você olhava confiante do trabalho que teria pela frente e tocou este trabalho com força. Usava a máxima, popular, "vamos em frente que atrás vem gente". E

vieram, vieram muitos que seguiram o professor e que entenderam a lição a tomar. Construiu nas universidades por onde passou, campos de discussão, de enfrentamento. Mas o que é a Universidade senão um campo de discussão de buscar novas idéias e confrontá-las. Passar a limpo o que lhes parece de ontem para fazer o de hoje e amanhã.

Os colégios católicos da nossa juventude docente, foram deixados para trás e me parece, ao menos para mim que me ajudaram a ser agnóstico. O mínimo que posso dizer.

Hoje, você com Gizlene e colegas toca um trabalho de referência na Fluminense, na UFF, com um departamento novo e rico de ideias.

Alguns livros na rua, vários artigos circulando pelo país e pelo mundo mostrando que teus 53 anos talvez sejam 530 pelo muito que você produziu dentro deles.

Vale à pena olhar para trás, para respirar e então olhar para frente e acreditar que muitos anos de docência ainda podem ser praticados, por você. Talvez não outros 53, mas a sua obra poderá mostrar que você eternizou, não religiosamente, mas como uma célula que se divide em duas, estas em outras como sempre foi desde sempre, quando as moléculas se organizaram num plano que melhor representou a vida e melhor representaria o pensamento humano quando elas se tornaram milhões, bilhões nos fazendo como somos.

Eu me sinto muito feliz de ver estes 53 anos, porque tive o privilégio de acompanhar cada dia, cada mês, cada ano destes 53.

Meu abraço fraterno, meu agradecimento pelo que você deixou marcado neste seu amigo.

22 junho 2015

*Vivaldo Moura Neto. Graduado em História Natural, Mestre em Bioquímica pela UFRJ e Doutor de Estado pela *Université Pierre et Marie Curie, Paris*. Professor titular da UFRJ. Atualmente é Diretor de Pesquisa do Instituto Estadual do Cérebro Paulo Niemeyer, Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Ciências.

Sobre os Autores

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Professora Adjunta de História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP. Coordenadora da Licenciatura em História. Graduada em História (2004), mestre (2007) e doutora (2011) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Assistente Editorial de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História, Poder e Ideias Políticas (CNPq/UERJ). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil e em Teoria e Metodologia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: pobreza urbana, repressão e controle social, discurso jurídico, cidadania e direitos, poder e ideias jurídicas, intelectuais e pensamento político e social, escrita da história e circulação cultural e de ideias.

Anna Marina Barbará Pinheiro

Professora Adjunta do Departamento de Ciência Política da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero (LEG: www.legufrj.net). Possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993), mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1997) e doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2005). Tem experiência nas áreas de Ciência Política e História do Brasil, atuando principalmente nos temas relativos ao gênero, à sexualidade e aos feminismos.

Cláudia Henschel de Lima

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense- Polo Universitário de Volta Redonda, na área de Psicanálise (UFF/ICHS/PUVR). Graduada em Psicologia pela UFRJ. Concluiu o doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do LAPSICON (Laboratório de Investigação das Psicopatologias Contemporâneas), com sede na UFF/PUVR. Coordenadora o Centro Regional de Referência em Álcool e outras Drogas na UFF/ICHS/Volta Redonda. Membro e pesquisadora da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Associada da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas, da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise. Integra o GT "Psicopatologia e Psicanálise", no âmbito dos simpósios da ANPEPP.

Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth

Professora Adjunta na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, unidade Formação de Professores SG, de Teoria e Metodologia para o Ensino de História. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF-2005). Especialista em Ensino de História e Ciências Sociais pela Faculdade de Educação (UFF-2008). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais (PPGHD - UFF-2010). Doutora em História (PPGH - UFF-2015). Membro do Laboratório Cidade e Poder (UFF). Pesquisadora associada da ANPUH (Associação Nacional de História) e membro a AHILA (Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos). Tem experiência em docência de História na Educação Básica, Ensino Fundamental 2 e Médio 2 e produção de material didático. Dedicar-se à pesquisa em História Política e Pensamento Social Brasileiro nos seguintes temas: Brasil

República, Trajetória Intelectual, Ideias Jurídicas associadas a Políticas Públicas, produção de Memória e uso de conceitos no Ensino de História. Pesquisa atual: Animação e de Cinema Documentário para o Ensino de História.

Gisálio Cerqueira Filho

Professor Titular de Teoria Política homenageado neste livro. Ver perfil na entrevista realizada por Flávia Beatriz Ferreira de Nazareth e Jefferson de Almeida Pinto, publicada no volume.

Gizlene Neder

Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1973). Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ (1979), doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1987). Realizou pesquisa de pós-doutorado na Biblioteca Nacional de Lisboa (1999), como Bolsista de Investigação da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento dos Povos de Língua Portuguesa. Em 2010 foi contemplada com Bolsa de Investigação para Estrangeiros da Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa (Portugal), que fomentou a realização de estágio de pós-doutorado. Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), triênio 2009/2011. Coordenou projeto integrado de pesquisa dentro do Edital Pensa Rio (FAPERJ), triênio 2012-2014. Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense desde 1977; atua no Programa de Pós-Graduação em História (desde 1987). Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria da História e História Moderna e Contemporânea. Foi professora e pesquisadora na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política, entre 1987 e 1992. Atua

principalmente nos seguintes temas: história do poder e da política; história das ideias políticas e da cultura política; história do direito e das instituições. Editora de *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*.

<http://www.historia.uff.br/revistapassagens/>

Henrique Cesar Monteiro Barahona Ramos

Professor da Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Integrada AVM/Universidade Cândido Mendes. Ex-Professor substituto do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes, bacharel em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Direito e Sociologia pela Universidade Federal Fluminense e Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2015). Temas principais de investigação (sob uma perspectiva transdisciplinar): a relação entre o Direito e a Subjetividade. Pesquisador do Laboratório Cidade e Poder (LCP) da Universidade Federal Fluminense desde 2008 e da *Red de Historia Brasil y Portugal (Red-HBP)*, da Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires (Argentina).

Humberto Fernandes Machado

Professor e orientador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos

seguintes temas: estado imperial, crise do escravismo e abolicionismo, imprensa e intelectuais, reformas urbanas no Rio de Janeiro.

Jefferson de Almeida Pinto

Professor do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - *Campus* Juiz de Fora, onde é Diretor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e desenvolve projetos no âmbito do Laboratório de Humanidades. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2001), Mestrado (2004) e Doutorado (2011) em História pela Universidade Federal Fluminense. É associado da Associação Nacional de História, participante de projetos do Laboratório Cidade e Poder da Universidade Federal Fluminense e membro do Grupo de Pesquisa/CNPq "História, Poder e Ideias Políticas" certificado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História das Ideias, atuando principalmente nos seguintes temas: Ideias Políticas, Jurídicas e Sociais e suas relações com a cultura religiosa, ultramontanismo e neocristandade; sistemas de controle social da pobreza "válida" e "inválida" na passagem à modernidade, tal como a polícia, instituições assistenciais e educacionais; intelectuais/homens de letras; História da Igreja; História da Educação e História da Ciência.

Jessie Jane Vieira de Sousa

Professora Permanente da Universidade Federal Fluminense. Professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas, doutorado em História Social pela Universidade Federal

do Rio de Janeiro e pós-doutorado pelo *Instituto de Desarrollo Económico y Social*. Membro de corpo editorial da Revista *Ágora*, Membro de corpo editorial da Revista da Anistia Política no Brasil, Membro de corpo editorial da *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* e Membro de corpo editorial da Revista *Perspectiva Histórica*. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Atuando principalmente nos seguintes temas: estado, Igreja Católica, catolicismo social, religião, sindicatos e trabalho.

Marcelo Neder Cerqueira

Sociólogo, Cientista Político e Historiador. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2016). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2010). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2006). Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2010). Pesquisador do Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF) desde 2004. Tem experiência na área de Ciência Política, Sociologia e História, com ênfase em Teoria Política Contemporânea, Teoria da História e Pensamento Social no Brasil e na América Latina. Atuou como pesquisador de iniciação científica no Laboratório Cidade e Poder (LCP/UFF) na linha de pesquisa "Poder, Vulnerabilidade Psíquica e Teoria Política" entre 2004 e 2006. Desenvolveu pesquisa de mestrado estudando a modernidade vienense na virada para o século XX a partir da obra do dramaturgo vienense Arthur Schnitzler (2010). A dissertação foi publicada pela Editora Prismas com o título "O homem desconfortável: poder e modernidade em Arthur Schnitzler" (2015). Defendeu tese de doutorado em História Social pesquisando

a passagem à modernidade na América Latina a partir da crítica ensaística e da obra ficcional de Sérgio Buarque de Holanda, Jorge Luis Borges e Alejo Carpentier (tese concluída em 2016 e disponibilizada em domínio público pela UFF). Músico, poeta, participou da Oficina de Música Universal do maestro Itiberê Zwarg, no Rio de Janeiro, entre 2001 e 2014, tendo atuado como violonista na gravação de dois discos - "No Caminho da Paz" (2006) e "Que nem o mundo" (2011) -, ambos projetos desenvolvidos com composições e arranjos de Itiberê Zwarg. Em 2011, publicou a coletânea de poemas "Versos que me fizeram", pela Editora Multifoco.

Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFES. Doutora em História Social pela USP - Universidade de São Paulo, Especialista em sociologia política pela PUC/Rio. Graduação em Ciências Sociais pela UFF. Pós-Doutorado em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense – UFF. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Violência e Pensamento Político Brasileiro. Pesquisa principalmente nos seguintes temas: História e cultura religiosa, Política e subjetividades a partir da perspectiva da psicopatologia fundamental na contemporaneidade, sociologia urbana e violência. Indiciarismo e pensamento político e social brasileiro, especialmente Gilberto Freyre. Exerce ainda a função de Coordenadora Geral do NEI - Núcleo de Estudos Indiciários, onde executa ações de direção em diversos projetos de pesquisa, cursos e atividades de extensão. Professora do quadro permanente no PPGHIS - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas e no PGCS- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais também na UFES. Exerceu, o cargo de vicecoordenadora do PPGHIS.

Consultora na área de políticas públicas com ênfase em violência urbana e juventude e na área de prevenção e realização de diagnóstico sócio-criminal. Coordenou de (2010-2012) o Programa Fazer Brasil, programa interestadual para prevenção a criminalidade juvenil e reintegração de egressos do sistema socioeducativo e do sistema penal no ES. Foi consultora da ONU-HABITAT em Vitória - ES de março de 2011 a agosto de 2011. Atualmente coordena 2 pesquisas pela FAPES (Fundação de Amparo a Pesquisa do ES) sobre dinâmica do homicídio nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. Realiza estudos de pós-doutorado no PPGSD e LPC da UFF com o projeto intitulado " Casa Grande & Senzala: o mal-estar na civilização luso-tropical".